

“GIL VICENTE,”

N.º 1 o 2 — 2.ª SÉRIE — 1928

IMPRESSO EM
LISBOA
MARTIN SARMEN
TIP. LUSITANIA

Sumário: — «UM ANO VOLVIDO», Redacção; — «A IMORTALIDADE DE ANTONIO SARDINHA»; por João Ameal; — «O CASAMENTO DE MEUS AVÓS» (conto inédito), de António Sardinha; — «A ANTONIO SARDINHA» (soneto), por Simeão Pinto de Mesquita; — «UMA PÁGINA DE MEMÓRIAS», por Rodrigues Cavalheiro; — «OBRAS DE ANTONIO SARDINHA»; — «A LIÇÃO DO MESTRE», por Horácio de Castro Guimarães; — «CHUVA DA TARDE», por Cesar de Oliveira; — «ANTÓNIO SARDINHA» — Renovador de ideias — Reformador das almas, por Tavares Ferreira; — «VELHARIAS VIMARANENSES» — Documentos & Efemérides, por João Lopes de Faria; — «A NOSSA CASA» (quadras), por Parente de Figueiredo; — «O ANÁTEMA DA FLANDRES» — A Grande Guerra, por João de Ourique; — «CRÓNICA POLÍTICA», por Rolão Preto; — INTEGRALISMO LUSITANO (nota da Junta Central; — VITRINE DOS LIVREIROS — Dos Livros & dos Autores, por M. Alves de Oliveira; — REVISTAS NOVAS — Publicações recebidas. — GRAVURA: António Sardinha no seu gabinete de trabalho, cliché do Rev. Dr. Valério Cordeiro. — SEPARATA: Índice do 1.º volume.

AVISO

A todas as pessoas a quem enviamos o presente número da nossa Revista e não nos queiram honrar com a sua assinatura, rogamos o favor da sua devoção imediata. Serão considerados assinantes aqueles que assim não fizerem.

Com o próximo número procederemos à cobrança do 1.º semestre.

Aos nossos prezados leitores e colaboradores pedimos nos desculpem o atraso com que sai este número do «GIL VICENTE», originado na tipografia onde é composto e impresso.

ASSINATURAS

Continente e Ilhas — 1 ano — Pagamento feito directamente á Administração	20\$00
» » » — 6 meses	12\$00
Colónias Portuguezas — 1 ano	36\$00
Estrangeiro — 1 ano	40\$00

PREÇO DÊSTE NÚMERO, 4\$50

TIPOGRAFIA LUSITANIA

RUA GRAVADOR MOLARINHO, 47

GUIMARÃES

Guimarães — O Labor da Grei

Monografia-Relatório da Exposição Industrial e Agrícola Concelhia de 1923, a sair em fascículos mensais, ornados de numerosas gravuras e ilustrações.

PREÇO DE CADA FASCÍCULO, 2\$50

Para assinatura ou pedidos, dirigir correspondência à rua Paio Galvão, 23, Guimarães, ou à nossa Administração.

DE GUIMARÃES

Tradições e Usanças Populares

POR ALBERTO VIEIRA BRAGA

A' venda na Tabacaria Lemos, Guimarães, e na Livraria Editora, de José da Silva Vieira, Espozende.

E' um volume de 425 páginas de subsídios para o estudo da vida popular. Cada volume, 5\$00 Esc.

Nação Portuguesa

REVISTA DE CULTURA NACIONALISTA

Director — Dr. Manuel Múrias

Propagar a «Nação Portuguesa» é contribuir para o renascimento e restauração da Pátria. Nenhum bom português deve deixar de assiná-la e divulgá-la. Redacção e Administração — L. do Directório, 8-3.º, Lisboa. Agência nesta cidade: «GIL VICENTE», Largo Prior do Crato, 59-A.



ANTONIO SARDINHA NO SEU GABINETE DE TRABALHO

Cliché do Rv.º P.º Valério Cordeiro

Um ano volvido

Louvado Deus! Nesta canceirosa tarefa de derramar as verdades eternas nos espíritos de todos os homens de bôa vontade, nesta luta constante, nesta luta de todos os dias contra o rotativismo da hora presente, nesta tarefa de cabouqueiros da Cidade-Nova, um ano passou já, um outro ano começa, e o nosso esforço não se perdeu, e as nossas esperanças não se desvaneceram, e a nossa fé continua cada vez mais viva, mais entusiasmática, mais certa e mais segura da vitória.

E como «o nosso fim é salientar a urgência de condicionar toda a acção reconstrutora por um labor constante de rectificação mental», e ainda convictos de que «é preciso reagir contra o mal em que nos desfazemos», aqui estamos aprestados para a luta, sem um desfalecimento sequer, e aqui continuaremos até ao triunfo definitivo das nossas Ideias, até ao triunfo definitivo da Inteligência, até à vitória final da cruzada da Reconquista.

*

Um ano volvido! Há já um ano que a notícia da morte de António Sardinha, veio enlutar as almas de todos nós que o tínhamos por Chefe desta cruzada bendita do Resgate. Um ano é volvido, mas António Sardinha continua bem vivo na nossa alma. O seu esforço heroico ninguém o poderá amesquinhar. Ele foi o delineador de toda a obra a que devotadamente nos lançamos. Morreu no seu posto de combate, morreu no seu posto de Chefe.

Escreveu Petrarca, que «*un bel finir tutta la vita honora*».

António Sardinha morreu gloriosamente, como soldado de Deus e da Pátria.

Como soldados de Deus e da Pátria, saibamos nós, também, cumprir o nosso dever.

Ajoelhemo-nos, pois, diante do Senhor das infinitas misericórdias, e humilhados e contritos louvemos o nome do Senhor para que Ele nos faça dignos soldados das hostes que António Sardinha continua comandando.

A imortalidade de António Sardinha

Por JOÃO AMEAL

Celebrou-se há poucas semanas em Paris o segundo aniversário da morte de Barrés. A maior parte dos escritores franceses das gerações de hoje foram chamados pelas revistas e pelos jornais, a dar o seu depoimento escrito. Entre todos êles, recorro o de Henry de Montherlant (uma das mais altas figuras do romance contemporâneo) que intitulava o seu artigo: «Barrés s'éloigne...» Henry de Montherlant tem razão. Barrés afasta-se... A sua influência nas modernas camadas vai-se esfumando. Porquê? Porque Barrés, embora grande pelo seu apostolado tradicionalista e patriótico, ficou a meio caminho... Não atingiu as verdades definitivas. Abrigou-se num ecletismo neutro — quando todos esperavam dêle as decisões másculas dum Chefe. A tara do renanismo perdurou na sua mentalidade, feriu-o dum scepticismo incurável, não o deixou levantar os olhos para Deus, nem combater claramente pela Monarquia. Foi um profeta que só cumpriu até certo ponto a sua missão — enquanto Maurras e o seu grupo a cumpriam integralmente. Por isso, a França moderna, da extrema direita, se acolhe ao ensinamento de Maurras e, na verdade, «Barrés afasta-se», na galeria dos Mestres...

Com António Sardinha, passa-se exactamente o contrário. António Sardinha está cada vez mais próximo — e cada vez nos comanda de mais perto. Ele foi o primeiro legionário na ofensiva reaccionária. E, do seu esforço, não ficou apenas um culto platónico pela Terra e pelos Antepassados. Ficou um forte estímulo de clarividência militante, de sacrifício redentor, de vigorosa cruzada. «A vida para nós é uma *utilidade*» — escrevia António Sardinha no «*Ao Ritmo da Ampulheta*» — mas confira-se à palavra *utilidade* um significado de nobreza. E' uma *utilidade* que não nos pertence e que é preciso servir». Essa *utilidade* nobilíssima, heroica mesmo, é todo o elogio de António Sardinha. Foi supremamente *util* ao

bem comum — esclarecendo equívocos históricos, restaurando a crença nas virtudes da Raça e chamando-a a novos feitos e a novas glórias.

Querendo coroar a obra eminente de Henry Massis, um escritor contemporâneo, classificou-o: «*un grand rectificateur*». O autor de “*Ao principio era o Verbo*”, merece igualmente essa bela legenda. Mas deve-se acrescentar: e um grande despertador de inteligências. No marasmo indolente, levantou o pregão da batalha salvadora. E a sua voz, ao mesmo tempo que era um eco de cultura e de verdade intelectual — obedecia ao ritmo enérgico, decidido, dum apêlo guerreiro. Rectificou, sim — mas não se deixando ficar no exame frio dos êrros passados e do seu esclarecimento escrupuloso. Rectificou — tocando, simultâneamente, o alarme luziada. Rectificou — acordando as almas, à sua volta, para o ressurgimento nacional. E a única frase que possa condensar a transfiguradora amplitude do seu clamor é aquela que Leon Daudet applicou a Corneille: «*Les éternels conflits, les âpres problêmes sont traités et résolus par lui dans le sens de l'exaltation nationale, qui est le vrai*».

Por isso, António Sardinha se aproxima cada vez mais. . . O seu grito de fecunda orientação e de chamamento às armas — sôa ainda, entre nós, no vasto alvoroço do acampamento. E será ainda debaixo da sua direcção inspirada que a hoste se porá em marcha, para as pugnas magníficas da restauração.

Há um ano, quando me disseram que os jornais contavam a morte de António Sardinha — o meu primeiro impulso foi não acreditar. O primeiro impulso não me enganou. António Sardinha — de quem recebêra, dias antes, uma grande carta e «*A Aliança Peninsular*» — não ficava para sempre afundado na eterna sombra. Voltou. Está aqui, junto de mim, debruçado sôbre o meu espírito, na sua visinhança de grande e iluminado amigo.

António Sardinha não morreu. Nem morrerá. A sua vida prolonga-se na mística da Raça e a sua morte excelsa cobre-o duma glória nova.

.....

O casamento de meus Avós

(CONTO INÉDITO)

Por ANTÓNIO SARDINHA

O Físico-Mór tinha chegado a cavalo logo de manhã, seguido da sua ordenança, de baú à garupa e grandes alforges pendentes. O pai da noiva saíra a recebê-lo fóra de portas, na companhia de alguns amigos e convidados. Apenas se avistaram, no rocio da vila, Lourenço Félix apeou-se com facilidade e estendeu a mão desembaraçadamente ao sogro que havia de ser de seu filho. Eram ainda parentes por afinidade e o Físico-Mór, propenso um pouco a recordações saúdosas, não se esquecera nunca de D. Guiomar Vicência, sua prima-irmã, e dos jogos innocentes da meninice saltando ambos alegremente à sombra dos anchos parreirais do quintal.

Decerto que a guerra-civil dividira irreconciliavelmente os dois ramos da família. Mas, na volta dos tempos, de D. Guiomar Vicência nascera aquela a quem o Físico-Mór não tardaria a beijar como esposa de seu filho. Quem o pudera adivinhar nas horas amargas em 'que só o ódio mandava e nem a hospitalidade se concedia à mesa farta de tantos do seu sangue? Por detrás dos óculos severos, uma ligeira humidade assomou nas pupilas de Lourenço Félix; tudo correrá, porém, na ligeireza dum instante. Já os cavalos estrepitavam forte pelas calçadas da vila, atraindo a curiosidade alvorçada do mulherio, debruçado em cachos garridos por varandas e janelas. O sol de Maio esborralhava-se ao alto, levantando em glória as torres e as muralhas de Arronches. O Físico-Mór, puxando da tabaqueira e do lenço de Alcobaça, perguntou para José da Silva: — «Serve-se, compadre?» E foi assim, sôbre uma caixa de rapé, que o «miguelista» e o «constitucional» se encontraram um ao lado do outro, depois, santo Deus, daquilo que lá ia passado, num torvelinho confuso de tragédia.

*

*

*

A caminho de casa, o retraimento instintivo de José da Silva sumira-se quasi sem êle dar por isso. Respondia prontamente à curiosidade discreta de Lourenço Félix, não se recordando já que, ao encará-lo às portas da vila, uma onda de mal reprimida violência se lhe espalhára pelo coração. Compreendia-se. José da Silva servira D. Miguel como capitão de Voluntários Realistas, e, partida em Evora-Monte a sua espada leal, correrá a enterrar nos seus cuidados da lavoura as

suas iras sagradas de vencido. Mas um dia, passados anos, apparecera na vila um cirurgião novo, usando grau como os antigos médicos por Coimbra. Rapaz atento e galhofeiro, correu logo em Arronches que pertencia à família de D. Guiomar Vicência. Num domingo que viera à vila, o antigo sargento-mór de Ordenanças, informou-se devidamente, visitando o cirurgião por bem parecer. Começou êle, entre rodas de «dr.» e de «primo», a perguntar-lhe o caso. Vestia rabona e chapéu fino, com a cabeleira longa, aberta ao lado. José da Silva a princípio conseguiu dominar-se com custo, porque a presença do moço na salinha de tremó doirado e tamboretos lisos, entre o chalar da pequena, levantava-lhe na ideia a lembrança do pai, constitucional empedernido, agora gosando em Elvas dos frutos da vitória, com o seu belo sôlido de Físico-Mór de brigada, fóra o pulso livre que lhe rendia um fortunação.

As coisas levaram, porém, tal rumo que uma das meninas se deixou prender pela graça bonacheirona do primo médico. José da Silva, num ímpeto, ainda resmungou qualquer opposição. Mas Ana Izabel pôde sem dificuldade dissolver a resistência paterna, por aquela doçura que a fazia o encanto da casa. Figura pensativa de rapariga, amava como poucas as flores e se lhe caía na mão algum livro de empréstimo, devorava-o com febre no eirado branquinho, ficando-se depois a scismar, já noite caída, de olhos alheados no longe. Enquanto as irmãs se afadigavam na labuta doméstica, Ana Izabel distinguia-se sempre pelo recolhimento um tanto melancólico dos seus gostos e das suas inclinações. Aos parentes velhos ouvia-os com concentrado enlêvo e só ela se entretinha a escutá-los, pelas seroadas lentas no desfiar do mesmo e interminavel conto: — o conto dito e redito das gerações donde vinham.

José da Silva pouco se importava com êsses assômos de empergamiada preocupação. Mas Ana Izabel sabia de cór as cores do brazão que o senhor D. João V concedera a um irmão de seu quarto avô, — brazão em que floriavam os cinco lizes dos Lobões e o campo de oiro dos Teles Silvas. E no isolamento perturbador da sua ingénua vida de provincia, ou na herdade, diante da paz imensa do montado, ou na vila, contemplando os torreões morenos do castelo, quantas vezes na sua imaginação não passavam, em mesuras de côrte, fantasmas que ela não tinha conhecido, mas que lhe enchiam a existência dum perfume nunca aspirado. Nuns, de garnacha e vara solene, cuidava adivinhar certo tio, que fóra corregedor em Avis; noutro, de loba austera e hábito de Cristo, aquele desembargador que deixára na família demorado eco de si. Sorriam-se as irmãs não lhe entendendo os devaneios. E Ana Izabel, tocada de simpatia persuasiva, continuava enleada na espiral indefinida do seu sonho. As tardes gastava-as regando as roseiras.

Revia-se José da Silva no encanto da menina. Mas, o cirurgião novo chegou — e na existência plácida de Ana Izabel houve depressa um estremecimento mais humano. Eram primos — como nos romances. E como nos romances, na salinha de tremó doirado e tamboretos lisos, o antigo sargento-mór de Ordenanças concedeu, por fim, a mão da filha ao primo médico, que de rabona e chapéu fino, como em tarde de procissão, lh'a viera pedir, acompanhado dum dos senhores de mais respeito na vila.

* * *

Ajustado o casamento, o noivo quiz para padrinho seu pai — o Físico-Mór. José da Silva escumejou dentro de si, porque desejava bem não se encontrar cara

a cara com o «pedreiro-livre». Herdára o capitão de Voluntários Realistas de seus cunhados — os irmãos de D. Guiomar Vicência — uma ponta de rancor a Lourenço Félix. Olharam-no sempre como um excomungado — como um réprobo. Muito rapaz, não se acomodando à faina grossa do campo, fugira aos seus com destino incerto. Souberam depois que se tinha alistado no exército e andava aprendendo cirurgia em Elvas com os frades de S. João de Deus. Não se empertigavam os Sardinha com escusadas pompas heráldicas, embora o seu apelido andasse por campos e nobiliários da província. Gente agarrada à terra, contentava-se em viver à lei da nobreza, tratando-se com criados e cavalos e em não desmerecerem do conceito que os reputava de sangue limpo e boa cristandade. A fuga de Lourenço Félix não os desconcertou. Achavam-no estranho e arredio à curiosidade das sementeiras e sempre metido com alfarrábios, que trazia de Portalegre da livraria duns parentes, cónegos na Sé. Era natural que não dessem nada por êle, que não o estimassem. Se com indiferença acolheram a notícia da fuga, já não se mantiveram tão serenos ao informarem-se do seu paradeiro, sarjando cadáveres com os frades «seringas». Fora para isso que um dêles — o Domingos, justificára a linhagem ao assentar praça de cadete em cavalaria. Lá se andaria roçando em Elvas, como o outro, de avental e mangas arregaçadas, como qualquer «obrigado» do açougue.

O mal entendido cresceu, quando em 1820 Lourenço Félix se mostrou aberto às novidades importadas de França. Na oscilação dos partidos a sorte adversa atirou-o para a prisão, e só dela saiu — do Castelo de S. Jorge, naquele 24 de Julho em que o Conde de Vila Flor desembarcou em Lisboa. No Assumar, assistindo a *Te-Deum* e estralejando vivas, o resto da família aclamava a D. Miguel — e a medalha da realza distinguia com o seu lacinho vermelho a fidelidade de todos êles. Sobreveiu Evora-Monte. José da Silva participára do epílogo dramático da capitulação e os cunhados, dispersos e fugidos, estorciam-se de raiva nos seus escondrijos de acaso. Em liberdade Lourenço Félix subira de cargos e situações. Assistira em Queluz ao Imperador moribundo e, de passagem por postos de destaque, terminára por ser colocado em Elvas, como Físico-Mór de brigada.

Eis o que em relance se atropelava, com outras reminiscências, no pensamento de José da Silva, a caminho de casa. Lourenço Félix, possuído dos melindres da ocasião, esforçava-se com polidez para lhe corrigir as arestas. Na salinha de tremó doirado e tamboretos lisos conheceu a Ana Isabel. Trocaram-se palavras breves — as palavras indispensáveis. A um canto, José da Silva acomodára-se mais à aceitação do «pedreiro-livre», — ali debaixo dos seus tectos. A noite alongou-se, no entanto, — uma noite de Maio abafadiça e funda, tocando de mistério o casario abaluartado da vila. Na cosinha mexia-se a azáfama de véspera de casamento, — galinhas mortas, mulheres batendo bolos, — uma barafunda de festa grande. «Seja louvado Nosso Senhor Cristo» — exclamou de pé José da Silva, ao velho uso. E, despedidos, cada um procurou o descanso que o sono lhes oferecia, nas altas camas, de cortinados diâfanos e engomadinhos de fresco.

*

*

*

O cortejo espalhou-se pelas naves da igreja, cheia de povoleu cochichando, curioso. Nos altares tremeluziam as alâmpadas e respirava-se no templo espaçoso

e severo um perfume esquecido de sábadó de Aleluia. Trocaram-se os aneis e o Prior, solene nos seus paramentos doirados, leu aos noivos as exortações de S. Paulo. Ana Isabel, pálida, deixava cair em fio lágrimas grossas como pérolas. Ladeava-a o Físico-Mór, todo apumado nos seus galões e nas suas medalhas. José da Silva, êsse, nostálgico da sua farda e da sua espada, encostava-se a uma coluna, com a sua natureza de impulsivo, succumbindo à comoção. O Prior lançou a bênção seguida logo de refohudos parabens. José da Silva nunca soube explicar como é que se encontrou de repente abraçado ao compadre — ao Físico-Mór — ao «pedreiro-livre»!

Já as amêndoas esparrinhavam no adro pelo rapazio pulando sôfrego. O padre passou à sacristia com os noivos e o acompanhamento. Puxando dos óculos e com a pena de pato suspensa, principiou a lêr, nasal e atabalhado: — «*No dia dezanove de maio de mil oitocentos quarenta e cinco anos, eu, o Padre abaixo assinado, à vista do mandado do Il.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Vigário deste Bispo de Portalegre e por licença do Mt.^o Rev.^{mo} Vigário desta matriz da V.^a d'Arronches em a mesma assistí ao Sacramento do Matrimónio que «in face Ecclesiæ...» celebraram entre si com palavras de presente António Maria da Trindade Sardinha, solteiro, filho legítimo de Lourenço Félix Sardinha e de D. Guiomar Hipólita da Trindade, natural de Portalegre, e D. Anna Izabel da Silva Lobão, filha legítima solteira de José da Silva Lobão Telo e de D. Guiomar Vicência Sardinha, natural desta V.^a d'Arronches. Foram dispensados em terceiro grau de consanguinidade pela St.^a Sé Apostólica». Suspendeu-se a leitura e o celebrante convidou os padrinhos a assinarem. Um dêles — o senhor Joaquim Felizardo da Cunha Osório (Gervásio Lobato pô-lo-ia depois em scena no *D. Trajano* numa das suas diabruras), interrogou, malicioso e importuno: — «Mas, afinal, ó José da Silva, qual dos dois tem razão — o senhor ou o seu compadre?» O capitão de Voluntários Realistas endireitou-se, como que galvanizado. Nas pupilas líquidas passou-lhe um corisco de batalha. Mas amansou-o depressa a vista da filha, de veu e grinalda, já pelo braço do marido, repouzando o chapéu de castor sôbre a pantalonã côr de alegrete. «Qual dos dois tem razão, ou eu por D. Miguel, ou aqui o meu compadre pelo «papel» dos «malhados» — pergunta Vossa Senhoria? Pois o tempo lhe responderá!» E batendo com energia no ombro do Físico-Mór, embaraçado: — «A resposta virá, mas só virá provavelmente quando estivermos ambos debaixo da terra. Hão-de dá-la por nós, asseguro, os que nascerem dêste casamento!»*

*

*

*

Tardou um pouco a resposta, mas chegou por fim na pessoa dum bisneto dos dois. Na verdade, quem tinha razão era meu bisavô José da Silva Lobão Telo, capitão de Voluntários Realistas e convencionado de Evora-Monte.

.....

A António Sardinha

AGRADECENDO O SEU POEMA

"Filho de Judith,,

Se o Filho de Judith ressuscita
Seus combates crueis dentro de nós,
Em ti o amor á Terra o contradita,
Tempera-o pelas regras que te impoz.

E ainda bem que em tuas veias grita
O sangue d'antagónicos Avós,
Se a febre de vencê-los é que excita
A bela exaltação da tua voz!

E é graça, em parte, à fúria dessa briga
Que a tua Musa, da de Fialho amiga,
— Se no mesmo ambiente se crearam... —

Consegue dar por forma bem humana
Todo o sabor da Terra alentejana
A quantos, como eu, nunca a pisaram!

Uma página de memórias

Por Rodrigues Cavalheiro

Deixem-me que, a propósito do primeiro aniversário da morte de António Sardinha, eu evoque recordações pessoais e, rapidamente, trace uma breve página de memórias. Porque a sua alta individualidade literária e o seu caracter tão fortemente vincado por tal forma preencheram, durante os curtos anos da nossa convivência, o meu horizonte mental e afectivo, que de modo algum posso falar da vida e da obra de António Sardinha sem que sôfram de saúde as mais íntimas fibras do meu coração e as tonalidades mais esbatidas da minha inteligência.

Nunca conheci quem tanto se interessasse pela vária fortuna da minha existência espiritual; a ninguém devo, em carinho constante, em permanentes exortações, em socorro generoso e em agasalhado refúgio, o que, em respeito e devoção pela memória de António Sardinha a minha gratidão eterna nunca poderá pagar. E lembrar a intimidade de ideias em que vivemos é de novo trilhar os itinerários percorridos pela minha aspiração nacionalista, que o seu preceptorado, sempre vigilante, equilibrou em justos limites e submeteu a forte disciplina. E' aquecer-me, uma vez mais, à labareda intensa em que se consumiu o seu fervor de apóstolo e lêr, ao clarão que dela dimana, o capítulo mais nobre da minha adolescência.

*

*

*

Com António Sardinha aprendi a difícil arte de amar Portugal com sincero amor do coração e do cérebro e a ajustar-me ao equilíbrio raro que é necessário manter entre um Passado que é de pura glória e um Futuro a anunciar-se na mais impenetrável das cerrações. Dos seus livros e das suas palavras, sempre repassadas duma convicção inabalável, reco-

Ihi a serenidade com que ólho o alvorecer dos Novos-Tempos, cujo ambiente ideal me habituei a pressentir como, melhor do que ninguém, êle o sabia profetisar.

Eduquei, pelo seu exemplo, o gôsto vivo da Tradição, e esforcei-me, assim, por alimentar, nas raízes mais fundas da minha sensibilidade, o sabôr da Terra e da Gente e também o culto sagrado dos Mortos. Reconheci, então, a inutilidade da vida se a não soubermos ligar à cadeia interminavel dos antepassados e como é destituída de Verdade a existência que não sofre pelos que hão de nascer, como no símbolo altíssimo o pelicano sangra de sacrifício para poder alimentar os filhos.

Nas lições de António Sardinha a História volveu se, para mim, em ensinamento luminoso, — e as velas dos navegantes, as espadas dos heróis, os mantos de rêde dos pescadores, o arado que rasgava a gleba e se sabia transformar na lança protectora de lares e altares, as mãos postas em tocante ingenuidade gótica com que Santos e Artistas entregavam a Deus as iluminações da sua alma, como símbolos de fecundo dinamismo me ficaram vibrando nas artérias, emprestando ao sangue um ritmo que êle não conhecia.

Obras de ANTÓNIO SARDINHA

Volumes publicados :

- Tronco Reverdecido* — 1906-1908. Lisboa, 1910.
O Valor da Raça — Introdução a uma Campanha Nacional. Lisboa, 1915.
A Epopeia da Planície — Poemas da Terra e do Sangue. Coimbra, 1915.
A Questão Ibérica — (De colaboração) — O Território e a Raça. Lisboa, 1916.
Quando as nascentes despertam... — Poemas da turbacão e da Boa Estrela. Lisboa, 1921.
Na Côrte da Saudade — Sonetos de Toledo. Coimbra, 1922.
Chuva da Tarde — Sonetos de Amor. Coimbra, 1925.
No principio era o Verbo... — Ensaios e Estudos. Lisboa, 1924.
A Aliança Peninsular — Antecedentes e Possibilidades. Pôrto, 1924.
No Ritmo da Ampulheta — Crítica e Doutrina. Coimbra, 1925.

Prefácios :

- Caetano Beirão, «Uma Campanha Tradicionalista». Lisboa, 1918.
 Castelo Branco Chaves, «Fialho de Almeida — Notas sôbre a sua individualidade literária». Coimbra, 1923.
 Manuel Murias, «Cultura Peninsular no Renascimento». Lisboa, 1925.
 2.º Visconde de Santarem, «Memórias e alguns documentos para a História e Teoria das Côrtes Gerais». Nova edição. Lisboa, 1924.

Colaborações :

- «Nação Portuguesa» (1915-1916 a 1922-1924); «A Monarquia» (1917-1922); «Lusitânia» (1924); «In Memoriam de Fialho de Almeida», Porto, 1917; «In Memoriam de Eça de Queirós», Lisboa, 1922; «In Memoriam do Conde de Sabugosa», Lisboa, 1924; «In Memoriam de Camilo Castelo Branco», Lisboa, 1926; «Revista de Ex-Libris»; «Contemporânea»; vários jornais («A Nação», «Restauração», «A Ordem», «O Dia», «A Epoca», «Novidades», «Gil Vicente» e «El Debate»), etc.

A lição do Mestre

Por Horácio de Castro Guimarães

Quanto mais, o tempo, na sua incansável carreira, nos afasta e distancia da presença física do Mestre, mais a saúde e o duro exemplo das misérias actuais, engrandecem e levantam, em nossa memória, sua figura expressiva, de altitude e de prestígio, enchendo, sózinha, toda a história política e mental dos nossos dias.

E' que, António Sardinha, espírito cimeiro, que paira alto, muito alto, em vôos amplos de inteligência, para além das lutas inglórias dos pigmeus políticos e das vistas curtas daqueles, que não podem abranger a visão penetrante dos génios, — António Sardinha, quer como poeta, quer como rectificador da História, ensaísta doutrinário e filosófico, orador ou político, aparece-nos sempre que o recordamos, admirável e indivisível, no seu conjunto harmonioso, como maquinaria transcendente dum cérebro privilegiado, em cujas circunvoluções residem e se localizam as mais diferentes faculdades, tendendo todas, numa conjugação perfeita, para a mesma finalidade e esforço equivalente!

E quando, por vezes, no recolhimento profundo da lembrança, a saúde conduz em carinhosa romagem a minha meditação, atravez dessa via gloriosa, — alto exemplo de trabalho e de fé — que foi a vida pública e mental de António Sardinha, há sempre um passo da sua Obra que, entre todos, mais funda e vivamente impressiona a minha inteligência. E' êsse inflamado sonho, essa extraordinária visão política da «*Aliança Peninsular*», — cuja ideia madre o genial escritor nos deixou nitidamente gravada nas páginas épicas do seu livro, assim intitulado, e para a realização da qual, êle consumiu em acção e espírito, as horas mais belas do seu prodigioso talento.

António Sardinha, como Chefe, é insubstituível, sim! Ele era, na verdade, como bem dizia, há pouco, o nosso querido camarada João Ameal, — «aquele Chefe que Deus envia, por graça, às Pátrias doloridas»...

Mas se, no justo dizer do talentoso escritor, o Chefe e o Homem são insubstituíveis, eu não creio que os seus esforços e a sua Obra se hajam perdido. Ela reviverá e continuar-se-há, no esforço congregado de todos nós. O Mestre deixou-nos uma Obra imensa, semeada de exemplos e ensinamentos fecundos, que todos nós temos a obrigação e o dever de aproveitar, de continuar!

E se a Obra de Antonio Sardinha, teve o milagroso poder de converter à boa fé nacionalista, tantos transviados de entre nós, que andávamos perdidos nas miragens tôrvas da democracia, porque não hà-de ela, agora, completar o milagre

de nos conduzir à victória, — agora que todos nós nos encontramos fortes e unidos, dentro desta hoste inabalável do mesmo pensamento resgatador?!

Que ninguém, nas nossas fileiras desanime, por mais duras que sejam ainda as provas a que Deus queira submeter a nossa trágica mocidade! A victória será nossa; pertencerá, por direito divino, a esta nova «geração inclita» que, precisamente na mesma idade em que nossos Pais corriam a envenenar-se na delícia falsa dos prazeres, se debruça, compassiva, a cuidar das feridas da Pátria agonizante... E nós, que temos já uma doutrina forte, uma filosofia política, provada e experimentada, num passado de alguns séculos gloriosos; nós, que sabemos bem o que queremos e para onde vamos, e qual será o resultado prático da nossa política futura; nós, que temos de Pátria e Tradição, a serena, clara e espiritual noção de de-vêres e sacrifícios a cumprir, bem diferente do culto vazio e declamatório dos idólatras da demagogia; nós, que nos encontramos conscientemente possuídos e convencidos das verdades por que luctamos, — não podemos duvidar da realidade da victória!

Nós sabemos bem que, pela ordem natural do Tempo e da duração, seremos, amanhã, os guias dos destinos da nossa terra. E então, infalivelmente, *Portugal será o que nós fôrmos...* Mas, para isso, para que Portugal não seja *amanhã*, a continuação do mesmo deserto árido de *hoje*, a mesma abóbada vazia, sob cujas naves sombrias apenas écôam clamores de anarquia e desânimo, é preciso que a nossa mocidade se instrua e se especialize, tirando do exemplo aterrador das desgraças presentes, a lição das sciências políticas, que nos hão-de orientar no futuro e os ensinamentos técnicos da administração dos povos. Abandonemos, de vez, os vícios da rêtórica e dos tropos pomposos, que apenas servem para encobrir misérias e ourar as chagas fétidas das mentalidades apodrecidas, — e entremos, decididamente, pelo caminho desenvenilhado das realizações práticas e úteis. Lembremo-nos de que os Reis, — um Rei como nós queremos —, *governa, não administra!* E portanto, quando um dia a nossa geração puder oferecer, liberto, ao representante legítimo dos Reis tradicionais, o Trôno de seus Avós, que ela lhe possa dizer também, com convicção e lealdade:

— «Senhor! Aqui tendes a fazenda que a Vosso Avô roubaram e a Vosso lado um grupo escolhido de homens competentes, para Vo-la administrar!».

E então, sim, — Portugal, com um Rei para o governar e coartar aos politicos tôdas as ambições do mando, com um grupo forte de súditos fieis, conscios da sua noção de *servir e administrar* com competência, desinteresse e honradez, então, estou certo de que entraremos, por fim, numa época nova de regeneração.

*

*

*

Eis o grande exemplo, a extraordinária lição, que a vida e a Obra impecável de Antonio Sardinha nos deixaram. Trabalhar, aprender, servir!

E quando todos tivermos trabalhado, aprendido e soubermos servir, teremos ganho a batalha contra a legião avassaladora da Matéria e do Oiro internacionalista...

Ai! de nós se assim não fizermos e teirmos em seguir as mesmas encru-zilhadas perigosas, por onde nossos Pais se perderam. Outros nos espreitam os passos. E se nós não soubermos aproveitar o tempo e a fôrça motriz das energias

ancestrais, não faltará quem apareça a receber a herança ruinosa da Demagogia, — cancro que rói lentamente o corpo enfraquecido da Nação —, para nos arrastar à mais aviltante das mortes morais. . .

Lancemos os olhos para além. Dia a dia, nesta guerra espiritual contra a ordem e as verdades eternas, cada vez se divisam melhor os campos extremos das duas civilizações em lucta. Abalada a antiga unidade do Ocidente, quebrada a solidéz moral da Europa, sôbre nós avança, a ameaçadora, a ambição alastrante da Ásia, com suas velhas heresias, sempre renovadas, sempre à espreita das nossas fraquezas e desfalecimentos internos.

E é á própria alma do Ocidente, a esta alma dividida, retalhada pelas discórdias, afastada pela catástrofe da Guerra, dos seus princípios históricos e eternos, da sua antiga missão de civilizadora e orientadora do mundo, que a Ásia dirige o seu punhal envenenado, disfarçada agora sob a túnica apostólica, dum falso comunismo. . .

«La matière est essentiellement diviseuse et les hommes ne communiquent que dans l'immatériel», escreve Jacques Maritain, nas suas admiráveis *Réflexions sur l'intelligence*.

Mas, — ai! de nós! — êste antigo espírito, poderoso e fecundo èlo da desencadeada unidade ocidental, vai perdendo, perante o inimigo, e por culpa dos desvairados políticos europeus, o seu velho prestígio. E é dêsta modo, que «les imprudences, les aveuglements vont se payer, comme ils se paient dans l'ordre historique, au prix du sang» — sentenciá o ilustre Maurras.

O combate formidável entre o Espírito e a Matéria, vai em breve travar-se. Estejamos prontos para êle. Não esqueçamos as lições colhidas na Obra de Antonio Sardinha e lembremo-nos sempre, de que a salvação do nosso prestígio de Cristãos e europeus, está nesse sonho épico da «*Aliança Peninsular*», que a morte do Mestre interrompeu e que nós temos de realizar.

Janeiro de 1926.

Chuva da Tarde

Por Cesar de Oliveira

Anda a memória aos tropeções do tempo.

E, como o tempo, a vida é vária e hostil neste Janeiro que nunca mais se esquece, neste mez que fica para sempre marcado na quadra negra da nossa desolação, o mez lutuosa da nossa orfandade intelectual.

Chegando o Janeiro, a vontade emperra no frio ou escorrega na lama.

Envolve-se a memória num húmido farrapo de saudade, e ela aí fica esmarrida e espantada na vasia contemplação do tempo e da vida, olhando a chuva da tarde que não pára, tiritando no desejo insatisfeito da braza viva duma lareira amiga.

Para paisajar, colorir, plasticisar a vida ou o momento social e político que passa vergado sob um guarda-chuva ou encolhido num impermeavel, rebelde ao comentário e á critica, não há mais que confundi-los, por uma fácil operação de mimetismo pensante, na variação infinita dos fenómenos meteorológicos.

A vida é como a roda duma azenha que uma água misteriosa faz girar, roda inquadável, espiral ansiosa e infindável dos tempos.

Repete-se nas estações e nas catástrofes. Há primaveras na história, e há outonos amarelos e decadentes na maturação já sorvada de muitos povos.

Searas verdes, crespas, erectas de promessas em Abril, quantas vezes não tombam, chôcas e amarfanhadas nas trovoadas de Maio, antes de vergarem ao pêso farto das espigas pelo meio-dia calcinante do sol do rubro Julho...

Entre dois temporaes fôra o trigo semeado, que é sempre no inverno que o bom semeador semeia, não procurando saber se o vento lhe arrancará o tecto da cabana, não curando mesmo se uma inundaçào mais forte lhe levará no enxurro, além da semente, a própria terra.

Assim somos nós, os homens de fé e de boa-vontade: como o bom semeador, nós temos esperança na primavera, na Primavera de que mal se distinguem ainda, neste crudelíssimo Inverno, os renovos tenros e as alvoradas precursoras.

Olhando a fúria, a duração e a inclemência dêste rude inverno, e os destroços que se amontoam no martirisado campo das almas e da vida, um espinho de rebeldia e de violência momentâneamente nos sacode, um espinho que mal arranha e logo sangra um infinito sentimento de piedade humilde e cristã.

Ah, êste inverno que nunca mais acaba, êste inverno que traz as almas espavoridas e acabrunhadas num pesadelo de negrumes!... Como o debater sombrio, gelado e viscoso de um monstro na agonia... Como a tromba voraz que tudo arrasta e engolfa no seio negro e grunhidor... Ah, o duro inverno, rigoroso e triste e calamitoso, que parece não ter fim!

Tal é o inverno da nossa história e dos nossos dias: E' êste mez de Janeiro, que abre num sorriso de ceu e sôl, e acaba entre aguaceiros que encharcam de so-rumbática humidade as pessoas e as coisas.

De tudo quanto significa aspereza e crueldade, frio e destruição, veio prenhe êste Janeiro triste que já foi de esperanças e é agora só de pungentes recordações. Ele peneirou a geada cristalina e a neblina baça, cansada, rés-vés da terra e da lama.

Vortilhonou ciclones, ateou incêndios, vagalhou os mares, arrazou bairros de gente pobre, deixou de pé as monstruosidades do tempo e da vida, estoirou os diques ás águas e á vergonha, negaceou com o sôl amigo e assassinou de frio a esperança de algumas andorinhas que arribaram ao engano.

Guarda-portão de tôrva catadura á entrada imunda do novo ano, parece que se compraz em arrancar uma a uma as penas variegadas e encolhidas de tantas tititantes illusões!

Mas é mais forte do que a violência dêste sacudido Janeiro a firmeza inabalável da nossa fé, esta fé que tem raizes no Passado e levanta as grimpas mais altas ainda para além do Futuro.

Nem sequer nos amedronta, como ao lavrador nosso irmão e nosso mestre, a ideia terrificante de que uma inundação ou um desabamento sobrevenham que arrastem no enxurro ou sotерrem para sempre a terra e a semente, o campo e o trigo germinado. Ah, não!

Porque é bem mais longo, pesado e cruel o nosso inverno, assim é mais segura e certa a nossa sementeira.

Não é de areia que o vento arrasta, nem de barro que as águas migam e dissolvem, o campo onde semeâmos. E' de argila, sim, desta frágil argila em que Deus nos modelou á sua imagem, mas onde, á sua semelhança também, acendeu um lumesinho humilde mas eterno que é fôrça e presença do seu eterno espírito.

Por isso é grande a nossa confiança no germinar lento e firme e certo do grão ideal que vamos semeando.

O inverno avança, e enquanto a terra em que labutamôs leveda sob a geada ou se confrange ao pêso dos temporaes desabridos que uivam desgraças e cospem gargalhadas escarninhas, pôdres, provocadoras e miseráveis, — vamos nós assistindo ao turbilhonar barrento dos destroços na vasa; vamos temperar a vontade á forja sempre acesa onde já não canta ao ritmo do tempo e da vida o Mestre incomparável que como ninguem soube correger as primeiras espadas da redenção nacional; vamos contemplar, sem lágrimas nos olhos e de coração franqueado mais ao chamamento vibrante dos clarins a novas emprezas guerreiras do que ás saudades cruciantes do passado, o roble gigantesco que o ciclone da morte arrancou em Janeiro pela raiz da vida, mostrando-nos como fôra alto e belo e forte, além de superiormente cristão e fecundo, o luminosíssimo espírito de Antonio Sardinha.

Ao falar do Mestre e da sua obra, tenho de declarar que não pretendo, nem de longe nem mesmo de passagem, tentar a esse respeito o mais ligeiro esboço crítico.

Não sei, não posso criticar: Amo ou detesto. A análise fria, metódica, calculada, é avessa aos temperamentos impressionistas e escaldadiços, aos que se apercebem do belo e do sublime por intuição que não por educação, e que só podem

negar ou afirmar, que não conhecem meios termos entre a admiração e a repulsa, entre o louvor e a aversão.

Suspeitos, por isso? Não. Porque Antonio Sardinha é tão superior á agradeçada exaltação dos que o amam, como á critica pedante que na sua obra pretende cravar os dentes da calúnia e cevar o despeito irritante da sua larvada impotência.

Grande de mais para o seu, para o nosso tempo? Nem de mais, nem de menos.

Ele foi a promessa e a base de uma obra titânica, a chama viva que ateou o fogo da esperança e da fé e que a chuva da tarde apagou traiçoeiramente, no preciso momento em que a sua inteligência fulgurante rasgava em golpes de luz novos caminhos ao pensamento nacionalista, num trabalho hercúleo, glorioso, de bandeirante nos sertões da história.

Antonio Sardinha não precisa para que seu vulto destaque em nitida e legítima grandeza, que forcemos o espaço e o tempo para lhe dar a justa amplidão que a sua obra conquistou por si, nem que amesquinchemos o mundo de ideias e a sociedade que o rodeou e em que viveu.

Foi o homem do seu tempo, foi o que devia ser, como se de remotas eras lhe estivesse reservado o grande, o principal papel que representou no drama histórico em que nos movemos.

Não existem figuras desmarcadas na ribalta da vida, mesmo que seja irrisório o cenário, apodrecido o palco e miserável a farraparia dos comparsas. O ridículo ou a desproporção das figuras só é notada por aqueles espíritos superficiais que, alheios ao enredo trágico por insuficiência de ouvido, não sentem no conjunto, na emoção, o frémito da alegria, da loucura e da dôr, e não vêem a alta labareda que enrubesce tudo quanto se acerca do fulcro genial. Esses deslocam as figuras de maior relêvo do seu tablado humano, e querem-nas num palco ideal e amplo, grandioso mas irreal.

Antonio Sardinha foi o homem que a fatalidade destruidora e geradora das ideias reclamava em Portugal.

Chegou na sua época, e desenvolveu no momento que o destino lhe marcára a sua prodigiosa actividade.

Não trabalhou isolado, que é essencial ás novas doutrinas êste contágio alvoroçado de proselitismo e de dedicações apostólicas.

Mas, perante a extraordinária obra que nos legou, o alto exemplo que foi e a fôrça creadora e expansiva do Novo Evangelho de que foi o mais generoso semeador, não é á Morte que nós vamos pedir a auréola de glória que o imortalisa e santifica, não é a saudade que no-lo apresenta como o maior entre os maiores e o primeiro entre os primeiros.

Mestre incontestado do nosso Nacionalismo, ao seu intenso e aliciante poder de simpatia pessoal se devem, sem dúvida, alguns dos mais notáveis triunfos da doutrina integralista. Mas foi principalmente o seu verbo persuasivo, flamejante, sabedor e tão reverberante de justiça como ardente do mais puro espírito cristão, que incendiou milhares de vontades na fogueira da nova fé, e ateou em milhares de almas a faúlhasinha do novo ideal.

Foi com essa palavra nervosa e culta, flexível e ao mesmo tempo doce como o aço de uma espada, que êle riscou na pederneira da mentalidade portugueza a fâisca da consciência luziada e abriu ao messianismo depressivo e fatalista o recto caminho duma esperança mais humana e mais alta.

Poeta, na superior definição em que a palavra é tomada como interprete da beleza ambiente e subconsciente, -- silvam rajadas de saude e de fé nos seus poemas, cantam fiosinhos de ternura em fontes de humildade, ardem fogaréos de amor

e de heroísmo nesses versos admiráveis e cristãos, irisam-se saudades de pérolas e fulgem lucilações de estrelas nos seus sonetos perfeitos.

Um dos seus livros me acompanha sempre como um breviário de emoção, um livro que me não canso de ler nestes dias baços em que só vejo um mar de cinza na memória, nas nuvens enlameadas do céu, na lama compacta das ruas e dos campos.

«Chuva da Tarde» é o livro amado dos que só conheceram o inverno da vida, e parece ter sido escrito em algum tugurio remoto e desconfortável de exílio, ouvindo cair a chuva persistente e desoladca nos caminhos tristes que se cavaram de barrocaes para tolherem o passo no regresso ao lar do nostalgico exilado. . .

Tal o sinto eu neste meu exílio e nesta mesma hora em que a chuva cai, silente e cansada, maguadinha de tôda a dor e poluída de tôdas as agressividades do mundo, alquebrada e moída em longas jornadas de tédio que vão morrer, como soluços de covardia, naquela mesma lama viscosa e tôrpe da rua, que a recebe num beijo surdo de sapo, num beijo cinzento e sem ruido. . .

O escritor laborioso; o cronista oportuno e elegante que anotou á margem do tempo e das ideias as aleluias e os crimes do seu tempo; o poeta da emoção, do intimo recolhimento, dos castos sentimentos que mergulham a alma na agua bucolica das fontes, na agua insipida da chuva, na agua heroica dos mares, e a clarificam ao lume brando e santo dos cirios, ao brazeiro rubro da lareira patriarcal, ou ao sol glorioso, quente e creador -- não foi grande de mais nem inferior á sua época.

Compreende-se e ama-se assim, tal como se mostrou e se revela a todos, na sua simplicidade e no seu incomparavel valor.

Alto como foi, de uma altura que não assombra nem espanta porque a todos aquece e por todos se reparte, não precisa de ditirambos apoteoticos a sua obra, nem a sua memoria, que tambem os tempos futuros hão-de abençoar e redourar de glória.

Lembrar o seu carinho e a sua autoridade de Mestre, caldear o nosso espirito com o seu espirito, levantar em triunfo e oferecer a Deus nos átrios augustos da Nova Idade a doutrina salvadora em que se resumem os seus ensinamentos — tal é o nosso dever de discipulos, orfãos que somos da sua companhia pessoal, mas que nos sentimos assistidos, agora e sempre, do seu bellissimo espirito que se não extingue.

Ele foi o grande sementeiro, o homem que arou a terra encharcada dêste inverno miserando em que vivemos, e que escancarou com violência à luz do futuro as portas até aí trancadas dêsse vetusto castelo onde abafava um tradicionalismo com bolôr e teias de aranha.

De-certo, a morte veio arrebatá-lo e aniquilar os seus projectos de novas sementeiras, precisamente quando a sua mão se abria num gesto mais largo e generoso, quando na luta o seu pulso se tornava mais firme e tomava resolutamente a melhor espada para o derradeiro combate.

Não o choremos: Sigâmo-lo. Mesmo que o inverno redobre de fúria, impiedoso e destruidor. Atravez dos temporais e da raiva de todos os elementos desencadeados.

A seára germinará, ainda que a maldade e a loucura se dêem as mãos, e revolvam com pés sacrílegos a leiva fecunda da grande sementeira resgatadora.

A obra de reorganização nacional e de revisão histórica que o Mestre não teve tempo de ver concluída, outros a transformarão em realidade, outros virão, se

não chegaram já, que hão-de retomar o fio do seu pensamento, quebrado ha um ano pela morte.

E' passageira, e transitória, e frágil esta quebradissa carcassa em que ambulamos a alma, terra animada que a terra comerá.

Mas o espírito vivo e irradiante não morre nunca; tal o fulgor do Novo Evangelho que não espera já que os novos mestres completem e coroem o trabalho desbravador de António Sardinha.

Ele propaga-se no trepidante marulho da preamar social, radica-se até no fôjo hostil onde o êrro tem guarida, porque, como na Ceia que precedeu a Paixão, o Mestre repartiu e se confundiu na sociedade e nos seus discípulos pela comunhão integral do seu espírito.

Que êle nos assiste e nos incita, não o duvidamos nós.

António Sardinha, que soube crear em vida e à sua volta um ambiente encantador de ternura, de simpatia e de atracção consciente, deixou a sua memória prestigiosa e altíssima, nimbada daquele deslumbrante clarão de autoridade e de amor que incendia o zêlo apostólico e gera um maravilhoso proselitismo a que não será estranho, confessemos-lo, êste sentimento grato, doce e místico que também se pode chamar saúde.

Por ela, cada admirador se transforma num evangelista, e quantos, nas páginas onde crepita a chama lustral dum novo evangelho, irão galopando nesta mesma hora ao encontro duma aparição milagrosa na sua estrada de Damasco.

Pela sua memória, cada discípulo se fez um novo sementeiro nesta bela sementeira, como outra não houve mais prometedora e mais do agrado de Deus, depois que o Cristianismo foi espalhado com larga mão a todas as partes do mundo.

Cai a chuva mansinha e fina, caspa molhada da cabeleira das nuvens cinzentas, espapaçadas, moles. E' o pranto do tédio, chorado por milhões de minúsculos olhos que se piscam de sonolência e de cansaço.

A luz afrouxa, lívida e lúgubre como o pavôr e o desalento que rondam no crepúsculo eterno das enxovias.

Com a chuva, cai a tarde; fundem-se em lama estas pequeninas gotas que são como que o bafo da boca-negra da noite, da noite que já estende a língua farpada e babada de humores sujos, traiçoeiros.

Do campo, encharcados até aos ossos nesta chorosa morrinha que envisca as próprias almas, regressam agora os «maltezes» cavadores da terra, meus irmãos e meus mestres, que o nevoeiro espectralisa, boleando e esgarçando no espaço trágicos espantalhos de tortura, de humildade e sofrimento.

Parecem feitos de lama e com a lama da rua se confundem, êstes fantasmas que passam.

Estas almas pastosas que tocam a minha alma, luzem como pirilampos, fôscas e verdes, fosforescentes e moles.

E' do tempo... E' dêste negregado tempo, que é a rabuge ignobil do inverno.

Janeiro frio, chuvoso e ventoso; Janeiro dos ciclones devastadores e das sementeiras esperançosas; Janeiro das saúdes, do luar de prata, do sol doente e entanguido; Janeiro das geadas alvas e das recordações dos mortos queridos e

inesquecíveis; oh desolado mês de tudo quanto é agressivo e violento, desolador e fúnebre e gelado e mau! — passa depressa na última folha do teu calendário insuportável.

Contigo irá êste pesadelo de neblinas e chuvinhas teimosas que me trazem delida a vontade e a alma.

Voltará depois a serenidade e a alegria do sementeiro tenaz, do sementeiro que não teme o enxurro nem os ciclones, porque é feita num campo de barro vivo a sua teimosa e febril sementeira, mas que não resiste e se anula e sucumbe nêste ambiente plúmbeo em que tudo se deixa esmagar e aniquilar na dormência da lesma hibernante.

Voltará a serenidade e a alegria; o espírito poderá então aurorar-se, na comunhão dos vivos e dos mortos, da suave luz do sol e do clarão das novas ideias. Voltará a serenidade dos fortes e a alegria dos eleitos, tal como forem passando os dias no regresso à Primavera!

«António Sardinha é, sem dúvida nenhuma, a bandeira da nova geração de Portugal. Reaccionário, integralista e tradicionalista, o saudoso escritor português, desaparecido no princípio dêste ano, era um dos espíritos mais luminosos do movimento da literatura reaccionária mundial. Maurras em França e Sardinha em Portugal, eis os dois grandes expoentes da reacção espiritual da inteligência nova. Sardinha era director da esplêndida revista «Nação Portuguesa», órgão do integralismo português, onde sua inteligência atingiu ao esplendor da acção e ao vigor da reacção, chefiando um luzido grupo de intelectuais, como Murias, Hipólito Raposo e outros. Poeta, polemista, orador, ensaista, António Sardinha está imperecivelmente inscrito na história da literatura portuguesa como um escritor de *élite* e como um *meneur* regenerador do Portugal de hoje. Entre as obras poéticas do saudoso português se notam: «Quando as nascentes despertam», «Epopéia da Planície», «Na Côrte da Saúde» e «Chuva da Tarde». Como escritor tem: «Ao princípio era o Verbo», «Aliança Peninsular» e «História e Teoria das Côrtes Gerais».

(Do jornal «O Globo» do Rio de Janeiro).

António Sardinha

Renovador de ideias : Reformador das almas

Por Tavares Ferreira

« O SEU RUMO ERA A LVZ, SEU PILOTO ERA DEVS ».

Ainda o Sol não secou as feridas da saúde e já um ano voltou !
Como o tempo foge e a saúde medra !

E uma Pátria, uma Mãe e uma Esposa rememoram, nesta quadra triste do ano, os três grandes amores que geraram em António Sardinha aquele poderoso temperamento de lutador aguerrido e o valeroso e incansável semeador e renovador de ideias.

Um sem-número de manifestações de podridão romântica, em que o instinto abatia a inteligência e onde o individualismo desabrido se chocava franca e triunfantemente contra a disciplina social, foi o fructo sazornado e aliás apeteçido, dêsse estúpido e diabólico século XIX.

E para nós tão estúpido êle foi que, bem podemos dizê-lo, tornou-se a sepultura escurecida de tudo quanto, durante séculos vários, constituiria o património da honra antiga e da fôrça indomável, nêstes reinos de Santa Maria.

Esse século presenteou-nos com um testamento de Maldição, de Mentira e de Matéria.

Divinisa o homem; impõe o egoísmo como religião; a Mentira é sublimada. O século passado urdiu, numa palavra, a negação da vida.

*

*

*

Porem, o *suão* da revolta passava por nossa casa e, a um tal desfôro de ruína, vem antepôr-se, um Portugal, senhor de uma vontade, consciente da própria fôrça da inteligência e da certeza da razão, um renasci-

mento espiritual: essa escola de retempêros heroicos, em que a alma e o corpo reverdeçam e remocem, na mira de os novos se não perderem na preguiça adiposa ou preversa do soalheiro.

E êsse renovo, básica e integralmente cristão, semeára-o, cuidára dêle, como coisa sua que era, o malogrado Mestre — António Sardinha.

Era a sua glória o *Integralismo Lusitano*; e, só por êle, iam as almas erguer-se com glória!

Assentando na tradição, essa «lembrança de momentos e acções sucessivas, realizadas em tempos diferentes, mas tendo entre si um veio eterno que as liga e lhes dá unidade» o *Integralismo* era, pelo esforço de António Sardinha, a âncora amiga para um povo que não pode morrer.

Mas o povo não morreu e quem tanto o amou e por êle tantas canseiras houve, pertence há já um ano, à família extensa dos nossos Mortos.

A sua memória e com ela a obra admiravel, eis a herança digna que o Mestre deixou à geração do sacrifício que ha-de ser também a do Resgate. Deve, todavia, dizer-se que a obra de António Sardinha não precisa sómente de ser admirada. Ela carece sobretudo e por tudo, de ser vivida pela mocidade que trabalha, para, dum sonho guiado pela inteligência, se despertar numa realização que será, afinal, a afirmação do querer e do objectivo do Mestre.

E que grande exemplo temos nós na harmonia do seu pensar, do seu viver e dos seus escritos!?

Dando-se carinhosa e religiosamente à sua casa, repartindo-se pela sua terra, fez da sua vida um sacerdócio, um verdadeiro apostolado das virtudes e verdades nacionais: semeou o bem na trajectória famosa e continua por onde o seu espírito ascendeu.

E' edificante e direi mesmo consolador observar, e depois verificar sempre uma mesma personalidade marcada no decorrer e até mesmo no desdobrimento da sua obra, personalidade enriquecida de observação, repleta sempre de inspiração sublime e duma suave emotividade que nas letras de hoje escasseia.

Tinha as qualidades que os autores modernos não reúnem; era um espírito clássico, com uma profunda e apaixonada sciência; foi erudito e foi sábio no colossal «Valor da Raça» mergulhando as raizes do seu saber no que de mais característico havia no povo oriundo da velha Lusitânia. Amando enternecidamente a sua terra, dá-nos a «Questão Ibérica» onde, como na superfície das águas adormecidas de um lago, se espelha, sem mácula, o profundo carinho que a Pátria lhe merecia.

E que sentimento arreigado dum regionalismo tão bem cantado, se não traduz na "Epopéia da Planície," — um feixe de motivos locais — afinal um hino de louvôr às belesas do Alentejo?!

De um lirismo inexcedível, rebentam-lhe soluços de amor e saúde, escritos com lágrimas a rôgo do coração, em terra estranha, nas tardes trigueiras que o exílio lhe deu — "Chuva da Tarde," e "Côrte da Saúde,".

Publicista foi-o e de renome; e como ensaista e crítico, bastará indicar a admiravel obra «Ao princípio era o Verbo», preciosa colecção de ensaios e estudos, onde rehabilitou certas figuras nacionais e onde outras encontraram a justa condenação.

E ainda e sempre, na ância de deixar à sua Pátria o tributo máximo de Verdade e Vida, á data da sua morte preparava-se para nos dar uma "História de Portugal," em que punha todas as suas esperanças, em ordem à confirmação definitiva do seu valor e do seu nome.

A morte roubou-o cêdo, mas, não roubará jámais a sua lembrança, nem o valor da sua obra que bastarão à geração de hoje para dar continuidade a tão grandes desejos e a tão conscientes aspirações, fundadas num estudo insano e numa homogeneidade de pensamento, acção e vida que davam a António Sardinha o cunho dum espírito de Quinhentos.

Que a semente frutifique e a geração de hoje saiba que a ela cabe dizer a palavra de Lázaro à beira desta sepultura; a ela pertence desenterrar o espírito da Raça e, numa fogueira imensa, purificadora, queimar *cartas e constituições*, remir cem anos de inquieta loucura,.

Velharias Guimarãesenses

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

Por JOÃO LOPES DE FARIA

Sentença de Francisco da Silva, alferes do capitão Jeronymo da Silva, moradores n'esta villa de Guimarães. (1)

Vistos estes autos, libello da justiça autora a fallecimento de parte, contrariedade do reu preso na cadeia d'esta villa, prova a ella dada, de-vassa junta, que o reu houve por judicial — Prova-se contra o reu que, sendo alferes de uma companhia da ordenança, de que era capitão Jeronymo da Silva, nas ocasiões que se mandava levantar gente, prendia os pobres que não tinham que dar, andando prendendo de noite em companhia de mancebos desobrigados, arrombando as portas, dando e injuriando algumas pessoas como fizeram a Maria Gil e punham gente ás portas de algumas viúvas fazendo-lhes grandes despesas e que andando assim tinham postos os ditos homens se lhe davam peitas e os tiravam e punham á porta de outras e em effeito pos á porta de Maria Antunes quatro homens que levaram a tostão por dia cada um e lhe fizeram grande damno por rezão de um filho que lhe queriam prender, do qual o reu recebeu gallinhas e um entrecosto, e da mesma sorte pos homens á porta de Maria Francisca da Espinha que lhe fizeram muito gasto e lhe tomou toda a carne de porco que tinha na salgadeira e lhe lançaram parte della na lama e comeram outra e pão que mandaram coser e lhe beberam muito vinho da adega prendendo-lhe por tres veses um filho que o sargento-mór mandou soltar, e que o mesmo fes em casa dos sapateiros de Castellãos aos quaes lhe tomaram uns calções pretos que o reu levou para sua casa e lhe restituiu depois do doutor João Carneiro mandar tomar informação destes excessos, e que em casa de João Pires do casal das Duquesas poseram seis ou sete homens á

(1) Documento inédito. Está a cortar-se pela tinta como quasi todo o livro D do registro da Câmara, onde está exarado de fl. 17 a 20.

porta e lhe fizeram tanto gasto que lhe foi necessario vender uma junta de bois para os pagar, e que a uma Inez Gonçalves tomaram um dardo que o reu levou para casa e o não restituiu senão depois de se tirar a devassa, e a Antonio Francisco lhe tomou o reu uma capa, e a um mancebo, de tarde, lhe tomaram uns sapatos e um capote que o reu deu a um quadriheiro; mostra-se mais ser publico e notorio levar o reu peitas de gallinhas e leitões e outras cousas muitas que com effeito levou a algumas pessoas e em particular a Maria Francisca da Espinha, e pedir o reu a todos seus soldados que lhe dessem vides, carvalhos e castinheiros que todos lhe davam por se livrar das vexações que lhe fazia se lhos não dessem, e que dizia o reu que se não contentava com lhe darem as taes vides, castanheiros e carvalhos senão que lhe haviam de dar gallinhas, carneiros e leitões, se queriam que os livrasse de soldados, e que outrosi levava dinheiro aos soldados pelos livrar de irem á fronteira nas occasiões em que lá eram chamados, e que isto era publico em tanto que havia pessoas que já tinham dado quanto tinham, e que Christovão Martins tendo dous filhos solteiros e capases de irem servir a Sua Magestade, o reu lhos trazia em sua casa sem lhos prender, servindo-se d'elles e apertando tanto com outras pessoas que os obrigava a desampararem suas casas como o fariam tambem se o reu tornasse a servir na dita companhia — por parte do reu se mostra ser alferes, e como tal ia servir ao seu capitão e mais officiaes superiores, aos quaes elle foi sempre muito obediente, executando as suas ordens, e nunca por si obrava cousa alguma nem escusava ou carregava soldados, antes fazia seu officio inteiramente sem levar peitas, por resão d'elle, e que Christovão Martins não tem mais de dous filhos, o mais novo dos quaes é de cinco annos e os outros trabalhavam com seu pai e que quando elles ou outros trabalhavam em serviço do reu, elle lhe pagava, e que a gente que se pos á porta de Maria Francisca foi a requerimento de Simão Vieira, de Guimarães, com ordem do sargento-mor por ficar fiador de um filho seu que fugiu e que somente fizera penhora na carne da salgadeira que se lhe achou depositando-a em casa de Marcos Jorge e que um leitão que um filho da dita Maria Francisca lhe dera a comer em sua casa, o reu com as mais pessoas que ajudaram a comer o pagára, e que prendendo o seu capitão um homem de Tinayda elle lhe fugira e que para isso se descalçara, e que quando se posera gente em casa dos sapateiros de Castellãos elle não fora lá, e se encontrára s gente no caminho que trazia os calções pretos os quaes elle tomára e lhos dera outra vez sem lhe pedir por elles dinheiro algum, e que tão pouco fôra a casa de Ignez Fernandes mas somente vendo que lhe tinham tomado um dardo elle o escondera e lho tornara outra vez sem dar nem receber dinheiro algum, mostra-se que quando o reu ia prender algumas pessoas

por ordem de seus superiores, levava em sua companhia a gente que era necessaria para o dito effeito e não para fazer damno nem maltratar pessoa alguma, como tambem não maltratara a Maria Gil, porquanto o seu capitão a prendera somente por ordem que para isso tinha, e que a gente que se posera á porta de João Pires, do casal das Duquesas, fôra por ordem do capitão Fernão Lobo da Misquita, que ao tempo estava alevantando gente em Guimarães e que o reu somente ia la algumas veses fazer pagamentos aos ditos homens, do dinheiro que para isso dava ao dito João Pires sem delle receber outra cousa nem peita alguma, como não recebia de outras que lhas offereciam, nem tão pouco por ellas escusava soldados nesta ultima que se fez para o Brasil. mostra-se ser costume em o termo de Guimarães pedirem-se vides, carvalhos e castanheiros ainda entre as pessoas que não tem cargo algum, por ser cousa de pouco preço e que se a elle reu se lhe davam eram em satisfação de outras boas obras e de ser rendeiro na freguezia, aonde dava o seu pão fiado, e que por fazer seu officio e executar as ordens de seus superiores estava rodeado com os soldados de sua companhia; o que tudo visto e o mais que dos autos consta, qualidade da prova e das testemunhas que o reu deu em sua defesa, que são na maior parte as pessoas que com elle acompanham nas excessões que fazia e como taes interessadas em as peitas: — Condemno ao reu em privação do posto de alferes que occupava na dita companhia e que fique inhabil para não poder servir em outro qualquer da villa de Guimarães e seu termo de official, deixando seu direito reservado ás partes para lhe pedirem o damno que o reu lhe causou e nas custas. Valença, (1) de Janeiro de seiscentos quarenta e oito. O Conde de Castel Melhor (2) *Ignacio Ribeiro Maio*. —

(1) Não tem dia.

(2) Era o Governador das armas da provincia.

A Nossa Casa

A CARLOS DE MORAIS

Em tórno da nossa casa,
Ha virentes laranjais...
O verde diz, a quem casa:
«Amai-vos, cada vez mais...»

Um distante cavador
Vai cantando com voz rude:
«A ventura é sempre filha
Do trabalho e da virtude!»

¿ Não é rico o nosso lar,
Mas humilde e pobresinho?
¿ Qu'importa, se o Amor é grande
E cabe dentro dum ninho?!

¿ Não temos arcas doiradas,
Grandezas orientais?
Mas temos graça de Deus
E Amor, que valem mais...

Um pobre nunca bateu
A' nossa porta, de vão...
Ha sempre, para lhe dar,
Umhas migalhas de pão!

As alegrias alheias
— Não invejamos ninguém —
A dentro do nosso lar,
São alegrias, também...

Os velhos, que vem, resando,
A' nossa porta, pedir,
Dizem sempre: — «Não queirais
Ser águias para subir...

«¿ A vida tem dissabores?
Quanto mais alto, peor...
Se tivermos que cair,
A queda será maior!»

Quando saímos, à tarde,
A passear, no quintal,
Ao ver-nos, pela frescura
Do tranquilo laranjal,

Dizem, baixo, as violetas,
Escondidas na verdura:
— «Sêde castos e modestos,
Que tereis alta ventura».

As andorinhas alegres,
Tornando de céus distantes,
Segredam pelos beirais
«Sendo leais e constantes,

Por certo, que haveis de ser
Felizes como ninguém...
O Amor, dentro do lar,
E', no mundo, o maior bem!»

Oxalá que, à nossa volta,
Haja sempre um risco d'aza
E que nunca, nunca mais,
Deus esqueça a nossa casa...

E que a virtude que tens,
Minha dúcida mulher,
Continue e seja igual
Nos filhos que Deus nos der!...

Quanto a mim, hei-de, na vida,
Proceder em comunhão
Com êsses altos conselhos,
Que as baixas coisas me dão!...

“O Anátema da Flandres,, (1)

A Grande Guerra

De la Barre de Nauteil: A restauração da Monarquia não é simplesmente o Poder restituído ao Rey, mas a restauração de todas as leis fundamentais do povo.

I

Estremecimentos profundos, de pesadelos indefinidos, sacodem os vastos espaços da infinda imensidade; densos pavores de medos occultos, atravessam a vacuidade perenal da vida passageira; confusos emudecimentos, de atónitos espantos, espalham-se nas sombras indecisas das formas incompletas.

Terrores suspensos povoam o mundo amedrontado, a estremecer em vibrações terríveis de tétricas visões incertas, e vagas contínuas de sonhos espectrais perpassam, a acabrunhar perplexas impressões de indizível compleição.

Na amplidão e nas cousas, vaga ignoto turbilhão de temores convulsos em misteriosos tufões de calafrios de horror!...

Um mundo que se queda, pálido e estarecido, vacilando ante fenomenal açoute que o fustiga com o tremendo Nada que o gerou nas mãos de Deus.

Momento solene do silêncio absoluto!

De repente... um louco cavalgar de trovões tremendos desperta o largo longôr da distância infinita, e em potentes sons de clamores lancinantes estalam gigantêas hecatombes de convulsões impossíveis. E logo formidaveis ciclones bravios, de pardas agonias sedentos, de crescentes horrores espumantes, de trágicos martírios sangrantes, impelidos por colossais forças occultas, abruptos e fulminantes, tumultuários e pavorosos, turbilhonários e sinistros, se despenham dos perpétuos mistérios, rolando em fragores macabros, embalados em vulcões hediondos, ferocinando-se em cataclismos formidandos, a acordar no assombro dos écos o brado portentoso — A Grande Guerra —, reboando lugubrememente a estarecer o Mundo, a abalar a Terra, a evolvar uma Era.

(1) Êste livro foi escrito em 1923. Algumas das pessoas focadas nos capítulos seguintes já não pertencem ao número dos vivos. Subsistem, porém, os males que, voluntária ou involuntariamente, fizeram desencadear sôbre esta boa Terra Portuguesa e isso contribue para que «O Anátema» agora se publique sem qualquer alteração. **A sua publicação, por gentilíssima oferta do seu autor, é propriedade exclusiva do «Gil Vicente».**

A hora grave soando a afirmação exuberante das Verdades Eternas, em amargas realidades a abaterem-se, rudes e inexoráveis, sobre os povos ainda ímersos em presunçosas harmonias homodeíficas, patenteando-lhes, em abundâncias tormentosas, a perfeição vã do Progresso utópico na mais estrondosa flagrância condenatória.

A vida suspende-se, a alma confrange-se, o espírito ofusca-se.

A impressão terrível desaba violenta. E o Sêr desvaira em procura dum amparo que lhe carregue o espírito, dum consôlo que lhe beije a alma, dum vigor que lhe ressuscite a vida.

A onda crescida em tresloucadas filosofias que cai na hora decisiva!... , tal como os mundos abandonados das influências que guiam seus giros encantados, a projectarem-se nos vácuos sem fim, chocando-se em fragores dilacerantes, esfumando-se vencidos enfim.

O suplicio indefinível da expiação triturando o Eu suspeito, na iluminação ascendente das pujanças sacrosantas que pisou alvar e sacrilego, empurrando-o implacável, em busca do seu desconhecido Altar da Pátria a remir-se duma culpa longa na provação duma confissão que também é longa.

Uma Era que tomba a esvaír-se onde nasce o beijo formoso da Saúde e Esperança que aureola a frente altiva e nobre da Pátria. O presente, estagnador e bacienco, facheando-se ante a Cartilha estremecida das nacionalidades vigorosas — a lição do passado como facho do porvir, qual bússola do nauta em mares de tormentas. A cosmopolita democracia, rechaçada, descendo aos sepulcros nómadas ante as sombras dos Mortos na imposição sempiterna das Raças.

A hora santa da contrição, da ascensão!...

A Grande Guerra!... A Grande Guerra!...

Sangrentos pélagos de insondáveis suplicios, cemitérios vastos de carnificinas ferozes, dores caudalosas a tremerem entre angústias contorcentes, ingentes holocaustos alteiando berços natais, sagrações da terra realçando florescências de Deus.

Tempestades furibundas em imprecações raivosas despedaçando a bandeira visionária da Humanidade deificada onde se pretendia viver a permanente protelação do extravasamento de inatos interêsses antagónicos que terrena gente abriga no cachoar da imperfeição impenitente.

Avalanches monstruosas de assombros inéditos continuamente a crescerem na afirmação indomável duma vinculação maior da Raça em sua tradição, da Inteligência em sua magestade, de Deus em seu misticismo.

Escarceus revoltos de calamitosas assolações gargalhando das veleidades falazes da eterna fragilidade humana, a rolar sempre na senda inevitável dos Destinos invencíveis, numa subversão ou elevação moral por decadência ou ascendência ráica.

A Grande Guerra!... A Grande Guerra!...

A hora suprema das tradições heroicas acordando as energias seculares na sublimação divina —

Mortos a pé!...

— a voz dos túmulos para bem dos vivos no éco dos vindouros.

JOÃO DE OURIQUE.

No próximo número: « **Prelúdios da Traição de Lesa-Pátria** »

Crónica Política

Por ROLÃO PRETO

O PRESIDENTE GAGULA

Com a renúncia do anedótico Teixeira Gomes, tão anedótico que ainda hoje é filão inexgotável para os *blagueurs* picarescos e maganos do Chiado, houve que prover uma vaga no Palácio de Belem. E' a oitava vez que tal succede em 15 anos de república, o que bem atesta que s. ex.^{as}, os presidentes, não teem tido tempo em demasia para se aborrecerem.

E' a oitava vez. Agora, porém, a sorte favorecendo a madureza de um personagem bem conhecido, teve ao menos a vantagem de não nos trazer surpresas. Este sabemos nós quem é e de que força... Pois se já os nossos pais e avós tiveram de lhe *grammar* a pavonice!...

E', com efeito, uma bizarra creatura esta que agora reentra no antigo Palácio dos Reis de Portugal. Dizemos reentra porque todos sabem que s. ex.^a é reincidente apesar da macaca secular que o não larga.

Donde nos veio êle? Sabemos que do Brasil, mas, falecem já os como e os porquês, perdidos na noite longínqua dos tempos, mesmo para aqueles cuja memória se alarga pelos confins dos séculos. Debalde se interrogariam os arquivos das gerações mortas, que êste lendário e vetusto personagem não tem princípio nem talvez fim... natural. Vem de longe. Do tempo das invasões francesas... do tempo do terramoto e do Marquês?... Foi conselheiro do Conde Duque ou coevo de D. Sebastião?

Há quem afirme que s. ex.^a já em 1500 à frente duma delegação de índios *cumprimentára* Pedro Alvares Cabral na sua chegada a terras de Santa Cruz. Não será, porém, isto um infundado boato histórico? Ha quem o proclame efectivamente. E, esta última versão é daqueles que classificam s. ex.^a na categoria dos brasileiros de torna viagem. São êstes que lhe andam agora farejando os modos doces e a cordealidade manhosa nos paineis de Nuno Gonçalves...

Ao certo ninguem sabe nada. Mas há muito quem pergunte: não

será s. ex.^a anterior à Monarquia Portuguesa sendo um facto, como é, que lhe é posterior?

Do que se não pode duvidar, do que há a certesa enfim, é que s. ex.^a existe. Por mais estranho e absurdo que isso pareça, por mais contrário que isso seja às *leis naturais* que regulam a vida humana, a verdade está aí, à luz do dia, clara, insofismavel: *s. ex.^a vive. Vive e viverá!*

Nesta hora incerta é mesmo uma das poucas certesas que podemos contar para deixar aos nossos filhos na hora suprema da Partida: *Ele* cá vos fica filhos: estimai nele o Presidente da república dos vossos Pais e, de certo, o Presidente da república dos vossos netos.

Tal é o inacreditavel fenómeno. E eis porque, salvo, é claro, o devido respeito que se deve ás altas qualidades do digno presidente desta tão honrada, virtuosa e ilustre república, sob cuja égide gloriosa os portugueses vão seguindo o caminho dos seus Destinos, nos assalta naturalmente, a lembrança da bizarra figura das *Minas de Salomão* — a velha Gagula — todas as vezes que nos fere a atenção o saracoteio histórico de Bernardino.

Senão, veja-se o retrato: era «uma mulher velhíssima, tendo passado todos os limites conhecidos da vida humana... A testa proeminente, livida, *com duas sobranceiras ainda espessas e tôdas brancas*... A cabeça de facto pareceria a dum cadaver cortido ao sól, *se os olhos grandes não refulgissem com intenso fogo e vida*»...

E, ouça-se agora a fala de Gagula diante das guerreiras falanges dos kukumanas e considere-se se o novo Presidente não poderia, se quizesse, dizer o mesmo em parada da Guarda Republicana no Quartel do Carmo: «Sou velha! velha! velha! Tenho visto correr muito sangue. E hei-de vêr correr muito ainda, e dançar de gozo! Que idade pensais vós que eu tenho? os vossos pais já me conheceram e os pais dos vossos pais, e os outros que geraram a êsses. Tenho visto muitas coisas, aprendi muitas coisas»...

Presidente Gagula! Presidente Gagula! Nós, os que infelizmente, mais ano menos ano temos que morrer, nós te saudamos!...

O PACTO DE PARIS

Não! desta feita os venerandos dirigentes do partido monárquico não gostaram da brincadeira. Evidentemente isto são uns tempos amaldiçoados para quem como s. ex.^{as} sonha que a política é um sereno e pacato *bridge* entre caturras já passados da 3.^a reserva e em que tudo acaba alegre e inocentemente com chá e bolos... Não! Quando menos se es-

pera, o chão que parecia firme e liso debaixo dos pés, estremece e aparece revolvido tão fundo e irremeavelmente que não se pode dar um passo...

E' assim, ex.^{mos} senhores. Creiam s. ex.^{as} que o sentimos e deveras por sabermos como isso os desgosta. A Política é uma arte muito complicada e difícil e cheia de surpresas. Em nada como nela se reconhece a grande razão que Marcel Schavob tem quando julga o tempo o maior cultor de paradoxos. Tudo o que dura se contradiz. Tudo está em constante marcha, em incessante *devenir*. Pontos firmes e imutáveis onde apoiar os pés com segurança não existem. Nem mesmo a Carta, venerandas senhoras. Nem mesmo o *Pacto de Paris* que v. ex.^{as} já se tinham acostumado a considerar como um *acto adicional*, — o terceiro.

A denúncia do *Pacto de Paris* foi a tardia mas reparadora denuncia duma das mais criminosas e nefastas manobras, dos políticos constitucionais. E' agora que o tempo serenamente correu que se revela em todos os seus detalhes a extensão da enorme cabala. A força de expansão das doutrinas integralistas era à data do *Pacto* uma coisa formidável. Tentara-se tudo para lhe quebrar a inergia dominadora e a fé esbrazeante. Debalde, porém, a tática insidiosa dos conselheiros nos envolvera nas malhas duma trama tôda feita de tentações miseráveis — suborno e lisonja. Debalde. Os Integralistas pessoalmente nada queriam, a nossa firmeza era pois lógica e fácil.

Cansados porém da manobra inútil, os políticos da Carta mudaram de jogo e apontando-nos como os únicos obstáculos a que a monarquia se restaurasse conseguiram, enfim, pelas circunstâncias graves que crearam, inutilizar a nossa acção política que tanto os affligia e desorientava.

As razões alegadas eram todas falsas e traiçoeiras, como o Integralismo e o Legitimismo logo o proclamaram, e o tempo se encarregou de confirmar, mas não fôra inconscientemente que os políticos constitucionais haviam sido criminosos?! A quem restam hoje dúvidas? O Pacto de Paris foi a suprema tentativa dos que nos queriam liquidar.

Felicamente, porém, a verdade tem os seus direitos. O Integralismo Luzitano não morreu, o *Pacto* êsse é que foi denunciado para escarmento dos políticos da Carta e para bem do país.

*

*

*

E' evidente que a conspirata dos conselheiros, que teceu o Pacto, foi bem urdida e prevista de motivos convincentes e daí em grande parte o seu desconcertante exito. Mas o que sobretudo favoreceu a manobra cartista

e a tornou possível mesmo, foi o predomínio de graves êrros que então, como ainda hoje, se bem que em menor grau, amoleciam os espíritos. Exemplo: o critério eleitoral do *número* — *soberano*. O Pacto realisaria uma grande adicção, um engrossamento partidário. Gravíssimo êrro. Não triunfam os partidos por terem muita gente (Monsanto foi a revolução que maior numero de soldados arrastou ainda em Lisbôa e nem por isso deixou de ser uma revolução perdida), triunfam sim, aqueles que tem uma mais forte e decidida *élite activa*. Ora essa *élite activa* que condiciona o triunfo, só a cria a unidade vigorosa e alta da Doutrina. Um partido monarchico em que só se cuida de somar os votos contra a republica é um partido transitorio e efemero que nunca marchará unido e forte no combate.

Antes poucos mas rijos combatentes a quem uma ideia soberana insufla alento nos lances da peleja, e os agrega, enlaça e protege. Antes poucos mas todos em torno da Bandeira; Bandeira sagrada e pura, cores nítidas e firmes; Bandeira altiva e grande, resumo heroico das almas que a SERVEM; antes poucos como nas Thermopilas ou em Aljubarrota. Os exercitos só são grandes pela fé. A vitoria não está na força bruta da materia está no Espirito imortal.

Integralismo Luzitano

GRÉMIO PORTUGUÊS TRADICIONALISTA

A Junta Central do Integralismo Luzitano, reconhecendo os serviços prestados pelo Grémio Português Tradicionalista na defesa e propaganda dos princípios e direitos de Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte Nuno e a conveniência de proteger e auxiliar o desenvolvimento do mesmo Grémio, aconselha todos os integralistas a inscreverem-se como seus sócios e a auxiliá-lo em tudo o que fôr conducente ao bom desempenho da sua missão.

A JUNTA CENTRAL.

Vitrine dos Livreiros

Dos Livros & dos Autores

«**O Caminho das Lagrimas**» (2.^a edição), por José Agostinho — Casa Editora de A. Figueirinhas, do Porto.

Livro magnifico, que ainda desconheciamos, apesar de ser esta já a 2.^a edição, deixou-nos profundamente emocionados. *O Caminho das Lagrimas* é um poema biblico em prosa castiça repassado de uma beleza de forma que nos cativa.

Todo o entrecho desenrolado á volta da vida do Nazareno é admiravel e arrebatador. Alem disso é-nos revelada toda a vida dos principais vultos da epoca em que Jesus Cristo viveu sobre a Terra.

Romance de beleza e profundamente cristão, focando todos os lances desde o Nascimento ao martirio do Golgotha, a vida de Maria Magdala, de Dimas — o bom ladrão —, de Gestas, — o mau ladrão —, de Herodes e dos companheiros de Cristo, empolga-nos com todo o poder magnifico da sua descrição de mago encanto.

«**Cultura peninsular no Renascimento**», por Manuel Múrias, — Edição da Revista «Nação Portuguesa», de Lisboa.

Com algumas palavras de Antonio Sardinha referentes á obra grandiosa do Dr. Ferreira Deusdado, o eminente pen-

sador do *A crise do ideal na Arte*, iniciou a *Nação Portuguesa*, a nossa primeira Revista de doutrinação nacionalista, a publicação das suas separatas. Grande serviço presta com essa publicação. *A Cultura peninsular no Renascimento*, devido á pênna magnifica de Manuel Múrias, o autor distintissimo de *O seiscentismo em Portugal*, pertence á «Séria Ferreira Deusdado». Este trabalho de Manuel Múrias veio arreigar as esperanças que sempre depositamos na sua inteligencia e no seu saber. Embora resumido, êste seu novo trabalho revela as qualidades superiores de Manuel Múrias, filologista de vastos conhecimentos a quem está reservado um futuro glorioso.

«**Anotações á margem de um capitulo de Alberto Sampaio**», por J. Lúcio de Azevedo, — Edição da Revista «Nação Portuguesa», de Lisboa.

E' sempre grato ao nesso coração de vimaranenses a consagração e a justiça que se faça aos nossos illustres conterraneos. Está neste caso o opúsculo de J. Lúcio de Azevedo, que a «*Nação Portuguesa*» editou iniciando a «Série B — Alberto Sampaio» (Estudos históricos, e no qual é focado o grande erudito das *Povoaas Marítimas*, e das *Vilas do Norte de Portugal*. Está ainda na memória de todos a magnífica conferência

que, na Sociedade Martins Sarmiento, nos proporcionou Jaime de Magalhães Lima acêrca de Alberto Sampaio. Neste trabalho de J. Lúcio de Azevedo, para que Manuel Múrias escreveu um *Memento*, mais se engrandece a nossos olhos a figura veneranda de Alberto Sampaio, ate há pouco desconhecido de uma grande parte dos intellectuais, e tôda a sua vasta obra, que, — diz M. Múrias —, *ilumina maravilhosamente alguns dos mais reconditos escaninhos das origens de Portugal — dos portuguezes, — e é tôda a ânsia organizadora da grei que nós vemos crescer e palpitar naquelas páginas.*

«*O Cântico da dôr*», por Nuno de Montemor — depositaria «*Nação Portuguesa*» de Lisbôa.

Páginas em que a dôr perpassa, salmos ungidos de Fé, de cristianissima ternura, que nos comovem e empolgam.

O nosso distinto colaborador escreveu um Cântico que deve ser lido e meditado. Páginas de dor e de resignação elas aproximam as nossas almas de Deus e daquela «saúde suavissima, que neste mundo tão amargo se chama a *esperança cristã*...»

A Nuno de Montemor, portuguez leal e bom amigo deixamos consignada a nossa simpatia e gratidão pela oferta do exemplar e das palavras imerecidas com que nos distinguiu.

«*As últimas obras póstumas de Eça de Queiroz e a crítica*», por José Agostinho. — Casa Editora de A. Figueirinhas — Porto.

De uma polémica suscitada por uma crítica de José Agostinho, na *Epoca*, acêrca das últimas obras de Eça de Queiroz recentemente publicadas, nasceu êste magnifico livro.

Diz o saber do nosso povo que *ha males que trazem bens*. Foi o que agora

aconteceu. Do mal da polémica, em que a maior razão estava do lado de José Agostinho, a quem, agora, tornamos pública a nossa solidariedade, veio esta magnifica obra.

Entendemos que o titulo do livro não está completo porque êle não versa apenas *as últimas obras póstumas de Eça de Queiroz*. Vai mais além. E' uma obra de saneamento intellectual, e, ao mesmo tempo, um magnifico pilar para a obra de reconstrução nacional em que andamos empenhados e que havemos de levar a cabo.

E' uma obra perfeita de investigação e de crítica não apenas às últimas obras de Eça, mas, também, à sociedade actual, ao papo-sequismo de alguns literatos e criticos e à desorganização que, em todos os campos, o liberalismo desencadeou. E' um tagante que faz sangrar as carnes moles dos que José Agostinho chama *novos-ricos* e *papos sêcos* das letras.

Este livro em que é analisada, devidamente, a personalidade literária do magnifico autor do *Cidades e Serras* e feita a necessária luz sôbre a psicologia de Eça, é, também, uma afirmação do valor de José Agostinho como escritor e investigador crítico, a quem rendemos as nossas sinceras homenagens.

«*Contos*», por Parente de Figueiredo — Livraria Escolar Progredior — Porto.

Parente de Figueiredo, que nós conheciamos da *Labareda* e que hoje inicia a sua valiosa colaboração na nossa revista, lançou há pouco a público os seus *Contos*. Livrinho devêras interessante de contos simples mas belos, constitue um magnifico brinde para as crianças. São magnificas lições de civismo, de caridade e de respeito e veneração pelas árvores, pelos animais e pelas aves.

Este livrinho deveria ser adoptado em todas as escolas do país, porque é uma obra verdadeiramente pedagógica.

Das suas lições só terá a lucrar a educação moral e intelectual das criancinhas.

Eis porque o recomendamos a todos, saúdando muito sinceramente o seu autor e nosso presado amigo, pelo grande serviço prestado com a publicação dos *Contos*.

«**Cavalos de Fão em foco com Leixões**», por Chaves Coupon — Tipografia Espozendense — Espozende.

O tam debatido assunto dos cavalos de Fão é tratado neste trabalho de Chaves Coupon com todo o interesse e, em verdade, com toda a justiça, em todos os seus aspectos.

Não nos compete a nós, leigos nas coisas de engenharia, entrarmos em detalhes de técnica. No entanto reconhecemos o quanto tem de valioso o trabalho de Chaves Coupon e o quanto êle pode influir em favor do porto de abrigo de Fão há muito prometido pelos políticos do nosso país, e, como sempre acontece nas promessas dos políticos, ainda sem-realização nem início dos trabalhos necessários.

M. ALVES D'OLIVEIRA.

«**A Flôr dos Montes** (tradução) por Marie Le Mière, — edição da casa A. Figueirinhas, do Porto.

Romance encantador e delicioso, de profunda análise psicológica, tem grande naturalidade e o descritivo é elegante e rápido, cheio de poesia, emoldurando formosas páginas de leveza e gracilidade.

«**A Costa de Su Sangre**», — novela original de Mary Floram — Editor J. Prats Auguera, Barcelona.

Na *A costa de su sangre*, apresentamos Mary Floram um drama emocionante e comovedor cuja leitura interessa extraordinariamente do princípio ao fim, dedusindo-se, do seu belo entrecho, uma

magnífica lição. A tradução espanhola feita por F. Villaverde realça o valor da obra.

O editor J. Prats Auguera, calle Bertrán, 86 — Barcelona, manda directamente pelo correio 6 exemplares desta bela obra, encadernados, a todos os nossos leitores que lhe mandem com os seus pedidos 6,50 pesetas em chéque.

*

*

*

Foram recebidos os seguintes livros: «**O Romance de Amadis**», (reconstituição), por Afonso Lopes Vieira; **Verbo Ser e Verbo Amar**, por António Correia de Oliveira; e **Ana a Kalunga**, por Hipólito Raposo, a que nos referiremos no próximo número.

Revistas Novas

Gente Minhota. — Sob a direcção distinta de A. Teixeira Pinto, mimoso poeta e belo temperamento de minhoto arreigadamente minhoto, vê a luz da publicidade, em Braga, esta interessantíssima revista. Secções de interesse geral e regional, optima colaboração e excelente aspecto gráfico. Daqui saúdamos *Gente Minhota* a quem desejamos largo futuro.

*

Labor. — Revista do Liceu Vasco da Gama de Aveiro, sob a direcção dos distintos professores drs. José Tavares e Alvaro Sampaio. Devêras interessante, é colaborada pelos mais distintos professores e escritores contemporâneos. Belo aspecto gráfico.

As nossas saudações e desejos de longa vida.

*

Vasco da Gama. — Revista de pedagogia e cultura sob a direcção do distinto escritor sr. dr. Fidelino de Figuei-

redo, Edição e propriedade do Colégio Vasco, da Gama, de Lisboa. Valiosíssima colaboração de distintos escritores, está-lhe destinada um bom êxito. As nossas saudações.

*

«**Cultura**»—Revista de Letras, publicada por um grupo de alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e superiormente dirigida por José Manuel da Costa.

Revista de magnífica iniciativa, com colaboração escolhida, é uma bela manifestação de vitalidade e do saber dos estudantes de Letras, de Lisboa. Esta revista publica, em suplemento, o *Jornal*, onde são tratados os variados problemas que mais de perto interessam à Faculdade de Letras de Lisboa. *Cultura*, conta incluir nos próximos n.ºs trabalhos honestos dos mais honestos escritores da Espanha, do Brasil e das Republicas Sul-Americanas.

Saúdando os bravos rapazes da Faculdade de Letras de Lisboa, pelo seu louvável empreendimento, desejamos a *Cultura* um futuro cheio de prosperidades.

*

«**Ordem Nova**»—Soldados do mesmo Ideal, nas trincheiras de sacrificio e resgate, é com a mais viva satisfação que saúdamos *Ordem Nova*. Revista anti-moderna, anti-liberal, anti-democrática, anti-burguesa e anti-bolchevista, de que são redactores-fundadores os nossos presados camaradas Albano Pereira Dias de Magalhães e Marcelo Caitano e secretário editor o nosso presado camarada da «*Nação Portuguesa*», J. Fernandes Júnior.

Ordem Nova é uma Revista que se impõe. É uma Revista de combate. É uma Revista de doutrina. E do que hoje se precisa é de gente de combate contra as falsas ideologias do presente. E do que hoje se precisa é de doutrinadores dos princípios de ordem nova em que

há-de assentar bases o futuro e o engrandecimento de Portugal.

A *Ordem Nova*, com os protestos da nossa solidariedade, as nossas saudações muito sinceras e os desejos de uma desafogada e longa vida, para bem da salvação de Portugal.

Publicações recebidas

Nação Portuguesa—Revista de cultura nacionalista. Director: Manuel Múrias. Lisboa—Largo do Directório, 8-3.º—1925, III série, n.ºs 7-8.

A Tradição—Boletim do Grémio Português Tradicionalista. Director: J. Nunes de Freitas. Lisboa, 1926. n.ºs 6 e 7.

Salus!—Revista da Alma Cristã e do Espírito Português. Director: José Bernardino Duarte. Aveiro, 1925. N.º 9, da 1.ª Série. Outubro.

Vasco da Gama—Revista trimestral de Pedagogia e Cultura. Director: Fidelino de Figueiredo. Lisboa, 1925. N.º 1, Outubro—Dezembro.

Acção Realista—Revista mensal. Director: Ernesto Gonçalves. Ano III. 3.ª Série, n.ºs 29, 30 e 31. 1926—Janeiro, Fevereiro e Março.

Revista de Guimarães—Publicação da Sociedade Martins Sarmento. Volume XXXV, Guimarães, 1925. N.º 4, Outubro—Dezembro.

Portugália—Revista de cultura, tradição e renovação nacional. Director: Fidelino de Figueiredo. Lisboa, 1925. N.ºs 1, 2 e 3, de Outubro, Novembro e Dezembro. 1926—N.ºs 4, 5 e 6, de Janeiro, Fevereiro e Março.

Labarêda—Revista de Crítica e Letras. Directores: Artur Marques de Carvalho, Vasco Rodrigues e Horácio de Castro Guimarães. Porto, 1926. N.ºs 9 e 10, Janeiro—Fevereiro.

Gente Minhota—Arte e regionalismo. Director: A. Teixeira Pinto. Braga, 1926. N.ºs 1, 2 e 3, de Janeiro, Fevereiro e Março.

Labor—Revista trimestral do Li-

ceu Vasco da Gama. Directores: José Tavares e Alvaro Sampaio. Ano I, n.º 1. Aveiro, Janeiro de 1926.

A Reconquista — Revista de política nacional. Director: Martinho Nobre de Melo. Ano I, Lisboa, 1926. N.º 4, de Março.

Brotéria — Série mensal. «*Fé — Ciência — Letras*». Director: J. S. Tavares. Caminha, 1926. Vol. II, Fasc. I, II, III, de Janeiro, Fevereiro e Março.

Técnica — Revista de cultura técnica e económica. Directores: José Centeno Castanho e José de Queiroz Vaz Guedes. Lisboa, 1926. 1.ª série. N.ºs 2, 3 e 4, de Janeiro, Fevereiro e Março.

A Bibliografica — Arquivo e divulgação de toda a publicidade em lingua portugueza. Redactor principal: Manuel Silva. Pova de Varzim, 1925. Ano I, n.º 18, de Novembro. 1926, Ano II n.º 22, de Março.

A Vinha Portuguesa — Revista mensal de Agricultura. Director: Cândido Duarte. Lisboa, 1926. Ano XXXV, n.º 4, de Fevereiro.

Cultura — Revista de letras. Director: José Manuel da Costa. Lisboa, 1926. Ano I, série I, n.º 1, de Fevereiro.

Ordem Nova — Revista anti-mo-

derna, anti-liberal, anti-democrática, anti-burguesa e anti-bolchevista. Redactores fundadores: Albano Pereira Dias de Magalhães e Marcelo Caitano. Lisboa, Largo do Directório, 8-3.º — 1926. Ano I, n.º 1, de Março.

O Folhetim — Semanário de modas, arte aplicada e Romances. Director: Alvaro Prazeres. Lisboa, 1926. Ano I, n.ºs 1, e 2, de 5 e 15 de Fevereiro.

O Tripeiro — Repositório de notícias portucalenses. Director: Alfredo Ferreira de Faria. Porto, 1926, — 13.ª série, n.ºs 4 e 5, de 15 de Fevereiro e 1 de Março.

Invicta - Cine — Revista ilustrada de cinematografia. Director: Roberto Magalhães Lino. Porto, 1926. Ano 4.º, n.º 22, de Março.

Revistas Espanholas:

Revista del Ateneo — Director: Antonio Palma. Gerez de la Frontera, 1926. Ano III, n.ºs 18, 19 e 20, de Janeiro, Fevereiro e Março.

Nôs — Boletim mensal da cultura galega. Directores: Vicente Risco e Alfonso R. Castelao. Ourense 1926. Ano VIII, n.ºs 26 e 27 de Fevereiro e Março.

NO PRÓXIMO NÚMERO:

Escotismo Católico

A Voz do Papa

POR EUGÉNIO DE BELONOR

Cântico da Dor

Por NUNO DE MONTEMOR. Preço, 3\$00 Esc. Depositária geral:
«Nação Portuguesa». Largo do Directorio, 8-3.º, Lisboa.

A' venda na Casa Nun'Alvares — Guimarães.

ACABA DE SAÍR:

Numa elegante edição do "GIL VICENTE", o primeiro volume das separatas que nos propomos publicar:

D. Frei Thyrso de Guimarães

interessante novela vimaranense, da autoria do nosso distinto colaborador sr. Fernando da Costa Freitas.

A' VENDA NESTA ADMINISTRAÇÃO

Numa elegante e sóbria edição da «Nação Portuguesa», acabam de ser postos à venda os seguintes livros:

Cultura Peninsular no Renascimento

de MANUEL MÚRIAS, o já consagrado autor do "Seiscentismo em Portugal", com um prefácio de António Sardinha e

Anotações à margem de um capítulo de Alberto Sampaio

de J. LUCIO DE AZEVEDO, com prefácio de Manuel Múrias. Preço de cada, 2\$50. Pedidos à «Nação Portuguesa»,—Largo do Directório, 8-3.º — Lisboa

Vendem-se nesta cidade na CASA NUN'ALVARES.

"GIL VICENTE,"

N.ºs 3 e 4 — 2.ª SÉRIE — 1926

Sumário: — «ESCOTISMO CATÓLICO» — «A Voz do Pápa», por Eugénio de Belonor; «O ANÁTEMA DA FLANDRES» — «Prelúdios da Traição de Lesa-Pátria», por João de Ourique; «O LABOR DA GREI», por Eduardo de Almeida; «DEULADEU-MARTINS», por Parente de Figueiredo; «A' MARGEM DE «ANA A KALUNGA», DE HIPÓLITO RAPOSO», por Rui Galvão de Carvalho; «RECANTOS DO MINHO» — Nicho de Alminhas da Portinha — (Gravura), desenho do Dr. Luis de Pina; «VELHARIAS VIMARANENSES» — «Documentos & Efemérides» — (1826 — Guimarães há 100 anos), por João Lopes de Faria; «VÁRIA» — «Das Ideias & dos Factos», Redação; «VITRINE DOS LIVREIROS» — Dos Livros e dos Autores, por Horácio de Castro Guimarães; «PUBLICAÇÕES RECEBIDAS». : : : :

COLECÇÕES DO «GIL VICENTE»

I.ª SÉRIE

As poucas colecções que restam vendem-se na nossa administração ao preço de 20\$00, cada.

Aos nossos prezados leitores e colaboradores pedimos nos desculpem o atraso com que sai este número do «GIL VICENTE», originado na tipografia onde é composto e impresso.

ASSINATURAS

Continente e Ilhas — 1 ano — Pagamento feito directamente á Administração	20\$00
» » » — 6 meses	12\$00
Colónias Portuguesas — 1 ano	36\$00
Estrangeiro — 1 ano	40\$00

PREÇO DÊSTE NÚMERO, 4\$50

TIPOGRAFIA LUSITANIA
RUA GRAVADOR MOLARINHO, 47

GUIMARÃES

Cântico da Dor

Por NUNO DE MONTEMOR. Preço, 3\$00 Esc. Depositária geral:
«Nação Portuguesa». Largo do Directorio, 8-3.º, Lisboa.

A' vend2 na Casa Nun'Alvares — Guimarães.

ACABA DE SAÍR:

Numa elegante edição do "GIL VICENTE,, o primeiro volume
das separatas que nos propomos publicar:

D. Frei Thyrso de Guimarães

interessante novela vimaranense, da autoria do nosso distinto
colaborador sr. Fernando da Costa Freitas.

A' VENDA NESTA ADMINISTRAÇÃO

Numa elegante e sóbria edição da «Nação Portuguesa», acabam
de ser postos à venda os seguintes livros:

Cultura Peninsular no Re- nascimento

de MANUEL MÚRIAS, o já consagrado autor do "Seiscentis-
mo em Portugal,, com um prefácio de António Sardinha e

Anotações à margem de um capítulo de Alberto Sampaio

de J. LUCIO DE AZEVEDO, com prefácio de Manuel Múrias.
Preço de cada, 2\$50. Pedidos à "Nação Portuguesa,,—Largo do
Directório, 8-3.º — Lisboa

Vendem-se nesta cidade na CASA NUN'ALVARES.

Escotismo Católico

A Voz do Papa

Por Eugénio de Belenor

Falou o Papa! Uma voz autorisada, como a sua, devia impôr silêncio a todas as outras vozes que em volta de nós se erguem, achincalhando-nos, amesquinhando-nos, arremessando para cima de nós o desprezo, numa ignorância absoluta, mas culposa, do que somos e da finalidade da nossa acção.

Uma tal voz deveria despertar a atenção daqueles que nos olham com indiferença, como se nada fôssemos e nada valêssemos, deveria levá-los a considerar que louvores vindos de tão alto, — que de mais alto não podem vir na terra — por certo não serão gratuitos, por certo os justificará e motivará o valor real da instituição louvada, valor que a torna creadora de toda a coadjuvação e auxílio.

Há, para connosco, duas injustiças muito grandes, que pacientemente suportamos sem uma queixa, sem um ressentimento, sem qualquer manifestação de mau-humor: — a injustiça dos que nos ignoram e a injustiça dos que nos querem ignorar.

Os que nos ignoram caluniam-nos, atribuem-nos fins menos lícitos, opõem mil e um obstáculos ao nosso desenvolvimento, à nossa organização, à nossa expansão, inventam os mais inverosímeis e estranhos meios para fazer abortar a nossa acção educadora, apontando-nos umas vezes por agremiação militarista com fins políticos inconfessaveis, por exército permanentemente organizado e pronto a entrar em luta *ao mando tórvo e negro da Reacção*; outros olham-nos com desconfiança e perseguem-nos — êles! os paladinos intemeratos da moral! — por desmoralizadores, perversores da juventude, corruptores dos bons costumes.

Eu podia fazer acusações mais concretas; podia referir-me, sobretudo, àqueles sacerdotes que, cegos perante o exemplo dos superiores hie-

rárquicos, surdos às suas vozes de conselho, nos condenam ao mais completo ostracismo, nos afugentam, como se se tratasse de empestados. Poderia ainda referir-me à acção daquelas pessoas, às quais uma piedade falsa inibe de nos compreender e arrasta à pratica de todos os descatos para nos destruir; mas vale mais calar e deixar à consciência dos que assim procedem o juizo sôbre tal procedimento.

Os que nos querem ignorar não são menos culpados. Fecham os olhos à evidência dos factos, fecham os olhos diante dos resultados magníficos que noutras nações já tem produzido o Escotismo e, cheios de orgulho nos seus predicados intellectuais, inchados com uma sciência egoista que não os deixa ver as realidades, condenam-nos à indiferença, procedem como se não existissemos ou como se o nosso movimento não passasse de uma brincadeira de garotos sem resultados apreciaveis no meio social.

A êstes como aos primeiros, aos que nos desconhecem como aos que nos querem desconhecer, sirva de resposta o belo discurso de Sua Santidade na recepção da peregrinação internacional de *Scouts* Católicos.

Que as palavras do grande Pontífice da Igreja os chamem a melhores sentimentos e os convençam a prestar-nos toda a coadjuvação, na certeza de que, auxiliando-nos, trabalham em prol de Portugal, em prol da regeneração lusa de que tanto se fala, mas para a qual muito pouco se trabalha no domínio das realizações.

E' certo que muitos nos olharão com desconfiança, porque, no seu nacionalismo intransigente, julgam que desnacionalizamos a juventude e a corrompemos com costumes puramente ingleses. E' injusta a suposição. Já tive ocasião de lhes responder nas «Novidades». Não é atentar contra a índole do povo português ensinar à juventude a franquesa, a lealdade, o desinteresse, a economia, a bondade, a pureza, numa palavra, levar a juventude à pratica acurada e consciente de todas as virtudes individuais e sociais. Não é atentar contra a índole do nosso povo ensinar o jovem a trabalhar, criar nêle um espírito de atividade e iniciativa que o leve espontâneamente à conquista do pão ou do bem-estar seu e dos seus, sem esperar que os meios lhe caiam do céu aos trambolhões. Escotismo não quer dizer desnacionalisação; ao contrário, significa um grande esforço nacionalizador.

Diz algures *Baden Powell* que o Escotismo não é um sistema rígido, de moldes uniformes e invariáveis, quaisquer que sejam a diversidade do meio e a desigualdade de circunstâncias que acompanham o seu estabelecimento e a sua acção. Deve, portanto, adaptar-se às exigências naturais da região, índole de cada povo, costumes especiais de cada país. Esta é a lição do grande Mestre.

O DISCURSO DO PAPA

Os *Scouts* são as esperanças da Religião e da Igreja, como da Família e da Pátria.

Pio XI.

A *Associazione Scautistica Catholica Italiana* tomou a iniciativa de convidar as agremiações escotistas católicas de todo o mundo a ir, em setembro do Ano Santo, numa piedosa romagem, à Cidade Eterna prestar a Sua Santidade Pio XI preito de sentida e filial devoção. A proposta foi aceite com entusiasmo. De todas as partes se acorreu. E assim, no dia 6 de setembro, às 4 horas da tarde, pôde ver-se, no Vaticano, na vasta explanada *Cortile del Belvedere*, 15.000 *Scouts* de Itália, Bélgica, Malta, Inglaterra, França, Portugal, Palestina, Polónia, Ungria e Suíça aclamarem freneticamente o Papa, que, sorridente e feliz diante da algaraviada entusiasta de tantas línguas confundidas, correspondia ao delírio indescritível das ovações com gestos de benção carinhosa e paternal.

De repente fez-se silêncio como por encanto. Pio XI, o sucessor de Pedro no comando da Barca de Cristo, escutado religiosamente, fala.

O seu discurso aos *Scouts* Católicos é considerado um dos melhores dos que pronunciou durante o Ano Santo. Foi uma apologia ardente do Escotismo, foi um incitamento vibrante à juventude, convidando-a a prosseguir destemerosa no encetado caminho do bem e da perfeição, foi a aprovação plena do sistema, a sua calorosa recomendação.

*

E' com imenso prazer que Sua Santidade vê diante de si tão fraterno e magno ajuntamento de *Scouts* vindos dos mais remotos lugares do globo. Tal a sua satisfação que é, «sob certos pontos de vista, difficilmente superavel e, certamente, não superada ainda».

E, depois de salientar que os *Scouts*, «pelo lugar que occupam na família católica universal, lhe fazem sentir toda a doçura daquela universal paternidade, que do Coração de Deus sentiu descer ao seu no dia em que foi chamado ao ministério apostólico»; depois de convictamente afirmar que os *Scouts* «não são só filhos vindos de toda a parte, mas também filhos muito queridos e amados, porque tiveram de pôr em prática energia, disciplina, resistência, trabalho, talvez até sofrimentos e sacrificios para irem ali encontrá-lo; depois de assim se exprimir, a palavra quente e apaixonada do Papa delinea com vigor o esplêndente ideal do *Scout*.

A peregrinação escotista representa «uma generosa profissão de fé e de devoção ao Vigário de Cristo; de fé, de affecto, de devoção à antiga Santa Madre Romana». Ora êstes sentimentos cativam lhe de maneira muito particular o seu coração de Pai comum e espiritual dos cristãos, tanto mais ainda que os *Scouts* são a «Esperança da Religião e da Igreja, como da Família e da Pátria. *«Scouts Católicos: — esta expressão não significa pouco para quem considere bem e bem saiba apreciar o significado de tais palavras»*. «Para se ser *Scout* requere-se uma constante disposição para a fôrça, para a coragem, para a serenidade, para a reflexão». Mas para se ser *Scout* Católico, diz o Santo Padre, não basta isto. «Não basta a coragem, não bastam as fôrças materiais». E' necessário ainda «um sentimento profundo de Deus, da Sua divina Lei, da Sua divina Presença.»

Força e coragem não bastam, «porque, onde só domina a matéria, o Apóstolo (Sam Paulo) diz que aí não pode existir senão violência, intemperança e desonestidade. Onde, ao contrário, o espírito predomina e governa, aí encontram-se todas as doçuras da caridade, todas as graças da pureza».

E a palavra do Vigário de Cristo mais e mais se aquece, quando proclama que o *Scout* precisa ainda de *serenidade e reflexão*, não para «a prática de loucas aventuras», mas porque o seu fim «é exercitar o espírito para as mais árduas dificuldades».

É-me impossível seguir tão de perto o magnífico discurso papal; teria de o transcrever quasi na íntegra. O que respiguei basta já para demonstrar a nítida noção que do Escotismo e do seu valor educacional possui o Papa, o interesse profundo que nutre pela expansão do movimento escotista-católico, a sincera simpatia que mostra pela juventude *scout*, por aquela juventude que, «abandonando hábitos cómodos», se vota desinteressadamente ao serviço de Deus e do próximo, numa ânsia incontida, numa sêde ardente de perfeição.

Fortes com o carinho que por nós mostra aquele que Deus deu por Anjo supremo à sua Igreja, havemos de reformar a face do mundo. Fortes ainda com o sentimento da presença de Deus, nenhuma dificuldade nos fará deter a meio do caminho da vida, adentro do caminho da perfeição.

Auxiliados por Sua Graça, não seremos do número daqueles que, diz o Papa no seu memorável discurso, «pela fôrça física pareciam atletas, mas que não tinham a formação do espírito» e que, por isso, «perderam o ânimo diante de não excessivas dificuldades».

Somos poucos, é certo; mas sabemos que Jesus Cristo disse um dia a alguns humildes e rudes bateleiros da Galileia estas palavras assombrosas: — *euntes ergo docete omnes gentes... docentes eos servare*

omnia qualcumque mandavi vobis. (Ide e ensinai todas as gentes a observar tudo o que vos mandei). Sabemos que, fieis cumpridores do mandato divino, êsses pescadores mudaram a face da terra. Assim também será o nosso esforço. A's nossas fileiras virá alistar-se a juventude e, fortes contra todas as arremetidas da ignorância, contra todas as perseguições dos embaixadores do espírito das trevas, fortes contra todos os despresos e contra todas as indiferenças, seremos os elementos sãos que realizarão amanhã a sociedade sã porque todos os homens bons suspiram, que realizarão a par das nações, não segundo um pacifismo utópico e irreal à Vitor Hugo, mas sim "a paz de Cristo no Reino de Cristo," da divisa pontifícia: — *Pax Christi in Regno Christi.*

E' o próprio Papa que o afirma, quando diz que nós — os *Scouts* — "somos as esperanças generosas, floridas, vigorosas, da geração futura, as esperanças da Religião e da Igreja como da Família e da Pátria,,

A nossa formação da juventude não a desnacionalizará, repita-se e fixe-se de uma vez para sempre. Nós não apontaremos aos jovens o mito falaz da Nação-Humanidade, desprezando a realidade santa da Pátria em que tivemos a dita de nascer. Mas será no amor sincero e vivaz a Portugal que o *Scout* formará a sua consciência, o seu espírito, a sua alma.

Melius est nos mori in bello quam videre mala gentis nostrae, diz a palavra divina da Escritura. Pois toda a educação do *Scout* se desenvolverá no sentido de o compenetrar bem dos seus deveres de português, de o levar a contribuir com o melhor do seu esforço para o engrandecimento da Pátria, que será a felicidade temporal dos seus "irmãos", de por ela derramar com alegria todo o seu sangue, se tanto fôr necessário, conformando-se com o que vem expresso no famoso verso de Horácio: — *Dulce et decorum est pro patria mori.*

«O Scout é filho de Portugal e bom cidadão».

*

Depois de largamente se referir ao fim que levou os *Scouts* das mais recuadas bandas da terra até Roma, Santuário Augusto da Cristandade, seminário de Santos e cemitério de Mártires, Pio XI termina a sua belíssima oração por estas palavras que bem a resumem: — «Tanto mais alto e apreciável será o vigor, a fôrça e o préstimo vossos na mais avançada idade, quanto mais vos conservardes fieis agora ao vosso programa, aos vossos deveres de *Scouts* Católicos, quanto mais fielmente meterdes sempre o espírito sôbre a matéria e a matéria sob o espírito, quanto mais collocardes o pensamento de Deus e os ensinamentos da Fé acima de todos os outros pensamentos e de todos os outros ensinamentos,,

Depois destas palavras, a voz do Vigário de Cristo invoca "a ajuda do Senhor que fez o Céu e a Terra" e a sua mão ergue-se, bracejando num gesto largo de bênção o sinal da Cruz sôbre as cabeças reverentes e humildemente curvadas de 15.000 Scouts.

Momento solene êsse, em que os esforços de todos os jovens, que agem por ser perfeitos, foram abençoados pelo mais alto dos ministros de Deus sôbre a terra!

Essa bênção será para nós como que a aprovação divina do Escotismo. E, reconfortados por ela, nada nos deterá. O nosso posto será "nos combates da virtude," em que por directriz luminosa temos a Cruz de Cristo e a flor de liz, — o símbolo Augusto da Fé e a imagem singela, humilde e casta da Pureza.

PALAVRAS FINAIS

Falou o Papa. A sua voz solene devia trazer à reflexão todos aqueles que ainda não compreenderam ou não querem compreender a razão de ser do nosso esforço.

O Papa não se prende certamente com bagatelas. Príncipe soberano da Igreja de Cristo, não se preocupa senão com aquilo que conduz as almas a Cristo. Ora dos *Scouts* disse Pio XI que são a *esperança da Religião e da Igreja, bem como da Família e da Pátria*.

O valor que estas palavras tributam ao Escotismo impõe-se por si de tal modo que tudo o que em seu abôno eu pretendesse dizer seria inteiramente supérfluo, se não mesmo prejudicial.

Pense-se bem. Numa hora em que de todos os lados se brada às armas pela reconstrução portuguesa, numa hora em que tudo clama que é necessário arripiar caminho para não nos encontrarmos supitamente no fundo do barranco escuro da morte nacional donde mais se não sai, num tempo em que mil e um pregoeiros encarecem o dever que todos teem de meter hombros ao trabalho de restauração sob pena de se ser amaldiçoado pelos nascituros e pela justiça implacavel da História, — também nós, os *Scouts*, fazemos ouvir o nosso brado de «Alerta», cheios de fé no futuro, porque cheios da fé de o nosso brado ser atendido.

O nosso lema é a acção. Trabalhemos e deixemo-nos de palavras e traduzamos por obras o nosso grito de "alerta!,"

E' muito natural que, na confusão babélica de tantas e tão descontraídas vozes, mais se gere a cobardia e o desânimo do que a diligência e a esperança. E' certo que muitos crentes nas virtudes de reformas políticas olham como de somenos valor o nosso esforço. Desengajem-se.

A crise de degenerescência física, bem como a crise de degenerescência moral, são males tremendos que nos sufocam, que ameaçam a nossa ruína e que a política não pode sanar.

Combatamos primeiro que tudo êsses males, aliás todo e qualquer outro esforço será improficuo. E' certo que o homem é um animal político, mas é *homem* primeiro que tudo. Façamos, portanto, o homem para que se possa fazer o político.

Escutem-se êstes dizeres humildes e tôscos, mas ditados por um desejo ardente de bem servir Portugal! E que nunca o desânimo me leve a fazer minhas aquelas palavras de Isaías com que Sam João Baptista respondeu aos que inquiriam quem era e qual a sua missão: — *Ego vox clamantis in deserto*. . . Eu sou a voz do que brada no deserto. . .

P. S. — Este artigo, bem como todos os que se lhe seguirem, são da inteira, exclusiva e absoluta responsabilidade do autor.

Faço esta advertência, para responder a insinuações malévolas e para quebrar a dentuça dos que as propalam.

E. de B.

• “O Anátema da Flandres,,

Prelúdios da Traição de Besa-Pátria

Sindicalista SOREL.: — «A democracia é a feira de negócios sonhada pelos financeiros sem escrúpulos.»

O verão de 1914 começava a inclinar-se ao seio do outono quando o Negro Cavaleiro da Morte, sedento de novo sangue, abandona a ignota caverna odiosa e vem galopando veloz, de Oriente a Ocidente, calcando cidades, devastando nações, assolando a Europa sempre a soprar, de violentas energias, de vigores pujantes, as trombetas malfadadas, atroando os ares, assombrando o Mundo, clamando, sangrentamente, horrorosamente, pela sua noiva eterna que na pia baptismal dos antros do Inferno recebeu o nome humanamente sinistro de — Guerra! . . .

O Mundo recuava de horror ao olhar a terra banhada de tamanha assolação que se ia crescendo num sempre insatisfeito caudal maior, a maior guerra conhecida, fomentada e negada pelas chamadas nações civilizadas a lançarem mão dos mais cobardes produtos de uma ciência assassina.

O enigma balcânico, arena larga cedida ao campear de vastos interesses a cachoarem de há muito, fazendo nascer a procela temerosa com que não se avém, e a que abre as portas da Europa para a deixar espriar.

A Sérvia... o Montenegro... a Austria-Hungria... a Rússia... a Alemanha... a Bélgica... a França... a Bulgária... a Inglaterra... a Turquia... a Grecia... em armas desencadeando a tão protelada e mais reccada conflagração Europeia, brotante de mares de sangue roubados de gerações inteiras a gemerem um suplício ingente, escoando formidandos desequilíbrios sociais que uma perspicácia simples previa (1), mas de que não concebia a tão avultada latitude tenebrosa

(1) James H. Thomas «leader» trabalhista inglês referindo-se à sorte do Czar e ao temôr duma república em Inglaterra: «Nenhum desses receios, felizmente, tem razão de ser. Uma verdade se impõe aos olhos de todos os que reflectem: a Monarquia desempenha um grande papel na coesão que existe entre todas as partes que compõem o império britânico. O lealismo para com o Rei, tanto sobre o território da Gran-Bretanha como sobre o dos seus Domínios, é menos uma atitude política do que uma atitude, por assim dizer, religiosa, — atitude que unicamente um monarca imprevidente poderia modificar. A fé monárquica está no coração do povo.»

onde se incensaria, mais vivida, a clamação, a afirmação, a reacção dos povos despertados na regressão às forças próprias e imanentes, a reconstruir, assim, a nação em as suas bases mais seguras que a tradição consagrou.

A Grande Guerra enovelando os colossos europeus num terrível debate de questões vitais, que de tão longamente represadas estrondeavam agora em horri-truante rebentação.

As potências europeias degladiando-se, num monstruoso torneio de milenária morte cachoante, em função de razões naturais que mui de perto affectavam as suas prosperidades nacionais, mostrando um campo imenso onde avança impávida e serena, em menor numerário, a consciência real das verdades eternas fortalecendo na paz as previsões da guerra e onde recua surpreso e desamparado, em enorme amontoamento, o ilogismo filosófico das abstractas utopias definhando no vício as energias de amanhã. *Ubi est multitudo, ibi sit confusio.*

Um quadro formoso resplendendo lucidez perfeita, lógica intemerata, ascensão da vida, onde os povos definidos e as nações decadentes terão a fonte clara da exultação do tonificante nacionalismo (1). A Guerra afirmando em George Valois que «a Democracia é uma marcha para a Morte, para a dissolução, porque é o regimen da mediocridade».

Nos limites dos trágicos precipícios, espíritos lívidos olham o rolar da fenomenal hecatombe, perguntando-se o piso firme a trilhar; e uns, mais suspeitosos, mais perspicazes, mais inteligentes, sem interêsse algum a jogar, lá se vão cautelosamente retirando para não resvalarem; outros, perscrutando dextramente os volteios mortais do cataclismo indomavel guardam o momento em que as suas necessidades feridas os coajam a uma defesa forçosa; ainda outros, chegam a roçar a insaciavel cratera atraídos pela visão de uma farta colheita que ofereceria a instalação de uma grande praça comercial na Europa; outros mais, recolhem-se a Além-Mar donde bradam um apoio espiritual a patéticas teorias que os subornaram; e finalmente um outro, de cabeleira desgrenhada, patético, endementado, arquejante, irrisório, arrogando a si a defesa do Direito das pequenas nações e mais estultícias de ímpia sereia, desaparece nas escancaradas voragens seduzido pela vertigem do abismo, a queimar um arrivista estandarte verde-rubro, que em Portugal se recorda por um perene rasto de sangue.

O requintado anarquismo de António José de Almeida, satisfeito em mandar dar água-raz aos monárquicos quando êles tivessem sede e pólvora quando tivessem fome, radiante em dinamitar as fábricas e as igrejas, encarniçado no amor do extermínio que ordenava o seu amigo marquês de Pombal como chefe da Inquisição, para com o estrangeiro abria-se em rasgos de espaventosa generosidade, não querendo do conflito forçado os mais míseros «lucros para Portugal», e, na sessão histórica de 6 de Agosto de 1914, em pleno parlamento lá do sufrágio, berrava, a amplos pulmões e sem contraditas, os negros dislates: «Vamos correr a sorte das armas. Não nos entristecemos com isso.

«Resignemo-nos, porque é ao lado da Inglaterra e da França que o sangue lusitano vai verter-se (!!!...)»

«O nosso gesto de pegar em armas pelas duas nações amigas é o cumprimento de um dever (!!!...) que nos leva a defender (!) o forte, nobre e glorioso

(1) Algumas nações se vão já despertando e encaminhando seus passos, como a Itália, a Espanha e a França, por este lema de ressurreição, enquanto outras já reagem contra as democracias utópicas que as asfixiam ainda pesadamente.

peito inglês, com que nos temos encontrado sempre, e, nos impele para, com o nosso corpo embora golpeado (!!!...), protegermos das baionetas brutais os seios gaulezes (4) em cuja ponta chupamos e haurimos a linfa do nosso resgate espiritual. !!!!!... E não satisfeito de tanta miséria moral, sobresaía mais, em 11 de Agosto de 1914, no seu pasquim da imprensa, a renegação da Pátria que teve a desdita de lhe servir de berço, bolsando o asqueroso prefácio do seu ardentemente vilão intervencionismo. «Não regateemos o nosso esfôrço» !!!...

«No terrível momento que decorre, uma só coisa acima de todas devemos lamentar: a circunstância de os nossos serviços não chegarem a ser precisos, ou peor ainda, de os não quererem aproveitar» !!!...

«A guerra é uma barbarie monstruosa que deslustra a humanidade (mas que lhe é inerente), mas há uma coisa peor e mais repugnante, que é fugir a ela por baixo egoísmo, deixando que os outros, sem a nossa cooperação, defendam a Liberdade, de cujos benefícios também queremos gosar (!!!!!). Isso faz mais que deslustrar. Isso deshonra» (2).

O histórico republicano N. de M. o pobrezito oficial da monarquia constitucional (3) que nos meados do mês já tinha hipotecado o ordenado do mês futuro, medroso de palavrar na praça pública e pretendente ao sobado de Angola pelos seus serviços... republicanos, crivado de dívidas que tantos cães lhe atiravam às pernas, ao vêr fugir-lhe uma fortuna de endoidecer de gôso, no empréstimo para a sustentação da república na intromissão na guerra, sem lucros para Portugal, dinheiros que a Inglaterra entendeu deverem ficar em casa dela para a satisfação de todas as necessidades que a expedição portuguesa exigiria (material de guerra, fardamento, alimentação, alojamento, hospitalisação, etc.), dá tratos de polé ao bestunto nauseabundo e acha o célebre carimbo mágico, que lhe viria a proporcionar o pagamento duplicado dos débitos caudalosos, sem rombo perceptível em amealhado grosso pé-de-meia!!!...

O não-combatente revolucionário civil de 5 de Outubro de 1910, major de artilharia Sá Cardoso, em 13 de Agosto de 1924, mostra a sua vista de lince em questões internacionais e caseiras numa entrevista de «A Capital», devaneando entre um entusiasmo de amor pela rameira república a que tem a ousadia de apellidar de portuguesa, afirmando que «Podemos, sem contestação, mobilizar em poucos dias um corpo de exército de 35.000 a 40.000 homens com 25.000 de infantaria e 12 baterias de artilharia com 72 peças Schneider-Canet, iguais às que o exército francês usa e estão por lá obrando prodígios». (E afinal embarcar-se-ia desarmado!...)

«Dizia-se que se tivéssemos de enviar essa tropa para fora do país, ficaríamos desarmados e desprovidos de tudo». (O futuro o teria de provar tão dura-

(1) «Dois povos (Inglaterra e França) idólatras loucos de todas as liberdades, e possuindo-as todas, por ironia da sorte, um na realidade com uma monarquia, outro em sonho, com uma república!» — PAUL BLOUET.

(2) Em 5 de Outubro de 1921 dizia: «... E' indispensavel que as Pátrias se não desprendam do seu passado, o tronco criador da sua seiva e suporte de toda a emaranhada architectura da sua luxuriante ramagem.

«O contrário seria a incoerência, a dispersão e subversão dos princípios fundamentais da existência das nações».

Isto sendo já presidente da república... que não renunciou ..

(3) «O Portugal do século XIX não passava de uma democracia licenciosa disfarçada em Monarquia». — CARLOS MALHEIRO DIAS.

mente!...) «Não é bem assim; e que fôsse, pôde-se lá admitir que outra nação nos atacasse sabendo-nos a combater ao lado de outras potências?». (!!!!!!)

«Devo dizer com toda a responsabilidade do meu nome que sou partidário de uma acção pronta e decisiva». (É porque não disse porquê?... e para quê?!...)

«As duas divisões com 40.000 homens devidamente armados, equipados e municados — porque para tudo isso há, deixe-me repeti-lo — que entrassem na lucta actual, conquistariam para a República (1) portuguesa o prestígio internacional de que se torna necessário cercá-la». (!!!... e foi um prestígio lá dela...)

O boneco automático de cortesias e sorrisos sórdidos, aportado a Portugal para satisfação plena das suas ambições equívocas, guindado a presidente de ministros da república, de braço dado com João Chagas, comediando a entidade de ministro plenipotenciário em Paris, consegue levar ávante o escândalo dos Camões Canet com o apoio da Maçonaria francesa que arrancaria à Inglaterra a «Carta forçada».

Afonso Costa, a encarnação da república, o saltador dos palácios reais a que nem sequer deixou os próprios lençois, o Pombal do século XX como se apelida, destaca pelo país vários punhados de malandrins do seu jaez a provocarem um aparente «estado de excitação da população, especialmente em Lisboa e Porto», que só, quando deliberasse «desenvolver as pescarias», acharia extemporâneo, pois «que o exército não estava preparado e que o Tesouro não tinha fundos excedentes á sua disposição» (mas... se a Inglaterra lhe dêsse os dinheiros de Judas...) e porque, em presença da urgência de guarnecer as colónias, o que ainda suporia vir a ser possível, não sabia «se seria prudente enviar forças para o estrangeiro, certas dificuldades materiais a que se não dera atenção nos primeiros momentos de entusiasmo».

Os jornais de grande tiragem, o «Século» e o «Diário de Notícias» e seus satélites da imprensa do país espalham diáriamente, aos quatro ventos, por secreto intermédio das estrangeiras ordens maçónicas e das faceis fortunas adquiridas, numa exposição de enjôo, que a necessidade imediata de uma cooperação activa na Grande Guerra, era para garantia da conservação das colónias portuguesas, quando o Foreign Office «fazia todo o possível a fim de evitar envolver Portugal na guerra» porque julgava «que nos é mais favorável não entrarmos na guerra, a não ser instante necessidade, a pedido e por iniciativa da Inglaterra», e em face da aliança anglo-lusa que só nos obrigava «quando para isso solicitada» e que o Foreign Office, mesmo a pedido da França para o fazer, «não estava disposto a patrociná-lo, pois que, satisfazê-lo, implicava a beligerância de Portugal».

Pelo «princípio inteiramente falso, que o inimigo é facil de vencer, paizes beligerantes alguns êrros já praticaram derivados desta errónea convicção», o que é a base das diplomacias pobres e dos estados estéricos.

Outro tanto já não aconteceria se partissem da divisa segura e própria das nações conscientes, de que «o inimigo é fortíssimo e está disposto a sacrificar os últimos homens e a última libra» como a inteligência de Sidónio Pais verificava em Berlim e observava a Lisboa.

Mas também é certo que todos êsses paizes, a que Sidónio Pais se referia, tinham lucros a obter se o sol da vitória se inclinasse ás suas armas, e não se lançavam, portanto, no vulcão raivoso por uma estultícia absolutamente incapaz, pois

(1) LE PLAY: — «Nada de família sem lar, nada de lar sem propriedade. Não há sociedade sem religião, sem família e sem direito de propriedade».

o seu êrro, que lhes podia ser fatal, era de momento, dependendo de uma resistência em função do tempo que a guerra consumisse.

Não era um lapso total, embora fôsse avultado e crasso, colocando-os na situação dos «pontos» em presença da «banca francesa». numa luta de interesses e de raças.

Todavia nenhum dêstes países se levantára em armas «em nome da solidariedade (1) humana» !!! Nenhum desceu a tal ridículo, «na metafísica bastarda dos Imortais-Princípios», em nome da «vontade nacional» (2). !!!...

Tão peralvilha presunção só poderia ser exclusiva da república instalada em Portugal. De mais nenhuma entidade; embora outras, de igual e equivalente ou peor confecção, por ela e pelo comerciante Tio Sam, viessem a desfraudar baboseiras de tal jaez, arrogando-se a defesa do poder do Direito, da Justiça, da Liberdade, da Igualdade, da Fraternidade Universal... e das pequenas nações!!!...

Que charlatanismo tão coçado...

Só «indivíduos» (3) que, oito dias antes da guerra, ao constatar o descalabro das finanças portuguesas (que puseram a saque), escreviam nos jornais de maior tiragem que o país se encontrava absolutamente desprovido de defesa militar, pois não possuía exército, nem marinha, nem fortalezas, nem munições de guerra», voltaram aos mesmos jornais a declarar que Portugal não tinha direito a ficar neutral (situação «que alguns insensatos acoimavam de dúbia e traidora para com a nossa aliada»), que o seu exército e a sua marinha deviam sem demora partir para o teatro da guerra a combater a Alemanha e que traidores e indignos de vestir uma farda eram todos os portugueses que pensassem de modo diferente»; só «individualidades em relêvo na política portuguesa reforçavam aquela tendência em nome da solidariedade humana, sem talvez (?) pensarem nem medirem o que seriam as consequências duma guerra para um país nas circunstâncias financeiras e políticas do nosso».

Ninguém mais!... Pois quem?... se lhes havia de juntar!...

«Certamente não havia na Europa nação cujos interesses fôsem mais contrários, do que os de Portugal, ao estado de guerra, para o qual, de resto, não tinhamos o mínimo preparo».

«Na situação financeira em que se encontrava o nosso país, o preparo imediato para a guerra, em tempos normais, implicaria a inevitável ruína; no caso de guerra entre as grandes Potências, com as fatais consequências da queda de receitas, carestia de gêneros de primeira necessidade, paralisação na indústria, suspensão de exportação, etc., não seria preciso que declarássemos a beligerância para desde logo antevermos o espectro da miséria e pensar então em adquirir material de guerra conveniente, em competência com as nações fortes e ricas, seria sonho ridículo».

«Só havia, pois, duas contingências que nos poderiam envolver num conflito armado: ataque por parte de qualquer Potência, a nós directamente, ou à

(1) DUGUIT: — «A noção de uma regra de conduta deve ter aparecido muito cedo no espírito humano que, para melhor dizer, deve ter existido sempre.»

..... «o homem está obrigado a não realizar acto algum contrário à solidariedade social.»

(2) DUGUIT: — «Nem vontade do Estado nem vontade da Nação.» Ha «governantes» e «governados».

(3) LA TUR DU PIN: — O «pauperismo» consiste no aparecimento, no seio duma civilização brilhante, de classes inteiras a quem falta normalmente a segurança dos meios de existência que o trabalho pode e deve legitimamente conceder.»

Inglaterra e quando esta nos pedisse auxilio. Uma e outra eram extremamente improváveis».

«Sendo a aliança anglo-portuguesa meramente defensiva (1), como Sir Edward Grey duas vezes o declarou no Parlamento (inglês, está claro), dir-se-ia que nada tínhamos a temer, se fôsse a Inglaterra que agredisse outra nação».

«Portanto neutros, mas neutralidade condicional. Demais tudo leva a crêr que a Alemanha, declaradas que sejam as hostilidades, invadirá Angola (como invadiu) e assim as nossas tropas muito melhor serviço fariam ali do que em França», onde um concurso militar português «só pode ser prejudicial a Portugal». E ainda porque «fôra esta atitude que a Inglaterra nos pedira.» Mas — pobre Portugal!... Triste povo por tanta traição alquebrado!... Portugal sem Rei nem roque; sem Rei desde o exílio de D. Miguel I em 1834 e sem roque desde o exílio de D. Manuel II em 1910, entregue pelo constitucionalismo de impressionismo monárquico (2) ao constitucionalismo de qualquer anti-lusitana república (como na brilhante proclamação de El-Rei D. Miguel I já o pretizia o ilustríssimo e sapientíssimo Bispo de Vizeu que assim, desassombadamente, perante os Três Braços do Reino reunidos em dia tão português, e salientava na outorga da Carta Constitucional que se pretendia impôr contra vontade da nação e que repudiava como português de lei), sente o peso da república sem fronteiras, tripudiando sôbre a consciência nacional, com o seu idealismo internacionalista.

Escancara-se a sessão histórica (!!) da república em 6 de Agosto de 1914 no sufragista parlamento!... a escola especializadora da suma irresponsabilidade, onde o «Foreign Office não esperava que os acontecimentos se precipitassem tão depressa», e que, aos altos brados de — Pátria em perigo!... — logo proclama que Portugal se coloca incondicionalmente ao lado da Inglaterra, sua aliada secular em nome da Soberana Vontade Nacional!...

A Soberana (3) Vontade Nacional!?... e livre das orações da Tradição de um povo, perdurável, imutável, razão da Nação, fundamento da Pátria, que o cretino vermelho transfere, estúpido, absurdo, para o momento de todos os instantes presentes, o individuo de cada dia que vê o subjectivismo incolôr, defectivel, pântano hediondo onde se morre a *finis Patriae!*?...

E que giganteo esforço de montureira de tão velado espírito, senão de tão maldita alma, para nem sequer verificar o cumprimento — tão patente, meu Deus!... — de um compromisso de séculos, um dever de há muito marcado por nossos maiores, a integral execução da aliança anglo-lusa!... a impôr sempre a neutralidade condicional ante qualquer conflito com a Inglaterra, até a nossa aliada nos pedir auxilio!..., o que a Inglaterra pretendeu demonstrar, indicando-o!...

(1) O artigo do tratado de aliança com a Inglaterra: «Se as terras de uma das partes aliadas forem ofendidas ou invadidas por inimigos ou émulos, ou éstes também maquinarem ou parecerem por qualquer modo, próximo a ofendê-las ou invadi-las, deverá a outra parte, QUANDO PARA ISSO SOLICITADA, enviar auxilio de homens, de armas, navios, etc., para defesa dos territorios, na Europa, da parte atacada, ou em outros quaisquer domínios desta contra que se preparem invasões.»

(2) «A Constituição era pouco mais ou menos republicana mas inteiramente inadequada ao país.» — ALEXANDRE HERCULANO.

(3) GIRALDEZ RIAVOLA: — «A soberania reside, portanto, na colectividade, mas não dum modo imanente e devido apenas à mera inconstância da sua contribuição, como sustentam os modernos defensores da soberania nacional. Não existem, pois, duas potestades, uma na autoridade constituída e outra no agregado, senão uma única e legítima a quem foi confiado todo o poder que a comunidade recebeu de Deus.»

a êsse inepto intervencionista enfatuado de histrianesca república, monstruoso polvo que só conhece a dinamite contra a sua inimiga de sempre e para sempre — a fulgurante honradez da Inteligência.

Que hediondez de miséria sem igual!...

É a Inglaterra, apesar de tudo, continuava, numa paciência de santo, «confirmando o desejo do Governo inglês de que não declarássemos a beligerância».

Mas quê?... A lamacenta república trazida a Portugal pelos falsos monárquicos, necessitava dum eco retumbante que lhe firmasse o chão que lhe faltava e que só tanta estupidez podia pensar chegar-lhe da intromissão na Grande Guerra, o que não lhe repugnaria comprar ainda que fôsse com o próprio sangue da nação que escravizava e a que enodoaria os fastos sublimados, manchando-os com a inscrição de um período funéreo e onde brilharia, perenal, a carnificina de milhares de vidas amaldiçoando a alma rebocada que as supliciou contra a Nação.

A cobardia parlamentar ⁽¹⁾ exala assombros de banditismo que não tem parrelha sôbre a terra!...

O bandoleiro vampirismo campeia ínfrene ante uma passividade pasmosa!...

A quadrilha negra empurrando Portugal à guerra, por todos os meios com que atingisse os fins, numa precipitação encarniçada «prevendo qualquer possível movimento monárquico que contrariasse a remessa de armamento e forças militares para países estrangeiros porque outra Potência, à qual nenhuma obrigação nos ligava, o pedia», por intermédio de Bernardino Machado, de João Chagas, da Maçonaria, da república ⁽²⁾ em Portugal, surpreendendo, num recuo de horror, o Foreign Office que «não esperava que acontecimentos se precipitassem tão depressa», mas que tão títeres negreiros ainda mais volumosos lhe pretendiam mostrar, seguros duma impunidade que a Justiça Imanente não permitiria, dentro dum futuro próximo, após a guerra.

A descabelada vilania arrastando o venerando e heroico e sublimado Portugal aos fétidos tremedais da maculante desonra do internacionalismo intervencionista.

É o pueril sentimentalismo monárquico ⁽³⁾, por um cosmópito impressionismo de asfixia da forma nacionalista — Moço Arquia — afastado voluntariamente da consciência lusitana, restringe-se aos seus jornais de determinados leitores, em débeis lamentos e presunçosos esclarecimentos, em vez de intensificar ao máximo,

(1) O feroz jacobino, fegoso deputado e ex-ministro republicano Cunha Leal: «... os partidos não abdicam e o Parlamento também não. Não haja ilusões. O Parlamento não é mau: maus são todos os Paramentos.»

(2) LUIZ MARCHEAUT: — «Existe, pois, uma «ordem social» preestabelecida, superior às vontades humanas, que não o podem modificar em nada de essencial sem se provocar com isso qualquer calamidade.»

«O conjunto das regras constitutivas dessa ordem forma um «direito social» intangível, mas direito divino, para aqueles que não se horrorizam à preocupação das causas últimas.»

(3) RIBEIRO SARAIVA: — «... la Légimité ne consiste pas seulement en ce que Don Miguel soit la personne qui occupe le thône, mais en ce que les véritables Contrats Sociaux, le véritable Droit Public Portuguais, la véritable ancienne Constitution Nationale, soient observés.»

«Mais aujourd'hui, le Roi lui-même est convaicu plus que personne, du devoir en même temps que de la nécessité impérieuse, de rétablir en son plein exercice et fonctions naturelles, toute la belle organisation de notre noble et admirable Constitution ancienne, purgée des formes absolues, et hecterogènes, que le Pombalisisme (en vertu d'une serie de dictature, peutêtre nécessaire dans les circonstances alors) y avait introduites; au milieu du siècle dernier.» (Do «Memorandum» d'une conference... avec Lord Grey).

por todos os meios possíveis e até impossíveis, a prevenção, num alto brado de A'lerta!, dá ainda intensão republicana em perpetrar a traição de lesa-Pátria, que outros «jornais de longo curso» advogavam, sofismando-a de facto, mas a disseminarem, pelo país, a confusão com a sublime defesa da Pátria, a que falhavam os fundos relevos duma argumentação irrefutavel e que, às mil maravilhas, lhes serviam para ludíbrio da grande massa nacional desprevenida.

E o amorfo sentimentalismo monárquico (1), sem apoio dum monárquico empirismo organizador, tendo despresado a tradicional casa de pais (2), que o prudente prolóquio avisa ser a escola de filhos, consumindo pelo seu estaticismo espasmico as energias fortes dos monárquicos portugueses, continuava amarfanhado nos seus jornais de curso reduzido, não indo além do âmbito apoucado dos cafés ou das esquinas, e não tentava sequer difundir, espriair nimicamente, uma fácil elucidação potente que os levasse a uma organização de libertação de Portugal sob um sol nascente de Ourique... ou ao menos a desdobrar o éco balsámico dum nobre holocausto dumas Portas d' Alcantara.

Nada!!!... Absolutamente nada!!!...

Só o bom velhinho Manuel d'Arriaga, torturado numa presidência da república porque sacrificou a juventude, enojado de tão canibais piratas, isolado na nobreza da sua velhice, toma uma atitude franca de repulsão, chamando a junto de si o general Pimenta de Castro, apoiado no miseravel «movimento das espadas» que se não desembainharam e deixaram óvante o «14 de Maio» a fazer cair, a Manuel d'Arriaga, a última ilusão das belezas da república, que o mataria no vaiado isolamento da deposição.

Bernardino Machado, na sua deslavadês impenitente, senta-se, sem rebuço algum, ridiculamente cinico, na cadeira de Manuel d'Arriaga, e a comparsaria danada toma conta do Estado.

Então, livremente, abre-se a todo o comprimento, o grande lençol de lamaçais de infâmias, só de mediocridades sem escrúpulos, dos já «empresários da guerra», do subjectivismo dos programas avançados, dos ideais falsários, vociferando, bramindo um voluntariado pró-guerra pela força das urnas — as eleições!... a vanidade absoluta de nata irreflexão e inconsciência a imperar, pela exclusiva

(1) BERRYER: — «A vontade nacional poderá escolher um entre vários princípios, mas nunca conseguirá arvorar-se em princípio. Porque ao homem é impossivel colocar-se acima das leis do mundo moral, quer atue individual ou colectivamente, nunca lhe será permitido fazer ou desfazer um princípio... A vontade nacional poderá realmente tudo, excepto alterar a natureza das coisas e a ordem imutavel do universo. Pode fazer triunfar o princípio revolucionário, declarando abolido o principio hereditário e que toda a insurreição vitoriosa dará leis à França... mas ela não pode alcançar que semelhante poder obtenha para a sociedade a ordem, a liberdade, a paz, a segurança e a riqueza.»

(2) Da DECLARAÇÃO de El-Rei Dom Miguel I, de 24 de Junho de 1843, opúsculo de António Ribeiro Saraiva:

«Que a única base para se chegar ao resultado que se deseja é restabelecer a bela e sábia Constituição Nacional antiga, tão velha como a Monarquia, nascida, desenvolvida, conformada e identificada com ela, restaurando-a em seu completo vigor, de facto, como ela o foi sempre de jure, porque a lei constitutiva do Estado não sofre prescrição, nem foi alterada em Portugal pelas várias formas legais porque ela pode ser alterada.»

«Que a Restauração Nacional deve, por consequência, consistir, primeiro, em restabelecer completamente no exercicio dos seus direitos, funções, autoridade e prerogativas constitucionais todos os órgãos que delas haviam sido privados...»

vontade de uns quaesquer mercadejadores de consciências, nos destinos na Nação!..., a legislação da profissão da ignorância como entidade legal e soberana!... (1)

E' incontestavel, diz Renan, que se fôsse necessário um meio de selecção único, o nascimento valia muito mais que a eleição. O acaso do nascimento é menor que o acaso do escrutínio.

Oh, como longe fica o divino sacrário da vida nacional com suas leis e costumes da razão portuguesa!... Como é límpido e santo êsse ciclo aureo de trabalho estrénuo produzido por fieis intérpretes da Nação soberana perante o Rei!... Que de saudades e esperanças se erguem a amar o futuro do passado em que brilha o Rei soberano perante a dinastia!...

O Rei!... O chefe de uma familia governando um lar de muitas familias irmãs pela unção de místicos laços de uma mesma latitude de aspiração, em o conselho de familia da lusitana mono-arquia representativa!... (2)

O Rei!... A entidade santa nascendo o amor da esperança nas beuções da saudade, a Nação auscultando escrupulosamente a sua própria consciência!...

O Rei!... O sceptro fulgente da filosofia lógica recebendo ainda no berço a essencia da continuidade da Pátria!...

O Rei!... O herói-mártir em sua vida inteira a perscrutar a estabilidade duma orgânica entre o trabalho amado duma produtora construção!...

O Rei!... Alguma coisa de Homem e alguma coisa de Deus!...

E nesta hora de tristes preságios é em Portugal um brasileiro repudiado envergando o balandrau internacional de presidente de república!...

O presidente de república... tumor (3) dum negativismo doentio vasando a estagnação do Presente lacerador de energias orgánicas.

O presidente de república... a igualdade da Inteligência num nivelamento que a vida repele, a liberdade da destruição que nada cria, a fraternidade da humanidade que nasce na eterna batalha da conquista inata, a renegação da Pátria no execravel arrasamento das fronteiras.

O presidente de república... a filosofia vã do que despreza o passado em que viveu numa especialização que nunca foi a do govêrno duma nação, a alvar presunção dum qualquer nómada aventureiro.

(1) LUIS DE ALMEIDA BRAGA: «As obras de concepção estrangeira são-nos fundamente perniciosas, porque exercem sobre nós a influência de inteligências contrárias à nossa intelligência.»

«E' conhecendo a própria terra, e o esforço das gerações que a fizeram e amaram, que cada homem a si mesmo se poderá conhecer também. «A' suivre, diz o romeiro melancólico de Sparta, «comment mes ancêtres ont bâti leur pays, je retrouverais dans quel ordre furent posés les assises de moi-même». E cada homem que de sua alma toma consciência, deixa uma sombra eterna no quadrante da vida, porque em suas mãos ergueu o facho que milhões de almas incendiaram.»

(2) P.^e VENTURA DE RAULICA, no seu «Essai sur le pouvoir public»: «a soberania não é um bem patrimonial do príncipe, mas uma propriedade essencial da nação; diferente por natureza de todas as outras espécies de propriedade, necessariamente terá de se transmitir duma forma diferente.»

FRANCREDE ROTHE: «Le droit á la souveaineté se perd quand on a cessé d'être le mieux en état de faire le bien public?» («Traité de droit naturel, théorique e appliqué»).

(3) P.^e Jesuita AFONSO RODRIGUES: «Faça cada um a si próprio esta pergunta: Para que tomei o hábito? Para que fui admitido ao Sacerdócio? Para que me deram a renda eclesiástica? Para que me entregaram o cargo da República? Ou ainda: Para que vim a este mundo? «Ad quid venisti?» — Ano de 1869.» Esta nota fortalece o pensamento do autor que somente combate à república revolucionária «anarquista» e por isso aqui a coloca como princípio da república regional.

O presidente da república... o individualismo destruidor odiando o colectivismo construtor.

Por onde anda a alma linda de Portugal Maior!... erguendo o Reino para o Rei e não o Rei para o Reino!...

Os frutos malditos da tórva árvore da Traição Nacional plantada pela tirania libertária dos vespeiros absolutistas de D. João V e de D. José I, alastrando negro culto nos míseros salteadores das côrtes de 1820!...

Os écos claros da sanha bandítica da dominicana Inquisição, tão amada do marquês de Pombal, (1) para tortura e assassinio dos nacionalistas jesuitas, embalando a oferta à Inglaterra «da baía de Lourenço Marques» ou de «quaisquer outras colónias asiáticas ou das africanas na costa oriental» a trôco da constituição pátria renegada por portugueses naturalizados pelo imperador do Brasil D. Pedro I!... (2)

(Continua).

JOÃO DE OURIQUE.

(1) «Avaliado como um homem e julgados os seus feitos, como os actos de uma paixão malevolente e vingativa, o marquês de Pombal era um réu confesso de atentados inauditos e a sua ferocidade podê-lo-ia comparar na execução e no castigo aos mais sanguinolentos malfeitos. Mas o marquez de Pombal era no govêrno mais do que um homem, era a ideia da revolução... Sob êste aspecto devemos julgá-lo como a revolução e a guerra a que, sendo tantas vezes os agentes sinistros do progresso e tingindo de sangue o seu camiinho, se não podem aplicar literalmente as regras ordinárias da justiça criminal.»

«O marquês de Pombal cometeu a árdua empreza de humilhar a aristocracia. A lei e o tribunal foram os instrumentos dêste feito... Aonde não chegavam o decreto e o alvará, acudiam o algóz e o suplicio». «Hist. Polit. e Mil. de Portugal desde os fins do século XVIII até 1814.» — *Latino Coelho*.

Entre os numerosos crimes de tortura e assassinios supliciantes perpetrados nos criminosos e nos considerados nos atentados e na política avultam as execuções cruéis dos jesuitas, e em especial as do Padre Malagrida e do genovês João Baptista Pele que o chefe da Inquisição, irmão do marquês de Pombal, cumpria, executando fielmente as ordens tenebrosas de caracter despótico do primeiro ministro de D. José, que ordenou também o incêndio da Trafaria para alcançar alguns refractários ali refugiados e as torturas atrozes do Duque de Aveiro, Marquezes de Távora, Conde de Atouguia e vários plebeus.

A perseguição de Pombal à Companhia de Jesus deve-se ao nacionalismo dos jesuitas a antepôr-se à ideia da revolução que a Maçonaria filtrava no marquês cosmopolita.

(2) «*Reacção*», jornal do Rio de Janeiro. D. FUAS: «... Ponhamos de parte a velha e debatida questão da legitimidade que levará os espiritos imparciais e bem lidos na história portuguesa à conclusão da bi-ilegitimidade de D. Manuel II: 1.º, porque D. Pedro I, imperador do Brasil, perdera por motivo da rebeldia os seus direitos ao trono de Portugal, não podendo, portanto, arrogar-se o direito do que lhe não pertencia e pelo mesmo motivo não podendo abdicar em sua filha D. Maria II, casando com um príncipe estrangeiro, casou fora da constituição do país, das leis antigas e da Carta Materna e os seus filhos estavam fora da lei, que por isso os impedia de succederem ao trono.»

O Labor da Brei

Comemoração da Exposição Industrial e Agrícola de Guimarães de 1923

Por EDUARDO DE ALMEIDA

A Exposição Industrial de 1884, em Guimarães, que levantára no país um movimento de assombroso entusiasmo, teve o mais ilustre e o mais idóneo dos relatores. Foi Alberto Sampaio, o grande historiador e economista. O seu trabalho encerra ainda hoje lição proveitosa. A cidade atravessava um período de raro florescimento, e a abertura do pequeno caminho de ferro, atáva-a às artérias da circulação nacional. No jornalismo escreviam homens como o dr. Avelino Guimarães, advogado muito erudito, e o Abade de Tãgilde; no fôro, depois do velho Bento Cardoso, tornaram-se notáveis o dr. José Sampaio, duma honorabilidade meticulosa, os drs. Vieira de Andrade e Mota Prego, espertos e hábeis, e o moço dr. Marques, sagaz e impetuoso; e na medicina, médicos do saber e perícia do dr. Avelino Germano e do dr. Meira, êste ainda felizmente vivo. Instituíra-se a Sociedade Martins Sarmiento com o lema de «*promotora da instrução popular no concelho*», e Martins Sarmiento exercia um verdadeiro predomínio intelectual e moral.

Muito perto de quarenta anos depois, numa fase de intensa mas nem sempre bem inspirada actividade mercantil, por iniciativa da Associação Industrial e Comercial, e, dentro dela, por duas creaturas de marcada competência — João Rodrigues Loureiro e Francisco Martins —, realizou o termo vimaranense, agora em 1923, uma nova exposição dos seus produtos agrícolas e industriais.

Tinha subido a maré cheia dos negócios, a que dera lugar a assinatura do armistício, mas adivinhava-se já a vasante, que deixaria ao sol um grande lodaçal pantanoso. Momento assim designadamente oportuno para se medir a capacidade do nosso esforço e a falta irreparável do ensino técnico, de um justo sentido das realidades, de uma boa orientação profissional. Expirado o breve praso daquela maligna ilusão doirada, que fôra a crise da abundância, poderia, ao menos, verificar-se como deveríamos utilizar o trabalho e corrigir a producção.

O certame foi por certo curiosissimo. — «Com um bocadinho a mais de Covilhã, aqui dentro, seria a demonstração completa do trabalho nacional», — dizia-nos, à saída da Exposição, um dos nossos mais inteligentes e ilustrados professores. Realmente a producção vimaranense, na industria, multiplicara-se, centuplicara-se e dividira-se, tocando os mais diversos ramos. Era, por assim dizer, um pleno com-

bate de compra e venda, de fabricar e exportar, improvisação grandiosa, uma romaria e uma feira, demonstrando, em evidência de realidade, como seria perfeito, adaptado, admirável o nosso operário... se o soubessem educar.

A cidade pintara-se de alegria e encheu-se de animação, que lhe não são vulgares. Azafamavam-se à compita os trabalhadores, numa sensata e amiga camaradagem entre operários e patrões, na maior parte operários também, com o justo ânimo de se apresentarem com a maior galhardia no torneio memorável. Venceram todos, creio, e passaram depressa êsses dias felizes de cansa—para alguns extenuantíssima—e de esperançoso entusiasmo na festa do trabalho.

Mas todo êsse caloroso esforço seria apenas no futuro reminiscência vaga, se alguém não metesse ombros ao estudo-índice das energias e dos valores que então se congregaram. Tomou a si tarefa de tão singular e pesada responsabilidade, o sr. Francisco Martins, que déra já, como secretário da Associação Comercial, à obra da exposição, o melhor da sua inteligência, do seu critério reflectido e da sua enorme energia indomável. E honra, e vai honrar magnificamente o encargo. Constituirá um verdadeiro monumento da história contemporânea do município vimaranense, num período excepcional, curioso pela diversidade e celeuma, grave pela própria importância da produção intensa e das questões económicas e financeiras que nêle se agitaram e que com êle se relacionam, perigoso pela facilidade, pelo inebriamento, pela ilusão fugaz e... certamente e imperdoavelmente nocivo pela abundância.

E o seu conhecimento não interessa apenas aos naturais, a cujo amor importa, mas é de algum modo necessário a quantos se dedicam ao estudo da economia nacional, se quizermos entender que esta é a soma bem somada da vida económica dos nossos municípios.

Da obra, que se apresenta graficamente de muito bom aspecto, saiu já o 1.º fascículo, onde, além de uma pesada mancha de tristeza, que tem o mérito simples da sinceridade afectuosa, se publicam umas *efemérides*, seleccionadamente características da história antiga de Guimarães, compostas pelo sr. João Lopes de Faria, um dos que melhor a conhece e por isso mesmo mais a aprecia.

São sempre para mim agradáveis e confortadores os ensejos que me oferecem de falar da linda e activa cidade minhota. Agradeço-as e aproveito-as, se bem e compenetradamente lastime não me ser dado fazê-lo condignamente, mas, na conhecida frase, não é do pilriteiro a culpa de não dar coisa boa.

“ E’ preciso combater e convencer: combater para permanecer fiel, convencer para transmitir aos outros a vida que nos foi dada. Assim como não ha cristão sem amor, assim não ha cristão sem proselitismo. ”

LACORDAIRE

Deuladeu Martins

(A NARCISO DE AZEVEDO)

Em Monsão, terra do Norte,
Fronteira de Portugal,
Que foi sempre praça forte,
Em desafios de morte
— Altiva, heroica, leal,

Sentinela vigilante,
Alcandorada na serra,
Bem muralhada, arrogante,
— Deu-se esta scena tocante,
Este episódio de guerra:

*
* *
*

Por não poderem transpôr
As portas da fortaleza
E vendo o alto valor,
Que os lusos sabiam pôr
Em tão heroica defesa,

Os espanhóis, que investiam,
Pararam de seus intentos...
E logo o cêrco estendiam,
Supondo que venceriam
A' falta de mantimentos.

*
* *
*

Gelado, triste, o inverno
Foi correndo... A guarnição
(O tempo parecia eterno!)
Viu, bem de perto, o inferno
De não ter água, nem pão...

« Morreriam, muito embora,
Mas antes disso, mil vezes,
Do que entregar-se aos de fóra!
O morrer, chegada a hora,
E' timbre dos portugueses »

« ¿ Viria a fome? — Deixá-lo!
Viria a sêde mais rude?
— Todo o tormento é regalo,
Quando tem a norteá-lo
Um princípio de virtude... »

« A Pátria acima de tudo!
— Que tem sempre mais valor
Um cadaver hirto, mudo,
Do que o braço façanhudo
Do mais valente traidor... »

*
* *
*

... Mas o inverno corria
Cada vez com mais dureza
E a fome consumia,
Mais intensa dia a dia,
As gentes da fortaleza!

Sinistra, a Morte batia
As negras azas no ar...
E, quando a Noite descia,
Nos gritos da ventania,
Lá vinha Ela a cantar...

... No entanto, a guarnição
Mantinha a mesma dureza!
(Que aproveite esta lição
Daquele povo de então,
A geração portuguesa!)

« Podia a Espanha vencer,
Porque a miséria consome,
Mas — diziam — hão-de ver
Como se deve morrer,
Seja de sede ou de fome.

*

* *

Secaram todas as fontes,
Depois de longa estiagem...
Era verão. Os horizontes
Tingiam de sangue os montes,
O Sol mordía a paisagem...

— Foi então que uma mulher,
Que, por acaso interessante,
Não foi bem uma qualquer,
Mas sim a própria mulher
Do Capitão comandante,

Teve a soberba visão,
Delicada fantasia
Dum plano de salvação...
(Nesse momento, Monsão,
Quasi de fome morria!)

Toda a mulher portuguesa
Dos tempos d'hoje — que aprenda
A copiar a belesa,
A abnegação, a grandesa,
Que vivem nesta Legenda!

... De peneirada farinha
De milho branco, cuidado,
Que, por milagre, mantinha
De reserva, fez, asinha,
Geitoso pão perfumado...

Em taboleiros dispôsto
Levou-o todo consigo.
E, de riso à flor do rosto,
Como quem o faz por gôsto,
Foi-o dando ao inimigo,

Do alto da fortaleza,
Gritando, com voz segura:
— « Não tendes pão, com certeza!
Não nos matais com pobreza!
Tomai, que temos fartura!

E assim o foi deitando,
Ao doce pão perfumado,
Até que o pão acabando,
Concluiu, alto gritando:
— « Deus o deu, Deus o ha dado!... »

.

Vendo isto, os castelhanos
Abalaram... Deu-la-deu,
Com o melhor dos enganos,
Deitou-lhes, por terra, os planos,
E, ela só, os venceu!...

A' margem de "Ana a Kalunga," de Hipólito Raposo

Por Ruy Galvão de Carvalho

Estava eu a ler no admiravel livro do meu saüdosos, inolvidavel e querido Mestre António Sardinha — "Ao ritmo da ampulheta," — o interessante capítulo *A energia nacional*, onde perpassa um veio quente de esperança na redenção de Portugal, — quando um diário católico chegado naquela ocasião de Lisboa me anunciava um livro de Hipólito Raposo, sôbre as coisas de Angola.

Alvorçado por tão deliciosa novidade e com a alma impregnada da leitura do capítulo do livro acima mencionado de António Sardinha, fui imediatamente à loja do meu livreiro, bom e pio amigo, comprar a obra nova de Hipólito Raposo, de tão suggestivo título «Ana a Kalunga» que em a nossa "linguagem," significa «Os filhos do Mar».

Com que indizível interesse li eu «Os filhos do Mar», onde uma prosa de sabor antigo, vernácula e cheia de vivacidade e côr, me descrevia episódios de enredo dramático e impressionante, e me contava a vida íntima daquelas gentes distantes, que ainda conservavam no seu subconsciente a honra e valor do Portugal antigo, e as virtudes inatas e cristãs dêsses velhos portugueses que outrora deixando os Seus, num gesto de louca aventura, com a alma curtindo a dôr infinda da Saüdade, e levando nos olhos já baços de tanto chorar, em obediência fatal "à voz do além," que se casava tão bem com o ritmo enervante das ondas, — a imagem querida daqueles que ficavam a rezar sôbre a areia movediça e desolada da praia . . . , iam, mar em fora, em busca de terras estranhas, — fundar um novo Portugal nas selvas virgens da negra terra africana! Com que avidez insatisfeita senti eu o desejo aprazível de fazer-me também peregrino de terras que ficassem para além do mar, em pisar e conhecer êsses restos históricos da velha soberania portuguesa! Com que saborosa vontade e dôce consôlo sentia então, ao pensar que em Africa se falava a senhoril e

elegante língua de Bernardes e de Frei Luís de Souza, tornada rainha nas oitavas heroicas dos *Lusíadas* — que lá, em tempos idos, ouzados e aventureiros portugueses tinham erguido o amado nome de Portugal, e trazido à Europa maravilhada, toda em pasmo estupendo, o segredo misterioso dessas paragens longínquas!...

Na verdade, desconhecer inteiramente aquilo que temos em longes mares, — migalhas venerandas que ainda ateslam a grandesa passada de Portugal! —, é não ser patriota, é não amar «a pequenina casa lusitana», no verso grandiloquo do genial Épico, — é, afinal, desprezar uma Pátria que tem uma História escrita pela espuma rendilhada das ondas e criada ao fragôr heroico das batalhas, ao sol refulgente de famosos feitos!...

Se não fôsse a fé que me escalda o sangue e me retempera a alma, me faz crêr no alevantamento desta Pátria, se eu me deixasse dominar pelo scepticismo feroz dos descrentes e dos cobardes, de certo um indifferntismo criminoso me invadiria o espírito, obrigando-me a cruzar os braços ante o abismo escancarado, por onde procura desvairadamente despeñar-se êste Portugal «pobre, cuspid e lazerado», na expressão fulminante de Hipólito Raposo.

Como aqueles outros portugueses que em ansiedade ardente de descobrir terras, ante a loucura das revôltas águas marinas, viam na sua fé a estrada de Damasco da esperança, assim eu também no segredo da minha fé moça encontro motivos de esperança na libertação da minha Pátria, crendo convictamente que há-de um dia raiar com todo o esplendor uma nova manhã de 1640, que há-de em breve repetir-se o grande milagre de Ourique... , embora o momento que passa seja de incerteza e de negrume, — embora o límpido céu de Portugal comece a tingir-se de apocalíticas e negras nuvens, e se divise já ao longe, na curva do horizonte, a facha rubra da anarquia... (1)

Por isso, enquanto os meus olhos curiosos se quedam enlevados na contemplação retrospectiva do Passado, eu sinto subir cada vez mais a labareda intensa da minha fé, pedindo a Deus que ela se comunique a todos os meus irmãos portugueses que, indifferentes às doenças morais e materiais da Pátria, se esqueçam que temos um património sagrado que nos legaram os nossos Antepassados e que, portanto, é dever nosso glorificá-lo e engrandecê-lo.

Sim, temos colónias que foram alcançadas à custa de suor e sangue dos nossos Avós: é dever nosso conservar com nobresa e amor essas re-

(1) Êste modesto artigo foi escrito uma semana antes do movimento patriótico e glorioso das espadas. Foi delineado ainda sob a pressão dum govêrno tirânico e demolidor. Hoje, se o escrevesse, não poria de certo aquelas pessimistas palavras.

líquias do velho Portugal, para que as gerações vindouras, de certo remidas dos vícios dos nossos Pais, não nos chamem traidores e não nos apontem como causadores da decadência atual desta Pátria infeliz, digna de melhor sorte.

Para isso é necessário ser patriota. E ser patriota é amar com devotado ardor a Pátria que deve ser colocada acima de todos os efémeros interesses humanos: é contribuir com todo o nosso esforço para a sua grandeza moral e para o seu bem-estar material.

Eis, resumidamente, em breves, simples e sinceras palavras, as considerações que me foram sugeridas pela leitura patriótica da bela obra de Hipólito Raposo, meu irmão no mesmo Ideal e no mesmo sublime sonho de Glória, e ditadas pelo meu coração, ao ver que ainda nos podemos salvar da apatia que nos escravisa miseravelmente — salvando numa hora feliz a terra bendita dos nossos Maiores, o nosso idolatrado Portugal!

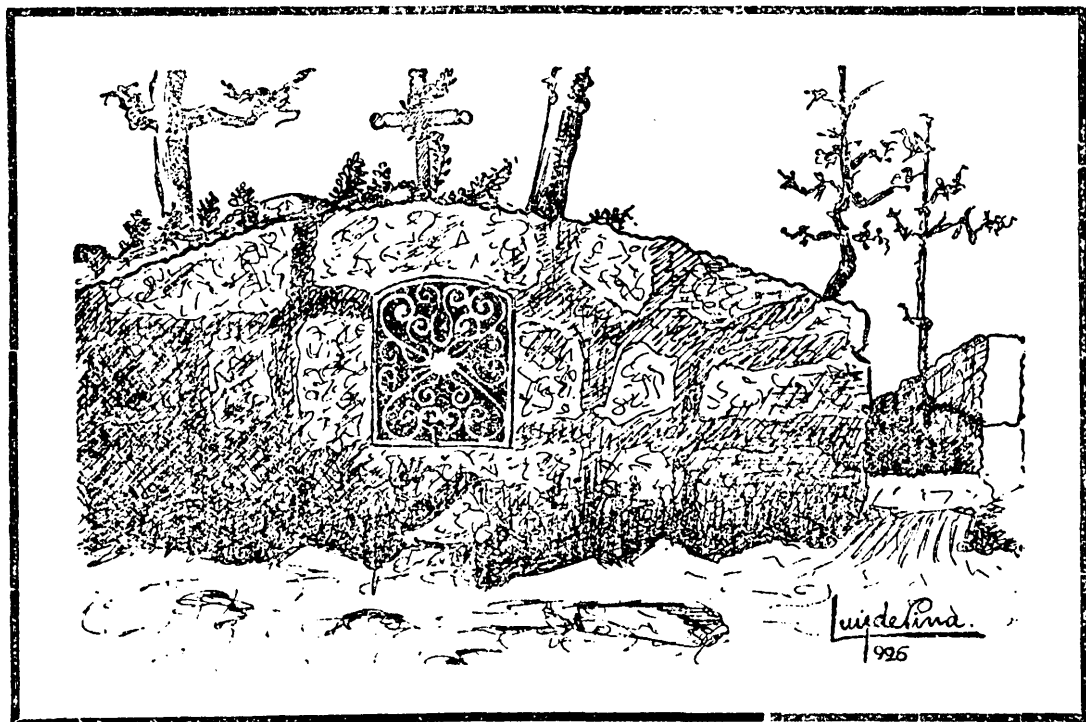
Resta-me agora felicitar Hipólito Raposo pelo estranho dom que teve, contando, á maneira dos velhos navegadores portugueses que foram nas suas peregrinações também grandes narradores, — tudo aquilo que os seus olhos maravilhados viram em Angola, e que veio trazer a Portugal o segredo milagroso da sua salvação.

Coimbra, Maio de 1926.

«O esforço é essencialmente uma ascensão, uma criação; o prazer uma decadência e um acto de puro esgotamento.»

MGR. LADENSE.

RECANTOS DO MINHO



Guimarães — Urgezes — Nicho de Alminhas da Pórtinha

(Desenho do Dr. Luís de Pina)

(Ver notícia descritiva nos números 9 a 12 da 1.ª série desta Revista)

Velharias Guimarãesenses

Documentos & Efemérides

1826

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

JANEIRO

Nêste mês houve muito frio, procedido das muitas neves que caíram, as quais tornaram intransitaveis muitos caminhos e montes.

Dia 1—Morreram António Pontes e o Selório, alfaiate, morador na rua de Couros. Aquele foi sepultado na igreja de S. Domingos e êste na da Colegiada, onde teve os officios com grande pompa.

Dia 6—Faleceu Antónia Joaquina Pereira, viuva de Gregório António de Meireles, da rua da Alfandega, avô da mulher de Manuel Baptista Sampaio, prebendeiro do Cabido. Foi sepultada no dia 8 na igreja das Capuchas.

Dia 7—Por despacho da Câmara, foi passada carta de privilégio do Andor da Candeia, pela desistência feita por Miguel José Rodrigues, desta vila, a António José de Abreu, do Souto dos Mortos, de Creixomil.

—Os preços dos cereais, na feira, foram: Trigo, alqueire, 1\$020; centeio, 500; milho alvo, 700; milho, 520.

Dia 10—Patentes (2) do General da provincia, visconde de Santa Marta, nomeando capitão da bomba o alferes da

mesma companhia, Domingos Antonio de Lemos e aiferes o sargento Manuel José Vieira da Costa, e ordenando à Câmara lhes desse posse, o que teve lugar a 4 de Fevereiro. O 1.º foi bisavô materno do bemquisto Eduardo de Lemos Mota.

Dia 13—A mesa da Misericórdia determinou fôsse lavrada escritura de contracto com Teotónio Ferreira da Cunha de Carvalho, para êste administrar durante 6 anos e por conta da Santa Casa, a botica do hospital, recebendo êle o ordenado anual de 260\$000 réis e 25 % dos lucros líquidos da receita da mesma farmácia. Mais determinou despedir do côro o P.º António José de Freitas, «por não cumprir os seus deveres, fazendo faltas consideraveis», e admitiu para o lugar dêle o P.º João Barroso Pereira.

Dia 14—Faleceu frei José (do Salgueiræl) de Nossa Senhora da Oliveira, da Ordem dos Grilos, e no dia seguinte foi sepultado no claustro do Convento de S. Domingos.

—Preços de gêneros, na feira: Trigo, 1\$000; centeio, 520; milho alvo, 680 e milho, 540.

Dia 20—Frei Joaquim Pais de Sande

Castro, moço fidalgo com exercício, freire capitular e presidente do imperial e real convento de Tomar, da Ordem de Cristo, deu carta patente ao vimaranense Francisco José Mendes Brandão, de lhe ter ministrado neste dia e na Sé de Braga a profissão de cavaleiro da mesma Ordem. O professo foi avô materno do P.^o Francisco Saraiva Brandão.

Dia 21 — Os preços dos géneros, na feira, foram os do dia 7, excepto o do trigo que foi de 1\$050.

— Caiu do Arco da Cruz da Argola um homem e morreu logo.

Dia 27 — Morreu uma freira de Santa Clara, irmã de Luís António Branco e no dia seguinte foi sepultada no claustro do seu convento.

Dia 28 — Na feira, os géneros tiveram os seguintes preços: Trigo, 880; centeio, 500; milho alvo, 680; milho, 500 e o quartilho de azeite, 100.

— Faleceu D. Rita de Moraes Sarmiento, esposa do Dr. João Evangelista de Moraes Sarmiento, distinto poeta e excelente médico, residente em Guimarães, a qual foi sepultada na igreja de S. Francisco, no dia seguinte.

Dia 30 — Provisão, por despacho da Real Junta do Comércio de 19 d'este mês e ano, confirmando o estabelecimento da fábrica de cortume de couros a casca e sumagre, de José Gomes e filho João Gomes, no lugar da Corredoura, S. Torcato, e concedendo-lhe os respectivos privilégios.

FEVEREIRO

Dia 1 — A Mesa da Misericórdia, atendendo: a que o capelão do côro, P.^o Manuel Fernandes de Abreu «se achava suspenso das suas ordens e sem esperanças de tão breve ser habilitado para poder satisfazer os legados do mesmo côro»; à pouca assistência ou nenhuma que o actual sacristão, P.^o José Ribeiro, fazia no côro e sacristia; «a grande necessidade em que se achava o Hospital por faltas do actual capelão, que não só

não assistia, como era do seu dever, aos moribundos do mesmo Hospital e mesmo por neste não concorrerem as qualidades precisas como o dom da sciência, da caridade e modéstia»; delibera, por unanimidade, despedi-los dos lugares do Hospital, sacristia e côro e nomear para sacristão mor o P.^o Manuel José Cardoso e para o Hospital o P.^o João Barroso Pereira, que já eram do côro; para o lugar do côro do P.^o José Ribeiro, o P.^o Francisco Xavier Pereira dos Guimarães, e para o lugar do côro, por despedição do P.^o Custódio José Ribeiro o P.^o João Lopes.

— Morreu José de Nápoles, capitão reformado, condecorado com os hábitos das Ordens de Malta, Cristo e Aviz e com a medalha da guerra peninsular, O seu cadaver foi depositado e enterrado com grande pompa na igreja de S. Domingos. As suas últimas honras fúnebres foram três descargas de fogo dadas por uma companhia do regimento n.^o 21.

Dia 3 — Professam o hábito da congregação de S. Jerónimo da Costa, Frei Domingos de N. Sr.^a da Conceição Carvalho e Silva, filho do mercador Manuel António de Carvalho, da rua dos Mercadores; Frei Manuel da Silva Vilela, filho de João António da Silva Vilela, da Praça de S. Tiago e Fr. Francisco Xavier de Souza, filho de José Joaquim de Souza, «o 5 réis», da rua de S. Domingos. Eram todos naturais de Guimarães. O acto foi solene e muito concorrido.

Dia 4 — Em vereação, apresentando-se Domingos António de Lemos e Manuel José Vieira da Costa, com as suas patentes de capitão e alferes da companhia da bomba, o juiz de fóra deferiu-lhes o juramento e a Câmara deu-lhes a posse.

— Preços da feira: Trigo, 980; centeio, 500; milho alvo, 700 e milho, 510.

Dia 5 — Em virtude da favorável resolução da mesa e junta magna da Ordem 3.^a de S. Francisco, de 3 do corrente, reuniu hoje a mesa e definitório

geral da Ordem 3.^a de S. Domingos e tomou idêntica resolução, ficando reconciliadas as duas Ordens que andavam divorciadas e a hostilizarem-se desde 1807 por causa de esta querer usurpar a preeminência àquela.

Dia 6 — Na madrugada appareceu morta na cama e com uma corda ao pescoço, uma mulher da rua de Val de Donas. Esta morte attribuiu-se aos ladrões, porque tendo ella escondido 30 peças de 7\$500 e alguns cordões, que appareceram depois, supoz-se ser este o motivo porque a mataram, não dizendo onde esses valores estavam. Foi sepultada na igreja de S. Domingos.

Dia 8 — Saiu a procissão de Cinza, na qual já se encorporaram os 3.^{os} Dominicanos a convite dos Franciscanos.

Dia 11 — Em vereação apresentou-se Gaspar Ribeiro Gomes de Abreu, desta vila, com o alvará de 24 de Janeiro de 1822 que o nomeia immediato successor do correio assistente de Guimarães, que era seu tio Manuel Joaquim Ribeiro Gomes. O juiz deferiu-lhe o juramento de fidelidade, segredo e bem servir. A câmara ordenou-lhe prestasse fiança dentro de 1 mês, sob pena de ficar sem efeito o juramento prestado.

— Por maioria foi eleito juiz do officio de tecelão de pano, e jurou, Domingos Ribeiro Gaio, de Moreira de Cónegos.

— Preços dos géneros na feira, os do dia 4, excepto o do milhão que esteve a 500.

Dia 17 — O juiz de fóra apresentou em vereação o officio do corregedor, datado do dia antecedente, enviando-lhe a carta imperial, dirigida a elle juiz, vereadores e mais officiaes, escrita em Lisboa a 29 de Novembro de 1825, nomeando para servir este anno de 1826, vereadores, José Maria de Souza da Silveira, Domingos Cardoso de Macedo e Francisco José Gonçalves de Oliveira; procurador, José Joaquim da Silva Pinheiro; tesoureiro, Domingos José Martins da Costa, ordenando que logo os chame a câmara

e lhes dê posse. Mandaram avisá-los para apparecerem amanhã.

Dia 18 — Depois de deferido o juramento à nova câmara, foi-lhe dada a posse.

— Na feira: Trigo, 980; centeio, 520; milho alvo, 700; milho, 520.

Dia 25 — Preços da feira: Trigo, 980; centeio, 500; milho alvo, 700 e milho, 500.

Dia 28 — A mesa e definiório da Misericórdia deliberou aceitar um prazo em S. João de Eiriz e o remanescente da herança de Josefa Maria da Conceição, falecida em Faro, obrigando-se à satisfação de uma missa nos dias da invocação de Nossa Senhora e às mais cláusulas do testamento.

MARÇO

Dia 1 — Principia a exercer o officio de escrivão do convento de Santa Clara D. Justina Júlia de Jesus, por ter falecido D. Maria Bárbara da Encarnação, sendo abadesa D. Maria Máxima da Natividade. (P. L.)

— A Câmara elege 10 Mistéres: Manuel José da Silva, seleiro, e Domingos José da Silva Neves, para a mesa; José António Fernandes, Matias José Dias, barbeiro, Manuel José Ribeiro, Manuel Joaquim de Freitas Ribeiro, José Luís, de Santa Luzia, António José da Silva, António José Coelho e José Manuel; estes três eram alfaiates.

Dia 2 — Apresentou-se na Collegiada, ao apontador do côro, o cônego meio prebendado da Sé de Lamego, Aleixo da Silva, e, conforme os contractos de irmandade que entre os cabidos de Lamego e Guimarães existiam, ali faz residência coral até ao dia 17 deste mês, em que antes de Vésperas partiu para Lamego.

Dia 4 — Em sessão da Câmara: Foi deferido o juramento aos 2 misteres da mesa e a 3 cirurgiões, sr. Manuel Joaquim da Silva, de Longos; José Maria da Costa, de Gonça; e Joaquim Gomes

da Silva Reis, de Ponte. Foram eleitos juizes dos officios: de moleiro, José de Suzana Melo; de vendeiro, António Joaquim de Aguiar; de violeiro, Carlos António Ferreira; de seleiro, por maioria, juiz, Bernardo Felix de Matos.

— Preços da feira: Trigo, 990; centeio, 520; milho alvo, 700 e milho, 520.

Dia 6 — O D. Prior, que residia em Lisboa, escreve ao seu Cabido. Nêste dia dá-lhe parte da grave doença de El-Rei D. João VI, ordena-lhe faça preces incessantes e que nas missas seja dada a oração Pro infirmo. No dia 8 diz-lhe que El-Rei se achava quasi livre de perigo, mandando continue o ordenado no dia 6 e acrescente no fim de Noa e de Completas uma ladainha à Padroeira, «porque à efficácia das súplicas de todo êste povo, especialmente às imagens do Senhor dos Passos da Graça e da Senhora da Conceição Aparecida, vulgo da Rocha, attribuem os mesmos médicos o Prodigio que se está vendo em geral Beneficio da Nação Portuguesa». No dia 11 dá-lhe parte que às 5 horas da tarde do dia 10 faleceu El-Rei, e manda-lhe que na colecta nas missas se substitua o nome de Joannem pelo de Petrum, e que as demonstrações e sufrágios fossem o costume. No dia 15 manda-lhe o Aviso régio da morte de El-Rei, e ordena que em três dias sucessivos faça Preces pelo acêrto das deliberações do Govêrno e acrescente em todas as missas a oração Pro quacumque necessitate; isto era em harmonia com o conteudo no dito Aviso régio. Em 20, agradece as Boas Festas e diz-lhe ter feito subir ao Govêrno o officio em que o Cabido relatava as participações dêle D. Prior e a execução delas.

Dia 7 — O Cabido recebe um Aviso régio que o D. Prior lhe enviou, mandando-lhe que o execute, o qual alcançara o cônego meio prebendado Aureliano Henriques da Silva, para ser contado presente no côro enquanto estudasse no Seminário de Vizeu. O Aviso não existe no arquivo da Colegiada.

Dia 11 — Toma a ordem de sub-diácono, no Porto, administrada pelo bispo D. João de Magalhães e Avelar, o cônego da Colegiada, José Pereira Lopes Lima, o qual exercitou pela primeira vez a dita ordem na mesma Colegiada em Domingo de Páscoa, 26 dêste mês. (P. L.) (1)

— A Câmara delibera mandar concertar as calçadas do cruseiro de S. Miguel e da ponte de Selho, por se acharem em total ruina; outra calçada na Cruz da Pedra e as arcas da água pública, lançando-se pregões para se arrematarem.

— Preços da feira: Trigo, 1\$00; centeio, 520; milho alvo, 700 e milho, 520.

Dia 13 — A's 11 horas da noite chega a noticia de ter falecido El-Rei D. João VI. (P. L.)

Dia 19 — Em sessão extraordinária da Câmara é aberto e lido o aviso da Regência, expedido em 11 pelo ministério do Reino, participando a morte de El-Rei D. João VI, para na vila e termo se fazerem as costumadas demonstrações de sentimento, e que o luto era de um ano; 6 mêses rigoroso e 6 mêses aliviado. Foi mandado lançar dois pregões, um sôbre o luto geral (os pobres miseraveis deviam trazer alguma cousa preta) e outro em que a Câmara mandava «que toda a pessoa que costu-

X (1) Este cônego, Pereira Lopes se chamava deixou três livros das ocorrências curiosas que na vila de Guimarães se deram desde Janeiro de 1819 até Dezembro de 1848, tendo a paciência de escrever dia a dia os factos mais interessantes, principalmente no que diz respeito ao movimento de tropas nas lutas constitucionais e realistas, e Maria da Fonte, que êle presenciava de sua casa que era no Toural, onde hoje está a papelaria Freitas, e em cuja praça era a parada dos regimentos que entravam e saíam. Se não fôsse êste curioso, a história de Guimarães viria a ter uma grande lacuna.

Os Srs. Abade de Tâgilde e João de Meira, escreveram em diversos jornais bastantes efemérides extraídas dêstes livros. As que agora nós extraímos vão com as iniciais P. L. (Pereira Lopes).

ma vender gêneros de baetas, lemistes ou outra fazenda pertencente a lutos não altere os seus preços porque costumam ser vendidos, sob pena de reposição e serem castigados com 30 dias de cadeia e 50\$000 réis para as despesas do concelho.

Dia 29 — Toma posse da cadeira de primeiras letras da freguesia de Santo Adrião de Vizela, do termo de Guimarães, de novo creada por resolução de 11 de Julho de 1825, António Joaquim de Almeida, provido por provisão de 6 dêste mês e ano.

Dia ? — Nêste mês morreu no hospital do Pôrto, José Maria Maciel, sargento de veteranos, natural de Guimarães e morador na rua Nova do Muro. (P. L.)

ABRIL

Dia 1 — Em sessão de Câmara foi resolvido que a cerimónia da quebra dos escudos pelo óbito de el-rei D. João VI se celebre no dia 11 dêste mês, às 9 horas da manhã, e que para isso se lance pregão convidando autoridades, empregados, nobres e povo da vila.

— Foi dado juramento a Manuel José da Silva e Francisco José da Silva, ambos desta vila, que apresentaram cartas de sangrador.

—Preços da feira: Trigo 1\$000; centeio, 550; milho alvo, 700 e milho, 530.

Dia 2 — A mesa da Misericórdia deferiu o requerimento do irmão de 2.^a condição Francisco da Costa Pereira, que como capelão reformado de milícias, nobresa classificada por Sua Magestade Imperial e Real, dizia dever ser passado a irmão de 1.^a, e admitiu para uma cadeira do côro, vaga por falta do Padre Manuel Pica, o Padre José Lopes de Faria.

Dia 3 — Morreu a mulher do Miranda, escrivão da provedoria. Foi enterrada na igreja de S. Domingos.

Dia 7 — Morreu D. Maria Caetana da Silva Novais, moradora na rua do Quintal. Em 1807, a 15 de Setembro, doou 4.280\$000 réis à Misericórdia, e em 20 do mesmo mês, 750\$000 réis à Ordem 3.^a de S. Francisco, impondo vários encargos a ambas as corporações.

Dia 8 — Faleceu o escrivão Francisco Coelho, morador às Dominicás. Foi sepultado na capela dos 3.^{as} de S. Domingos. (P. L.)

— O D. Prior remeteu ao Cabido um aviso régio de 25 de Março de 1826 agradecendo os pêsames que o mesmo Cabido déra ao govêrno pela morte de el-rei D. João VI.

— Em sessão de Câmara foi eleito juiz do officio de ferrador Custódio Luís, de Leitões, e mandado intimar para tomar juramento e aprontar o andor de S. Jorge na procissão de Corpus Christi.

— Preços da feira: Os mesmos do dia 1, excepto o milhão, que esteve a 550 réis.

Dia 9 — Toma posse da conezia de meia prebenda, conseguida por Breve de impetra, Rodrigo António Vilela, nascido na Praça de S. Tiago de Guimarães, filho de João António da Silva Vilela e de Rosa Clara. Era minorista e formado em cânones. O antecessor foi o cónego José Maria Lopes da Maia, e a título desta meia prebenda se ordenou seu irmão Manuel Joaquim da Maia, em quem renunciou, mas, por morte (diz êste Manuel J. da Maia) o Cabido capitaneado pelo cónego João Baptista conferiu-a ao Vilela, pois quando seu irmão faleceu tinha a renúncia com o beneplácito para a impetra em Roma, e o Mestre escola e o dito cónego Baptista fizeram que o Cabido desse êste benefício por vago, obtendo-o para êste Rodrigo Vilela que, como êles ímpio e republicano, também se acha fugitivo por estar envolvido na rebelião do Porto.

JOÃO LOPES DE FARIA.



Das Ideias & dos Factos

Instituto António Sardinha

Sob a presidência do sr. dr. Afonso Lopes Vieira, nosso distinto colaborador, realizou-se, no dia 19 de Abril, em Lisboa, na sede do nosso prezado colega «Nação Portuguesa», a cerimónia da inauguração do «Instituto António Sardinha», destinado a consagrar e a perpetuar a memória de quem foi um denodado combatente do Integralismo e o maior dos doutrinadores contemporâneos.

Alem do sr. dr. Afonso Lopes Vieira, usaram da palavra os srs. drs. Afonso Lucas, (Gusmão de Araujo, Manuel Murias, Pedro Teotónio Pereira e Hipólito Raposo que, em nome da Junta Central do Integralismo Lusitano, deu posse à direcção do Instituto, que é constituída pelos srs. drs. Gusmão de Araujo, presidente; Manuel Murias, vice-presidente; António Cavalheiro, secretário; Pedro Teotónio Pereira, Marcelo Caitano e tenente Ribeiro da Silva, vogais.

Saudando a ilustre direcção do Instituto, «Gil Vicente» reitera-lhe todo o seu aplauso e adesão.

Resposta à letra...

Manuel Murias, sucessor de António Sardinha na direcção da «Nação Portuguesa», fez publicar, nesta nossa 1.^a Revista de doutrinação nacionalista, uma análise às artes manhosas de António

Sérgio, que já agora, e depois das exposições de Murias, poderemos cognominar de FALSÁRIO.

Queríamos transcrever integralmente no «Gil Vicente», a magnífica *Resposta à letra...* se ela não fôsse tão longa. Mas, na impossibilidade de o fazermos, não queremos nem devemos deixar de chamar a atenção dos nossos leitores, que ainda não tenham conhecimento da magnífica lição, para os n.º 7 a 10 da *Nação Portuguesa*, aproveitando esta ocasião para saudar muito sinceramente Manuel Murias pela sua nobre e alevantada atitude, manifestando-lhe toda a nossa solidariedade.

Elísio de Carvalho

Por iniciativa da *Lusitânia*, será enviado para o túmulo definitivo de Elísio de Carvalho, «um padrão ao feito dos nossos padrões de Quatrocentos, que Raul Lino desenhou.»

Gil Vicente associa-se à manifestação da *Lusitânia*, que tão portugalmente quer assim mostrar ao eminente brasileiro, que foi um nosso devotado amigo, o reconhecimento profundo pelo muito que Portugal lhe ficou devendo.

Campanhas de silêncio

Pois é verdade. A maioria dos *jornais monárquicos*, conservou-se muda e *quêda* com esta nova série da nossa re-

vista. Não deram por tal, coitados. Está-lhes na massa do sangue, que se lhes ha de fazer?!

Pist! O' tiosinhos! Olhem que o «Gil Vicente» já vai na 2.ª série. Não se esqueçam de o dizerem na gazeta.

Recompensados...

Mas, em compensação, vamos sendo notados pelos de fora. Assim, no seu n.º 345, de 27 de Março, o **Jornal Português**, que se publica no Rio de Janeiro, transcrevia na íntegra a apreciação que Alberto V. Braga fez ás «Carapuças» de Leão Martins, acompanhando-a das seguintes palavras que muito agradecemos.

«Alberto Braga, o talentoso e delicado artista das «Velhas Sentenças», o incansavel e paciente investigador das «Tradições e Usanças Populares», recentemente publicado e aplaudido pelos mais rabugentos criticos de velharias historicas, escreveu, a proposito das «Carapuças», do nosso amigo Leão Martins, no mensário de arte «Gil Vicente», revista portuguesa colaborada pelos melhores escritores de Portugal, o seguinte artigo que, atendendo-se á autoridade de Alberto Braga, vamos transcrever na íntegra».

*

Também a excelente revista galega «**N6s**» teve a gentileza, que muito agradecemos, de se nos referir nos seguintes termos:

«Unha outra revista dos integralistas lusitanos, «revista mensual literaria e de cultura nacionalista», rotúlase, e amostra a difusión en Portugal tamén d'un pensamento que a si mesmo calificase de reaccionario. Trai iste número traballos de José Pequito Rebelo, Eugenio de Belonor e Alberto V. Braga, o d'iste adicado ôs *Nichos de «Alminhas»* ou petos das Animas, dos que tanto hai na nossa

terra e que tan útil é confrontar cos d'alen Miño. Tamém hemos dar un resumo d'iste traballo no noso *Archivo filológico e etnografico de Galiza.*»

Agradecendo à Imprensa

A todos os nossos presados colegas que, com palavras de louvor, se dignaram distinguir-nos nesta nova série, patenteamos os nossos agradecimentos muito sinceros.

O movimento militar

Conquanto não seja esta secção muito própria para abordarmos êste facto, não devemos deixar de manifestar a nossa simpatia pelo movimento iniciado em Braga, sob a chefia do valoroso general Gomes da Costa.

Os partidos políticos, praga daninha que tanto tem prejudicado a vida da Nação nêstes malfadados cem anos, devem ser apeados e teem de ser apeados para que alguma coisa de proveitavel se faça. Não porque confiemos na reabilitação da República, mas porque se torna necessário dar novo rumo à vida da Nação. Será capaz de o conseguir o recente movimento? Não o crêmos porque o mal é do regimen. A experiência a que vamos assistir, cremo-lo bem, virá justificar plenamente a nossa convicção e as nossas suposições.

Novos colaboradores

Nesta nova série fomos honrados com a colaboração de Parente de Figueiredo e João Lopes de Faria. Parente de Figueiredo, poeta e prosador distintíssimo é um grande valor da nova geração.

João Lopes de Faria, o paciente investigador das velharias vimaranenses é outro valor que muito contribuirá para o bom êxito da nossa revista.

«Gil Vicente» agradece-lhes tão valiosos auxílios e saúda-os muito sinceramente.

Vitrine dos Livreiros

Dos Livros & dos Autores

«Amor de Deus e da Terra», por Nuno de Montemor.

Era vontade minha, de ha muito, ter ensejo de bosquejar algumas linhas sobre Nuno de Montemor. Em primeiro lugar para lhe agradecer a oferta amavel dos seus últimos trabalhos e depois, porque é sempre para mim gostosa tarefa, esta de apregoar valores e fazer justiça ao virtuoso labôr dos bons camaradas de letras.

A demora, porém, na saída da 2.^a série do «Gil Vicente», bastante retardou a satisfação desta dívida, que comigo próprio contraíra a respeito de Nuno de Montemór.

Chego a tempo, ainda! Não é tarde nunca para render merecidos elogios aos homens de talento, nem Nuno de Montemor está à espera do meu frágil amparo, para se alcandorar a qualquer cimeiro nicho, donde, regaladamente, o contemple a posteridade...

E Nuno de Montemor, não é um qualquer desconhecido, que pela primeira vez venha armar sua tenda nesta barulhenta feira das letras. Não é também um dêsses audaciosos «clowns» de estúrdia originalidade, que em contorsões históricas de circo, procuram celebrar, ante a pasmaceira soez do vulgo, sua embostelada figura.

Não! O doutrinário novelista do «Flávio», o poeta dos salmos religiosos — «Cântico da Dôr» e «Amor de Deus e

da Terra» — é, superior e essencialmente, um Escritor nacionalista e cristão!

E todos aquêles, para quem estas duas palavras—Nacionalismo e Cristianismo—, não perderam ainda o sabor genésico das suas perfumadas virtudes, hão-de saber amar e respeitar em Nuno de Montemor, deante da beleza equilibrada e emotiva da sua Obra, o espírito puríssimo, o portador eleito duma réstea de luminosidade divina,—oferta rara do Céu, àquêles que, nos tempos de hoje, teem a aguerrida firmeza de vontade, para resistir, com a intelligência e com a alma, à subversão material do século...

*

Há alguns anos já, desde os meus primeiros tempos de alvorçada conversão às doutrinas nacionalistas, que eu sinto por Nuno de Montemor a profunda estima e admiração intellectual dum noviço, para com um camarada mais velho da mesma mística de ideias. E assim me tenho dado a segui-lo, numa ascensão de Pensamento, desde os seus primeiros artigos doutrinários, em Revistas e jornais, até à mais ampla realização política do enrêdo novelesco do «Flávio» e ao lirismo cristão, que desabrocha e perfuma de piedade e misticismo, na forma harmoniosa e enocionante de velhos *paralelismos*, em o «Cântico da Dôr» e «Amor de Deus e da Terra»...

... Não me proponho fazer aqui uma crítica à obra de Nuno de Montemor. «Flávio»,—essa formosa novela, em que o autor nos apresenta, admiravelmente trabalhada, a figura gentil dum moço precursor do movimento reacionário e anti-liberal das gerações modernas, e onde tão bem foca o meio epidémico, dissolvente, das rodas palacianas, das manhosas *raposas* políticas, que eram os conselheiros de El-Rei, nos últimos anos da Monarquia constitucional,—foi já devidamente referenciado e discutido, a quando do seu aparecimento, em 1923.

Quanto aos seus trabalhos de agora, —«Cântico da Dôr» e «Amor de Deus e da Terra»—, os momentos consoladores da sua leitura, uma surpresa e um gôsto me deixaram: Nuno de Montemor é mais um Poeta do que um Prosador e, como tal, um poeta religioso, cristão, católico, dum ortodoxia sem mancha. Nos seus salmos, tudo é religioso e cristão: o conceito, o pensamento, a própria forma!

Que o leiam todos aquêles que se queixam de que em Portugal não ha uma Poesia religiosa e lamentam, com razão, a preversão mental de tantos dos nossos poetas, e os aberrados desvios de sensibilidade, das versejadoras do Amor...

E quando nos sentirmos entocicados com os frutos dessa má Poesia, que por aí rola em fétidos montões, peguêmos num livro de Nuno de Montemor e com êle rezêmos, para balsificar o espírito:

«O' vós todos que sofreis calai os gemidos
e ouvi-me:

Ha caminhos doces que levam a Deus, tão
doces e tão breves,

Que uma criança de colo os anda para en-
trar no Céu...

É tão belo e necessário o sofrimento é para
o homem,

Que os santos, à falta de penas, por não
terem culpas,

Choram, na lembrança da Cruz, os pecados
de todo o mundo...

«Ana a Kalunga», por Hipólito Raposo.

Das muitas coisas e sucessos que vio & ouviu Hippolyto Raposo, sendo advogado nos feitos civis & do crime nos senhorios das partes de Africa, nos dá êle circunstanciada e formosa *relaçam*, no seu livro — ANA A KALUNGA, que em nossa linguagem significa, Os Filhos do Mar.

Em nada exageramos estas rápidas impressões de leitura, qualificando de *notável e invulgar*, o recente trabalho de Hipólito Raposo. E assim é, na verdade, qualquer que seja a luz a que a nossa intelligência o veja.

Produto duma sólida e consciente formação nacionalista e cristã, desnecessário é salientar o alto significado espiritual dêste livro, no marulhar da onda materialista do presente, — de tal forma, e a cada passo, o leitor se sente vibrar, dominado pelo fluido poderoso da suggestão.

Hipólito Raposo descobre-nos a *alma* dessa Africa longínqua; revela-nos a *sensibilidade* dessa terra sêca e distante, —afastada de nós cada vez mais, não apenas pela separação dos mares, mas mais ainda pelo abandono miseravel das repartições officiais!

Portugal é ainda hoje uma das maiores potências coloniais do mundo! — confessamos a cada instante, no orgulho íntimo do nosso patriotismo balôfo... Mas nada mais fazemos, na ignorância criminoso do aproveitamento das nossas fontes de riqueza, do que balbuciar em extase, a arenga estafada que todos sabemos de cór!

E' que, para a nossa vaidade de possuidores de colónias, já é muito sabermos, como irónicamente dizia Eça de Queiroz, — que à sombra dum coqueiro, dois pretos, de cócoras, veneram Portugal...

E assim nos quedamos em remançoso

descanso, seguros da posse do nosso senhorio, até que, lá em cima, na nevoenta Inglaterra, qualquer enfatiado Lord se lembre de articular a sombra duma ameaça, a propósito de Angola. Então, rebenta a costumada gritaria, estoira o patriotismo ensacado. Reune a Sociedade de Geografia; os jornais entrevistam todo o pacote burocrata, que os azares da vida, um dia, levaram por uns meses às colónias.

Uns dias mais, e a verborreia da palavra falada e escrita, vai esmorecendo em fastienta cantata e o socêgo volta aos corações alarmados, porque a certeza nos chegou, num despacho telegráfico do senhor Alto Comissário, de que os dois cafres continuam, calmos, a mascar à sombra do coqueiro...

E como o susto passou,—não se fala mais no caso!

Pobres, muito pobres mesmo, são os portugueses em literatura colonial. «*Preto não ser gente*...» — e d'aí, raro aparecer um escritor, que se lembre de pôr em Arte a beleza dos nossos domínios de alem-mar.

Nêstes últimos anos, a não ser a «*Tropa de Africa*», de Carlos Selvagem, «*Pretos e Brancos*», de Brito Camacho e agora «*Ana a Kalunga*», de Hipólito Raposo, não nos recorda de termos lido qualquer coisa de bom e interessante sôbre o ultramar.

Um silêncio de desamparo e de morte, separa a Metrópole da costa de Africa. Ainda bem, portanto, que Hipólito Raposo, o autor consagrado da «*Coimbra Doutôra*», «*Outro Mundo*» e «*Seara Nova*», veio agora quebrar a indignidade de tal mutismo.

«*Ana a Kalunga*», é pois um livro excelente, quer como realização nacionalista, quer como empreendimento literário e artístico. É um livro que ora nos alegra e deleita, ora nos deixa suavemente emocionados, pela beleza e pitoresco das suas descrições, pelo impresso e pela delicadesa da observação.

Hipólito Raposo, mostra-se nesta obra um escritor seguro, um prosador consciente e definitivo no manejo da expressão, na variedade do vocabúlo, nos efeitos sóbrios da linguagem.

Numa mobilidade rica de imagens, dá-nos páginas admiráveis de descritivo, género êste em que o escritor se sobrelêva, em pinceladas de períodos e frases modelares.

Destacamos os contos: «*A Rainha Ginga*», «*Morte do Mukongo Uonene*» e sobretudo «*Fraülein Geheimniss*», que é das páginas mais formosas do livro. Curiosa, se bem que um pouco arrojada, é a teoria do *selvismo*, no discretear do autor sôbre a filosofia africana da felicidade, em o «*Branco Moleque*».

Se o espaço nos sobejasse, muito gostaríamos de transcrever aqui as duas páginas finais, em que Hipólito Raposo história as origens da nossa língua, — «*zagala serrana, vestida de estamemha, sem atavios, bailadora e zombeteira*», no seu fadário de peregrina da Civilização, por mares e terras de Africa e do Brasil, até ao esquecimento da hora negra do presente, «*nesta encruzilhada da História*».

Julho de 1926.

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES.

Nota — Por ter estado auzente o nosso secretário da redacção, a quem esta secção está confiada, só no próximo fascículo nos referiremos ao livro de Afonso Lopes Vieira, «*O Romance de Amadis*». Desta demora pedimos muita desculpa ao nosso prezado amigo e distinto colaborador sr. dr. Afonso Lopes Vieira.

*

Foram recebidos os seguintes livros a que nos referiremos nos próximos fascículos:

«*A Cigarra de Theócritos*», por Narciso de Azevedo—(Edição da Livra-

ria Escolar Progrédior, do Pôrto); «Camilo e a sua psicologia», por José Agostinho; «Ajuda-te a ti mesmo», por Marden; «Anita», por M. Delly; «Sonhos e Destinos», por Marie Le Mière; «Cancioneiro da Virgem», compilação de Antero Pacheco Moreira; «Flor do Lar — Flor do Claustro», por M. Delly; «Querer é poder», por Marden. — (Edições da Casa A. Figueirinhas, do Porto).

Publicações recebidas

«**Nação Portuguesa**» — Revista de cultura nacionalista. Director: Manuel Murias. Lisboa, 1926, III série, n.ºs 9, 10 e 11.

«**Ordem Nova**» — Revista anti-moderna, anti-liberal, anti-democratica, anti-bolchevista e anti-burguesa. Redactores fundadores: Albano Pereira Dias de Magalhães e Marcelo Caitano. Lisboa, 1926, Ano I, n.ºs 2 e 3, de Abril e Maio.

«**A Tradição**» — Boletim do Grémio Português Tradicionalista. Director: J. Nunes de Freitas. Lisboa, 1926, n.º 9, de Maio.

«**A Reconquista**» — Revista de política nacional. Director: Martinho Nobre de Melo. Lisboa, 1926, Ano I, n.ºs 5 e 6, de Abril e Maio.

«**Brotéria**» — Série mensal: «Fé-Sciências-Letras». Director: J. S. Tavares. Caminha, 1926, vol. II, fasc. IV e V de Abril e Maio.

«**Labor**» — Revista trimestral de educação e ensino e extensão cultural do Liceu de Vasco da Gama. Directores: José Tavares e Alvaro Sampaio. Aveiro, 1926. Ano I, n.º 2, de Abril

«**Cultura**» — Revista de Letras. Director: José Manuel da Costa. Lisboa, 1926. Ano I, série I, n.º 2, de Maio.

«**Vasco da Gama**» — Revista trimestral de pedagogia e cultura. Director: Fidelino de Figueiredo. Lisboa, 1926. Ano I, n.º 2, Janeiro-Março.

«**Gente Minhota**» — Arte e Regionalismo. Director: A. Teixeira Pinto. Braga, 1926, Série I, n.º 4 e 5, de Abril e Maio.

«**Missões de Angola e Congo**» — Director: P.º Joaquim Alves Correia. Braga, 1926. Ano VI, n.º 5, de Maio.

«**O Nosso Algarve**» — Revista de propaganda algarvia. Proprietário e Editor: Cruz Azevedo. Faro, 1926. Ano I, n.º 3, de Maio.

«**Invicta-Cine**» — Revista ilustrada de cinematografia. Director: Roberto Magalhães Lino. Pôrto, 1926. Ano IV, n.º 23, de Abril.

«**A Vinha Portuguesa**» — Revista mensal de agricultura. Director: Cândido Duarte. Lisboa, 1926. Ano XXXV, n.º 7, de Maio.

«**A Aurora**» — Revista literária e instrutiva. Director: Manuel Lopes. Lisboa, 1926, Ano I, n.ºs 1 e 2, de Abril e Maio.

Revistas espanholas

«**Nós**» — Boletim mensal de cultura galega. Directores: Vicente Risco e Alfonso R. Castelao. Ourense, 1926. Ano VIII, n.ºs 28 e 29, de Abril e Maio.

«**Revista del Ateneo**» — Jerez de la Frontera, 1926. Ano III, n.ºs 21 e 22, de Abril e Maio.

Guimarães — O Labor da Grei

Monografia-Relatório da Exposição Industrial e Agrícola Concelhia de 1923, a sair em fascículos mensais, ornados de numerosas gravuras e ilustrações.

PREÇO DE CADA FASCÍCULO, 2\$50

Para assinatura ou pedidos, dirigir correspondência à rua Paio Galvão, 23, Guimarães, ou à nossa Administração.

DE GUIMARÃES

Tradições e Usanças Populares

POR ALBERTO VIEIRA BRAGA

A' venda na Tabacaria Lemos, Guimarães, e na Livraria Editora, de José da Silva Vieira, Espozende.

E' um volume de 425 páginas de subsídios para o estudo da vida popular. Cada volume, 5\$00 Esc.

Nação Portuguesa

REVISTA DE CULTURA NACIONALISTA

Director — Dr. Manuel Múrias

Propagar a «Nação Portuguesa» é contribuir para o renascimento e restauração da Pátria. Nenhum bom português deve deixar de assiná-la e divulgá-la. Redacção e Administração — L. do Directório, 8-3.º, Lisboa. Agência nesta cidade: «GIL VICENTE», Largo Prior do Crato, 59-A.

“GIL VICENTE,”

N.ºs 5 e 6 — 2.ª SÉRIE — 1926

Sumário: — «O ANÁTEMA DA FLANDRES» — «Prelúdios da Traição de Lesa-Pátria», por João de Ourique; «AS CARAVELAS», por Rui Galvão de Carvalho; «A MATA» (conto), por Francisco de Queiroz; «VELHARIAS VIMARANENSES» — «Documentos & Efemérides» — (1826 — Guimarães há 100 anos), por João Lopes de Faria; JANELA DO SÉCULO XVI — (Gravura), desenho do Dr. Luís de Pina; «SONHANDO AO PÉ DO MAR!...» por Parente de Figueiredo; «AS BRUXAS DE PENCÊLO», por Alberto Vieira Braga; «VÁRIA» — «Das Ideias & dos Factos», Redacção; «VITRINE DOS LIVREIROS» — Dos Livros & dos Autores, por Horácio de Castro Guimarães;
: : : : : «PUBLICAÇÕES RECEBIDAS». : : : :

COLEÇÕES DO «GIL VICENTE»

1.ª SÉRIE

As poucas colecções que restam vendem-se na] nossa Administração ao preço de 20\$00 Escudos, cada.

ASSINATURAS

Continente e Ilhas — 1 ano — Pagamento feito directamente á Administração	20\$00
» » » — 6 meses	12\$00
Colónias Portuguezas — 1 ano	36\$00
Estrangeiro — 1 ano	40\$00

PREÇO DÊSTE NÚMERO, 4\$50

TIPOGRAFIA LUSITANIA
RUA GRAVADOR MOLARINHO, 47

GUIMARÃES

Guimarães — O Labor da Grei

Monografia-Relatório da Exposição Industrial e Agrícola Concelhia de 1923, a sair em fascículos mensais, ornados de numerosas gravuras e ilustrações.

PREÇO DE CADA FASCÍCULO, 2\$50

Para assinatura ou pedidos, dirigir correspondência à rua Paio Galvão, 23, Guimarães, ou à nossa Administração.

DE GUIMARÃES

Tradições e Usanças Populares

POR ALBERTO VIEIRA BRAGA

A' venda na Tabacaria Lemos, Guimarães, e na Livraria Editora, de José da Silva Vieira, Espozende.

E' um volume de 425 páginas de subsídios para o estudo da vida popular. Cada volume, 5\$00 Esc.

Nação Portuguesa

REVISTA DE CULTURA NACIONALISTA

Director — Dr. Manuel Múrias

Propagar a «Nação Portuguesa» é contribuir para o renascimento e restauração da Pátria. Nenhum bom português deve deixar de assiná-la e divulgá-la. Redacção e Administração — L. do Directório, 8.3.º, Lisboa Agência nesta cidade: «GIL VICENTE», Largo Prior do Crato, 59 A.

“O Anátema da Flandres,,

Prelúdios da Traição de Besa-Pátria

(CONCLUSÃO)

As falas traidoras do bom português, alentadas pela repelente infâmia da tôrpe solicitação, a estrangeira gente, do amarfanhamento de justa represália lusitana contra quem levantava o Atlântico entre Portugal e Brasil na prática sacrílega da renegação da Corôa de D. Pedro IV Rei para cingimento da de D. Pedro I Imperador e chicoteador de portugueses nas lusas terras de Alem-Atlântico, exultando os matricidas golpes na Instituição pátria que o Conde D. Henrique alimentou e se foi alçando nas Descobertas e Conquistas e se irucidou em Évora-Monte pelas mãos desuacionalizadas do imperador brasileiro D. Pedro I e se guarda religiosamente na veneranda memória da alma portuguesa de D. Miguel I!...

A sequência visível da louca desordem e atrofia orgânica, bem acentuadas de 1818 a 1850 pela nefasta acção da vampira Maçonaria conjugando a quadrupla aliança contra a monarquia tradicional, transformando o povo-sociedade em povo-indivíduo, substituindo a colectividade-família pelos seus braços dispersos, egualando os direitos dos pais aos dos filhos, esfacelando a comunidade-Nação por uma «vontade-popular», entretendo reis a rasgarem as púrpuras reais, de que só um Rei se isentou e preferiu o exílio!... , o que de novo eclodiu em El-Rei D. Carlos I e Príncipe D. Luís Filipe, assassinados pela Maçonaria!...

Nêste mar pardo das mais pungentes tribulações, facheiando-se em generosidades pelo bem da casa alheia, desesperadamente, trágicamente se debate Portugal olhando espavorido e ansioso a hora nova que o tomará das cinzas ao seu pedestal dourado, em dilacerante dôr tão grande a nascer um Amor balsâmico tão Maior que o ergástulo rasgará em feéricas brechas de liberdades naturais brotando, em apoteoses fundamentais, nas límpidas nascentes da inspiração lusíada!

Nêste pântano apodrecido se afoga a sensibilidade nacional bracejando pelas energias mãos, que tão alto iriam nos séculos XV e XVI, a latejarem o hino pátrio revivendo sua fôrça imensa (1) no poema de Ourique, na divinisação de Aljubar-

(1) ALEXANDRE HERCULANO — «História de Portugal : «A numerosa mas pobre e grcs-seira infantaria portuguesa soube distinguir-se por extremos de sofrimento e de atividade no mais duro e pezado serviço do exército (batalha de Navas de Tolosa) e no valor impetuoso com que se

rota, na elevação de Valverde, nos soldados de Arzila, no sonho do caminho marítimo das Índias, no prolongamento de Portugal no Brasil, na Descoberta do Mundo por terras duras e mares brumados, nascendo-se, alteando-se, lustrando-se, incensando-se, sagrando-se, confundindo-se, na imortalidade impalpável dos céus divinos, da beleza da alma do grandemente pequenino Condado portugalense a manar Portugal de Fé que a Esperança oscula!...

Nêste ignominante período de efervescênte descalabro e estacionarismo fatal, se esmagam a estabilidade e con'inuidade governativas regidas pelas leis fundamentais da Nação, que conduziram a Restauração de 1640 no repudio legítimo da dinastia de Filipe IV, e se condenam os atentados gravíssimos ao antigo direito político português, que à Infanta D. Isabel Maria, em 1825, obrigaram a suportar um inglês exército de seis mil homens sob o comando do general Clinton para imposição da Carta Constitucional que o país não pedira, e por D. Maria II, em 1847, buscando na quadrupla aliança «o auxílio necessário para efectuar a pacificação dos seus Estados» (1) que a revolta popular da «Maria da Fonte» (2) de 1846 procurava na tentada reposição de D. Miguel I no trono legítimo, e se cachoam os vícios originários do cosmopolitismo anónimo (3) que a Revolução Francesa filtrou

arrojava ao combate... E de que gente se compunha esta infantaria enérgica e valente (de D. Afonso II) que gerava assombro num dos indivíduos mais eminentes daquela época, Rodrigo de Toledo o qual foi testemunha da sua prontidão e esforço? Dos homens dêsses concelhos começados a organizar no berço da monarquia e que Sancho I espalhára com mão profusa por todos os ângulos do reino. Era o povo que surgia forte e activo, porque a vida municipal despertára nêlo o sentimento da liberdade e da ideia da Pátria».

«Se, finalmente, uma ou outra vez durante o seu govêrno, a opressão tomou o lugar da justiça pelo que tocava aos povos, êles deviam perdoar êsses impulsos de tirania (ciuidade de poder diria A. Herculano com verdadeira propriedade), ao príncipe (El-Rei D. Dinís) que abriera às municipalidades as portas das assembleias políticas do país, chamando-as assim a constituírem um dos corpos do Estado, e habilitando as para pugnaem a favor de seus povos e liberdades».

(1) Protocolo da conferência celebrada em Londres entre os plenipotenciários de Espanha, França, Grã-Bretanha e Portugal, para a intervenção estrangeira, em 21 de Maio de 1847.

(2) OLIVEIRA MARTINS, no «Portugal Contemporâneo»: «E' contra os impostos, contra os enterramentos em cemitérios ao ar livre, contra a mobilisação dos bens das Misericórdias, contra o sistema de leis que tendiam a consolidar o novo Portugal, a acabar de arruinar um Portugal antigo que ainda para as populações rurais era o verdadeiro, o ditoso, o bom.

«Tal caracter se observa no movimento espontâneo das populações, confiscado à nascença pelos setembristas como se fôra seu, e apresentado sempre como documento da vitalidade e raízes das suas doutrinas no seio da nação...»

(3) ALEXANDRE HERCULANO: «Mandaram a D. João II e a D. João III, nos seus Túmulos, o código do absolutismo e a bula de Inquisição. Queimaram profusamente a cêra e o azeite em iluminações brilhantes, vestindo-se de briche nacional, honrosamente grosseiro e bastante caro. Foi um tiroeteio de banquetes, procissões, foguetes, discursos, arcos de triunfo, revistas, «Te-Deum», eleições, artigos de jornais e salvas de artilharia. Todos os dias havia novas festas, e babavam-se por elas. Era um salseiro de hinos, sonetos, canções, dramas, córtes de fato e formas de sapatos liberais. Multiplicavam-se as lojas maçónicas: os tôlos iam lá gastar dinheiro em honra do Supremo Arquitecto do Universo, e os espertos comer-lho em honra do mesmo Arquitecto. Reuniram-se as córtes. Fez-se uma constituição pouco mais ou menos republicana, mas inteiramente inadequada ao país. Repetiram-se, palavra por palavra, traduzidos em português, ou coisa semelhante, os discursos mais célebres do «Choix des rapports», ou as páginas mais excêntricas de Rousseau e de Bentham. O povo espantava-se de se achar tão grande, tão livre, tão rico, em direito teórico: porque, na realidade, nos factos materiais, palpaveis da vida económica, as cousas estavam pouco mais ou menos na mesma.»

«E o liberal OLIVEIRA MARTINS: «Com efeito, assim succedeu; mas a sinceridade das illusões é ainda o que mais nobilita os homens. Os revolucionários de 1820, imbuidos das quimeras jacobinas que a invasão francesa propagára em Portugal, foram nobres; mas — triste força é confes-

em Portugal no amortecedor século XIX, a agravarem-se terminantemente no fatídico século XX na negação absoluta da estrutura e da corporatura, da nacionalidade que, aos solavancos mortais da interferência estrangeira volve em legítimos anceios de alegria doida às bases puras da sua lídima consciência!...

O sentido da inspiração nacional (1) adormecera-se um tanto na exaustão lógica das Descobertas e Conquistas buscando um mundo para o mundo num esgotamento febril de esforços gigantescos, em expansão forte de glórias inéditas, que o Infante D. Henrique, apertado numa língua em flor de «jardim à beira-mar plantado» com rendas de rochedos e alcatifas de areia, sendo vedada ao seu lar ascético uma expansão heroica do sentimento creador da Pátria amada que as montanhas castelhanas limitaram tanto, seguiu no vôo radioso que as gaivotas de Sagres lhe ensinavam, voando sempre para o mar das lendas, traçando o formoso vôo à Verdade a envolver Portugal no abraço ao Universo que lhe entoava o bento hino da Eterna Sagração. Nasceu assim uma frouxidão cansadia de tão sublime ascensão que gigantes lendários e poderes terrenos jámais igualaram.

Mas a célula social não se perdeu, o património colectivo não se golpeou, o sangue e a língua e as leis e os costumes ficaram impolutos tal como nasceram na «instituição pátria» que se venerava sobre tudo.

Não houvera um liberalismo ilógico, utópico, anárquico, o fermento da Revolução, asneirando um Sufrágio Universal nas Constituintes de 1820 para equalização das almas e sequente desapareição da propriedade — como se a influência da terra não fôsse a melhor devoção do Amor e da Virtude!... que o renascimento dos sagrados princípios conservadores da Nação se imporia à lassidão do esgotamento — embora sobrecarregado estivesse com o luxo enganoso das naus de ouro e pedrarias ricas do tesouro do Oriente que ensoberbeceu D. Manuel I.

Não houvera um Príncipe Real, em 1822, abusando de uma Lugar-tenência e Regência da terra de Santa Cruz que rebelou contra a Pátria, apoiado na Quadrupla Aliança (2), que os elos institucionais, acordados em gestos de ressurreição — hoje ecoando fortes —, não teriam sido obliterados, pois não ganharia terreno uma mentida abdicação dum Chefe de Estado da Terra de Vera Cruz na Infanta brasileira D. Maria Glória — filha de D. Pedro I do Brasil que os historiadores falsamente denominam D. Pedro IV de Portugal onde só foi regente estrangeiro—

sá-lo — foram um tanto ridículos. Cegava-os a idolatria da liberdade, ao mesmo tempo que os acendia o desejo de serem um novo Pombal, uma segunda Convenção. Eram apóstolos, quando a miséria pública não deixava ter ouvidos para dissertações, e só podia ser convencida por factos duros e crueis. Nem Moura, nem Fernandes Tomás, nem Borges Carneiro, os radicais, os volta-rianos, tinham pulso para tanto. O plano das suas reformas, dominado pelos princípios naturais-utilitários da Escola de Rousseau e de Bentham, nem por isso deixava de reconhecer as necessidades do país; é ainda o erro da escola — que os povos podem converter-se e mudar de temperamento à voz dos apóstolos, e que a simples evidência da verdade basta para afastar os pecadores dos seus erros, para convencer e levar à abdicação as classes dominantes e ao domínio as classes escravas e passivas.»

(1) LUIS DE ALMEIDA BRAGA: «Para encontrar as leis de renascimento nacional é preciso sempre procurar as leis da formação nacional.»

(2) D. Miguel que jurara a Carta Constitucional em Viena d'Austria, depondo o seu protesto nas mãos de Metterniche para ressaltar seus direitos, e fôra feito regente do reino durante a menoridade da Infanta Maria da Glória, sua sobrinha e noiva, reconhecêra perante os Três Estados do Reino reunidos que obedecendo à Carta governava Contra-Nação, e por isso se inclina imediatamente ante o juramento prestado pelos Três Estados do Reino e começa governando pró-Nação, não como Rei absoluto, mas como Rei da Monarquia Representativa Portuguesa de que era legítimo sucessor e herdeiro.

fementida abdicação que só o seria de facto quando o «regimen da liberdade» imperasse em Portugal e ainda depois do casamento que desejava da Infanta brasileira (que ficou noiva) com seu tio D. Miguel I de Portugal (que era o sucessor de direito, como filho varão segundo, por morte de D. João VI e traição de Lesa-Pátria de D. Pedro de Alcântara), considerando-se até então Senhor da Nação que mostrava conceber como património real quando é da comunidade que o unge e que já enviara para Castela a dinastia dos Filípes de culpa tão menor!..

Não houvera um imperador por sonegação duma Aza de Portugal fazendo uma inédita abdicação duma usurpada Corôa que não cingia, nem cingiu, nem podia cingir por renegação de Portugal pela rebeldia e expoliação que fez dum Estado ao Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarve, de que ainda se arvorára Defensor Perpétuo «contra a facção Portuguesa» (!!!), que as leis fundamentais seriam respeitadas na Legitimidade da Sucessão, o decôro nacional e nunca a Revolução Francesa exportaria a brasileira Carta Constitucional às lusitanas geiras em 1826 (1), precedida já da Vila-francada e da Abrilada (2) e produzindo depois a guerra civil que exilou definitivamente D. Miguel I pela fôrça das armas da quadrupla Aliança angariada contra a Pátria pelos quadrilheiros da Praia dos Ladrões.

Assim apareceu em Portugal a revolução permanente que tudo domina e oprime, desbarata e esfacela, o constitucionalismo estrangeiro, algemando o espírito português que ensanguenta em torturas hediondas, e agora trazia a nação às portas do «14 de Maio» de 1915, como já eclodira o «5 de Outubro» de 1910, na intensão nefanda da queima duma vida que não morre!..

Após o roubo do lar paterno o Constitucionalismo empunhou a navalha ignobil da matricida, na lógica dos Miseráveis que a Justiça Imanente execra!..

Entra-se em pleno «14 de Maio», aparelhando as eleições da guerra com um prefácio de venenos, de intrigas, de embrulhadas, de enredos, de gesticulações, de escarceus, de invectivas, de ameaças, de perseguições — que os jornais de maior tiragem secundavam imbecil e malvadamente — do partido democrático, essencialmente interessado no «negócio da guerra», empenhado tanto em «pousser á la guerre» Portugal com interesses totalmente opostos a uma intervenção armada na

(1) «Chegando a Lisboa o embaixador inglês Carlos Stuart, que era portador da Carta, houve ao princípio certa relutância da parte dos ministros da regência para a pôr em execução; só depois de uma reclamação enérgica do general Saldanha foi a nova Constituição jurada.» — S. J. da Luz Soriano — História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal. Terceira Epoca, Tomo II.

(2) A «Abrilada», que certos historiadores dizem haver produzido a prisão e desterro de D. João VI por seu filho o Infante D. Miguel, deu origem a que os constitucionais induzissem D. João VI, sob o pretexto de que seu filho o pretendia depôr e assassinar por instigações da Rainha-Mãe, Carlota Joaquina, a retirar-se para bordo da nau inglesa «Windsor-Castle», onde o Infante foi chamado e lhe foi applicado o exílio entre o castigo e a renegação de seu Pai D. João VI, que a Maçonaria manejava a bel-talante como se vê nas Instruções maçônicas do Grande Oriente Español Egípcio:—«Se, como se deve esperar, a Rainha e seu filho se opõem à revolução, aproveitando-se da sua influência, e trabalham contra nós fazendo demitir o ministério, será então necessário que todos os diplomatas e todos aqueles que pertencem à Ordem, se reunam para protestar contra semelhante medida e para declarar em face da Europa que a Rainha e o Infante lesam os direitos da legitimidade. Deve-se trabalhar para decidir os representantes estrangeiros a tomarem parte neste acto em nome dos seus soberanos. Dest'arte os ministros serão conservados ou reintegrados no poder sem o conhecer. D. João VI preparará tudo para chegar à última vergonha a que o queremos arrastar.» «Se a Rainha e D. Miguel persistem em contraminar o nosso desígnio de destronar o déspota e restabelecer a Constituição, é de absoluta necessidade decidir o Rei a banir sua esposa e seu filho da terra portuguesa.»

Grande Guerra, de cuja eclosão já sentiria bastante um desequilíbrio económico que se não combatia, mas assim se tornava tão tremendo e aniquilador.

Das desmoralisantes eleições brota a inevitável e clássica miséria governamental (então partido democrático); e, então, começa a vida tôrva do «governo de triste memória» perante o país a que mentiu e que ensanguentou tão repugnantemente pela mais espumante das tiranias e perante o estrangeiro com a inédita hipocrisia e a sem-igual versatilidade, asquerosas e servis, de que enflorou a sua diplomacia bifronte.

O programa estava lançado no escândalo dos fornecimentos ilegais ao exército, por Correia Barreto a quem «a invenção da pólvora sem fumo» não deu o rendimento de patente que já era registada ha muito tempo no estrangeiro; no «Caímbó mágico», nos géneros avariados para as expedições, nos camions e automoveis e carros de cosinha velhos e entregues ao exército como novos por Norton de Matos que se ia conhecer por «Joffre português»; nos canhões Canet de João Chagas de acôrdo com Bernardino Machado e Afonso Costa que se diria o «Venizelos do Ocidente»; nos bens dos inimigos e negociata da Furness por Urbano Rodrigues, Alexandre Braga, Leote do Rego, Afonso Costa e tantos mais salteadores do Erário Público; nas numerosas traições da guerra e da nação em que tomou parte toda a quadrilha incendiária do Depósito de Fardamentos, da Escola Naval, das Encomendas Postais, do Parque Automovel, das Mercadorias dos Barcos Alemães.

E no acarinhado sigilo que em todo êste sudário latrónico pesava, «o grande estadista» Afonso Costa guardava o segredo da conezia inextogável na Conferência da Paz, onde Portugal pagaria, a peso de ouro, a sua orgia e luxúria, no sustento milionário e montagem principesca dum atelier fascinante de modista de chapéus, em Paris, que doaria a uma corista do teatro Apolo, da rua da Palma, de Lisboa...

O segredo é a alma do negócio...

Pertencer a um partido — Eça de Queiroz — é meter-se a gente num omnibus aos empregos — a que pucha o chefe do partido, sempre com o freio nos dentes.

E, enquanto a diplomacia vêsga envergava os balandraus negros pelas catacumbas maçônicas «a pousser á la guerre» a nação dos portugueses — sem trancas à porta na sua lhanesa proverbial —, o «Almirante do Mar da Palha» pinta de borões os anais das campanhas marítimas, no estudo parado da acção mártica que desenvolveria no húmido largo alfacinha; e o «Joffre português» manipula um desmiolado curso único, em Lisboa, de alferes «milicianos», por não saber lêr os cardanhos retrógrados em que as «milícias» se espelham como um exército embrionário e logo desaparecem a dar lugar ao Exército com a Reserva.

Depois... é um sudário maquiavélico, pérfido, tenebroso, turbilhonário.

Por convenção da... igualdade republicana, em novembro de 1915, funcionam, simultâneamente, a Escola de Guerra, de Lisboa, e Escolas Preparatórias de Oficiais Milicianos, em Lisboa, Pôrto e Coimbra, sucedendo-se estas últimas numa continuidade pavorosa.

A que obedeceria esta distinção de Escolas, uma de *Guerra, em Lisboa*, e as outras de *Milicianos* em três pontos do país, todas elas apenas preparatórias (1),

(1) As E. P. O. M., que são tomadas para base dêste estudo e análise, são as dos cursos de infantaria onde o emaranhamento da confusão toma maior complexidade.

é fácil de prevêr, tendo presente que os programas de estudo eram positivamente iguais, embora executados em períodos lectivos diferentes.

Clarivamente se patenteia um favoritismo desbragado, incorrigível defeito entre os muitos, infinitos, do vício republicano, segunda étape do ideologismo libertário!

As E. P. O. M. tinham a duração de dois meses lectivos, e a *Escola de Guerra... de Lisboa* funcionava oficialmente durante dez meses, mas, de facto, sómente cinco meses, quando a tanto chegava, e para ambas era base de chamada ou concorrência a prévia promoção a sargento inicialmente.

Os cursos da *Escola de Guerra... de Lisboa*, reduzidos a um ano lectivo, só recebiam alunos com o mínimo do sétimo ano dos liceus (Sciências) (1), e poucos alunos lá foram admitidos com melhor preparação.

As E. P. O. M. também só admitiam alunos com o mínimo do sétimo ano dos liceus (Sciências), sendo em grande número os alunos com melhor preparação, a quasi totalidade, e alguns com cursos superiores.

Assim foi o curso primeiro de oficiais milicianos, em 8 de novembro d 1915, no quartel do 2 de infantaria, às Janelas Verdes, que terminou em 4 de janeiro de 1916.

E neste exíguo espaço de tempo, o futuro oficial miliciano era declarado apto a exercer o respectivo comando, levando altas classificações que, mais tarde, na campanha e no quartel, justificava claramente; e, nos cinco meses uteis de *Escola de Guerra... de Lisboa*, o futuro oficial *pseudo-teórico*, era a tortura do professor que se via forçado a aprová-lo violentamente, ante o reduzido programa que ainda se falsificava por lei, o que era exuberantemente demonstrado na vida militar em que o pseudo-teórico se sentia perfeitamente abandonado de aptidões, por ter andado sómente a tirar um curso para ser adiado, pela distracção obrigatória que se lhe exigia para as organizações militares estrangeiras apenas mostradas em exibições cinematográficas.

A bem falsificada *Escola de Guerra... de Lisboa* transformava-se assim no refúgio seguro por um ano, pelo menos, para os forçados voluntários da república, funcionando como uma duvidosa casa comercial em que a comprada *mercadoria* era o aluno e a letra era o respectivo curso — de segurança, que, ao fim de cada ano, podia ser reformada a bel-talante. Seriam êstes os *voluntários* da guerra, que a república ofereceu? Só êstes e os que retirou das linhas da batalha porque outros não criou.

As E. P. O. M., então, eram a grilheta dos forçados, a obterem o diploma do oficialato no máximo de dois a três cursos de dois meses, sôbre a dependência ameaçadora do Ministro da Guerra que os podia dar por incapazes e mobilisá-los como soldados, o vasadouro da carne para canhão, tão requerida e mais desejada nos telegramas de Gomes da Costa, que largo préstimo lhe encontrava para só a ela querer, e que, segundo o critério estragado do milicianíssimo alferes miliciano António Granjo, deu fôrma a os *intrusos da Grande Guerra*, quais traficantes, quando apenas eram traficados pelo traficante govêrno de triste memória.

Quem diria que um alferes das E. P. O. M., desta fôrma se viesse a referir à sua classe que se soube impôr. Que assim falasse de si, pouco importava ou

(1) Este princípio teve largo uso desde o ano lectivo 1916-1917; não deixando todavia de ser um curso reduzido, o curso de 1915-1916, que iniciou a redução dum ano no curso bi-anual da *Escola de Guerra... em Lisboa*.

nada mesmo, mas de uma classe inteira, saída das E. P. O. M., é-lhe absolutamente vedado pela sem-razão da aspereza e parcialidade com que a ela se refere, por extrema falta de análise do problema.

Serão os *intrusos da Grande Guerra* por poderem ter marchado como simples soldados? E porque não foram assim sem responsabilidades de maior?

E' de uma singelesa extraordinária a facil argumentação da resposta.

Os quadros dos oficiais do quadro permanente estavam muito limitados ao estritamente necessário em tempo de paz, e ainda acrescia a circunstância de prevenir, com oficiais de *dois anos* efectivos de Escola do Exército, os postos superiores do exército, dada a hipótese de a guerra se demorar ou não. O que se encontra estatuido nos preceitos militares, visto que os quadros dos oficiais da paz não correspondem aos quadros dos oficiais da guerra.

E para que esta prevenção pudesse ser garantida era necessário poupar êsses oficiais, em parte, o que também deu aso ao escândalo, por ser bem largo... o *aproveitamento* dêsses oficiais antigos e melhor preparados, abusando-se por consequência do tráfico dos oficiais das E. P. O. M. (e, mais tarde, também do seu *fabrico*) que neste momento, preguntam porque direito foram prejudicados pela Escola de Guerra de... Lisboa (1).

Não implica esta argumentação, a inaptidão dos oficiais da E. P. O. M., mas eram novos na arte militar e, tal como os pseudo-teóricos, só haviam aprendido e estudado o estritamente necessário para a campanha imediata, que igual sacrificio exige a todos e não a determinados expostos.

Eis a necessidade do oficial de curso reduzido, *o oficial da guerra*, quer seja das E. P. O. M., quer seja da Escola de Guerra de... Lisboa, todos de escolas preparatórias, para a guerra imediata.

Tê-la-hão distinguido agora os fontenários da inépcia? Ou ainda se não terá conseguido perfurar e dinamitar os imoveis *penedos da rocha Calhau*?

Estas duas escolas de cursos reduzidos, de programas iguais dados em tempos diferentes, legalizadas por um govêrno estulto, sómente mantinham uma diferença distinta — o aproveitamento: o cheque constante em que a república colocou a desgraçada Escola de Guerra... de Lisboa.

Um era forçado inteligente, e o outro era burro inato, perante a lei que tão infame desigualdade vincou.

Enquanto um estudava o outro dormia, e era esta, respectivamente, a distinção estabelecida entre o *miliciano* e o *pseudo-teórico*, ambos alunos de escolas preparatórias de oficiais. O primeiro preparava-se para a guerra, esforçando-se por assimilar bem a nova vida que ia tomar, *obrigado*, e a saber, com inteligência, desempenhar o seu lugar com responsabilidade de vidas; o segundo, procurava demorar a sua permanência num curso que escolheu e que desejava tão longo como a duração da Grande Guerra, tendo o pesadêlo constante da sua indesejavel aprovação de momento.

O aluno das E. P. O. M., em geral estudante, via decepado impiedosamente o seu futuro, uma vida inteira, sem a mínima remuneração, o mais singelo remendo. Para esta amargura infinda era êle o escolhido por lei!... Não era um aldeão que

(1) Ha quem pretenda argumentar que a Escola técnica... é necessária — ainda quando se esteja em «casus-belli» — embora reduzida, em prejuizo de segundos e terceiros em igualdade de circunstâncias!...

E' extraordinário... tal pensamento...

ao regressar encontra a sua enxada; não era um operário a quem o espera o seu officio; era um estudante iniciando uma carreira, uma vida, por quem o curso não espera, mas passa e foge, apontando-lhe um trabalho perdido, um sonho desfeito, o vácuo absoluto, no regresso tarjado a negro torturante.

Como se paga ou remunera um futuro esparapado, uma vida agonisante, quando a destruição dêsse bem veio apenas do capricho de alguém e não da necessidade da defesa da Pátria que o mesmo sangue pode a todos?

Que resposta poderá contrapor de boa-fé, a todo êste rol de amarguras, o alferes miliciano A. G., o *Intruso das E. P. O. M.*, titulo com que, com a devida vénta, o desejam brindar as E. P. O. M.?

O aluno da Escola de Guerra... de Lisbôa, continuava uma carreira, completava um curso para iniciar uma vida, um futuro, com dificuldades diminuidas, a redução de uma última étape, o curso reduzidíssimo da Escola de Guerra... de Lisbôa.

Esta monstruosidade era legalisada, de principio, por monstros de enorme grandesa, e, para que fôsse maior, alargou-se êste curso reduzido, nesta caricata Escola de Guerra... de Lisbôa, até dez mêses *oficialmente*, curso que quando perdido, podia ser renovado por mais um ano, ao menos; enquanto a carne para canhão das E. P. O. M., *oficialmente e de facto*, só dispunha de dois mêses de curso de igual preparação!... que, quando sem proveito, estava na contingência de não tornar a poder ser iniciado!...

A vileza é superiormente extraordinária neste regimen republicano crapuloso, sempre tôrpe e abjecto como todos os perversos de liberalismos, de que as monarchias liberaes são a primeira étape.

E é isto um regimen, um ideal?... (1)

Quando se tem por base essencial, o nivelamento da intelligência, na miseravel *Igualdade* da farça pantanosa *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, dever-se-ha afirmar, em prol da verdade intangivel, que não é um regimen, nem um ideal, mas simplesmente um programa dos mais imundos bandidos confessos.

Mas ainda segue mais longe a republicana abjecção!... Negando a natural desigualdade, que combate acintosamente, defende apenas a desigualdade infamante, criando castas privilegiadas, como a da Escola de Guerra.. de Lisbôa, neste momento.

Que fétida alma possuem as impúdicas repúblicas!...

Em cursos reduzidos, de programas definitivamente iguais, não se podem conceber diferenciações, pois não se pode admitir uma casta dentro da mesma casta; tal comò' dois prégos a ocuparem simultâneamente o espaço ocupado por um dêles.

(1) «O SÉCULO»: «Implantou-se a República sob a promessa da «liberdade, da igualdade e da fraternidade...»

«... Dessas três lindas promessas tem saído todas as perseguições, todos os favoritismos e não poucos crimes de morte. Já alguém definiu a liberdade como sendo o direito que assiste aos outros de fazerem só aquilo que nós queremos que êles façam. Esta definição, da autoria dum humorista desconhecido, representa, desgraçadamente, uma grande verdade.»

«Responsabilidades? Mas se tódos êles, os perturbadores, os incitadores da desordem declararíam amanhã que procederam na defesa do principio da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

«E é com êste rótulo que se mascaram — ambições». E' com êste rótulo que, com tanta frequência, se tramam na sombra movimentos que outro fim não tem a justificá-los que não seja o *essalço* ao poder.»

O caminho a traçar era apenas um único — a instituição de escolas preparatórias de oficiais. E nunca E. P. O. M., nem Escolas de Guerra... de Lisboa, Paio Pires ou Escalhão.

Assim o entenderam as várias nações lançadas, por dever, na enorme fornalha que a guerra acendeu, optando pelas escolas preparatórias, como princípio honesto, legal, estabelecendo após a guerra, então as necessárias escolas de aperfeiçoamento, onde os *oficiais da guerra* pudessem completar os seus cursos de *obrigação*, remuneração, exigua embora, de um futuro caído, de uma vida morta, todavia penhor sagrado de uma gratidão da Pátria.

Será muito pouco, mas também é muitíssimo quando se não oferece como uma esmola e se mostra *como um dever* para com quem foi *forçado* a rasgar um destino, que em Portugal se apresenta por torpe vontade alheia e *sacrificado* estouvadamente a experimentar as rudes agruras da guerra fera, a vomitar constantemente largas hecatombes de martírios crueis, sem a esperança bendita de um posterior afago singelo.

Só a república, estruturalmente incapaz como todas as repúblicas, o não compreendeu, nem o podia conceber, ante o favoritismo obrigatório de que tinha de fazer participar, por necessidade de se sustentar — base da sua essência — os vários filhos da ignaras clientelas, que a mantem como mercenários pródigamente remunerados, defendendo-a com o denôdo de quem não pode encontrar outro tão vasto amparo aos seus interesses sem escúpulos.

Involuntariamente, o benefício foi abranger raros protegidos da sorte que, antevendo a infâmia nascente, tentaram assegurar a sua existência no dia de amanhã, enquanto tantas e tantas outras aspirações iguais viram tombar, na ímpia desilusão, tão lidimos anceios — a sombra dum afago.

A miséria democrata desenvolvia assim a incomensuravel ignorância correlativa a par da acção criminal inerente.

Se todas estas *escolas rápidas* eram apenas preparatórias, por serem de cursos reduzidos, e por isto, consequentemente, com programas de estudo comprimindo o essencial (1), qual a questão superior que se impõe ou impunha a dar origem a esta distinção amorfa, nascida nos cérebros virgens dos sábios da incompetência, tão sómente amada e melhor cultivada nas falsas repúblicas, quer sejam de dourada corôa a tombar, quer sejam de barrete frígio a vermelhecer?

Nunca alguém a encontrará, porque em parte alguma reside, nem nas profundezas brumosas do extremo absurdo irracional.

Que se levante a caótica demagogia, falsária por princípios, que nunca demolirá a demonstração provada que se afirma de instante para instante. E antes cimentará os fundamentos do favoritismo faustoso que lançou sôbre uma falange escolhida, as variadas clientelas que necessitava de favorecer, e assim lho impunham como condição *sine qua non*, para continuarem sendo seu seguro esteio a trôco da lauta gamela, repleta de succulentos benefícios estomacais — *o ideal demagógico!*...

E por esta abjecta facilidade se estabeleceu e legislou uma falsa diferenciação entre oficiais de escolas preparatórias, concedendo a uns regalias futuras que negava a outros com iguais direitos, tendo ambos, por base de admissão, o sétimo

(1) Alguns oficiais pseudo-teóricos pretendem afirmar, em si, uma melhor preparação para futuros mentores, na continuação da guerra, quando não vêem a possibilidade de estudos profundos, durante a guerra, e até concordam na sua inferioridade ante o oficial das E. P. O. M. pelo seu *confeccionamento*.

ano dos liceus (ciências), e de que um minúsculo número, por lei, se pretende fazer insinuar *oficial técnica* quando se formou mais miliciano que o seu irmão-gêmeo das E. P. O. M., por ter sido forçado a admirar, exclusivamente, os contornos das organizações militares estrangeiras, que não estudou e não conhece, e que serviram apenas para lhe furtar o profundamento de conhecimentos essenciais, facultado nas E. P. O. M.

Talvez — quem sabe? . . . — tudo derivando de um *equivoco*, de uma *confusão*, em que a seita do *fraterno barrete frigio*, é tão farta. Talvez por se haver tomado as E. P. O. M. como uma reorganização e aumento das *milícias* que, afinal, na sua essência, são constituídas por quem o deseja e não por imposição, e que já segue num trilho definido por uma vida organizada e não ainda indeciso na vereda barrocada em cata de piso firme.

Talvez que assim fôsse por engano . . .

Tudo quanto é irrisório e inconcebível perante as ideias demonstradas, nas ideias falsas torna-se absolutamente de naturalidade vulgar, e o recíproco também demonstra a par desta veleidade atrevida das seitas vãs, e, *ipsó facto*, de criminalidade abundante, último rebotalho da escória humana, sempre a bracejar pela ficcionista *Liberdade*, lei da perversão impune.

Assim, por este meio de confusões architectadas, ou premeditados equívocos, enquanto os oficiais das E. P. O. M. completavam a sua instrução na Mobilização Geral do Exército — Intensiva, Manobras de Tanços ou das linhas de Torres, — e iam aperfeiçoar-se, com o auxílio único da sua inteligência e estudo, nas trincheiras da Flandres (1), em que brilharam em grande número, de maneira iniludível, como se verifica facilmente nos louvores honrosos, onde falam combates, scintilam batalhas e se evola abnegação, e não simples argumentos estudados para se conseguir uma medalha — *Chocalha*; — enquanto isto acontecia, os seus irmãos-gêmeos, protegidos nas camaratas da Escola . . . de *Guerra de Lisboa*, eram mandados estudar, à porfia, os processos mais astuciosos da guerra aos singelos dez valores, que os mestres tornavam já difícil, por serem obrigados a impôr-lhos violentamente, para se libertarem do convívio, legislativamente demorado, dos seus alunos, hoje os laureados da Guerra, nas largas benesses que indevidamente usufruem.

E para mais publicamente se patentear, em toda a sua bacia nauzeabunda, o vil favoritismo abandonava-se infinitamente (2).

Vários concorrentes à Escola . . . de Guerra de Lisboa eram preteridos (3) descaradamente por outros, pelas alcateias famélicas, de bem menores habilitações, sem sequer ser dispensada uma atenção, uma explicação dúbia ao menos aos pre-

(1) Não foi tão somente quem teve que suportar a guerra *na guerra*, que viu espingardeada a carreira encetada; por isso, qualquer lei de *remendo* deve ser de caracter geral e nunca uma lei especial. Fodaxia-se, de facto, a lei especial tiver de ser adoptada, beneficiando só os oficiais-da-guerra, *na guerra*, em face dos quadros *da paz* não comportarem tanto official, devêr-se-ha applicá-la dum modo geral, a todos os cursos (E. P. O. M., Escola de Guerra e Práticos), dispensando-se, simultaneamente, os serviços de todos os que viveram *no goso da guerra*. Mais ainda afirmarei que as nossas possessões ultramarinas, a estrangeirarem-se, são grandes em suficiência para um largo aproveitamento de officiaes que, pela sua permanência lá, em períodos determinados, também muito contribuiriam para as lusitanarem.

Em qualquer dos casos, adopte-se a generalidade, para ser uma lei *honestá* a remendar a *Grande Anneira*.

(2) LACORDAIRE: — «Est impossible de gouverner les hommes sans le christianisme.»

(3) O autor deste livro, etc., etc. E quando se estava *mobilizado*, alegava-se, ás vezes, esta circunstancia para se vedar a admissão à Escola . . . técnica . . .

teridos; e, ainda outros (1); eram reprovados com atrabiliariedade espaventosa, na respectiva inspecção médica, para, pouco depois, serem mandados frequentar as E. P. O. M. as fábricas exportadoras de carne para canhão . .

O descaro flagrante apresentava-se na sua emporçalhada nudez.

Já nem procurava um dulcineo véu da mais aparente decência.

Era tal qual é, desvergonhado, atrabiliário, brutal, impio, criminoso de natureza, clínico de baptismo, asqueroso de profissão.

Seguia à rédea solta; e, por isso, também os aspirantes a oficial das E. P. O. M., que, promovidos a este posto por aprovação em 4 de Janeiro de 1916 (2), conheceram e trabalharam na Mobilisação Geral do Exército, e suportaram a Intensiva e Manobras de Tanços, eram promovidos a alferes *milicianos* em 28 de Agosto do mesmo ano, para, mais tarde, virem a ser preteridos na sua promoção a *tenente* por quem, pela lei, foi resguardado dos maus tempos, em Portugal, pelos protegidos da Escola. . . *técnica* que, só no decorrer de Julho de 1916, receberam o galão do aspirantado, para, em 15 de Setembro do mesmo ano! . . , serem promovidos a alferes, sem sequer terem passeado com os soldados nortõescos, nas *batalhas* da Ribeira do Seixal, Charneca da Chamusca, ou campos do Gavião a Niza! . .

Caminhava-se já, abertamente, pelos tremedais da infâmia desnudada, a dilecta máter da ignominia corruta, o republicano aviltamento, símbolo exacto de um povo decadente, a descer sem hesitação para além do último degrau das podridões infectas.

De degradação em degradação, avançava sempre no seu amado *Progresso*, entre o gargalhar alvâr da alma renegada; e, então, é o sargento do ácuvo que aparece rapidamente vestido de oficial *miliciano*, por ter o 5.º ano dos liceus, deixando vago o seu lugar, a preencher-se por outro incapaz que só pôde desorganizar os serviços regimentais: é um qualquer, que ignial curso possui, que se transforma em oficial, sem perceber o metamorfoseamento; é o *curso de equiparação* ao 5.º ano dos liceus, nos vários regimentos, em épocas de qualquer momento em que o afortunado se julga habilitado. . . para oficial! . . . sem mais exigências que as de ter sido soldado! . . . — tudo em prejuizo immediato de expedicionários, soldados e sargentos, com cursos e habilitações superiores! . . .

Eis presente, na demonstração constante, a terceira pessoa da vermelha trindade — a *Fraternidade* — a imposta desarmonia no lar nacional, a desagregação sistemática a enkistar-se nos organismos tradicionais, o desmembramento da Nação, a consumação do cáos, afirmando-se numa precipitação vertiginosa, neste período sinistral, que difficilmente deixará vêr a sequência louca da derrastada premeditada, se a guerra se demorasse um instante mais, e hoje se vai arrastando disfarçada e hipócritamente.

E foi assim que se criou o eterno dilema que na república perdurará como

(1) O 1.º sargento cadete, Cordeiro, de artilharia 3, Santarem, etc., etc.

(2) Os aspirantes a officias, desta E. P. O. M., que terminaram o tempo de dois meses de tirocinio para alferes, por terem sido chamados ao decretar-se a mobilisação, foram obrigados a esperar a sua promoção a alferes, até 28 de Agosto de 1916, para que não fossem *preteridos* alguns aspirantes das E. P. O. M. do Porto e Coimbra, parentes e afilhados de sócros republicanas, resguardados provisoriamente das intempéries da mobilisação. . .

Porque não foi mobilisado este curso de uma vez só?

um tão melindroso assunto (1), segundo o critério vazio dos fazedores de dilúvios de leis, tão sensatas como as suas inteligências rilhafoleanas e tão honestas como as suas almas presidiárias.

Por êste princípio do critério vário, os oficiais das E. P. O. M. nunca conseguiram ingressar no quadro permanente, em globo por cursos (ou mesmo dispersos), porque, *dizem uns*, tal gesto iria levar enormes prejuizos à classe dos oficiais práticos, retardando-lhes grandemente a *intercalação*, a que os oficiais das E. P. O. M. *não dão margem*, obrigando-os a um largo estagio nos postos que tivessem assim nesse momento e que, em muitos oficiais práticos seria perpétuo; porque, *dizem outros*, supondo que a *intercalação* (2) do oficiais práticos seria permitida nos cursos das E. P. O. M., ter-se-ia o *prejuizo imediato* dos oficiais pseudo-teóricos, *preterindo-se-lhes* a promoção por oficiais práticos que lhes fôsem mais modernos, e porque, *dizem ainda outros*, os oficiais das E. P. O. M. nada teem a reclamar, *nenhum direito* teem a favor: cê-los pois que, *podendo ir* para a guerra como simples soldados, *foram muito beneficiados*, indo como alferes!... — para arcarem com *deveres e responsabilidades* de outrem... (3) de que mui bem se desempenharam?

E não atentam essas consciências leves no benefício abundante que se mantem nos cursos avolumados da Escola... *de Guerra em Lisbôa* e às promoções exageradas dos sargentos a oficiais, trazendo ambos êstes fôcos de favoritismo escandaloso, inúmeros galões de alferes a quem nunca os veria, também, e a acelerada promoção a muitos outros que demorados anos teriam de esperar pela admissão ao oficialato.

E nunca hão-de vêr o erro do ignorantado, êstes ridículos senhores ajouçados da parra liberalona...

Desta forma devaneia o espírito baciato, ôco, rarefeito, sem poder elaborar um plano geral disciplinar, equitativo, por inconveniente à sua tuberculose cerebral (4), mas, todavia, mantendo sempre uma pródiga indisciplina, no seio dum organismo — o Exército — onde a disciplina é o fundamento basilar da sua coesão, do seu valor, da sua missão, da sua instituição na ordenação da sociedade.

Quando, afinal, sôbre a imbecilidade republicana se ergue apenas a facilidade exuberante da destruição, hoje, de uma edificada barreira de ficção, com as bases infosismaveis da razão patente já prodigamente demonstrada — a equiva-

(1) A Espanha, durante a guerra de Marrocos em 1921, arvoraria as Escolas do Exército em cursos abreviados de oito meses, mantendo assim a normalidade disciplinar na hierarquia adquirida pela antiguidade de posto, em igualdades naturais ante a Morte e a Inteligência.

(2) A «intercalação», um fundamento indisciplinar, é o cavalo-de-batalha da república para combater as infosismaveis razões apresentadas na paz pelos oficiais «milicianos», depois de as completarem na guerra.

(3) Êstes cavalheiros são os que advogando constantemente a intervenção de Portugal na Guerra, se ficaram por Portugal «escamoteados» à guerra, ou «embuscados» em França, ou se «esgueiraram» para as colónias em vários serviços de «resguardo», que para muitos ainda foi aumentado de «promoção ao posto imediato» nos termos do respectivo decreto de Novembro de 1910...

Que lisongeiro quadro «pró crimes...» do voluntariado republicano — intervencionista... durante a Grande Guerra...

E os «milicianos» .. nada teem a reclamar, nenhum direito teem a favorecê-los?!..

(4) «GRITO DO POVO», órgão dos revolucionários civis: «O país debate-se numa situação verdadeiramente trágica. O país está à beira do abismo: entre a vida e a morte. As crises ministeriais sucedem-se. Nem pode deixar de ser assim. Nada resolvem, nada podem resolver, nada se bem resolver.»

lência justa, legítima, legal das E. P. O. M. e Escola... de Guerra (1) em Lisboa, e não só isto, mas a reorganização geral do quadro do oficialato, dentro deste período belicoso, e sempre, igualando-o sob a designação verídica (2) de *oficiais da guerra*, contando a antiguidade: desde a sua promoção a alferes — os oficiais práticos — e desde que terminaram os respectivos cursos — os oficiais das E. P. O. M. e da falsificada Escola... de Guerra de Lisboa (2).

Os oficiais, com carreiras civis anteriormente definidas, teriam permissão de regressar às suas situações civis, ficando, aqueles a quem se cortou o futuro, obrigados a frequentarem um novo curso de aperfeiçoamento, por uma só vez e por turnos, e para os oficiais da guerra, *na guerra*, sem efeitos de reprovação. E, para todos, sem novas frequências e outros resultados posteriores donde pudessem advir prejuízos a incidir nas promoções futuras na continuação da carreira militar e sem alteração na antiguidade adquirida nas E. P. O. M. E pelo demonstrado início honesto se devia ter enveredado de comêço — e desde sempre — para não se vêr afectada a disciplina militar que, assim, novo vigoroso golpe recebeu, e ainda a atormenta e maculará enquanto a república fôr república, teoria bolorenta, a rir-se, sarcástica e alvarment', do princípio da autoridade — *O Exército*, — da função da continuidade — *O Rei*, — da Essência Imaterial — *Deus*, — da ordenação da sociedade de unidade moral e histórica — *A Nação*.

O que na Monarquia integral — *A Monarquia* — são facilidades da inteligência, nos falsos ideais discontinuos são fobias das trévas. A fatal e eterna diferença entre o empirismo constructor e os ideologismos liberalistas.

Desta fôrma se apresentam as tais sãs virtudes das tão honestas democracias, constitucionais ou liberais, a bramirem pelo Direito (com *D grande...*), mostradas, como sempre e sómente, no exterior do roupão da imaculada candura das crianças louras, abrigando a pervertida perfídia constante que a desbragada vilania protege.

O dever... êste nem sequer o sabem escrever com *d* minúsculo, e lá vai vivendo sonogado, ninguém sabe por onde!...

O respeito à (... e ao *Direito das gentes*) desaparece com extrema continuidade; a Justiça (mais um *J... grande*) existe apenas em efígie estampada nos tectos dos tribunais; e dessas três mentiras infinitas: Liberdade, Igualdade e Fraternidade (sempre iniciais maiúsculas...) baluarte demagogo a lançar-se na amplitude total à turba irracional, com que as hediondas democracias consolam a estupidez crassa do *povo soberano, mais laçato que nunca*, cresce, clara e nua, a suma tirania a banhar-se no lago imundo da mais imunda perversão.

Desce-se até onde se não pode!...

Limpa-se os pés à dignidade e escarra-se na competência. E aquele que se afouta a ser capacidade e a indicar a honestidade como um sumo culto, sente os

(1) Argumentam os oficiais desta escola preparatória, com a «carta de oficial» que possuem, para pretenderem impôr a manutenção da diferenciação existente, ignorando que a não possuíriam se a honestidade presidisse à confecção da lei republicana que arbitrariamente lh'as deu, o que já largamente vem sendo desenvolvido.

(2) Para se favorecer os oficiais da Escola de Guerra... em Lisboa inventar-se-ia «a interpolação», nêstes cursos, dos oficiais das E. P. O. M. (depois de frequentarem e serem aprovados em um novo curso de... aperfeiçoamento!) que os lesava bastante, e muito mais aos oficiais práticos.

Que trapalhadas...

E nem cumpriram as leis dos milicianos... já publicadas.

risos escarninhos e as vaias canalhas das almas vãs a persegui-lo, bradando lhes que os tempos mudaram *pele evolução da sociedade!*...

Nem que a evolução da sociedade consistisse no derribar do regulamento natural do seu viver de tradição. Bem mal iriam os proprietários que, para aperfeiçoarem os seus prédios, os houvessem de desmoronar pelos alicerces!... Ou se pérfilhasse o suicídio para se orientar uma vida desviada da sua conduta dignificadora a que se quere regressar!...

Nesta estrada, de destemperos profanos e de veleidades audazes, foi que os govêrnos da república iniciaram carreira *obrigatória da guerra*, indicando ainda um plano falso, a mentira vil da *defesa da pátria*, para que pediam todos os sacrificios maiores, — *que nunca são demais quando necessários* —, bastão demasiado impuro que manejavam com a incrível perícia da audácia malvada, ante os leais servidores da Pátria, sofisma negregado contra que me havia de revoltar — e tantos mais!... — ao descobri-lo na sua nudez desonrada, para ir conhecer a enorme masmorra em que está transformada a Nação Portuguesa, cárcere forçado dos que veneram a sua Pátria Sagrada por Heróis Santos, a sublimarem-na desde os tempos de D. Afonso Henriques às eras de D. João II, morta até hoje no exílio de D. Miguel I (1), aúreo espelho da integral vida nacional — o *Povo Português* —, que êsse Passado brilhante conhece e o Presente esqueceu para lhe cuspir afrontosa e cobardemente.

(Continua)

JOÃO DE OURIQUE.

(1) ANTÓNIO SARDINHA: «O problema da legitimidade encarámo-lo debaixo de dois dos seus aspectos primaciaes — o da «deposição do monarca» e o do «direito dos súbditos à revolta». Então se compreenderá com que dolorosa, mas firmis-ima lógica, a Junta Central do Integralismo Lusitano se viu na imperiosa obrigação de declarar fóra das condições jurídicas da soberania o filho del-rei D. Carlos I.»

As Caravelas

... « no large Oceano navegavam,
As inquietas ondas apartando ; ... »

Camões. — *LUSIADAS, C. I., XIX.

*As caravelas! O pendão das Quinas
As seguiu na aventura, mar em fôra,
Desde a África a essa Índia tão senhora
De riquezas e lendas peregrinas...*

*... E "Elas," lá iam na esperança loira
De bem cumprirem as famosas sinas...
Escrevendo na espuma das ondinas
Uma epopeia bela, imorredora!...*

*... E "Elas," lá iam loucas a sonhar
Num Portugal-Maior, de glória plena,...
— Quais cisnes sôbre um lago de luar...*

*— Louvado Deus! No odor da fé me inundo! —
Como pode uma Pátria tão pequena
Em caravelas descobrir o mundo?!...*

RUY GALVÃO DE CARVALHO

(Do livro: — « Sombras da Relâmpago
próximo a publicar-se).

A bata

(CONTO)

Por FRANCISCO DE QUEIROZ

Galgando fossos, muralhas, portarias, um homem arquejante, anciado, lívido, surgiu na praça de armas, voltou para o canto donde subia a escada nobre, deu ainda uns passos mas logo regougando — «Deus, Misericórdia», tropeçou, abateu desamparado, rolou desacorde pelo chão, e ficou com os olhos vítreos entreabertos fitando o céu a que nem um floco de nuvem, naquela tarde, maculava o azul. Sobresaltados, vendo assim um desconhecido que de tão inesperado até lhes parecera caído do alto, cavaliços acorreram, de sob uma arcada e, pelos braços, pelas pernas, foram-no levando incertos no passo, aos tropeços.

Houve logo alvoroço. Mulheres apareceram inquietas às gelózias, às portas. Uma precipitou-se a amparar a cabeça do moribundo, que ia bamboleando quasi arrasto pelo lagedo. Algumas correram à fonte buscar água, outra, espreitando por sôbre o hombro de um pegureiro, clamou logo que aquele homem, havia de jurá-lo, era da banda da terra e já, quando passára na romagem de S. Tiago de Galiza, o vira para além da Pedra Cavaleira.

O moço da câmara surgiu no alto, ao cimo da escadaria, a inquirir. E logo após, anediando um galgo preto, alto, espadaudo, na florescência radiosa de uma mocidade exuberante, entre o seu capelão e o seu intendente, Pêro Ruis, senhor daquelas terras, em nome del rei Conde daquela Torre. Como era generoso e bom logo se apressou pelos degraus poidos enquanto o clérigo subitamente recordado dos diabos que «naquele tempo» Jesus expulsava de homens assim, pausadamente, a cada degrau ia-se benzendo e murmurava: — «Vade retro, Satanaz, in nomine Criste, vade retro.» O outro, apezar de sêco de carnes, tinha vagares de paquidernie, indolência nos olhos côr de folhas mortas.

Foi descendo a ruminar que aquillo devia-se pegar ou teria sido pancada de sol ou quem sabe lá, alguma quartã ou alguma terçã que se lhe tivesse metido no corpo...

Vozes clamavam: — Mas que seria! — Deita-se-lhe água nas fontes. — Senhora dos Aflitos!...

Então já perto dêle o senhor murmurou:

— Mas, que traria aqui êsse homem em correria tão desvairada e louca?...

A'quela voz, miraculosamente, num assômo de oculta e despertada inergia, êle inteiriçou os membros, esgazcou o olhar, soergueu-se. Começou soltando monosílabos anciosos e incompreensíveis... Mas outra vez caiu no mesmo letargo angustiado.

Apavoradas, duas mulheres vieram anunciar que pelos caminhos do castelo uma malta de homens vinha subindo a gritar, a esbracejar. Já se não estava em tempos de fossado ou de algáras de sarracenos, mas em tom de guerra é que pareciam vir pela encosta acima. Crianças amedrontadas choravam, de guela aberta. Logo no encaço das mulheres um solarengo veio, açodado e aflito:

— Senhor, senhor, a malta já vem perto. Mandai juntar a vossa gente, mandai tocar o sino da vossa torre, que grande calamidade se anuncia. Dizem que a vossa mata entre Cabril e Penha Longa está ardendo em três pontos.

— O Senhor se amerceie de nós. Depressa, depressa Egas Fafes. A' torre, à torre. Um homem que tanja o sino toda a tarde, toda a noite. O senhor se amerceie de nós. Quando êsse cançar outro o renderá. Depressa, depressa, Egas Fafes; — ao menos, agora, despachai-vos, caminha!

De repente, de roldão, a turba entrou ululante. Alguns traziam machados, achas darmas; todos vociferavam ferozes que no ar se fundiam num ruído intraduzível em que sobresaíam distintamente repetidas as palavras: fogo a mata, o letrado, letrado, a mata, forne, desgraça, o letrado, o letrado, o letrado. Pero Ruis então, recuou à escada, subiu uns degraus e erguendo o braço:

— Escutai!

Firmemente, a um mais velho que avançara:

— Fala tu.

— Senhor, alguns dêstes passaram no meu povo assim armados já e já assim alvorotados porque a vossa mata, a riqueza de nós todos, está ardendo.

— Senhor, eu vi!... E do meio da turba um outro avançou, abriu caminho e com grandes gestos, com grandes vozes:

— Senhor, eu vi! Eu moro na serra, junto da Aldeia-a-Pastora e como me erguesse à estrela dalva, ao sair da porta logo avistei um grande clarão para as bandas de Cabril. Para a Penha Longa, perto dos hortos do Letrado, outro clarão maior. E porque o silêncio era puro e a frescura matinal de lá corria, ouvi, certo que ouvi, o estalar das ramarias ardendo. Mas o que logo distingui, sem dúvida, sem dúvida, foi a grande vozearia da malta de povo que se juntava: «Fogo! E' na Penha Longa! Fogo! A nossa mata que arde!» Não vos ofendais que não diziam a mata do conde. Mais que de vós é nossa a mata que a todos nos alimenta e enriquece. Corri a casas, bati a portas, com uma carapita alarmei a aldeia e, enquanto os visinhos em rancho foram engrossando outros ranchos que corriam para além, eu vim aqui dizer-vos e saber o que determinais. Pelo caminho juntaram-se-me êsses todos.

— Senhor, dizei! Senhor dizei!

Todá essa mata cujo incêndio agora tantas almas alvoroçava parecia um resto da floresta primitiva. De mar a monte e pelas prégas da serra, agasalhando toda a terra de Nosso Senhor, entre ribeiras fundas e em volta de lagoas tranquilas, abraçava-se o arvoredado entretecendo ramarias densas. Perto das praias e em face da contínua inquietação misteriosa do oceano, no acre beijo das brisas mareiras, os pinheiros de eterna sombra prometiam já as quilhas e os mastros da Descoberta. Vinham depois os castanheiros de hercúleas pernadas ascendentes, fartura abençoada dos invernos rigorosos. Nas pregas do terreno mais fértil e mais beijado pela tepidez fecunda do sol, essas cerejeiras que em variuhas tenras Lúculo trouxera na bagagem das legiões do Oriente e que lançadas as primeiras raízes tinham invadido todo o Império, também erguiam nos seus troncos lisos as ridentes alegrias das flores sem mácula, depois os sanguíneos e brunidos frutos, frescura reconfortante das merendas do primeiro verão. Para as alturas eram os robles e os

azinhos gigantescos. E, nos seus troncos carcomidos, abelhas de oiro riscando o ar, armazenavam pelos giestais, pelas estevas e pelas urzes, a doçura perfumada das flores cheirosas.

Na beira das águas doces crescia o vime e o salgueiro, com que nas veladas das noites invernosas, ao fogo benfazejo, que a mata igualmente alimentava, os homens enterteciam as alcôfas e os gigos das casas apercebidas. O catre e a arca, a viga e os prumos, tudo ela generosamente oferecia a cada um.

Pelas Páscoas, iam-se buscar, com as lãs da tosquia, os anhos, os corsos e os gamos; verão além, com abuises, costelas ou laçadas, o coelho, a lebre, a perdiz e o galo bravo. Mas o que fazia a fartura, a alegria ruidosa de longos dias, acendia a gula e consolava da vinda da neve e das chuvas inverniais, era a procura, a montaria e a carniça dos cerdos pela brenha dos matos e pelas cavernas dos montes.

Ordinariamente, pelas tēmporas de S. Mateus, em dia certo que o senhor marcava com antecedência e que um caminheiro, já esperado nas encruzilhadas, ia comunicar ao cura de cada povo, para que à hora da missa o anunciasse claramente, indicava-se o início e o local das batidas. Então começava por toda a parte uma animação intensa e ruidosa, como se todos voltassem à moirama, nas antigas correrrias. Ferravam-se novos chuços, aguçavam-se os antigos. Os velhos iam repetindo esquecidas proezas da sua valentia. Alguns lembravam ainda a valentia do conde velho que para salvar um vilão que se intrometiera na caçada dos solarengos e de pouco destro, ia sendo desventrado por uma fēra enraivecida que se atravessára na frente e com uma adaga a abatera de um só golpe. Os iniciados blasonavam sempre para se afoitarem proesas certas e promessas de arremetidas violentas.

Na véspera e pela madrugada, grandes grupos de homens atravessavam os montes, seguiam os trilhos conhecidos e quando ao apontar do sol o senhor chegava a cavalo com os seus, segurando os mastins, já tão alvoroçados como os homens, recebia-o uma vozeria entusiastica de hoste aguerrida, trefega e impaciente. Geralmente o senhor apeava. Os homens desenvolviam-se numa extensa linha e iam-se internando, com os mastins e sabujos à frente a fariscar.

Bem depressa os ladridos anunciavam o encontro do primeiro bicho. Logo seguiam até o avistarem no seu accito, em ância de lhe vibrar o primeiro golpe. A fēra, em guarda, afrontava a turba, preparava-se para a defesa. Por vezes, mastins escabujavam ao lado, já feridos pelas presas recurvas. Então os homens avançavam, chuços em riste e enfurecidos pela vista do primeiro sangue, cevavam nela a sua ância de carniça. E quando a viam cair aos urros, nos arranques supremos, sempre clamavam:

— Fôro, fôro... êste javardo é nosso!

E' que, por costume antigo, que já vinha do tempo dos godos, só de dez em dez é que uma presa ia para o castelo.

Os cerdos iam caindo uns após outros. E, sôbre tranças, um a um, eram logo levados para uma clareira, onde homens mais idosos, de braços nus, brandiam grandes facas luzidias, limpavam a caça, iam preparando os quinhões que o fumo, o vinho e o sal tinham que conservar.

Dentro em pouco o fartum das entranhas abandonadas, das gorduras que derretiam em grandes caldeiros, espalhava-se no ar, sufocando, atraindo bandos de aves carniceiras, embriagando todos. E durante dias, semanas inteiras, eram clamores que animavam toda a mata como se a própria vegetação anciasse em arranços de vivo animal, erguer aqueles alaridos ecoantes:

— Fôro. Fôro. O javardo é nosso!...

Nos quinhões, por vezes, erguia-se um protesto: invejas cegavam os chefes de famílias menos numerosas. Alguns viam maior a parte dos outros. Então era o senhor chamado. Reparava a injustiça se a havia, reprimia as exorbitâncias audaciosas, a todos contentava.

E agora? Agora a mata estava ardendo. A fome, a fome... Que havia de ser de todas aquelas almas? Por isso a inquietação, o receio e a angústia a todos tomára. A mata, a mata estava ardendo. Já o sino da torre de menagem começava a repetir badaladas aflictas quando o senhor, montando no cavalo que logo lhe tinham trazido, abalou no meio de toda aquela gente. Primeiro, coleando, desceram a escarpa nua, sobre que o Castelo se erguia; depois, penetrando por entre castanheiros gigantescos, foram seguindo a antiga via romana que, atravez dos tempos, perdurava, resistindo aos vendavais e aos ataques persistentes das vegetações espontâneas.

Foram avançando sempre. Por vezes outros homens se juntavam. E o dia declinava quando tiveram os primeiros indícios do incêndio na névoa densa que por sôbre o arvoredado, nas clareiras, se avistava, enrubescida pelo sol poente. Grandes aves, piando sinistramente, fugiam num assustado vôo incerto. Mas quando, já perto da noite, chegaram ao ponto em que a via, recurvando, deixava a sombra das ramarias e topava com os hortos do Letrado, então, patenteou-se-lhes em toda a sua grandeza, o calamitoso desastre. No horizonte, ao alto da montanha longínqua, a linha de fogo estendia-se a perder de vista, iluminando o céu, colorindo as nuvens, indicando por toda a parte a uniformidade imperturbavel da mata.

Da esquerda, em volta da casa simples e sem torre, desnudavam-se, primeiro, campos de frumentária leiva; depois, em lento pendor, uma extensa escadaria de balcões ourelados, afastados de macieira. Dêsse lado era o horizonte largo. Da direita e ao fundo continuava sempre a massa ingente de arvoredado sem fim.

Na casa, batida pela luz do incêndio, o boqueirão de uma janela aberta parecia mais negro e o seu silêncio e solidão um estranho mistério. Mas tudo ali era estranho e misterioso como estranho e misterioso era o homem que aquela casa recolhia. Comtudo alguns julgaram vêr sumir-se um vulto na sombra das portadas.

— O Letrado!... segredaram, benzendo-se ligeiramente à socapa.

E' que êsse homem, cujas leituras em velhos pergaminhos, por dia e noite morta, já faziam curvar um pouco, começára a ser vagamente acusado de pacto com Satanaz, logo que da sua mula negra apeou uma tarde à porta daquela casa, no regresso de Salamanca e do seu afamado Estudo. Era meão de estatura. E a barba escura e cerdosa que usava bipartida tinha à mistura pêlos de um ruivo acobreado. O olhar baixo, desconfiado, fugidio e incerto, não indicava a pacífica serenidade dos que então estudavam a sciência de Bartholo. Sempre vivêra arredado do Castelo e do seu senhor, e, apesar disso, com êle tinha bem próxima ligação.

Em tempos de El-Rei Afonso o conde D. Froilaz, ainda muito novo, tomara-se perdidamente de amores pela filha de um astroso judeu que em tempos viera erguer a sua cabana ali onde agora era a casa do Letrado. Dêsses amores, na sexta-feira de Paixão de um muito remoto ano, nascera o Bastardo. Tamanino, viera para o Castelo, mas quando êle já tinha arnez e lança acedeu D. Froilaz às instâncias do Arcebispo de Braga, irmão de sua mãe, e veio a casar com a filha do Senhor de Pombeiro.

Logo tornara se taciturno o Bastardo e arredando-se de todo o convívio passára um ano em montarias. Depois entrára num fossado que lhe dera riqueza e fama. Por fim, como a senhora dona Guiomar ia passando os anos sem dar a

D. Froilaz outro desejado herdeiro, filho de boa linhagem, foi-se amoldando de novo à vida castelã.

Mas D. Froilaz que assim lhe conhecera ânimo cioso enfeudou-lhe a casa e terras de Penha Longa, e quando depois de acompanhar seu pai que fôra tomar parte pelo Rei de Leão nas guerras contra os aragoneses, voltou, casado com uma filha adoptiva de D. Ruy Ordez de Molina, para ali fôra habitar. Fôï dêsse casamento que, um ano depois, tirando a vida a sua mãe, nasceu aquele que agora conheciam pelo Letrado e acusavam de pacto com o diabo e que tão misteriosamente vivia à orla da mata.

Anos mais tarde voltára o Bastardo à côrte do Rei de Leão e por lá se demorava com sua hoste quando D. Froilaz lhe mandou anunciar para que o acompanhasse, que resolvera partir para a Cruzada sem delonga.

E numa manhã clara lá partiu entre os seus castelãos, vassallos e donatários, enquanto a senhora D. Guiomar, que o Arcebispo de Braga viera acompanhar nêsse transe, do alto da Torre ia seguindo até aos fins do horizonte o torvelinho de poeira que a hoste levantava.

Tempos depois os que ficaram e a larga parentela teve a explicação de tão súbita partida. D. Froilaz ia cumprir dura promessa de reconhecimento e gratidão por, finalmente, o Céu lhe prometer legítima descendência da senhora que tanto queria e honrava. O Céu cumpriu. Em dia de S. Miguel o Anjo, pela hora de sexta, depois do meio dia, nasceu aquele menino que agora homem feito e varão esforçado continuava a grandeza e a valentia de seus maiores.

Passaram anos sem que de D. Froilaz mais se soubesse, nem eram animadoras as novas que vinham da Cruzada longínqua. Uma tarde, na melancolia de um sanguínio entardecer de outono, desbaratados, rôtos, famélicos, inglórios, entre o alvoroço dos solarengos, os restos da hoste voltaram, comandados pelo Bastardo e sem o seu senhor que, de peito aberto, ficára, com muitos dos seus, sob os muros de S. João de Acre, olhando o céu para onde sua alma voára, na ascenção gloriosa que a Santa Igreja garantia.

Vinha arrogante e orgulhoso o Bastardo, com ruminadas cubicas àquele domínio senhorial e vasto, meditados projectos de poderio, rapaces lembranças de amealhação de riquezas sem conta. E quando a senhora D. Guiomar, recalçando as suas lágrimas, apareceu no alto da escadaria mostrando aos que chegavam o seu legítimo senhor, teve palavras insultuosas para tão nobre senhora que assim apresentava tão inesperado e tamanino rival. Mas os velhos que ainda viviam e aqueles que de crianças se tinham feito homens, voseando protestos indignados logo asseguraram o direito daquella tão legítima e tão amada descendência de seu senhor.

Não desarmou o Bastardo e clamando pela justiça de el-Rei, continuou a assacar o aleive desonroso. Mas os que o acompanhavam, sem o amar, porque era duro e injusto, logo gostosamente foram aceitando legitimidade tão claramente proclamada e com poucos é que, roído de ódio e de inveja, partiu para o seu feudo, prometendo guerra sem tréguas àquella mulher e àquele menino. Nada pôde, que o Arcebispo de Braga e os parentes poderosos as garantiram e até pouco depois el-Rei honrou aquella casa, nela pernoitando quando se dirigia a Astorga, pactuar com o rei de Castela guerra com moirama.

(*Continúa*).

NOTA: Por uma lamentavel gralha que a revisão deixou passar, vai-êste conto com a epírafe de **A Mata**, em vez de **A Mata**, que é a verdadeira, do que pedimos muita desculpa ao seu autor.

Velharias Vimaraneses

Documentos & Efemérides

1826

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

Avi

Dia 11 — Na casa da Câmara, às 9 horas da manhã, juntou-se o Senado, composto do Presidente, três vereadores, escrivão, Procurador da Câmara, o Desembargador, Corregedor da Comarca, Provedor, Juiz dos orfãos, Juizes, Almotacés, os Escrivães, Tabeliães, Alcaide, Meirinhos, Inqueridores, Fiel das Apelações, Carcereiro da cadeia de correição, Procurador da fazenda e Advogados, todos vestidos de luto, com capas compridas e volta, chapéus com uma aba levantada e com plumas pretas e fumos, e duas pontas dêstes caindo pelo lado esquerdo, até os pés; e descendo todos até ao sair dos arcos, parou-se ao pé dum tablado, todo enlutado de baetas pretas, adornado com murtas e ramos de cipreste, tendo em cima um pontalete, guardo por quatro sargentos de infantaria 21.

Subiu a êste tablado o procurador, e tirando o chapéu, voltou-se para o povo e disse com voz sentida: ouvi — ouvi — ouvi, e tornando a pôr o chapeu se desceu e pegou de uma vara preta com armas imperiais e se encorporou com os outros senadores.

Logo subiu ao tablado o vereador mais velho, que com os dois companheiros cada um levava o escudo das armas imperiais, cobertos de fumos, e tirando o chapeu, disse em voz alta, mostrando o escudo: chorai nobres, chorai povo, que é morto o Fidelíssimo Imperador e Rei Sr. D. João VI, aqui dão fim suas armas; e tirando-lhe o fumo se chegou ao pontalete e batendo com elas as quebrou, pegando o guarda nos pedaços com um véu preto que recolheu a uma bolsa de veludo, e tomando o dito vereador o seu chapeu o pôs na cabeça e se desceu, tendo dois creados de farda pronto um cavalo todo enlutado de beta preta, com grande cauda da mesma baeta que arrastava pelo chão, e montando nêle, recebeu o estandarte da Câmara, coberto de fumo.

Abrindo alas, rompia na frente uma guarda de soldados, oficiais do regimento, seguindo-se a música com os instrumentos enlutados, depois o Alcaide, etc., etc., depois a nobreza, vestida de pezado luto, e finalmente o regimento de infantaria 21, com os tambores e pífano sómente. O vereador mais velho ia a ca-

valo no meio das alas da justiça, guardada por quatro sargentos, dizendo de quando em quando o mesmo que havia dito no tablado, em cuja ocasião todos tiravam os chapéus, e assim se continuou em passo vagaroso da Praça da Oliveira pelas ruas do Postigo, Nova do Muro, Fonte dos Passariños, Terreiro de S. Francisco e Tournal, onde ao pé do Cruzeiro se achava outro tablado, e parando o préstito se fez tudo o que no primeiro se havia feito.

Depois continuou-se na referida forma pela Porta da Vila, Terreiro das Flores, Rua Val de Donas, Terreiro de S. Bento, Laranjais, Rua do Gado, Carmo, Santa Maria e Santa Clara, onde se achava o terceiro tablado e onde fôra feita igual cerimônia à que se fizera nos antecedentes. A êste último tablado foram subindo um a um todos os incorporados de posição social, que descobriam-se respeitadamente no pontalete quebravam as suas varas pretas com armas imperiais, que levavam no préstito.

Depois tudo marchou em alas à casa da Câmara, onde os ministros pegaram nas suas varas brancas, vindo atrás o cavalo à lestra.

Assim terminou a função, dando três salvas no Terreiro de Santa Clara o regimento, assim como também enquanto durou o acto fúnebre se dava fogo de morteiros na torre de S. Bento, de quando em quando.

Dia 12 — Carta régia nomeando Juiz de fóra de Viana do Castelo o vimaranense João de Melo Pereira Sampaio, que tinha servido idêntico cargo em Montemór-o-Novo.

Dia 15 — Provisão do Conselho da Real Fazenda, ao provedor da comarca, que avise os juizes de fóra do distrito da sua jurisdição, para que procedam à factura dos Tombos dos bens dos concelhos. O Juiz de fóra de Guimarães pôs-lhe o cumpra-se e registe-se, em 13 de Maio de 1826.

— A Câmara delibera que o escrivão notifique os possuidores de bens do con-

celho, que não tem título, a vir, sob penas, fazer reconhecimento.

Dia 16 — Morreu a filha do escrivão António Joaquim, morador no Campo da Feira. (P. L.)

Dia 17 — Casou António Ribeiro da Costa com uma filha do brasileiro do Picouto. (P. L.)

Dia 20 — A Câmara assentou que, enquanto não se concluisse a execução que pelo juizo das cisas faz a R. Fazenda à meza da Misericórdia de um conto de reis, que deve às mesmas cisas e haver urgente necessidade de pagar aos expostos da R. administração da vila, para o que era aplicada tal divida: tirar como empréstimo, do cofre público, 1:200\$000 réis metal, para suprir o dito pagamento, voltando ao dito cofre logo que o haja no das cisas.

— Preços das feiras de 15 e 22: Trigo, 1\$000; centeio, 560; milho alvo, 700; milho, 520 réis.

Dia 24 — A meza da Misericórdia, vendo a escassez da recepção dos juros e a necessidade de dinheiro para remir não só as despesas diárias, mas o vexame que a corporação estava sofrendo de um executivo de retorna de cisas, resolve que: não entrando os juros vencidos no praso que se der aos devedores, nunca excedente a 15 dias, se executem judicialmente, sem respeito, e outrosim se continue a promover a acção que já estava em juizo, de 1:300\$000 réis do devedor José António Mendes da Silva Bragança, para pagamento do empréstimo pedido ao cofre da Câmara, de 1:000\$000 réis que se repôs ao das cisas.

Dia 25 — Chegou do Pôrto um próprio que trouxe a notícia de ser restituído ao antigo assento de desembargador do Pôrto, Francisco Barroso Pereira. (P. L.). Era cavaleiro da Ordem de Cristo, fidalgo da casa real e foi provedor de Guimarães desde 1 de Julho de 1811 a Dezembro de 1818.

Dia 28 — Diz o Cónego José P. L. Lima: «Fui ao Pôrto e mais o primo Teixeira, cónego Baptista e Fernando

Miranda para darmos os parabens ao Francisco Barroso. Voltamos no dia 30 tendo estado hospedados em casa do mesmo Barroso.»

Dia 29 — Em câmara foi deferido o juramento a Maria Joaquina, desta vila, para exercer a arte de parteira, para o que apresentou carta. Foram apregoados os juizes e escrivão do officio de alfaiate, por até hoje não procederem a nova eleição, como lhes fôra mandado, e determincu-se sejam notificados para se verem condenar na 1.ª câmara.

— Preços da feira: Trigo, 1\$040; centeio, 540; milho alvo, 660; milho, 530 réis,

MAIO

Dia 2 — Fez-se inventário do tesouro e alfaias da Colegiada para entrega ao novo padre sacristão-mór Joaquim Leite de Lemos e Castro.

Dia 6 — Em sessão de Câmara foi deferido juramento a José Correia de Oliveira Mendes que apresentou carta de cirurgião e sangrador.

— Preços da feira: Trigo 1\$000; centeio, 540; milho alvo, 630; milho, 530 réis.

Dia 7 — Professaram em Santa Clara uma menina de Braga e D. Maria, filha de José Mendes, da Porta da Vila, que haviam tomado o hâbito no dia 1 de Maio de 1825. Este acto foi com toda a grandesa, havendo na véspera uma brilhante iluminação e no dia missa cantada com exposição e sermão. (P. L.)

Dia 13 — Provisão, por despacho do Desembargo do Paço de 13 de Abril de 1826, confirmando os Estatutos do officio de carpinteiros, sambladores e violeiros, que se constituíram em Irmandade sob a protecção da Sacra Família, Jesus, Maria, José, cujas imagens collocaram na igreja de S. Dâmaso e ora estão na Penha em uma capela dos passos, os quais estatutos haviam sido aprovados com modificações pela Câmara em 6 de Maio de 1824.

— Preços da feira: Trigo, 960; centeio, 520; milho alvo, 680; milho, 530.

Dia 17 — Morreu Gonçalo Pimenta na sua quinta da Aveleira, em Pencelo. Veiu em umas andas para a igreja das Capuchinhas, onde foi enterrado no dia 19 de manhã

Dia 20 — A Câmara nomeou 10 recebedores das décimas e novos impostos que se cobravam na vila, e recebedor geral Francisco Ribeiro da Costa Sampaio. Parte daqueles pediram escusa e foram substituidos.

— Preços da feira: Os mesmos do dia 13.

Dia 24 — Foram registradas na Câmara a marca do contraste do ouro, João Manuel da Silva e a do seu antecessor João António Pontes, que êle, Silva, usou até agora.

Dia 25 — Recebe-se noticia de estar nomeado Comissário Geral da Terra Santa frei Manuel Luís da Conceição, franciscano do convento de Guimarães, onde era lente de teologia e filosofia e professor régio de retórica.

Dia 27 — Chega a Guimarães o padre provincial dos dominicos para abrir a sua visita no convento de S. Domingos.

— Em sessão de Câmara: deliberaram que se fizessem exéquias por el-rei D. João VI, com toda a decência e economia possível, na Colegiada, de união com o Cabido, para o que se entendesse o vereador Domingos Cardoso de Macedo com o presidente do dito Cabido.

— Foi aberta uma carta régia, enviada pelo Tribunal da Meza da Consciência e Ordens, na qual vinham duas Provisões régias, de 8 do corrente, uma para que a Câmara tomasse conta do Tombo antigo da comenda de Garfe, o qual entregou o Juis de fóra, devendo ser-lhe franqueado sempre que quizesse examiná-lo, e outra para que a Câmara tome conta dos Tombos antigos das comendas de S. Tiago de Guilhofrei e de S. Miguel de Borba de Godim. Estes entregou-os o Provedor em 31 deste

mês, sendo da de Guilhofrei 1 volume e da de Borba 2.

— Preços da feira: Trigo, 1\$050; centeio, 540; milho alvo, 700; milho, 520 réis.

Dia 29 — O D. Prior pôz o cumprimento em o Aviso régio de 23 dêste mês que concede publicar-se a Bula da extensão do Jubileu do Ano Santo.

Dia 31 — A Câmara delibera pôr a pregão para arrematar 60 braças de calçada que precisa fazer-se na Cruz da Pedra até Santo André, sendo os carretos por conta do Senado.

JUNHO

Dia 1 — O Cabido deferiu com réis 100\$000 o requerimento do pároco e homens de falas da freguesia de Santo Estevão de Urgez, para darem principio á construção do actual corpo da igreja paroquial, de que êle era padreiro, para que já tinham 250\$000 réis de donativos dos proprietários e fregueses. A obra principiou a 21 dêste mês.

Dia 3 — Provisão do Conselho da Fazenda mandando ao Provedor que, no prazo que lhe parecer, faça que todos os funcionários da Fazenda do seu districto de jurisdição, lhe apresentem os seus competentes provimentos, e, findo êsse prazo, aos que não tiverem correntes os provimentos, proceda às suas suspensões, isto em toda a sua comarca.

— A Câmara nomeou para recebedor da décima do juro da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira, Bento José Rodrigues, da rua dos Trigais, por ter-se livrado o que estava nomeado, mostrando ser meirinho da delegação de medicina, e ordenou se notifique o juiz do officio de ferradores e os 2 colectados para apresentarem S. Jorge na procissão de Corpus Cristi, para se verem condemnar na primeira sessão pela falta que houve na dita procissão.

— Preços da feira: Trigo 960; centeio, 550; milho alvo, 700; milho, 500 réis.

Dia 5 — A's 12 horas da noite faleceu Francisco Martins, «o Minotes», o qual tinha vindo da Baía, sendo considerado o capitalista mais rico da provincia, a quem faziam a fortuna de 5 a 6 milhões. (P. L.)

Dia 10 — Preços da feira: Trigo, 1\$150; centeio, 500; milho alvo, 660; milho, 490 réis.

Dia 16 — Morreu o P.^o João Luís de Bisto, que foi capelão do hospital da Misericórdia. Foi sepultado na igreja de S. Pedro no dia seguinte.

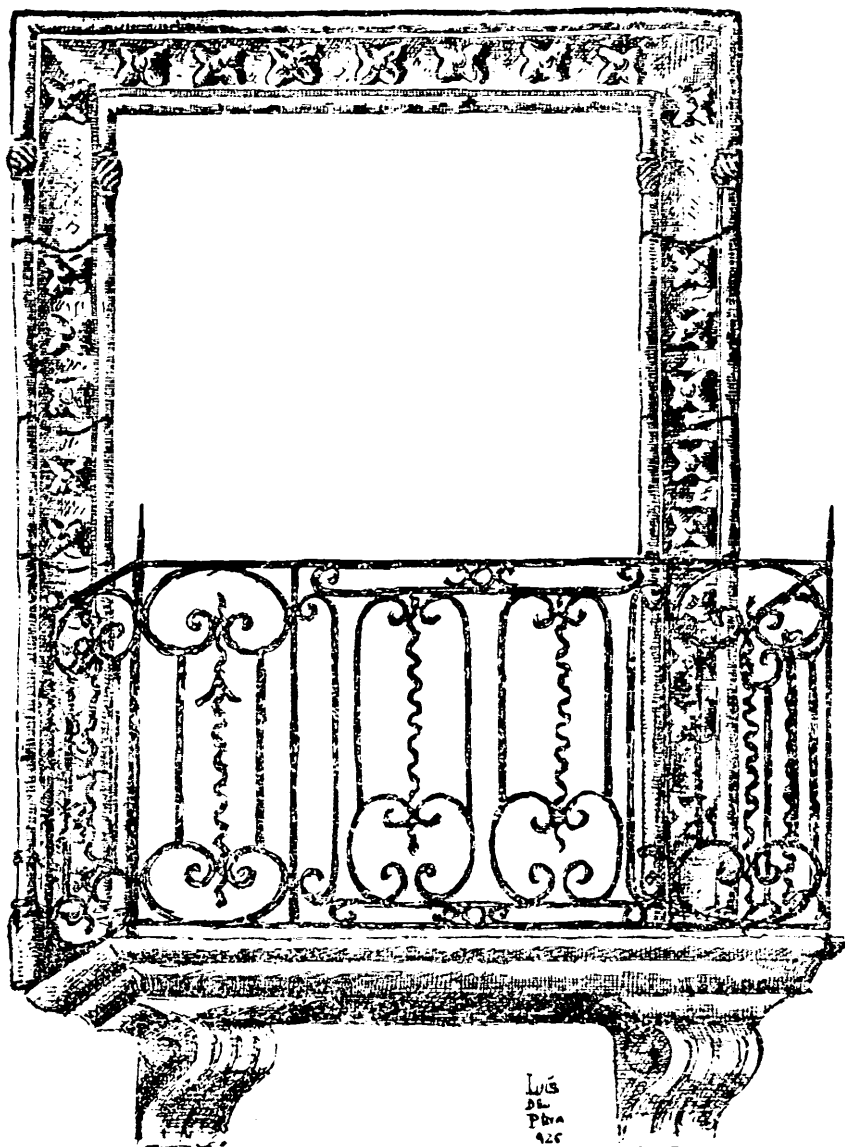
Dia 17 — A Câmara aliviou de cobrador da décima das propriedades da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira António José Pinto, por ser estanqueiro de tabaco, e para o mesmo cargo nomeou Manuel José Fernandes da Silva, «o Cidade», da rua Nova do Muro.

— Preços da feira: Trigo, 1\$200; centeio, 480; milho alvo, 700; milho, 480 réis.

Dia 18 — Festejou-se na loja de Manuel Baptista Sampaio, no Toural, o milagroso Santo António, havendo à noite um grande fogo artificial, estando a música do regimento de infantaria 21 a tocar. (P. L.)

Dia 24 — Patente do Prior Provincial dos Carmelitas, frei João Baptista de Figueiredo, nomeando Ermitão do Hospício de N. S.^a da Penha, de Guimarães, Bento José de Passos (era o pai do farmaceutico Manuel José de Passos Lima, das Domínicas, que deixou a 4.^a parte da sua herança à Penha) e nos seus impedimentos Pedro de Freitas (o ferreiro da rua da cedeia), permitindo-lhes o uso do hábito dos donatos de Ordem, exonerando o donato que então servia, por queixas feitas pelo juiz e mesários da Confraria que então ali estava erecta.

JOÃO LOPES DE FARIA.



JANELA DO SÉCULO XVI

De um edifício particular da antiga Rua da Tulha (atual Rua Dr. Avelino Germano).

Dezenho do DR. LUÍS DE PINA.

Sonhando ao pé do mar!...

(Por onde anda a alma linda do Portugal maior !)

João de Guarána.

Na areia, junto do mar,
Sinto que o meu coração
Ganha a forma portuguesa
Duma antiga embarcação!

Mastros subidos e velas
Nevadas, cheias de vento...
Dando ordens, dirigindo,
Grita assim meu pensamento:

— «Ao largo, quero topar,
Sobre estas ondas tão belas,
O rasto de espuma branca
Dás antigas Caravelas...

— Anda nas ondas do mar,
Anda no mar, com certeza,
Ha muitos anos perdida,
A velha Fé portuguesa!...

E lá vai a embarcação,
Enquanto um vento previsto
Enfuna as velas, erguendo
Os braços à Cruz de Cristo!

Já longe, na infinita
Vastidão, a noite desce...
Fecha-se a névoa em mistério,
O rumor das ondas cresce...

Sobre o mastro principal,
Perdido no firmamento,
Saúdoso de Portugal
Canta assim meu pensamento:

— «Dizei-me, vagas do mar,
Para que eu torne feliz,
Onde é que eu posso encontrar
A Alma do meu país...

«Aquela Alma que, um dia,
Saiu do Tejo profundo
E, sobre vós, foi correr
As terras todas do Mundo.

«Aquela Alma que encheu
A minha Raça de fama
— Alma que o mar respeitou
No grande Vasco da Gama...

«Dizei-me, pois, ah! dizei-me,
Se por estas regiões,
A horas mortas, não canta,
Saúdosa, a voz de Camões!?

«Sou devoto mensageiro
Dos moços do meu país,
Que sonham dar-lhe grandesa,
Torná-lo forte e feliz

«Dar-lhe grandesa! É' um sonho
Vigoroso e delicado,
Que nos leva a procurar,
Cheios de fé, o Passado...

O oceânico rumôr,
De repente, adormeceu...
Ergue-se a névoa, fugindo,
Surgem estrelas no céu.

«Dizei-me, ó vagas do mar,
Para que eu volte feliz,
Se ainda posso encontrar
A Alma do meu país...»

Nas velas brancas e cheias
Do forte vento previsto
Tornam-se vivos, de fogo,
Os braços da Cruz de Cristo!

Dominando o Mar e a Noite,
De longe, uma voz dizia:
— «Portugal ressurgirá,
Que eu hei-de tornar, um dia!»

Praia de Francelos
12-9-926.

PARENTE DE FIGUEIREDO.

«Com que então — Deus, Pátria e Rei? Mas que Deus? O Deus da Igreja Católica, Apostólica, Romana, ou o Deus da Carta Constitucional? Que Pátria? A Pátria que vem desde Ourique, e 1820 sacrificou ao ideologismo estrangeiro, ou a Pátria da Carta Constitucional? Que Rei? O Rei de Portugal, que reina e governa como sempre reinaram e governaram os Reis de Portugal, ou o Rei da Carta Constitucional, primeiro funcionário público, Poder moderador, e não sei mais que larachas?

Deus, Pátria e Rei! Isso não pega. Deus livre, na Pátria livre e com um Rei livre!»

Alfredo Pimenta.

As bruxas de Pencêlo

Por ALBERTO VIEIRA BRAGA

Crêdo, Santo nome de Jesus! Vale mais o poder das bruxas do que os enredos de espantação de que o povo se serve para as afugentar e delas se ver livre. Praga de cuidados!

Que elas não se topam, em carne e osso, quando às terças e sextas-feiras, pelo escuro e silêncio da meia-noite, se deitam em luzir de enfraquecidas luzes e cirandar de danças macabras, a morder o tino dos caminhantes nocturnos e se entregam ao prazer de bebedeira louca, chupando o sangue fresco das crianças tenras, e em especial das não baptizadas ainda, que desprecatadas da vigília paterna, dormem na doçura dum sonho de anjos em enxergas de pobreza...

Não se topam, são invisíveis, voam em dança de borborinho e em formas de tentação variadas e correm a roda dos seus sortilégios, como onda de fogo e aragem maléfica, em perdido arremêço de enguços e em acção de juramento e graça pelo pacto feito ante o mandão supremo, o diabo maior, que lhes deu pela alma, pelo sangue e pelo corpo, o poder mágico do domínio pandemónico, tortura humana de pragas e medos, de loucuras e perversidades, formando à parte um inferno terreno de chumieiras, onde se queimam os farrapos do corpo que mirra e as saias brancas das conversadas ou as camisas dos namorados, em responsórios de habilidade.

São invisíveis, de noite, mas julga o povo conhece-las de dia, denunciadas pelo cheiro das unturas fedorentas que nunca as larga, e apontam-se a medo, nos lugarejos, onde moram.

São quasi sempre aquelas velhas mais feias e mais codientas, felistrecas mummies, lerquinhas como palitos e de trapenta roupagem de esmolar, figuras lambidas a fugir da vida, que teem em cada encorriha um desgosto e nos olhos a secura de todas as lágrimas vertidas. São estas as bruxas mais vulgares, que por vezes não o sendo o povo as indica, tão rodilhas são no mundo, corridas do amparo e vivendo sozinhas, cada uma no seu cortelho, bruxas bem o parecem, porque a muitos, na experiência dos anos já vividos, vão marcando do seu saber em curandices e talhamentos, cartas deitadas à sorte e bons conselhos sôbre os conversados, bruxas bem o parecem, porque da esmola vivem ou do arrecadar somitego ao geito das suas artimanhas dispensadas em segredo à gente menos temente, praguejenta e maldosa.

Mas há bruxas bem parecidas, novas, bem falantes, casadas até, que são o martírio dos lares e o desgosto dos homens.

E' uma sina de Deus, dever talvez por êle imposto às criaturas que quere

fadar, e porque assim o povo o acredita, é que suporta entre resignado e medroso a falange tenebrosa, de tenebroso aspecto da bruxaria tãda, espalhada em conta e medida ao longo do mundo, pois cada freguesia tem sete bruxas e o seu bodegão, é crença geral, exército da maldade, guarda nocturna que bate as encruzilhadas e dança nas ramarias à beira rio, luzes de pirilampo em bruxuleio de tentação, como barras de ouro de encantamento, tesouros perdidos que fasciam e ninguém os desencanta, e perdem de juízo os crentes S. Ciprianistas.

Não fôsse a vampirice de sugar em mordeduras as tenras criancinhas, despachando-as em barca (1) para o limbo, e às bruxas se perdoaria os desatinos que causam e os enguiços que deitam, só pelos remédios supersticiosos que para todos os paladares receiptam, quando a doença é tentação da carne ou capricho do coração.

Mas o povo em luta de bentinhos e amuletos delas se defende, defendendo os entes queridos também com a conhecida prática dos seus ensalmos e defumadoiros, defesa para delas se livrar no acto invisível das suas artimanhas de arremesso mortal e de desanda no definhamento do corpo e de transtorno possesso da razão, quando elas se tornam em espírito vagabundo de trevas, pois que em outros casos e em condições normais de vida, quando elas são mulheres de carne e osso e se arrastam pelos lugarejos no desconfiado andar de quem vai com receio aos ditos picarescos que possam sair da boca de qualquer travesso caminheiro, o povo delas se acerca para das suas benzilhices se aproveitar.

O povo, a meu ver, neste caso de bruxas não é coerente, ou quer então propositamente iludir-se para não fazer do medo um terror de espantar os mais afutos.

Melhor ainda, talvez, o povo, quando lhes chama designadamente bruxas e as procura para receber em conselhos o remédio para certos fins e males de amor, perguntando do passado, do presente e futuro, como em leitura de sinica na palma da mão, não quereria chamar-lhes mais propriamente benzilheiras, corpos-abertos, mulheres de virtude? Embora na confusão de nome — bruxa — o desempenho é distinto, é diferente, a meu ver, é claro.

A bruxa é para o povo um ser de temor e maldade.

Defende-se das bruxas, deixando uma luz acesa no quarto onde esteja uma criança *moira* (sem baptismo) até que se baptize, ou põi debaixo do travesseiro, a mai, uma estriga de linho, para que elas não chupem a criança, defuma as casas e tem uma cartilha complicada de resas e ensalmos para delas se ver livre em horas de arremetidas (2).

A humanidade anda exposta a imensos perigos pela acção das bruxas, *que levam muito longe as suas crueldades pelas sugestões do diabo no seu intestino ódio.*

Logo, quando o povo diz que vai consultar a bruxa de tal, eu mais me inclino a acreditar que vai consultar a benzilheira de tal, a mulher de virtude, etc. Andará emparelhado no nome um duplo sentido de significação?

São, a meu ver, repito, na confusão do nome, duas espécies de bruxas.

Teremos então, as bruxas que se consultam, e melhor teriam o baptismo que lhes dei, e as bruxas que se temem e se escorraçam.

O povo, para se livrar das tentações do demónio, esconjura-o, não o invoca

(1) *Barca* — Meio caixão onde eram transportadas para o cemitério as crianças pobres, e que ia debaixo do braço.

(2) *Ver* — «*Os Guimarães: Tradições e Usanças Populares.*»

em auxílio dos males que causou e lhe são atribuídos. Contra as bruxas defende-se desta maneira e de muitas outras.

Mas consulta, é certo. Vai padir bruxarias para terceiras pessoas. Vai expôr dos seus bruxedos a quem lhes dê remédio. Vai estabelecer meadas de onzenices; enredar vidas, devassar segredos, criar loucuras, provocar desavenças e mortes, é certo.

Mas consulta quem? Bruxas? Quem as vê? Quem as conhece? Quem é capaz de garantir, só pelo cheiro a azeite esturrinhado ou a enxofre, ou pelo saber que deita cartas, ou que é assim a modos duvidosos, que tal ou qual velha é das legítimas bruxas, daquelas que se untam de noite, e correm como relâmpagos no semear do mal, a torto e a direito lançado consoante o grau da sanha odiênta e sêde de sangue?

Quem as topou, invisíveis como são?

Consulta, sim, e chama-lhes bruxas, é um nome genérico já firmado, mas não jura o povo que sejam das que de noite atravessam o espaço em voejar pirilampado.

Pode supô-las? Pode. E até as aponta, como a mim me apontaram e deram a conhecer as sete bruxas da freguesia de Pencêlo. E consulta algumas, mas na dúvida de que sejam de facto as verdadeiras, as legítimas. Consulta, portanto, neste caso, o povo, uma benzilheira vulgar.

A descoberta das legítimas bruxas alagava, pelo círculo de compadrio que à sua volta se formaria em pedidos e presentes, o encanto misterioso que o caso envolve.

Não mais haveria bruxedos no mundo. Mas não; há consultas e há mezinhas. Há portanto, na incerteza, a exploração e o cortejo sequente das práticas e das torturas várias. Se as conhecesse, por ter visto, sou mais levado a crer, o povo dava-lhes batida, como aos lobos, embora êle julgue e nelas veja um fado de Deus imposto como castigo pelo crime de se terem rendido ao diabo.

O povo aponta-as, mas em segredo, em confidência, e tem-lhes medo, é certo.

Tanto medo em carne e osso como quando as supõe invisíveis na prática dos enquiços.

* * *

Ha ainda pontos por definir no emaranhado campo das superstições do povo. O campo é vasto e é grande na lenda; na tradição tem manchas de beleza e quadros de estudo, e entre o sagrado e profano uma vida remota, bem de comêço se levanta; tem segredos e mistérios, e lá para longe as moiras continuam no encanto sugestivo a enganar o povo, e o campo cada vez é mais vasto, sem que a vista o alcance, mesmo com o auxílio das luzes das bruxas que de noite se perdem como as almas penadas no irradiar sem descanso nem guarida!...

Mas eu conheço as supostas bruxas de Pencêlo. São as sete da marca popular, entre velhas e novas.

Supostas, sim. Se há tantas contradições!...

Por as bandas da freguesia citada, dizem uns: As bruxas não podem ter filhos. Mas que dianho: apontaram-me algumas com numerosa prole!

Pronto; não são verdadeiras.

E indicaram-me a medo. Que não dissesse nada. O povo é que diz, sim, de certeza, ... não se sabe... ninguém as viu...

Das sete, uma ou duas dão consultas.

Logo, nem tôdas as bruxas são bruxas; quere dizer, nem tôdas são benzi-lheiras, corpos-abertos, etc.

Pelo significado geral de bruxa, o mais acreditavel e lógico seria que tôdas fôsem bruxas conselheiras.

Há aqui ponto falho, ponto por definir cabalmente.

Porque as pretendi conhecer? Não foi para delas me livrar. Cruzes! bem cá toma! esternóco-te! anjo bento! . . .

Pelo mal que têm feito na freguesia foi que me aventurei a inquirir.

Uma filhita da Girôta foi chupada pelas bruxas e veiu a morrer pouco depois. Estava por baptizar, e o corpinho da inocente, Deus louvado, cheio de negras, denunciava sem engano o crime das bruxas.

Uma outra da Cabreira, foi encontrada a distância do berço, atraz duma porta, tôda chupadinha e pisada, e morreu quasi logo. Quem a levou para lá, tirando-a do berço, tenro botão de peito?

A um moço que altas horas vinha de conversar a sua mais que tudo, apareceram-lhe as luzinhas denunciadoras, teve medo, e à sua volta houve dança de corpos envolvidos em lençóis brancos... Tonturas de cabeça, gritos e alguém acudiu ao mancebo, que contou a scena. Bruxas, meu homem; é seguir agora o caminho. Não sabia, não atinava. E lá o encarreiraram, até longe, e o rapazote seguiu, andou, andou, tornou a andar, e só quando a manhã rompeu chegou a casa.

E' que as bruxas, é sabido, mordem o tino a quem topam de noite para partida de mau gôsto, e só a imaginação se varre do pêso pandemónico quando o dia desponta.

Ou então, petiscar lume ou mostrar a fralda, para defesa de espantação.

A outra mulher a criança lhe morreu, tendo de secar o leite, com muito custo, obtendo-o depois de lançar algumas gotas nos tamancos do homem e no assento do pé, porque a operação da figueira não dera resultado.

A outra mulherzinha, que fôra levar à vila a visita (3) à senhoria, e regressou a-desoras, foi transviada pelas bruxas até o romper da manhã.

Porque não corre então o povo com as bruxas, se tanto mal causam?

Se êle nunca as viu!!

O que êle conhece, e bem, são as mulheres de virtude, que deitam cartas e ditam destinos. As outras, são apontadas a medo, como supostas, embora o crédo supersticioso marque certas indicações para obter o seu reconhecimento.

Guimarães — Setembro de 1926.

(3) A visita é o presente que as caseiras levam às senhorias quando caem de parto. Consta de duas a seis galinhas e alguns ovos. Chamam também visita a igual oferta feita pelas madrinhas às comadrês.



Das Ideias & dos Factos

Dr. Hipólito Raposo

O sr. Ministro da Instrução submeteu à apreciação do conselho de ministros o seguinte decreto que foi mandado imediatamente para a Imprensa Nacional.

«Considerando que José Hipólito Raposo foi demittido do cargo de professor ordinário da 3.^a cadeira da Escola de Arte de Representar por decreto de 9 de Setembro de 1920, publicado no «Diário do Govêrno» de 15 do mesmo mês e ano, cargo para que fôra nomeado, precedendo concurso de provas públicas, por decreto de 23 de Novembro de 1912, publicado no «Diário do Govêrno» de 29 do mesmo mês e anc;

Considerando que tal demissão foi imposta por simples ordem de serviço, sem que qualquer processo lhe tenha servido de base, contra a lei e designadamente contra as disposições expressas dos artigos 1.^o e 5.^o do decreto n.^o 5.368, de 8 de Abril de 1912 em cujas penalidades foi declarado incurso.

Considerando a informação do director da Escola de Arte de Representar sôbre a competência, zêlo, assiduidade e dedicação com que o aludido professor exerceu o seu cargo, reputadas acima de todo o elogio e ainda sôbre a igual competência do aludido professor para o ensino da 3.^a ou da 8.^a cadeira;

Considerando que existe vaga na 8.^a

cadeira e tendo sido ouvido o conselho de ministros;

Em nome da Nação, o Govêrno da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.^o E' reintegrado José Hipólito Raposo no cargo de professor ordinário da Escola de Arte de Representar, de que fôra demittido por decreto de 9 de Setembro de 1920, e colocado na 8.^a cadeira, com direito ao respectivo vencimento desde a data dêste decreto.

Art. 2.^o Fica revogada a legislação em contrário."

Abraçamos muito sinceramente Hipólito Raposo, nosso camarada e distinto colaborador, pela justiça que lhe foi feita.

Dr. Eduardo de Almeida

Em assembleia geral da Sociedade Martins Sarmento, realizada em 12 de Agôsto, tendo como presidente o Ex.^{mo} Sr. Dr. Joaquim José de Meira e secretários os Srs. Francisco Martins e José Francisco Gonçalves Guimarães, foi, por proposta da Direcção lida pelo Presidente Sr. Coronel Duarte Amaral, elevado à categoria de sócio honorário da benemerita Sociedade Martins Sarmento o nosso estimado amigo e conterrâneo Sr. Dr. Eduardo de Almeida.

Não podemos, pelo prazer de a tornar pública, deixar de transcrever a pro-

posta, que é um documento valioso de sinceridade, cheio de Justiça.

«O Sr. Dr. Eduardo de Almeida é atualmente um dos vimaranenses que mais valem pelos seus dotes oratórios, pela sua inteligência, erudição e variada cultura, manifestadas nos seus discursos e nos diversos trabalhos de character literário e histórico que tem publicado.

Alem disso, a nossa Sociedade muito lhe deve pelo esforço e dedicação carinhosa que êle tem empregado para a elevar a um alto grau de prosperidade, contando-o, com toda a justiça, como um dos seus melhores amigos.

Propomos, por isso, de harmonia com os n.ºs 1.º, 2.º e 3.º do § único do artigo 4.º do Regulamento e artigo 5.º dos Estatutos, que em Assembleia Geral seja proclamado sócio honorário da Sociedade Martins Sarmiento, dando-se-lhe assim uma prova do apreço em que é tido e de muito reconhecimento pelos altos serviços que lhe tem prestado.»

É um documento que honra quem o ditou; foi uma prova eloquente de afirmação justa, de reconhecimento merecido.

A proposta, escusado será dizer-se, foi unanimemente aprovada.

A Direcção da Sociedade Martins Sarmiento os nossos parabens, e ao Ex.º Sr. Dr. Eduardo de Almeida os nossos cumprimentos de felicitações.

Dr. Luciano P. da Silva

A morte do Dr. Luciano Pereira da Silva, representa, sem exageros ou pretensões de qualquer espécie, uma verdadeira perda nacional.

A história da ciência náutica deve-lhe serviços incalculáveis. Apesar de se dedicar a êsses estudos há pouco mais de quinze anos, deixou obra que ficará para sempre.

Nos primeiros anos da sua vida de professor dedicou-se quasi exclusivamente à astronomia. Sabia, dêsse ramo de

conhecimentos humanos, excepcionalmente.

Depois é que veio para o campo de investigação histórica.

Da obra do malogrado professor:

«Astronomia dos Lusíadas», «Arte de Navegar dos Portuguezes», «Duarte Pacheco precursor de Cabral».

Tinha, actualmente, em preparação, vários trabalhos. Preparava uma edição definitiva da «Arte de navegar dos portuguezes nos séculos XV, XVI e XVII», com uma soma enorme de materiais novos, preparava uma edição crítica e largamente documentada sobre a viagem de Vasco da Gama, edição que devia ser publicada pela Biblioteca Nacional; e trabalhava num estudo, com documentos novos, sobre o tratado de Tordesillas.

Professor de privilegiado saber, era querido de camaradas e alunos, que viam nêle um exemplo a seguir e um autêntico símbolo de virtudes e merecimentos.

Este era, em breves palavras, o homem excepcional que morreu às mãos de um louco. Sábio cuja perda a sciência portuguesa deplora e que os amigos, que eram muitos e dedicados, pranteiam nêste momento.

Avelino Guimarães

Contra a violência de que foi vítima o sr. Avelino Guimarães, ilustre director do «Cardeal Saraiva», de Fonte do Lima, levantamos o nosso protesto, afirmando ao sr. Avelino Guimarães a nossa solidariedade.

Dr. Luis de Pina

Principiou a honrar-nos no último fascículo, com a sua valiosa colaboração artística, êste nosso prezado conterrâneo e amigo. O autor distinto do «Alecrim de Festa» e de vários outros trabalhos poéticos vai dar-nos, nos próximos números, a honra de publicarmos poesias suas.

Ao nosso querido amigo os nossos agradecimentos.

Dr. António Cabreira

A Senhora Duqueza de Guimarães, augusta tutora do Senhor Dom Duarte de Bragança, fez saber ao senhor doutor António Cabreira, numa honrosíssima carta que lhe dirigiu, em que friza os seus altos méritos científicos e literários, e os seus relevantes serviços à Causa Nacional, que lhe reconhecia o direito ao título nobiliárquico de *Conde de Lagos*, criado pelo Senhor D. Miguel I, na ilustre pessoa de seu glorioso avô o Marechal de Campo Tomaz Cabreira.

Nuno de Montemor

Nuno de Montemor, o distinto publicista e nosso ilustre colaborador, tem a sair do prelo um novo livro: A PAIXÃO DE UMA RELIGIOSA. Por amavel gentileza do seu autor vai a nossa revista publicar no próximo fascículo um capítulo dêsse magnífico trabalho.

«Romagem dos Séculos»

O insigne historiador vimaranense e nosso prezado amigo, sr. dr. Eduardo de Almeida, vai dar nos a honra da publicação dos *Novos quadros para a História de Guimarães*, continuação da *Romagem dos Séculos*, que iniciaremos no próximo fascículo.

São documentos valiosos e indispensáveis ao estudo das velharias da nossa terra.

Agradecemos muito sinceramente ao sr. dr. Eduardo de Almeida a gentileza com que nos distinguiu.

Costa Freitas

Encontra-se nesta cidade, na sua casa da Estrada Nova, acompanhado de sua Ex.^{ma} Esposa, êste nosso prezado

amigo e colaborador, auctor distintíssimo da novela *D. Frei Tirso de Guimarães* e doutros trabalhos ainda inéditos.

«Na feira dos Mitos»

Dentro de poucos dias vai ser posto à venda, editado pela Livraria Universal, de Lisboa, um livro póstumo de António Sardinha:—*Na feira dos Mitos*, — série de estudos de história nacional, filosofia política e crítica das ideias, — destinado a constituir um extraordinário acontecimento literário, pois nêle se acham vigorosamente vincadas as vibrantes qualidades que fizeram do grande escritor nacionanalista do *Ao Princípio era o Verbo* e do *Ao Ritmo da Ampulheta* o Mestre preferido de todos nós.

Grémio Português Tradicionalista

Tem o Grémio Português Tradicionalista recebido ultimamente importantíssimas adesões. O movimento nacionalista vai-se estendendo, louvado Deus, e já de Lobito chegam animadoras notícias do incremento que naquela cidade vão tomando os princípios de salvação nacional.

Recomendamos a todos os nossos prezados amigos a inscrição, para que o nosso Grémio venha a ser uma organização poderosa, ligando todos os elementos da nossa Causa, de forma a constituírem um exército forte e disciplinado.

Agradecendo

A's excelentes revistas «Missões de Angola e Congo» e «Ordem Nova», agradecemos muito sinceramente as referências com que se dignaram distinguir-nos e que muito nos penhoraram

Vitrine dos Livreiros

Dos Livros & dos Autores

«**A Prophecia de Gil Vicente**» — Tragedia em verso, por Narciso de Azevedo. Edição da «Labareda». — Pôrto, 1926.

Nêste visível e impetuoso despertar de seivas novas, atravez do tronco adormecido da velha alma portuguesa, Narciso de Azevedo — Artista de expressivos requintes, para quem, muito naturalmente, a minha intelligência se inclina em estimativa attitude, sente-se também levado, atraído no encanto da corrente dinâmica do renascimento lusitana, ao reencontro do espírito clássico, das tradições históricas e étnicas da nossa nacionalidade, perdidas na emaranhada confusão dos tempos volvidos...

E' que Tradição, — êle bem o sabe — não significa rotina, estática passividade ou abúlica contemplação do passado, mas sim movimento creador, expressão activa de vida fecunda, reagente energético das células evolutivas! Não admira, pois, que Narciso de Azevedo, integrado nesta clara e alta concepção literária de nacionalismo tradicional, se dê a trabalhar, com amor incendiado de fé, os mais belos e edificantes motivos de renovação clássica. E assim é que, da sua intelligência e da sua pena, numa ânsia estética de reintegração do gosto transviado do público, nas virtudes místicas do lirismo original, brotaram fulgurantes de beleza, ígneas de exaltação, essas duas peças de fina lavra portuguesa:

«Auto da Perfeita Menagem» e «A Prophecia de Gil Vicente».

E' esta, até agora, para mim, em tôda a sua obra publicada, a joia escritural da sua Arte. Eu quereria vê-la, não na desataviada simplicidade da edição em que saiu e que é quasi pobreza, mas encastoadada na rigidez luxuosa e sóbria duma encadernação antiga, impressa em bom papel, entretecida de iluminuras, ao sabôr da arte renascente, para que melhor ressaltasse a magnificência do texto.

Na verdade, «A Prophecia de Gil Vicente», é, pela scintilância miraculosa do seu pincelado de admiravel cromia e pela delicada interpretação no traço das figuras, um magnífico painel de retrovisão histórica, que nos transporta, como que numa evocação de sonho, ao clarão estonteante da madrugada fatal da Renascença, onde as instituições austeras e o equilibrio corporativista da Idade-Média se subvertem e pulverisam, arrastados pela ambição cazarista, pela cegueira febril da transformação dos costumes, à agonia dolorosa da epopeia da India...

A par do fulgor das imagens, do talhe escultural e ritmico dos versos, delicadamente cinzelados à maneira pessoalíssima de Narciso de Azevedo, o que mais embeleza e espiritualisa o seu trabalho, é aquella ligeira névoa de mistério, de preságio e exaltação mística, que envolve e dinamisa os gestos das pes-

soas e é a própria sombra estilizada da tragédia! Todo o drama decorre, de jornada em jornada, num perfeito e cuidado ambiente vicentino, com versos recolhidos, apropriados de Mestre Gil, a perfumar a abertura e o final de cada quadro. E movendo-se neste cenário, onde à *maravilha e arte esplende a Renascença e a vida surge talhada em epopeia*, passam, entre errâncias de sonho e glória, Gil Vicente, a Rainha Dona Leonor e Paula Vicente — personagens primaciais do drama.

Nesta obra, Narciso de Azevedo dá-nos de Gil Vicente, não aquêlo retrato sarcástico, de riso plebeu, que nós adivinhamos através das suas Farças e Autos de feição popular, mas sim uma figura de angústia e preságio, severa e recolhida, aquêlo mesmo Gil saudoso e amargurado, que assim diz no Prólogo do «Triunfo do Inverno»:

«Em Portugal vi eu já
Em cada casa pandeiro,
E gaita em cada pallheiro;
E de vinte anos a cá
Não ha hi gaita nem gaiteiro.»

Dona Leonor é uma figurinha delicada de viúva, em atitude de arroubo e oração, tremente e supersticiosa, pressentindo a perdição da Pátria na desvairada ânsia de aventura, que arrasta os portugueses para o mar! E agora, para terminar, escutemos êste pequeno e precioso fragmento do diálogo final da terceira jornada:

«GIL VICENTE, com voz lígubre:

Portuguêses
Enchem o cais: maré-cheia
De ambições... Maré que alteia
Cada vez mais... Aos revezes
Da fortuna, ali vai dar
Tôda a alma aventureira
Com tenção de se embarcar
Pra outra vida...

D. LEONOR, deslumbrada, chama a atenção de Gil Vicente para a nau almirante:

A custódia que reluz,
Na prôa da caravela!

O cardeal, num gesto hierático,
A vossa arte vai erguê-la
Ao povo em fervor extático...

GIL VICENTE

O sol põe todo o fulgor
Na custódia... e as pedrarias
Por seus milagres de côr
Falam de Deus!

D. LEONOR

Vêde!... Vêde
O povo por tôda a parte
Ajoelhado e muito adrêde
Rezando à vossa arte!...

Como quem escuta vozes de multidão em reza

P'ra vossa arte o resgatar,
Ouço Portugal em rôgo!...

GIL VICENTE, olhando o cais, num desvairo cuida ver um enorme incêndio:

Ninguem o pode salvar!...
Vejo um mar alto de fogo
— De fôgo e sangue — a envolvê-lo!
O mar cobre Portugal!
Fôgo e sangue vão perdê-lo!...

Apontando as galeras:

Nossa armada triunfal
Tôda a arder!... Fazem lembrar
Os mastros círios acêsos!...

D. LEONOR, como quem escuta a reza d'uma multidão:

Portuguêses vão repêsos
Do seu tão farto pecar...
Ouço Portugal em rôgo!...

GIL VICENTE, que vai suggestionando D. Leonor com as suas falas:

Olhai... Olhai como assim
Vem um mar largo de fogo
— De fôgo e sangue! — ao jardim,
Onde moças vão colhêr
Flores...

D. LEONOR, suggestionada com as falas de Gil Vicente, vê o palácio em chamas:

O Palácio antigo,
Para meu maior castigo,
Ei-lo que vai todo a arder!...

D. LEONOR e GIL VICENTE, em desvairo, afastam-se das janlas, por onde entram ondas de ouro e púrpura, o fôgo e o sangue de um sol-pasto que mo re aos poucos, afogando em côr a terra portuguesa.

Publicações recebidas

«**Nação Portuguesa**» — Revista de cultura nacionalista. Director: Manuel Murias. Redacção: Largo do Directório, 8-3.º Lisboa, 1926, III série, n.º 12.

«**Ordem Nova**» — Revista anti-moderna, anti-liberal, anti-democratica, anti-bolchevista e anti-burguesa. Redactores fundadores: Albano Pereira Dias de Magalhães e Marcelo Caitano. Lisboa, 1926, Ano I, n.ºs 4 e 5, de Junho e Julho.

«**Revista de Guimarães**» — Publicação da Sociedade Martins Sarmiento. Guimarães, 1926. Vol. XXXVI, n.ºs 1-2, de Janeiro-Junho.

«**Brotéria**» — Série mensal — «Fé. Ciências-Letras»; Director: J. S. Tavares. Caminha, 1926, vol. II, fasc. VI e VII, de Junho e Julho.

«**Estudos**» — Revista mensal de cultura e formação católica. Órgão do C. A. D. C. Coimbra, 1926. Ano V., fasc. II, n.º 50, de Junho.

«**Técnica**» — Revista de cultura técnica e económica. Directores: José Centeno Castanho e José de Queiroz Vaz Guedes. Lisboa, 1926. Ano I. Série II, n.º 5, de Julho.

«**Gente Minhota**» — Arte e Regionalismo. Director: A. Teixeira Pinto. Braga, 1926, Série I, n.º 6, de Junho.

«**Vasco da Gama**» — Revista trimestral de pedagogia e cultura. Director: Fidelino de Figueiredo. Lisboa, 1926. Ano I, n.º 3, de Abril-Junho.

«**Labor**» — Revista trimestral do Liceu de Vasco da Gama e órgão provisório do professorado liceal. Directores: José Tavares e Alvaro Sampaio. Aveiro, 1926. Ano I, n.º 3, de Julho.

«**A Águia**» — Órgão da Renascença Portuguesa. Directores: Leonardo Coimbra e António Carneiro. Pôrto, 1926. N.ºs 37 a 48, de Julho de 1925 a Junho de 1926.

«**Missões de Angola e Congo**» — Director: P.º Joaquim Alves Correia. Braga, 1926. Ano VI, n.ºs 6 e 7, de Junho e Julho.

«**A Vinha Portuguesa**» — Revista mensal de agricultura. Director: Cândido Duarte. Lisboa, 1926. Ano XXXV, n.ºs 8 e 9, de Junho e Julho.

«**Neptuno**» — Revista de marinha mercante. Propriedade da Liga dos Officiais da Marinha Mercante Portuguesa. Lisboa, 1926. Ano I, n.º 9, de Julho.

«**Invicta-Cine**» — Revista ilustrada de cinematografia. Director: Roberto Magalhães Lino. Pôrto, 1926. Ano IV, n.º 24, de Junho.

«**Europa**» — Quinzenário de informação e propaganda da Figueira da Foz. 1926, Ano II, 2.ª série, n.ºs 4 e 5 de Julho.

«**A Tradição**» — Boletim do Grémio Português Tradicionalista. Director: J. Nunes de Freitas. Lisboa, 1926. Ano I, n.º 10, de Junho.

«**Mulheres do Norte**» — Mensário de arte e literatura. Directora: Amélia de Guimarães Vilar. Pôrto, 1926. Ano II, n.ºs 14, 15 e 16, de Maio, Junho e Julho.

«**O Tripeiro**» — Repositório de notícias portugalenses. Director: Alfredo Ferreira de Faria. Pôrto, 1926. III série, n.ºs 13 e 14 de 1 e 15 de Julho.

«**O Caustico**» — Semanário de critica a rir e a sério. Director: Alberto de Oliveira. Lisboa, 1926. Ano I, n.ºs 1 e 2 de 19 e 26 de Julho.

“GIL VICENTE,”

N.ºs 7 e 8 — 2.ª SÉRIE — 1926

Sumário: — «A PAIXÃO DE UMA RELIGIOSA» por Nuno de Montemor; «CONFISSÃO», por Luís de Pina; «O ANÁTEMA DA FLANDRES» — A «Convocação», por João de Ourique; «RECANTOS DO MINHO» — Guimarães — Pencelo — «Nicho de Alminhas no lugar do Reguengo» (gravura), desenho do Dr. Luís de Pina; «CANÇÃO DO TELHAL», por João de Minde; «CAPITÃO ANIBAL DE AZEVEDO»; «VELHARIAS VIMARANENSES» — «Documentos & Efemérides» — (1826 — Guimarães há 100 anos), por João Lopes de Faria; «VÁRIA» — «Das Ideias & dos Factos», Redacção; «VITRINE DOS LIVREIROS» — Dos Livros & dos Autores, por Manuel Alves de Oliveira. PUBLICAÇÕES RECEBIDAS. : : : :

COLECÇÕES DO «GIL VICENTE»

1.ª SÉRIE

As poucas colecções que restam vendem-se na nossa Administração ao preço de 20\$00 Escudos, cada.

ASSINATURA

Continente e Ilhas — 1 ano — Pagamento feito directamente á Administração	20\$00
» » » — 6 meses	12\$00
Colónias Portuguezas — 1 ano	36\$00
Estrangeiro — 1 ano	40\$00

PREÇO DÊSTE NÚMERO, 4\$50

TIPOGRAFIA LUSITANIA
RUA GRAVADOR MOLARINHO, 47

GUIMARÃES

Guimarães — O Labor da Grei

Monografia-Relatório da Exposição Industrial e Agrícola Concelhia de 1923, a sair em fascículos mensais, ornados de numerosas gravuras e ilustrações.

PREÇO DE CADA FASCÍCULO, 2\$50

Para assinatura ou pedidos, dirigir correspondência à rua Paio Galvão, 23, Guimarães, ou à nossa Administração.

DE GUIMARÃES

Tradições e Usanças Populares

POR ALBERTO VIEIRA BRAGA

A' venda na Tabacaria Lemos, Guimarães, e na Livraria Editora, de José da Silva Vieira, Espozende.

E' um volume de 425 páginas de subsídios para o estudo da vida popular. Cada volume, 5\$00 Esc.

Nação Portuguesa

REVISTA DE CULTURA NACIONALISTA

Director — Dr. Manuel Múrias

Propagar a «Nação Portuguesa» é contribuir para o renascimento e restauração da Pátria. Nenhum bom português deve deixar de assiná-la e divulgá-la. Redacção e Administração — L. do Directório, 8 3.º, Lisboa. Agência nesta cidade: «GIL VICENTE», Largo Prior do Crato, 59-A.

A Paixão de uma Religiosa

(INÉDITO)

Por NUNO DE MONTEMOR

Quando Luzia chegou, açodada, em frente do hotel onde Izabel se hospedara, estremeceu ao ver, postado, junto á porta, um automovel luxuoso, em volta do qual brincava um pequenino, vestido de azul, com um gôrro escarlate sobre os cabelos muito loiros.

Nesse momento descia a escadaria larga, atapetada de vermelho escuro, um rapaz alto e moreno, vestido de preto, que recomendou ao *chauffeur*:

— Logo que venham, do *Central*, as minhas malas, mandas ao 15, do 1.º andar, buscar as da senhora D. Izabel.

Tirou o relógio, pensou um momento e rematou, apressado:

... — São 9. Daqui a meia hora partimos.

O pequerrucho veio prender-se-lhe ás mãos, risonho e brincalhão:

— Levas-me no pó... pó?... levas?...

— Pois sim, Jaime... Eu já volto...

E afastou-se, rapidamente, enquanto a criança batia as mãosinhas, radiante.

Dois môços de recados que olhavam a scena, encostados á parede do hotel, comentaram a meia voz:

— Que pressa, hein?!...

— Deu um tiro no homem e, agora, está morto por levar a *gaja* ..

Luzia ouviu-os, e subiu a escada, ansiosamente.

O quarto n.º 15 ficava logo á direita, a dois passos do ultimo degrau. Não havia um momento a perder.

Observando que a porta não estava fechada, abriu-a, rapidamente, e entrou, cerrando-a logo, atrás de si.

Isabel teve um grito de surpresa, perante aquela mulher vestida de preto que a olhava, profundamente.

Luzia viu, na sua frente, uma mulher alta, de cabelos loiros, á *garçone*, olhos de turquesa e labios de rosa, num rosto oval de neve sem brilho.

Vestida de seda-malva, rodeada de malas feitas, pronta para a viagem, ela dava, ao espelho, os ultimos cuidados nos cabelos curtos, quando Luzia surgiu, bruscamente.

Fitaram-se, um momento, como duas inimigas que medem as forças, escoflendo, de um relance, as mais vantajosas posições; na luta.

— Com que licença, se introduziu a senhora, aqui?!... — perguntou Isabel, arrebatadamente.

— Com a licença que Deus tem de entrar em toda a parte...

E desapertou, na frente, um vestido preto, que lhe chegava aos pés, a mostrar-lhe o habito e o rosario.

— Para uma religiosa, a resposta não tem nada de humilde...

— Serva de Deus, uso da licença que me dá o meu Senhor...

— Mas quem manda aqui sou eu!... — protestou, altiva, indo para ela, na intenção de a expulsar.

— Talvez eu venha enganada?... Pode dizer-me o nome de V. Ex.^a?...

— O meu nome?...

— Sim...

— Isabel...

Deteve-se, afogada de colera e despeito.

— Não se irrite, minha senhora, porque não venho afrontá-la... Não trago comigo a ameaça nem a desconsideração. Se é Deus que me impõe esta visita, Ele deixa-lhe inteira liberdade de me mandar embora, de me bater, até, depois de me ouvir.

Isabel, vermelha e nervosa, pousou, no toucador, o pente que ainda segurava, nas mãos tremulas, e sentou-se, apontando, friamente, uma cadeira, á religião.

— Sou a enfermeira de Jorge da Silva — começou Luzia — mas ele ignora absolutamente a minha vinda...

— Se vem para uma conciliação, já lhe asseguro que a tentativa é inutil. Sem o duelo, é possível que ainda me sustentasse, mas uma vez que fui reduzida á condição de uma femea dos tempos trogloditas, disputada por dois homens numa luta de sangue, o meu dever é seguir o mais forte...

— É parte de consciencia tranquila?

— Oh! perfeitamente tranquila. De resto, o meu casamento foi religioso, contra a vontade de Jorge, que sempre me assegurou inteira liberdade no dia em que o não amasse... Creio que o meu procedimento é logico...

— Seu marido está expiando as consequencias dessa logica.

— Eu, no caso dêle, resignava-me...

— Diz isso porque o não ama...

— Talvez... talvez...

Ergueu-se nervosa, agitada, a abrir uma janela, por onde o vento da manhã entrou, a refrigerar-lhe as faces congestionadas.

Luzia aproximou-se, a estudar-lhe, nos olhos, os sentimentos que se debatiam naquela alma...

— Já leu os jornais?... — perguntou Isabel, sacudidamente.

— Li apenas um, minha senhora... o mais completo e minucioso...

— Serei, então, a unica culpada?

— Não é a unica, mas a maior culpada.

— E posso saber porquê?

— Se as doutrinas de seu marido lhe corromperam a intelligencia, ao menos o seu espirito de catolica, devia guiar-lhe a consciencia de esposa cristã...

— Mas não fui eu que me separei de meu marido; Jorge é que provocou e quis o duelo, em que fui o premio da vitoria...

— Não se trata disso, mas sim de reconhecer que seu marido, possuidor de

uma moral envenenada, permaneceu fiel; V. Ex.^a, educada numa doutrina de verdade, prevaricou. Qual dos dois é mais digno?

Encolheu os hombros, desdenhosamente:

— E' me indiferente o seu juizo. Jorge jogou-me e foi Raul quem ganhou...

— Minha senhora! Pelo amor de Deus, não deixe falar tão alto o seu orgulho, e lembre-se de que Jorge da Silva, por seu amor, está moribundo...

Fez-se um silencio subito.

Isabel sentou-se, de novo, inquieta, pensativa.

Luzia aproximou mais a sua cadeira.

— Pois haviam-me assegurado — murmurou Isabel — que se tratava duma simples arranhadura!...

— Infelizmente não é verdade... Da arteria cortada correu sangue, abundante, e como o ferido já estava exgotado pela doença, é muito possivel que V. Ex.^a esteja em breve viuva...

— Foi só dele a culpa...

— Por V. Ex.^a ele exgotou a saude, a trabalhar... Por V. Ex.^a, embora erradamente, ele verteu o sangue e aniquilou a vida...

— Pois não quero que se sacrifique mais... Até, se não levasse a mal?...

Hesitou, lançando os olhos sobre um pequeno cofre, pousado no toucador...

— Diga...

— Se não me julgasse ousada, pedia-lhe para lhe entregar as joias e outros valores que reuni naquella cofre... E' justo que nada do que é dele me aproveite.

A irmã Luzia ergueu-se, com decisão:

— Eu venho buscar apenas um valor: o filho de Jorge da Silva.

Isabel soltou um grito, espavorida, erguendo-se também:

— O meu filho?!...

— O filho de Jorge da Silva...

— Que é tambem meu...

— É que, por não ser possivel dividi-lo, pertence ao mais digno — ao mais digno e ao mais desgraçado. Por duas vezes seu marido tentou suicidar-se, e só consentiu em viver, mediante a promessa de lhe levarmos o filho... Ora V. Ex.^a já lhe desbaratou a saude, a honra, o sangue... Quere tambem ser assassina, roubando-lhe, com o filho, a propria vida?

Isabel sacudiu a cabeça a apagar uma chama que Luzia, subitamente, nela acendera, e recaiu sobre a cadeira, livida, estonteada.

— ... Sim, o seu gesto, entregando Jaime a um amante que apenas conhece dos rodopios do baile, joga o destino do filho e a existencia do marido...

Julgando-se liberta dos seus deveres, pela entrega daquelle cofre, a seu esposo, V. Ex.^a desobriga-se com a facilidade com que paga aos moços que lhe levem estas malas, para fugir no automovel que a espera, lá em baixo...

— Oh! sinto a cabeça a arder como se ma regassem de petroleo acêso — exclamou, entrelaçando os dedos febris nos cabelos descompostos.

— Acresce ainda que Jorge da Silva não foi ouvido sobre o destino do filho, que igualmente lhe pertence, e que V. Ex.^a aproveita a inconsciencia do delirio em que ele se encontra, para lhe roubar a melhor joia.

Nos olhos de Isabel adensava-se a neblina ardente e ansiosa que precede as grandes lagrimas.

— Deixe-me... Oh! deixe-me!... Para que veio aqui atormentar-me? — pediu, angustiadamente.

Mas a religiosa prosseguiu, mais veemente:

— Pois o seu espirito revoltava-se, com remorso, á ideia de levar aquelas joias, e o seu coração, a sua consciencia, não se rasgam, entregando o filho ao assassino do pai... ao inimigo da sua honra?!...

— Oh! cale-se... cale-se...

— E' como se, pela calada da noite, rastejasse, a iludir a nossa vigilancia, até ao leito de seu marido, agonisante, para lhe sugar, na veia aberta, o sangue, a honra, a vida, deixando-lhe apenas, á cabeceira, o copo de água onde eu lhe molhasse os labios, na hora da morte...

— Meu Deus! Que vida a minha! Que horror! Meu Deus!... — gritou Isabel, escondendo o rosto nas mãos, por onde caíram lagrimas grossas.

Luzia ergueu os olhos ao Ceu, e pousando, docemente, a mão, na cabeça de Isabel, murmurou:

— Quando o nome de Deus surge no meio das lagrimas, lembro-me logo do arco da aliança após o diluvio... Nem tudo está perdido!...

— E a senhora é a pomba tardia que já não pode anunciar o salvamento...

— E' certo que eu nada posso, mas Deus é Omnipotente.

— Deus já não quiere saber de mim!... — soluçou mais fundo.

— Deus é como a luz do meio dia: por mais que lhe cerremos as janelas e as telhas da nossa casa, ele encontra sempre uma pequenina frincha por onde se insinua, a rogar-nos, amorosamente, que lhe abramos todas as portas...

E continuando a acarinhar-lhe os cabelos perfumados e revoltos, assegurou-lhe, com brandura:

— ... Ha tanto tempo desterrado da sua alma, Deus olha já, para dentro de si, atravez do luminoso fio de lagrimas que lhe não deixa fechar totalmente os olhos.

Ah! se Deus quizesse ter dó de mim!... — desejou Isabel, juntando, nas suas, as mãos ardentes de Luzia.

— Deus tem mais que dó, porque é Amor!...

— Se nesta hora de ruina eu tivesse a sua fé! A mim ensinaram-me apenas a decorar o catecismo e a pôr flores nas Igrejas...

— Nem, ao menos, tem, em reserva, para esta hora, uma lembrança espiritual da sua primeira comunhão?

Isabel abanou a cabeça, desoladamente.

— Ah! não... não tenho. A impressão mais nitida que dela conservo, é o escrupuloso cuidado que todos os da minha familia concentraram no vestido e no veu, para que o meu retrato ficasse elegante.

Em solteira, ao sair do colégio, a minha devoção limitava-se na busca das flores mais belas que as das outras devotas, mas as rosas da Igreja falavam a mesma lingua que as flores da minha sala de visitas...

— Meu Deus!...

— A propria Hostia que comungava não me dava a alegria que me vinha das medalhas vistas, suspensas, no peito, de fitas coloridas. Ah! se eu lhe fôsse contar a minha vida, como havia de ter piedade de mim!...

— E porque não conta? O meu habito oferece-lhe uma garantia de amor e confiança...

— Mas não me interrompa com uma censura... não me desanime,

— Luzia tomou-lhe as mãos, beijou-a na fronte, enternecidamente.

— Diga tudo, minha irmã, tudo... tudo!...

Isabel enxugou, ligeiramente, os olhos, fixando-os, com recato, no regaço da religiosa:

— Jorge conheceu-me numa praia, no dia em que eu completava 16 anos.

Aos 17, casava comigo, aninhando-me num lar onde reinava um luxo e uma ociosidade a que não estava habituada.

Todo o meu trabalho domestico se resumia em escolher flores, vestidos e joias para agradar a meu marido, porque Jorge queria-me sempre adornada como um... Deus.

Era assim que ele me dizia.

Vieram os primeiros bailes e as primeiras recepções.

Jorge troçava imenso das minhas blusas afogadas de solteira e das minhas saias demasiado compridas.

Foi ele que me iniciou no culto da alta moda e que, a golpes de sarcasmos, desfez os meus ultimos escrupulos religiosos.

Se eu era fiel a meu marido e era assim que ele me adorava, entendi que devia ceder.

Como um novo soluço a sufocasse, Isabel calou-se um momento, a enxugar lagrimas, e prosseguiu:

— ... Dizem-me que sou bela, minha irmã... Não sei...

A verdade é que meu marido rejubilava, quando, num salão, toda a gente girava á minha volta, como um bando de borboletas à roda de uma fiôr...

Terminada a festa, ao reentrarmos no nosso lar, erguia-me, vitoriosamente, nos braços, como a uma filhinha que operara maravilhas de precocidade, perante uma multidão deslumbrada...

Assim, pouco a pouco, a ansia de agradar a meu marido se ampliou no desejo perigoso de agradar a todo o mundo.

E que mal haveria nisso, se meu marido exultava de amor, e contentamento?

Deteve-se, de novo, cansada, os olhos mais baixos, perdidos no tapete do quarto, as mãos caídas sobre os joelhos.

— ... Chegou, porem, um dia em que vi Jorge, meditativo, sobre uma grande despeza de joias.

Tinha, então, por motivos de honra e pundonor, abandonado a fabrica que dirigia, preferindo outra de mais reduzidos honorarios.

Sorrindo, tristemente, disse-me:

— Mas, Isabel, para brilhares a meus olhos, não precisas de joias...

— Aos teus olhos... talvez... — objectei, sinceramente.

— E que importam os outros?

Enleei-me, perturbei-me toda, encontrando apenas esta resposta:

— Mas, então, não eras tu que o desejavas?...

Jorge estremeceu e disse-me:

— Sim, ás vezes, muitas vezes, mesmo, fazemos tolices. O amor é uma religião para aqueles que, como eu, não crêem noutra. Tambem a religião do amor, gera os seus fanatismos... os seus exageros... os seus pecados... Precisamos de voltar atraz, Isabel... Temos mesmo motivos de ordem economica para reduzir as nossas despezas.

Eu ouvia-o, amargurada, como se um juiz impiedoso me lêsse uma sentença de... exilio.

Aquele ar de arrependido amarfanhava a elegancia espiritual de meu marido — diminuia-o.

O demonio do luxo e da vaidade mostrava-mo com desdem, e, a partir dessa hora, comecei a importar-me, apenas, com os louvores dos outros... e a receiar os queixumes de meu marido.

Jorge, que é inteligente, viu o perigo, e as joias voltaram, o luxo multiplicou-se, embora os seus honorarios fossem reduzidos, mas o trabalho era tanto que raras eram já as festas a que podia acompanhar-me...

Quando reentrava no nosso lar, meu marido já me não festejava.

Êsmagava-o uma tristeza que os meus beijos não conseguiam dissipar, e em breve se apoderou dele um exgotamento assustador.

Comecei, então, a convencer-me de que eu era um peso na vida de meu marido, e que a alegria não podia renascer mais, entre nós.

Para aqui viemos, por conselho medico, a ver se ele melhorava, mas, na sua neurastenia, tudo começou a irrita-lo.

Os simples fulgores de uma joia feriam-no como um molho de lanças.

Chorava de ciumes, feriu-me de suspeitas e só no desleixo da minha *toilette* e no isolamento do lar, ele encontrava garantias de amor.

Entendi que era tempo de o libertar, tanto mais que o nosso casamento foi religioso contra sua vontade, assegurando-me, como já lhe disse, inteira liberdade de o abandonar no dia em que o não amasse...

E aqui tem, minha irmã, a minha confissão. Agora dirá se ela merece perdão.

— Todas as confissões sinceras o merecem, se nelas vive o arrependimento.

— Não, arrependida não estou... Mas como eu daria a minha invejada beleza, para voltar a ser o que fui no meu antigo lar!...

— Não é, porem, possível. Vejo que Jorge em tudo é superior a Raul, reconheço, mesmo, que Jorge me ama mais, mas sinto que não amo já o meu marido.

E quando uma alma vê o melhor e se entrega ao pior, é que ela está de todo vencida...

Até o proprio Deus a perde de vista.

— Oh! não diga isso! Deus vê, sempre, do ceu, toda a alma que corre a perder-se, como nós distinguimos a sombra da nuvem grossa, correndo numa planície iluminada de sol.

— Mas que hei-de agora fazer, minha irmã? Descer... descer... sempre... e sempre...

— Oh! não, não! Então porque vai no primeiro degrau do abismo, julga-se obrigada a descer até ao fundo?! Tem aqui as minhas mãos. Prenda-se a elas e salvar-se-há.

Tão vibrante de fé foi o convite da religiosa, que Isabel apertou-lhe as mãos, convulsivamente, como a afogada que quer salvar-se.

Mas os golpes de Luzia, ainda não cicatrizados, deixaram-lhe os dedos tintos de sangue.

— Meu Deus! O que eu lhe fiz!...

E atentando nos golpes, fundos:

—... Ah! a irmã está ferida!

Luzia hesitou, mas logo tomada de uma forte deliberação, explicou, humildemente:

— Para salvar Jorge, na hora do duelo, foi-me necessario saltar um muro alto, ericado de vidros aguçados como punhais. Rasguei as mãos, os pés, os joelhos, e até o lado esquerdo, para dobrar o muro da cerca.

— Como é generosa!

— Para salvar Jorge, derramei o meu sangue. Para a salvar a si e ao seu filho venho aqui com os pés em sangue... Imagine o que eu não farei para salvar os três...

— Isabel lançou-se-lhe ao pescoço, a soluçar, e Luzia, beijou-a na fronte, enternecidamente,

— Deus beija-a com os meus labios... — murmurou.

— Mas o que hei-de eu fazer, meu Deus! — exclamou, entre gemidos.

Confia em mim?

— Se não hei-de confiar...

— Pois bem. Tenho familia em Italia, para onde Isabel, sem perda de um momento, vai partir. Será recebida como se fôra minha irmã. Enquanto pôe um chapéu, dê-me um papel, para escrever duas linhas.

Isabel aproximou-lhe uma pasta, e a religiosa escreveu :

Minha querida Germana :

Recebe Isabel nos teus braços, como se fôra a tua

Luzia.

E metendo o bilhete, no envelope, endereçou :

A' Viscondessa de S. Mamede

Via S. Francesco, 6

Milão.

Lá fôra, à porta do hotel, sentiu-se o resfolegar de um automovel, acabado de chegar.

— Depressa! — ordenou Luzia.

O pequenino Jaime surgiu á porta, saltando e batendo as palmas de contente :

— Já vamos embora! Já vamos embora!

Isabel ergueu-o nos braços e apertou-o ao peito, apaixonadamente, e assim o levou pelo corredor até à porta da rua para onde dava a escada de serviço.

-- Depressa! Vamos depressa! — recomendava Luzia, que os seguia jubilosamente.

Na estação, já debruçada na janela do comboio, Isabel disse ao pequenino :

— Tu vais com essa senhora ver o Papázinho...

— E tu Mamã quando vens? Quando voltas?

Como se esta pergunta a ferisse em pleno rosto, Isabel tombou a soluçar no assento da carruagem.

Luzia subiu ao estribo, a encoraja-la.

— Escreva-me logo que chegue, sim? Eu vou já mandar a Germana um telegrama, para que a espere.

— O que vai ser de mim, nesta viagem, tão sòzinha!

Luzia levou a mão ao peito e entregou-lhe um crucifixo de metal.

— Dou-lhe esta divina companhia... Andou já comigo por todos os continentes...

E com o pequenino Jaime ao colo, dizendo adeus à sua Mamã, no acenar da sua mãozinha aberta, viu perder-se, na distancia, o comboio que levava Isabel para longe de Portugal.

Confissão

Por LUÍS DE PINA

Ceguei agora ao alto desta fraga,
na serra amiga a que subi sòzinho,
e nem sentia o sol que tudo alaga,
de contente que fiz o meu caminho!

Bendita sejas tu entre as mais serras,
pois hoje, em tua Graça, és para mim,
como aquelas longínquas Longes-Terras
de que fala o mimoso Bernardim!

Eu troco o burgo pelos teus fraguedos,
quizera em ti morrer e em ti amar!
— As cidades não são mais que degrêdos
onde os grilhetas se andam a matar! —

Louvada sejas tu, ó serra alta,
onde me acôlho, extraordinário asceta.
Em ti meu doido coração se exalta
nêste condão fatal de ser poeta!

Meu espírito, aqui, abre-se todo
ao caricioso amor da tua Graça,
como flor que desponta de entre o lôdo
a provocar os olhos de quem passa!

Querem teu ar meus sôfregos pulmões.
 Querem tua luz meus olhos embruxados.
 — E tal doçura na minha alma pões
 que sinto fugir dela os meus pecados! —

Fica ali, a teus pés, a aldeia tôda
 aninhada na sombra que lhe dás.
 O pinheiral é uma mar à tua roda
 e nêle o vento que novenas faz!

Aqui pèrtinho, entre tojais e giesta,
 desce um arroio, que me surpreende :
 — e parece que vai com ar de festa
 a cantar coisas que ninguem entende! —

Já vejo o fumo dos casais subindo,
 e o véu de sombras da montanha cai!
 Os montes, longe, vão-se diluindo...
 o sol de fogo, há muito que lá vai...

Desço com custo, assim como um cèguinho,
 sem ver o chão siquer, alheio e triste!
 Agora venho muito mais sòzinho
 do que ao subir, ó serra, tu me viste!

Fica em ti, meu espírito, coitado;
 que êle fale de mim e isto te diga:
 — volto à cidade-abismo, desterrado
 até quando, até quando, ó minha amiga? —

“O Anátema da Flandres,,

A CONVOCAÇÃO

ÊÇA DE QUEIROZ: — «Portugal morre por falta de sentimento nacional! Nós estamos imundamente morrendo do mal de não sermos Portugueses».

Desponta Abril de 1916, prenhe de inebriantes abundancias de fascinações balsâmicas.

A juvenil Primavera desdobra os infinitos mantos de encantos indefinidos, e a Natureza, d'alegrias nascentes osculada, modula-se na alma do misterio envolta em harmonias lindas de amanhecentes quimeras.

Deus rejuvenesce a vida, dando, aos espaços da vastidão eterea, o misterio de sempre e para sempre, vestido dum diafano azulineo em que esvoaçam melodias vagas de milenarios canticos burilados de eterna nascença no encanto místico da perfeição divina.

Poalhas d'ouro dos contos lendarios scintilam entre beijos em botão, sempre a brotarem dum vigôr novo, no santo extasi de seduções infindas em graciosos ramos de illusões formosas. Caricias perfumadas de enlevos fagueiros se escôam de aleas marfinisadas de estranha unção, a imoldurarem auroras risonhas de levantes virginaes em deslumbramentos surpreendentes de idilios imortaes, embalados em belezas puras por immaculadas essencias recamadas de fulgurancias apoteoticas.

Brota impetuoso, em gentis mananciais de felicidades e esperanças em efluvios crescentes, o santificado amôr (1) por Deus bemdito no misterio do encanto que um sacrilegio nefando vem quebrar numa indiscrição repugnante.

E' a mobilisação do exercito portuguez que se despenha sôbre o paiz acabrunhadamente, inexplicavel e inexplicada e me bate á porta pela mão inculpada de uma ordenança d'infantaria, portadora dum officio que me manda apresentar ao serviço militar no Grupo de Batalhões do 34 d'infantaria, aquartelado em Santarem.

Uma repulsa larga corre o dolorido espirito nacional de que ausculto o éco patriotico e em mim toma alento forte ao ver crescer a bruma densa a entenebrer o ceu limpido. Nem uma razão, nem uma indicação se mostra, e só nuvens expessas se vêem nascer e avolumar, interceptando e esfacelando, abruptamente, o trilho do futuro feliz abençoado por incensados rosarios de sonhos bons.

(1) Preceito divino: «Amassará o pão com o suor do teu rosto».

Nada se havia erguido, com a prévia antecipação necessária, a justificar, com clareza inconfundível, este gesto de imensa responsabilidade tão avultada e invulgar e que, por forma alguma, poderia deixar de ser precedida de uma meditação profunda, de um estudo porfiado, de uma isenção definida, de um incentivo fundamentado, de uma razão magna.

Mas nada, nada transparecia e só se acastelava a escuridão intensa onde turbilhões de nevoas se acotovelavam, se atordoavam.

E assim, tão d'animo leve, se turva mais a harmonia branda de uma Nação que foi grande na sua heroicidade sublime, a procurar hoje um refugio seguro onde entoar orações à família subvertida pela minguada onda democratisadora. «A invasão das diversas atribuições - Joseph Prudhomme — produz em tudo a anarquia».

Assim, tão incapaz e irreverentemente, se alarma um povo que a desgraça estonteadora insolentemente protege, arremessando-o, *in continenti*, brutalmente, para a guerra incompreendida, intempestiva, incognita ainda, acenando-lhe com um temporario e fetido elixir de caserna socialisadora, em que nasce a ignorancia e a malvadez como farol do bem e da intelligencia, onde se desce da intriga à baixeza d'alma a esfaquear a franqueza e o honesto caracter.

O pregão da guerra era assim lançado a este paiz, esmagado pelas torturas que o culto da vanidade — a Democracia — lhe doou, sem um afago, sem um animo, sem um valor que incendeie, levante e arraste num impeto glorioso *una voce*.

Tudo era mudez, silêncio, trevas.

E ante êste insólito atrevimento, traição de lesa-Pátria que antevia, uma revolta íntima me tomava e começava a ser impiedosamente assomadiça e mais contundente, quando alguém de feição amiga, vislumbrando somente o bem que cultiva, me anima a escutar-lhe a voz que me segredava, entre doçuras inefaveis, um encanto de alma, o mais gentilmente belo por ser da mais santa nobreza, o culto da honra:

«E' para defesa da Pátria (1) que vos chamam, dizem...»

Que de saudades, floridas de benções divinas se irradiam dessa legenda bem-dita — a defesa da Pátria —, a veneranda oração perpétua da tão pura alma portuguesa!...

(1) «A Lucta», jornal republicano: «Na Inglaterra, o antagonismo foi mais acentuado. Ali, houve, ao principio, muitos adversários da intervenção. E, contudo, que fizeram os outros? Injuriaram-nos?»

Não; ouviram as razões que elles apresentavam, e procuraram convencê-los, rebatendo-as.

Porque não succedeu assim entre nós? Em primeiro lugar, porque mercê da nossa péssima educação, só sabemos questionar, apostrofar, insultar. Em segundo lugar, porque logo de começo a questão foi enredada e envenenada por um grupo de creaturas interessadas em «pousser à la guerre» que logo se apoderaram de grande parte da imprensa, intrigando e embrulhando tudo, zabumbando furiosamente, fazendo um escarceu medonho, invectivando e gesticulando, com frases retumbantes à mistura, para que ninguem pudesse emitir opinião diversa, para que se não pudesse vêr claro na questão, para que se não pudesse pensar nem reflectir.

Também lá fóra houve empreiteiros da guerra — ha-os sempre, porque toda a gente sabe que é com as guerras que se fazem as grandes fortunas; — somente, lá, a opinião pública não se deixou embrulhar, não consentiu que lhe deitassem poeira nos olhos, quiz ver e quiz saber que é que mais convinha aos superiores interesses da Nação.

Que insensatez, então, é esta de vir recordar coisas tristes? Acaso imaginam que neste país de desmemoriados já ninguem se lembra? Acaso para nós, nessa guerra — em que se dizia, «as arengas ao povo, que iamos «ressuscitar as antigas glórias» — tudo foi brilhante? As guerras modernas não se resumem na bravura; e, se é indubitavel que, nesta guerra, demos inequívocas provas de valentia, não é menos verdade que, áparte a excelente impressão de competência técnica

Uma animação sagrada faz vibrar o meu Eu de prazer extremo; o meu sêr incendeia-se a erguer cânticos de reconhecida gratidão, por não poder ser esquecido na hora suprema; a vida minha sente na ascêse superior, cravejada das mais bem trabalhadas pérolas de raro valor que um mundo depôs aos pés de Portugal, a sublimada História Nacional a trasbordar de intensa imponência e magestade, de feéricos heroismos numa fremente aspiração contínua de maiores grandezas de alma, que o Passado nos evoca com saudade e o Futuro ha-de perpetuar para nossa redenção.

E ardentes preces de perdão sentido, pela suposta inconsciente irreflexão dum fugaz momento, se me vão a descolar dos labios, que quasi tecem a maldadaña nota que me manda apresentar ao serviço militar, quando — ó horror!... — a mesma forte rajada de bem inditosa dúvida me toma de novo, e me faz erguer mais a fronte e balbuciar apenas:

— Por Deus!... que assim seja.

Assim caminha o sentimento nacional (1), maguado e triste, procurando a esperança de tudo ser uma ilusão, enquanto nêste desolado mês primaveril a convocação ia batendo, de porta em porta, como um dobre a finados.

Delegações militares se sucedem em cata dessas tantas vidas falecidas olhando em rosários de lágrimas os arados abandonados a pretexto de uma causa oculta que se flaneava impunemente em titereiros aranzeis pelo que já era a matricida alma de um govêrno negreiro.

Três officiaes e oito sargentos dos 2.º e 3.º batalhões do 34 de infantaria lá se vão, de Santarem à sede do seu regimento na Guarda, reunindo-se aí a outro official e mais quatro sargentos do 1.º batalhão, em busca também de umas centenas violentados à apresentação militar.

O sol do meio-dia já tombava ao poente quando a delegação militar scalabitana se alcandorava na cidade da Guarda, sempre vestida de seu manto vaporoso e perdida entre as neblinas frescas a afagarem-a no ar puro das alturas saudaveis, olhando, ao longe, as fronteiriças serranias para onde se vai descendo, em ondula-

que deixaram algumas unidades — que não cito para não ferir susceptibilidades — **dêmos as demonstrações mais cabais da falta de aptidão organizadora, da incapacidade administrativa e da imprevidência.**

Que miseranda coisa não foi essa guerra da Africa. Que ignomínia essa tremenda mortalidade por doenças que para encontrar coisa que se lhe assemelhe, na história das expedições coloniais, é necessário recuar até ás épocas remotas em que a moderna hygiene colonial nem sequer era sonhada! Que desagradavel ocorrência essa, de ter sido necessário que os da Africa do Sul viessem acudir-nos no nosso próprio território! Que vexatória lição: ser preciso que os ingleses, entrando em contacto com as nossas tropas, lhes ensinassem que nos acampamentos se não defeca onde calha. — Que não estavam, diziam os nossos aliados, para que a dysenteria se espalhasse entre as suas tropas. — E com razão; só nós é que ainda nos portamos, nestas coisas, como as tribus selvagens. Se não fôsseni os ingleses, ainda hoje as nossas tropas não saberiam como se defeca em acampamentos nas terras de Africa.

Não vale a pena lembrar mais. Tudo isto é triste. Mas então para que vêm ressuscitar uma questão enterrada? Para que vêm lançar acusações sobre quem não tem culpa alguma das **vergonhas e desastres succedidos**, sobre aqueles, justamente, que procuraram evitá-los sem o conseguir — porque estavam manietados, e porque quasi tôda a gente, nesta terra, estava obsecada? Porque se lhes faz um crime de terem aconselhado uma attitude — de reflexão e de prudência — que foi a de tôdas as nações que não entraram na guerra pela força das circunstâncias — a Itália, a Grécia, a Bulgária, a România, a Turquia e as que definitivamente ficaram neutras, attitude que teria sido a dos belgas, a dos ingleses, a dos francêses se a Pátria dêles fôsse Portugal.

(1) HERDER: — «O homem não é o produto do seu esforço individual, mas uma consequência da terra em que vive».

ções cautelosas, a região montanhosa que magestosa domina, envolta apenas nos andrajosos farrapos da imponência guardiã e do aprumo nobre de altiva sentinela lusitana, doutros tempos, hoje entretida, miseravelmente, a narrar, saudosa e humilhada, os longínquos feitos de armas sôbre que assenta a Independência de Portugal, assegurada pela alma vigorosa de Reis batalhadores, filhos dignos dum povo que levantaram e tão alto ergueram a deslumbrar um Mundo que a seus pés vinha render homenagem.

A meditação religiosa da rutilante História Nacional a afirmar-se aí em seus esplendores supremos, como em cada palmo de terra portuguesa (1), gemendo sob o peso duro do luto ignominiante, a luzente aspiração nascida no berço de Portugal, a avolumar-se em pélagos de glórias inebriantes soluçando a desdita inequalvel dum opróbrio imerecido.

Magnificências superiores mergulhadas em cruciantes máguas a aumentarem-se no recatamento do pudôr altivo, desfiando-se em contorsões doloridamente compungentes dêsse peito constelado de heroísmos santos por milhares de rudes batalhas vencidas em prol da Pátria amada, edificada e sublimada por séculos de grandezas faustosas.

Veneração mística de ascendência fulgurante empolgando a vida portuguesa (2) a impôr sua passada nobresa erguendo em côro, amarrotada Além túmulo, o seu valor imorredouro, indelevelmente cantado por um heroi soldado, o grande épico lusitano, compendiador carinhoso da formosa escola nacional em que tão poucos vão buscar o seu direito português.

Confrangimento pungente de horror abominavel nascendo-se na infamação maldita da realidade presente ante as resplendentes virtudes de uma vida eternamente a irradiar balsâmicos brilhantismos em encantados êxtases, latejando a infinda dor convulsiva de uma Nação gloriosa a quem a vil democracia mentida veiu tôrivamente cuspir.

Restos distantes de vergastadas afrontas, desprezados anceios de alteados louvôres, alma nacional fendida na dispersão da homogeneidade da sociedade ordenada, escondendo de amargas lágrimas a austera frente, onde cantam límpidas, feéricas de epopeias seculares, ao reparar no arnês por terra, no escudo enferrujado, no montante moribundo a mostrarem-lhe o longôr do Passado em que ser português era honra do privilégio.

Tempores, mores, em recatada soledade, saudade maior acordando o eco distante de tanta formosa ascensão, deposta no sagrado altar da Pátria, sob as benções da bandeira da veneranda tradição (3), a entoar, na eternidade, os hinos scintilantes da imponderavel Imortalidade.

(1) FUSTEL DE COULANGES: — O patriotismo exige que, se não pensamos como os nossos antepassados, respeitemos ao menos o que eles pensaram.

(2) J. COQUILLE: — «A liberdade politica consiste na vontade dum povo e a vontade dum povo é a tradição».

(3) «Não renunciemos ao presente, senão no que êle tiver de provadamente nocivo, e trazemos do passado para nós, aqueles elementos orgânicos, permanentes, que a miragem revolucionária deixou esquecidos e desacreditados.

Não sômos nós quem recua, é o Passado que caminha até ao presente para salvar o Futuro». (*Hypólito Raposo*).

«Apenas pela volta ao fio interrompido da Tradição se atalhará o despenho acelerado para o abismo. Tradição imperta, não um ponto imóvel no Passado, não um enclausuramento em formas obsoletas e cristalizadas, mas sim a obediência consciente àquele determinismo de Raça e Meio que, gerados por inflexíveis condições históricas e físicas, não se aliena de nós sem se alienar conjuntamente a raiz da nossa própria personalidade». (*António Saraímba*. «O Valor da Raça»).

Dôres mudas de lágrimas discretas, elevando, em sagradas orações do purificado sentimento português, os valores ingénitos da Raça, a vibrar amarguradamente em anseios fortes de uma libertação eterna, que uma vida nova ergue, de inteligência e crença, num exclusivismo dogmático e romântico, a retratar, deslumbradora e cegante, o alento balsâmico do resgate mais belo, numa brevesa amanhente, — o espírito tradicional levantando, incensando, subindo sempre a uma maior altura, numa formosa aspiração fremente, a confundir nos céus, num berço ideal de beijos em botão, em ascêses do amor e da vontade, o burilado sacrário do espírito lusitano — Portugal imortal.

Tôda a crise nefasta do momento que passa na maldição do sentimentalismo argamassado de dúvida, de pessimismo, de dilectantismo, de negativismo, de Não-ser, parando-se, amortalhando-se ante o podêr supremo do inabalavel dogmatismo, ante o valor insuprivel da insuperavel inteligência a abrir seus largos vôos para um ideal realista abraçando a terra nos céus.

A contemplação religiosa acendendo a razão pela Fé nos brilhantismos extasiantes da sagração da Iluminação ascensional nos degraus de Portugal, clamando como Valois: Procurai, antes de mais nada, o reino de Deus e a sua Justiça e tudo o mais vos será dado em demasia.

Um quadro belo de feerismos precisos iluminando o altar da Pátria na sua indelevel immortalidade, onde se ajoelha o espírito das novas gerações luzitanas, cantando com Camões: — Torne-nos novas fôrças o Rei Novo — se é certo que com o Rei se muda o Povo!

Mas, surrateira e fria, descera a noute a surpreender uma veneração tão dolorosa e balsâmica. E manhã môça logo se erguera a trazer á Guarda um punhado viril de construtores humildes, ludibriados e violentados por um idealismo ficticio que tão mal contundida viria a deixar a nacionalidade.

Que amarga realidade e que bastão da redenção!...

Camponezes e serranos de variada compostura, exibindo suas vestes endomingadas ou de trabalho a que misturavam um artigo militar mais andrajoso ou bem composto, iam fazendo a sua apresentação. E já caíra a tarde sobre a cidade da Guarda, formoso ramo de aureolas fulgentes, quando a marcha se iniciara para a estação dos caminhos de ferro com destino a Santarem.

Os soldados (1), fardados e á paizana, destinados á instrução no Gupo de Batalhões do 34 d'infantaria, seguiam formados em quatro companhias sob o comando do capitão e os dois subalternos (2) que compunham a delegação militar scalabitana.

Breve se efectua o embarque em um comboio especial que logo silva e parte, embrenhando se cedo nas sombras da noite.

«A tradição é a base em que assenta inalteravel a existência dum Povo ao organizar-se em sua génese.

Deve olhar-se como um ponto de partida para o Futuro e nunca como uma fórmula empírica vencendo o Futuro nas suas sequências lógicas. Ela é a base da orgânica duma Nação, mas não é a orgânica dessa Nação atravez os séculos. A Tradição é um espelho que se olha de quando em quando para que a sua longevidade se não esqueça definitivamente da sua origem legítima e o regresso á Tradição é sempre um rejuvenescimento do Povo que a ela recorre em horas extremas, e só nessas, como seja a travessia longa num demorado ciclo de decadência». (*Ponte e Souza*).

(1) Na Guarda ficaram os soldados do 1.º batalhão, na sede do 34 de infantaria, destinados a uma companhia do batalhão mobilizado deste regimento, seguindo sómente para Santarem os soldados dos 2.º e 3.º batalhões que iam compôr as três companhias do mesmo batalhão mobilizado.

(2) O auctor era um dos dois subalternos desta delegação militar.

Já abraçados na soledade campestre, ouvem-se distintos os efeitos turbulentos do vinho agitando essa soldadesca ingenua que, durante o dia, fôra arrastada das ruas da Guarda às tôrvas baiucas, pela mão viscosa da perfida demagogia que, na avinhada embriaguez da simpleza aldeã procurara um vasto campo, em que impunemente desenvolvesse a maxima acção vilã da sua cobardia indomita a pretender acordar deveres d'honra que não cumpria, nem conhecia, a laurear sacrificios ingentes que evitava, e que a boa-fé campeзина, assim mais algemada, não podia verificar para lhe ser dado fulminar, esse monturo ignobil, com a firme altiveza da lidima dignidade que só era pertença da hoste do sacrificio duplo, no seu trafico para a peleja, quais escravos a tanto por cabeça, em beneficio exclusivo dessa putrida seita sem patria — os parias da humanidade. (1)

O incentivo inicial que se aspergia sobre um povo, sobre um paiz, nascia com estas características de desmoralisação, e era assim adotado pelos amigos da Servia na sua nefanda acção pró-guerra... para os outros, ante renques de cascos de largo arcoaboiço escancarando mares de vinho gratuitado nas suas negras e pestilentas alfurjas.

Os metodos convincentes da necessidade belica eram de molde a fomentar animos... e a confiança segura... na lealdade de tal gentalha... E ao amor mais condensado, pela indisciplina, que se lhe sucederia, sem sucessos de maior de principio, e que se viria o descer até à infamação de chefes militares por seus eguaes (2), sobreviria a violencia alvitante a ferretear de incommensuravel ignominia um regimen negregada sobre que uma nação inteira vai cuspiendo seu desprezo insondavel.

Assim se apresentavam os duvidosos meios de propaganda intensificada que um governo da republica (3) escolheu, com os seus irmãos d'Alfama e Bairro Alto, para enviar sob prisão, a um estrangeiro campo de batalha, o farrapo de um exercito que sempre fôra o primeiro entre os melhores!

Ante tão maus agouros de que já o rodeavam no lar patrio, vexado pelos eivados do acinte sem-razão, estupidificada, envenenada e tiranica, acabrunhado, de moral a esfacelar-se antes e muito antes de partir para o trágico teatro, até proprio se prestava para morrer ingloriamente.

Todavia o cortejo macabro organisava-se, infrene e untuoso, e marchava impellido pelo cinismo deslavado dos execrandos escravaturisadores.

E já abraçado nas auroras matutinas o comboio corria veloz, entre vinhedos a reverdecerem e campos d'ouro, ladeado ao pöente pelas historicas colinas d'Alcandões onde El-rei D. Afonso Henriques e seus bravos guerreiros (4) se guardaram um dia das vistas dos mouros, senhores da Scalabis, e ao nascente pelas terras fecundas onde o Tejo é querido e beija a oração ao pão que as Lezirias rezam em fervorosa devoção.

Breve Santarem recebe, em brando amplexo de manhã nevoenta, os tres-

(1) MILTON: — «Ainda não se viu citar um Imperio ou Estado que não prosperasse pelo menos medianamente enquanto conservou o seu amor e interesse por sua lingua».

(2) O ministro da guerra, major Norton de Matos, da Escola de Guerra de Lisboa, que em 14 de Maio de 1915 se refugiou sob uma cama d'alunos a quando do assalto dos democraticos a esta escola, apoda de cobarde o exercito em 13 de Dezembro de 1916 e 18 de Janeiro de 1917.

(3) FUSTEL DE COULANGES: — «As instituições politicas não são nunca a obra da vontade de um homem.»

(4) JOÃO DE BARROS: — «Grande gloria é morrer por nossa Lei e por nosso Rei, que são as mais justas causas de morrer.»

noutados andrajos da pureza pastoril alcoolizada nos esconsos alcouces da Guarda envenenada. E nem a admiração simples de um humilde laparoto olha a malta mal-trapilha que chega em busca, não de aurear a bandeira das Sete Quinas abençoadas pela sagrada Cruz de Cristo, mas dessa cousa estranha que era o preludio triste dum quadro trágico — a Intensiva.

Desce-se da estação à estrada, docemente a sumir-se na planície fértil que o Tejo amanhã escrupulosamente todos os anos, com um carinho que nunca cança de poalhá-la do rocio da abundância. E alinhado um pouco aquele bando, que nem dos mercenários pôde ser rival, trepa-se á estrada de Santarem a serpear, em volutuosos bandeios, aos torcicolos constantes, entre ridente vegetação primaveril, deixando à esquerda a imponente e mal guardada ponte d'Almeirim. E logo tambem se roça a ruela secular das moiriscas Portas da Tamarma, torvamente derrubadas pelas destruidoras bandeiras da Liberdade perversa que as substituiram tão de leveza por um impercetível e canteado monumento a servir de cantoneira aos dejectos da garotada vadia e quiçá de adultos sem temôr de consciencia.

Que longe já vai essa mancha linda, apagada pela voga estetica de importação estrangeira, outrora a falar-nos, em sua vetustez veneranda, as palestras amenas e sadias da conquista ardorosa da antiga fortaleza da Scalabis agarena, uma memoria santa alçando um capitulo esforçado do dealbar da Era de Portugal pelo incançavel braço creador da raça lusitana, o arrojo e a audacia, a astucia e a bravura do heroico cabo de guerra D. Afonso Henriques, franqueando as fortes Portas da Tamarma e escalando as adormecidas muralhas scalabitanas, a hastear a formosa flamula do seu reino nascente, uma oração eterna de um Rei Fundador a uma Nação que ergueu, atravez sua vida inteira, em continuos mares de pejejas afrontadas e gauhas à intrusa moirama aguerrida e à forte Castela tributeira... , gritando sempre em João Pinto Ribeiro que: «Os Reis não foram criados, e ordenados para sua utilidade, e proveito, se não em beneficio e prol do Reino».

O que outrora fôra crescente ascendencia de elevação moral a banhar-se nas graças de Deus, hoje... —santo Deus!... —é o vandalico encarniçamento do prazer volutuoso da destruição procurando sistematicamente conseguir apagar o sentido da vida e o valôr do homem que tem um nome sem rival — Portugal — heroico e ascetico entre a estetica da acção e o amôr de Deus, indelevelmente sagrado na luzente apoteose da perpetuidade enterneçada. (1)

Que de distancia moral se afirma tão nitida e deslumbrante, desses tempos bemditos aos duvidosos d'agora!... O que fôra empirismo constructor e ideias coerentes em galhardos canticos de heroismos de ascetas esquecera-se á mercê de filosofias mercantis insuflando a bacieza apatica dum morfinico estaticismo da sociedade.

E a mancha linda, na sua invisibilidade saliente de agora, soluçante do infame sacrilegio consumado na sua destruição por violadores berberes e luminosa da reacção idealista formando a porta de um sonho austero, falando sempre o fenomeno da vida em seus florões brazonados de energias nacionais, accorda a velha alma luzitana a escalpelizar, em florescencias de luz, o ergastulo ecletico da consciencia portugueza, vibrando a Alma da Patria no alteiar do pendão magnificente

(1) J. COOULE: — «A constituição dum povo é sempre costumeira, e quanto mais ela é costumeira, mais ela é natural.»

em que mão de sonho pintou o esforço de gigantes numa lucida e fluente inscrição : — O Rei (1) regendo o dinamismo dum povo definido: Eis a Nação!...

O Rei regendo o dinamismo dum povo definido: eis a Nação!... alteia ainda a mancha linda, o arco das Portas do Tamarra que o velhacouto de pessimos portuguezes abateu com o camartelo da sua maldição, a Arte consagração da Vida numa iluminada logica a espelhar os diamantes santos d'Alem-tumulo na impugnação da exaustão dissolvente de uma prole indolente.

O Rei regendo o dinamismo dum povo definido: eis a Nação!...

Que logica de construção!... O excelso genio portuguez florindo em emanações de magias de luz na imposição da congenita veneração!...

A unica constituição (2) de Portugal!... em sua estrutura e corporatura!...

A velha alma de Portugal nascendo a alma moça de Portugal!

Mas o bando, ludibriado pelo ideologismo internacionalista, remendado e sem armas, arremedando um exercito de carnaval, cabisbaixo e incousciente, lá ia, subindo a estrada sinuosa que breve o desemboca no escalavrado quartel — um antigo convento onde os semeadores do amargo pão alheio profanam as gloriosas ossadas de esforçados obreiros da consagração deste rincão sacrosanto.

Emfim... a turba dispersa pelo quartel, tropeçando em esburcados degraus e em rôtos soalhos, e espalha-se pelas apertadas ruelas do burgo citadino, onde ouve comicieiros de feira a desenrolar o conto do vigario, e vê passar sob mortijas luminarias, na escuridão da noute, fórmias revoltas a entoarem o hino canibal: Vão p'rá guerra.

Estupefacta, relanceia a vista em redor, e distingue velhos, maneiras, zarôlhos e bonzos, specimens da deformação do corpo e da alma, aplaudindo frenéticamente os hinos da morte forçada com que a alvejam, olhando-a de soslaio. Mas também consegue vêr alguns nédios suínos com muito bons lombos para uma ricaça salgadeira, apopleticamente berrando, quais possessos em delírio, a grunhirem potentemente que se irão alistar como soldados, para a guerra, e em que a recém-chegada caravana ainda não pode divisar todos os abominaveis vendidos à chatinagem de portuguezes, um escolhido pântano entre os que a lei justamente resguarda da guerra.

O pobre mobilizado não sabe que êsses chatins desnaturados, préviamente a coberto da guerra por segurança prometida de uma reforma da última hora que lhes dava fôrças para alarde de holocaustos alacres, abusivamente mentindo um alistamento a que a lei os não obrigava por uma promulgada isenção militar de idade ou achaques que não desprezavam, viriam mais tarde a ser estigmatizados, nos anais pátrios, com a legenda nauseabunda de — empregários da guerra. (3)

Todavia, sente-se só, absolutamente isolado, e experimenta um mal-estar inexplicavel, e não percebe, nem pode perceber, porque lh'o não dizem, o motivo porque o querem vêr na guerra.

(1) VICTORIA: — «Os chefes de Estado recebem o poder dum direito divino e natural, mas não do Estado em si, e muito menos dos homens. Porque o poder é inherente à comunidade politica, como uma condição essencial da sua natureza».

(2) BERRYER: — «E' na longa vida dum povo que se consagram os principios fundamentais da sua constituição.»

TAINE; — «Origines de la France contemporaine, sobre o que seja a constituição dum povo.»

(3) «A Monarquia» (jornal): «A nossa intervenção na guerra não passu duma infame negociação dos políficos republicanos que assim sacrificaram aos seus interesses ilícitos o sangue e o nome dos portuguezes.»

Quanto mais se pergunta mais o bestunto lho esconde. Sisma e nada mais adianta. Então, decidido a saber tudo, interroga um, dois, três, dez, dos loquazes palradores e assistêntes entusiastas, e ao fim de meia dúzia de tagarelices pastosas que lhe ciciam... cai de bêbedo à bôca de uma sargeta pestilenta.

E no dia seguinte, sem desculpas a apresentar, sabe... que é punido por ter faltado à formatura do recolher.

Assim começava — a intensiva...

Pobre traficado!...

Nos lamacentos patíbulos de reduzidos comícios republicaneiros (1) exalando negras protérvias de miseráveis sandeus, ou nos minguaços cortejos sombrios das dobras da noute à indecisa luz vacilante de dois balões embaciados, ouvia, o desamparado grilheta, uma cavernosa voz roufenha escoando impressões equivocadas que lhe acordavam uma irritação surda, tresandando a depravada deslealdade de que pressentia os rumores esfumados, vitoriando a Guerra que humana gente não tem em adoração de raiz, bradando um voluntariado abnegado em que não ingressava por precaução estudada, clamando biliosamente contra uma afronta ignorada e que não sabia esclarecer, vomitando, enfim, as mais tôrpes insinuações de uma cobardia, invisível, na pessoa de seus futuros chefes com quem iria partilhar das cruentas agruras de tão exaustiva e felina luta.

Perplexo, desorientado, incapaz de perscrutar o momentoso enigma, desolado pelas caudais de dúvida a expontear-se, cabisbaixo, pensativo, estropiado, acolhia-se ao quartel com a recém-nascida desconfiança por tudo e por todos, ou embrenhava-se nas undosas serranias em que nasceu a produzir trabalhos que conhecia mais proveitosos à sua terra natal, ou demandava segura guarida em campinas de Espanha a aguardar tempo mais ameno e confiante.

Ante o desconhecimento completo das imperiosas razões de giganteo sacrificio, que sómente se lhe exigiu sem um incentivo valoroso que arrebatava, mas até se lhe amortecia com navalhadas cobardes aos que dele seriam amigos dilectos e pais carinhosos na vulcanica arena d'alem fronteiras, estremecia, vacilava, sentia-se isolado e caía desamparado.

A sementeira do desalento, da duvida permanente era o que se insuflava no espírito embrionario do martir-soldado por a negativista visão da apoucada lucidez republicana.

A negação da guerra era o ardor feroso que se disseminava, afinal. Ou então era uma farça miserável que se representava em publico à ordem dum governo bandoleiro.

Mas um criterio, real e unico, se expurgará deste confuso estendal de gestos incompletos, por desconexos *à priori*, e se afirmará melhor se se profundarem as nevoas escuras que os comicieiros internacionais semeavam nos espiritos assim estonteados... E então, distinguir-se-ha o oficial do Exercito a ser subvertido por qualquer charlatão ambulante a arremessa-lo, sistematicamente, à ordem escusa de uma mentira de governo, para um plano melindroso, ignobilmente tratado com muito escolhida e antecipada preparação.

Porque se não declinava exclusivamente no oficial do exercito a missão legi-

(1) J. H. THOMAS: «Um Rei possui, é verdade, privilégios hereditários; mas tem também deveres hereditários, e, se falta a êsses deveres, é forçado a dizer porquê faltou.»

tima de pastorear as almas mobilizadas, como em todos os momentos de abnegação total que a Patria (1) exigiu de seus filhos dignos?

Porque se coartava ao official do exercito o inerente dever sagrado de transformar o seu soldado em irmão leal, de corajosa intrepidez, para as occasiões indecisas da mortifera batalha, pertença que lhe vem dos remotos tempos da instituição do Exercito?

Porque direito ou razão se substituiu o official do exercito por qualquer histrião burlesco a conspurcar desprezíveis sandices e que permaneceria ignorado da guerra rastejando na paz bordelada a enfartar-se de prostibulados banquetes, enquanto official e soldado se veriam companheiros, hombro a hombro, nas horas difíceis em que, entre o revolver do chão, o estrondear dos obuzes e o sibilar das metralhas, suas almas se enovelariam, confundindo-se na mesma comunhão de anseios?

Porque se furtava ao official do exercito esta faculdade de raiz, o poder da transformação do homem em soldado, do montanhez em guerreiro, o que de ninguém mais é propriedade, mas só dele como companheiro-guia nos duros martírios a coroarem-se a mór das vezes do premio da morte, e só por êle pôde ser usada, portanto, para ser de util efeito em quem terá de dirigir e acompanhar sob as mesmas nuvens de metralha a abaterem, sobre os mesmos terrenos de vulcões a escancararem-se, e só nele reside de facto e desperta a confiança indefinita do seu soldado a estimular-se, a enobrecer-se, a valorecer-se, a marcialisar-se?

Porquê?!...

Eis um real aspecto, que se vê velado e que desabrocha na clarividência soberana da definição do exército na sociedade organizada.

O exército não é um vulgar organismo, ou uma instituição facil, ou um centro politico, ou uma matéria mutavel.

O exército é uma entidade superior às emanações deletérias das vicissitudes mundanas.

O exército não é uma agremiação equívoca, avassalada ao terreno interesse imoral de qualquer impúdico vampiro sobrenadante.

O exército é o bordão espiritual em que se espelham, em fecundas vibrações eternas, as feeries carinhosas da ascendência constante da Tradição mística a vincar o divino sôpro do augusto sentimento da Pátria Augusta.

O exército é a afirmação, a clamação, a imposição, o bastão da Raça, a burilada encarnação cristalina da divinizada ascése-Pátria.

Assim se afirma o desnudado fundamento a explicar, imperecível, o estranho afastamento a que se pretendia condenar, voluntário, êsse ridículo peralvilho crapuloso, enfuado em heresia gôverno republicano. (2)

A república, reconhecendo a sua audácia vilã pró-guerra forçada em seu beneficio único, exclusivo, occulto ao exército português a infamante baixesa que acalentava, pois sentia a firmeza inabalavel do exército, que lhe não pertence, na repulsão forte que lhe oporia ao indigno convite de ir mentir à Nação, a vil Traição de lesa-Pátria.

(1) GIRALDEZ RIAVOLA: — «Não sendo a constituição da sociedade humana um facto voluntario, não poderiam os homens impedir o seu exercicio. Semelhante facto seria nulo porque se opõe à razão a existencia duma congregação humana sem um principio coordenador».

(2) «Os povos governam-se, como a Inglaterra, pelas constituições que êles mesmos fazem; não se governam nunca pelas cartas que lhes dão.» — RAMALHO ORTIGÃO.

A república sabia que o exército é o fiador da honra nacional e não o joque de qualquer ganancioso ignominado, e, por isso, nunca se poderia prestar a perfilhar a repugnante hipótese da incógnita afronta dos impérios centrais a Portugal, para a afirmar de realidade imaculada, quando, a ocultas mal guardadas, a afronta verdadeira estava sendo lançada pela república à nação, na extorsão sintomática da permissão, a *forceps*, da queima de portugueses na fornalha imensa, para o que exigia, *persistently*, o aceite imediato, que longa e sãbiamente lhe foi negado pela Inglaterra em presença da aliança anglo-lusa e das condições económicas e geográficas de Portugal metropolitano e colonial, e da nenhuma razão de intromissão na guerra. (1)

Foi esta a base verídica que levou a república a não se aproximar do exército e antes lhe esconder as intenções depravadas que, sendo-lhe desvendadas, ameaçariam de morte infalível os sonhos argentários da usura judaica. (2)

O exército não era o predestinado confidente, nem podia ter a estrangeira república por conselheiro intimo.

Portanto, um trilho que fosse confusamente ensombrado era o indicado para, com segurança, trabalhar a indignidade acalentada.

Assim se vê a república a evitar o exército, espalmando-se como o chacal a preparar o salto de tigre na cobardia da onça, propagandeando a difusão asquerosa da desconfiança imprecisa sobre o exército, que claramente não queria mostrar visar, mas de que se afastava indecisamente receosa.

Assim se vêem os negligentes negativistas repentinamente a olharem de soslaio o oficial do exército, que se empurrava para um plano secundario, duvidoso, ao mesmo tempo que iam distilando melifluos, sobre ele, uma indecisa vilania, que só à república pertence na mais absoluta inteireza em todos os seus aspectos repugnantes. (3)

E assim embuscados nas trevas de miseravel cobardia a acoima-lo de filiado na negação da guerra, festejavam-no à luz diurna como esperança fulgente da mais bem cultivada encarnação da Patria.

A venenosa víbora, desta forma, acendia o facho maldito da desmoralização que, mais tarde, viria a gerar os seus fructos desonrados, pelo amolecimento acentuado da coesão, pela extinção da disciplina, pela disseminação desagregadora da vontade homogenea, pela infiltração da suspeição, no individuo militar—o Exército.

Creava-se, enfim, o official suspeito, tentando prescrutar os sons confusos do

(1) «Toda a nação que, tendo importantes relações exteriores que administrar, e muito especialmente com visinhos poderosos, não obstante isto se organizar debaixo de forma democrática, pôde contar com a perda infalível da sua independência, ou, por outras palavras, da sua existência como Nação.» — DR. GAMA E CASTRO.

(2) «O Sentimento Nacionalista»: — Discurso proferido na Faculdade de Direito de São Paulo em 13 de maio de 1921: — «O nacionalismo, diz o dr. Luiz de Almeida Braga, — é a maior força que anima os povos e os torna dignos de viver. Quando o culto das mais belas tradições nacionais entra em decadencia e morre, morta está a Patria, porque a mãos estranhas a infortunada terra vai succumbir tambem.

E' pelo culto da Tradição que as nações se elevam e perduram: o cosmopolitismo traz consigo o desdem pela terra natal; o nacionalismo, tendo por fim a grandeza da Patria, é um sentimento nobre, que enche o coração do homem com o orgulho da sua raça. Para encontrar as leis do renascimento nacional é preciso sempre procurar as leis da formação nacional.»

(3) PLUTARCO: Os deuses que applicam muitas vezes remedios violentos a males extremos, fizeram nascer estes dois principes para nos resgatarem de uma Liberdade ainda mais funesta que a escravidão.»

verme republica, e o desalentado soldado, vacilando entre os uivos equívocos da turba sibilina e a vaga imprecisão do recolhimento oficial.

O estímulo reconfortante não se abeirava do exercito e antes se substituiu pelo desamparo derruidor, a transformar em vencido o que se devia aprestar para vencedor. A's suas energias componentes, a sacrificar em martírios nebulosos na turbilhonada distancia da casa alheia, era negada a animação funda, nitida, de brilhantismos fulgurantes a brotarem cachoantes do ainda mal esboçado supplicio supremo.

A todo o transe, apenas, se ateiava a labareda ruidora (1) do alicerce militar; e vedava-se até, à parda sombra do já iniciado corpo de espectral exercito, na hora suprema de agonia mortal, a balsamica ilusão santa de, do seu sangue vertido tão longe, ascenderem alegorias formosas de felicidades fascinantes ao abençoado altar da Mãe-Patria.

Nada de conforto se permitia aos farrapos destroçados em que se convertia, sobrepticamente, um Exército em buriladas epopeias edificado.

Era a queima desamparada, inglória, contraproducente a pretender-se!...

Que horror!... tanta desgraça acumulada a montanhar-se!... (2)

Sôbre êste plano de lamas é que se ia iniciar a Intensiva, período de instrução rápida em que o soldado licenciado ia recordar a instrução de recruta-republicano, tendo por teatro as paradas dos quartéis e terrenos próximos e campos da região, sem nenhum ensinamento de guerra-de-trincheira a exemplificar-se, mas tão sómente o desenvolvimento dos principios da guerra-de-movimento.

A abstracção da inconsciência, que se difundia no país, dominava também o official ao distinguir, na instrução que lhe era indicada a ministrar, a nenhuma ligação com o sistema guerreiro da conflagração europeia de que mal enxergava a esparsa tenuidade de esboçadas sombras de participação efectiva, e começava a duvidar do seu destino, espelhado em intempestivos boatos pardacentos.

Se a vermelha república não tinha empenho em adestrar convenientemente, para a guerra-de-trincheira, êste farrapo esfacelado, o bando escorraçado mais tarde, por certo que só às plagas africanas se pretendia applicá lo, única região em que a guerra-de-movimento se mantinha e que era dever guardar de correrias devastadoras ou atentatórias da soberania portugêsa em suas possessões de Africa.

Mas os extemporâneos sons vagos, sem o character oficialmente estatuido, bramiam sempre, pelos agentes dos poderes externos, uma directriz oposta, e então seria o ânimo leve da estulticia criminosa duma perigosa demência ou o crime premeditado de lesa Nação. (3)

Embora em presença de um pseudo-govêrno, provindo das seitas anti-nacionais, não queria permitir-se intentar a semelhança a um fogoso jogador que, na insatisfeita ambição do ouro, se perde, e, já no último cartel da loucura brava, lança sôbre a banca, à sorte do azar, o derradeiro punhado de moedas.

O official do exercito, então, recolheu-se e divagou ante a sua consciência.

(1) LUIZ DE ALMEIDA BRAGA — «Criar é bem mais belo, cem mil vezes mais belo, que o voluptuoso prazer de destruir.»

(2) BALMACEDA: — «Uma humanidade sómente interessada no presente, perdendo a pouco e pouco a sua memória, incapaz de gosar o que deveria ser seu maior prazer; — o de viver de novo, pelas recordações, nessas idades da arte, da poesia e da lenda — fôra lastimoso espectáculo, embora cercada do maior progresso material imaginavel.»

(3) JOAQUIM NABUCO: — «Tô la a Raça que esquece as suas origens, começa a decair; tôda a Raça que é indifferente à sua língua, começa a dissolver-se.»

¿Pois quê? Deveria abandonar-se à indecisão latente, a gerar o desalento acabrunhador, mortalizando-lhe as energias?

Não.

¿Seria concebível permitir-se entreter a atenção em cousas extra-militares e sem fundamentos oficiais, descurendo a reduzida instrucção inicial que poderia facultar a applicação da guerra-de-movimento?

Nunca.

¿Poderia pensar sequer em retirar-se das fileiras, sem uma razão ainda definitiva, a ir confundir-se com a ignota cobardia de que confusamente o acoimavam e ilibavam?

Loucura impossível.

¿Então, que direcção a tomar?

Alguns momentos de limitado tempo entreteve o pensamento recto, e não lhe foi difficil distinguir o lúcido farol da conduta urgente.

A dedicação maior na preparação militar encetada, tão perfeita quanto estivesse ao seu alcance, seria a *étape* primeira do único caminho a pisar. E assim foi geralmente perfilhado.

E a segunda e última *étape* a vencer, em caso de crime de lesa-Patria, seria, no momento oportuno, patentear, clara e firmemente, o alijamento total da mais limitada responsabilidade que no futuro se lhe houvesse de querer impôr aleivosamente. Mas êste segundo capítulo... poucos, muito poucos, o souberam compreender, para infelicidade da Nação

Todavia a deliberação formada, em cada qual, parecia assim definida. E bons ventos atearam o ardôr inteligente no primeiro amor, que, por ser o primeiro, se formou forte e impetuoso de molde a gastar todas as volumosas energias do senso util.

Par a par, muitos officiais, dos inúmeros mais tarde degredados vilmente, procuraram estudar, por interêsse particular, a presente guerra-de-trincheira, nos recursos legados desde os romanos nas suas pugnas bem longínquas, enquanto muitos mais apenas a envolviam em prematuras lendas dos fantasiados devaneios esquisitos, com que semelhantes militares novos a brindavam, alcunhando-a, por fim, de guerra-moderna, por lhes ser desconhecida na retrógrada antiguidade... da própria nacionalidade!...

Não se deixe fulminar o surpreso por tão avultada negação militar e recorde que hoje, em Portugal, é grande aventura perder-se tempo a lançar as vistas para fóra das barricadas da Rotunda ou dos assaltos a quartéis, fonte inexgotavel de pretexto para satisfação de tôrvas vinganças, que vão até ao assassinato legal de quem, pela sua intelligência ou valor, asfixia o bafiento virus da mediocridade e do lupanar.

O Progresso (1) só se constroe com fórmulas novas!... dizem... os avan-

(1) LUIS MARCHAND: — «Na sua convicção fundamental, a sociedade não póde dar-se a si mesma, por um acto de soberania, instituições da sua preferéncia. Ela está submetida a «um direito nacional constituído pelos séculos». Esse direito adiciona aos princípios da «constituição natural de toda a sociedade», que são a sua base necessária, as leis que cada país deve à sua história particular,

«... levando as coisas ao extremo, deduzir-se ha daqui que não pode haver legitimamente outro poder constituído senão o consagrado pelo costume. Mas, pelo menos, deve concluir-se que os direitos da nação viva sobre a sua constituição secular são limitadíssim@s».

«... é um livro fecundo em decepções de toda a natureza pretender fazer a felicidade de

çados!... Nada de «regressar» que se póde fazer realçar o espírito reaccionário!... (1)

Que irrisorias faculdades mentais... a pretenderem erguer um castelo nos alicerces do vacuo!...

Nesses recursos, por uma falange minima trabalhosamente procurados, do estudo d'acções militares de bem remota longividade, é que alguma utilidade aproveitou o pesquisador, embora a não pudesse desenvolver na pratica, em Portugal, por os programas de instrução e a simultanea mobilisação lhe não oferecerem a mais rapida disponibilidade de tempo, que só nas trincheiras da Flandres havia de lhe poder vir a ser facultada!...

A divertida intensiva que devia observar a applicação instrutiva dos preceitos da guerra de-movimento e guerra-de-trincheira, auxiliando esta ultima com os ensinamentos desenvolvidos dos novos aperfeiçoamentos de apetrechos de combate, mais mortiferos e tenebrosos, que uma sciencia homicida lhe doava para melhor extermínio, resumia-se à instantanea vulgar instrução de recrutas republicanos, (2) reduzida ao miserando espaço de um mez, e sobrecarregada ainda com a mobilisação geral, que quasi absorvia todo o tempo nas recepções, conferencias e montagem do variado material de guerra que chegava desconjuntado, dia a dia, já velhissimo nas cargas regimentais e novissimo para o uso real, a aumentar-se ainda d'algumas inovações reinadias em que sobressaía o joven equipamento de lona amarelo-esverdeada, de tão variada tom, ora sorridente, ora tristonho, e mais desageitado e incapaz, lembrando muito os despojos de uma «cégada» de furtacões a que não foi facultado um humorismo espirituoso mas um farto carnaval chuvoso e emporcalhado.

Começava o sujo grotesco a menoscar o garbo marcial que se descia à márcida caravana camelesca.

E para tentar não dar tempo ao forçoso reparo do oficial no ridiculo marcio bando de que o faziam chefe, substituia-se-lhes a pratica necessaria dos rudimentos basilares da guerra-de-trincheira pela instrução de tiro, o fraco dos altos poderes militares, para que lhe requeriam a atenção mais acrisolada, e quasi exclusiva,

um povo, impondo-lhe, em nome duma pretensa superioridade teórica, instituições estrangeiras, em relação ao seu passado e aos seus hábitos».

(1) LEON DAUDET, «Action Française»:

«A França de outr'ora — formada pelo clero — era excepcionalmente cultivada. Não era raro encontrar-se, aos quinze anos, uma creança sabendo lêr, escrever e falar, imperturbavelmente o latim e o grego.

«Já não estamos nêsse tempo infelizmente. O nivel dos estudos está mesmó mais baixo do que ha um quarto de século.

«E' uma das múltiplas consequências do aviltamento democrático».

«Se o povo que um dia cair escravo souber conservar o amor da sua língua, comsigo terá sempre guardado o segredo da sua liberdade». — (Verso célebre de MISTRAL).

(2) LEO XIII — Enciclica *A Imortal Dei* — «A autoridade é necessária à comunidade humana; e porque vem da natureza como a sociedade vem consequentemente de Deus».

RENAN na sua *Réforme intellectuelle et morale*: — «Mr. de Savigny mostra-nos queum a sociedade tem precisão dum governo vindo de fóra dela, que o poder social não deriva inteiramente da sociedade, que há um direito filosófico e historico (divino, se se quizer) que se impõe à nação. A realeza, não é de forma alguma como o afecta ver a nossa superficialissima escola constitucional, uma presidencia hereditaria. O presidente dos Estados-Unidos não fez a nação, enquanto que o rei é que a fez a ela. O rei não é uma emanação da nação; o rei e a nação são duas coisas diferentes, porque o rei está fóra dela. A realeza é assim um facto divino para aqueles que crêem no sobrenatural, um facto historico para aqueles que não crêem.»

quando se viria a fazer embarcar, desarmados, os enjoados troços da miséria militar que, em França, se faria entreter a admirar uma nova espingarda, ou metralhadora, ou peça d'artilharia.

Que extremoso affecto se dispensava às cousas militares em occultadas vespas de despacho para a guerra, por particular interesse da deslavada demagogia.

De tal forma se conduzia, com tão apoucada dedicação, a preparação de um contingente expedicionario, mais fantasmagorico que real, empoeirado espelho em que se retratam os fundos relevos da tacanha incapacidade de quem se guindou a pretender organizar o que sómente desmantelou, (1) com proficiencia, entre o extrausado gaudio de satelites amorfos.

A Intensiva cifra-se na invertida preparação de um troço militar constantemente a esbarrar com a perseverante abjuratoria do official, que se esforçava com lenodo, por alguma coisa salvar do abominavel naufragio, imprimindo uma orientação habil à desordenada instrução enleuada nas recepções e devoluções consecutivas de material de guerra, de fardamento e de aquartelamento, sempre a conferir, a armar, a distribuir.

Assim se desenvolveu o giganteo plano inicial, sobre que assentariam as piores fases da mobilisação, brotante da esforçada intelligencia democrata (2) que o imperceptivel monarquico Norton de Matos applicou, ignorante do extreme peralvismo de miserrimo ridiculo que de D. Quixote de la Mancha só perceberia garga-hares contundentes e ao embrionario Brazil antigo faria apenas sentir ser melhor um platonico exercito com a util divisa — «faz que anda mas não anda minha gentes».

(Continua).

JOÃO DE OURIQUE.

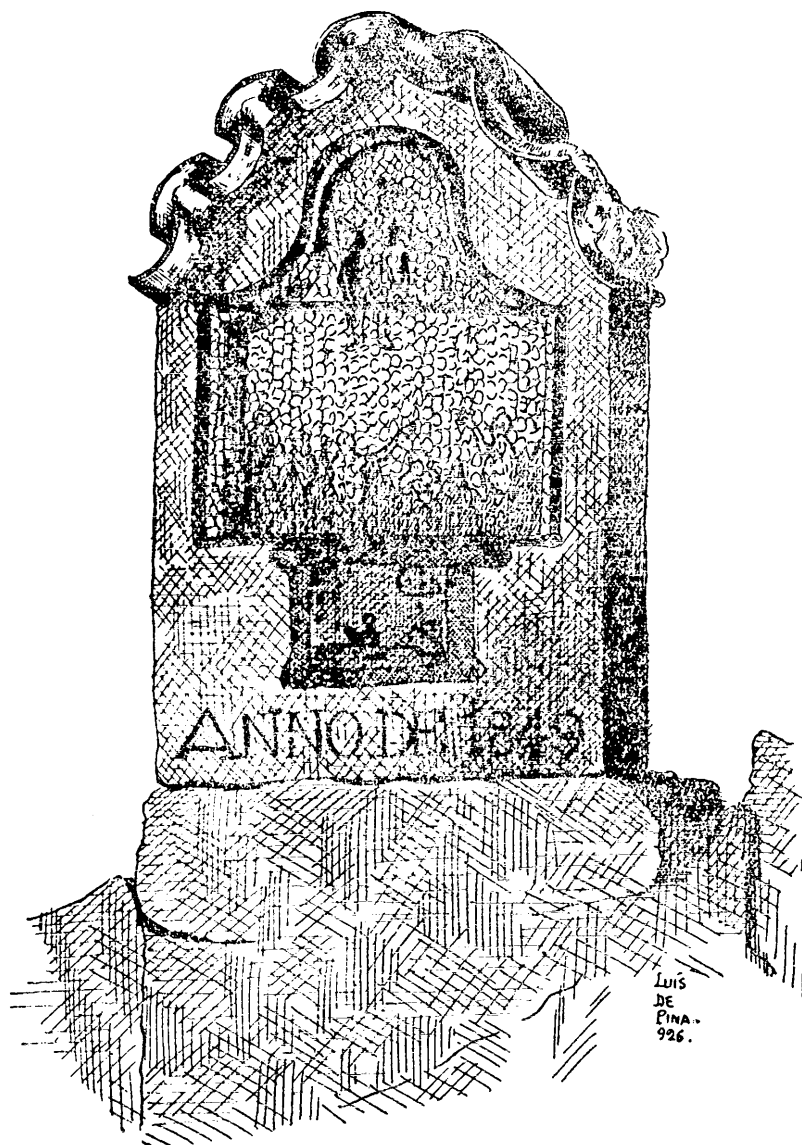
(1) MONTESQUIEU: — «E' insensivelmente, pela conspiração de mil agentes, com a ajuda dos seculos que se faz toda a grande criação politica, e não por meio de alguns homens que deliberam e escrevem. E se se escreve isso que se escreve só tem o valor de fixar o que existia já sob a forma de costume. Uma constituição deve ser obra do tempo, obra de natureza».

(2) TEÓLOGO VENTURA DE RAULICA: — «Na ideia de S. Tomaz, de Belarmino e de Suárez, a soberania do povo apresenta-se com um conceito muito diverso; ela não é senão a necessidade dum poder supremo, de que cada povo carece, para continuar sendo sempre o mesmo e conservar a sua unidade politica, «formando um attributo essencial, uma prerogativa exclusiva das famílias reunidas em colectividade, — attributos e prerogativas que não residem em cada um dos membros da sociedade agregada, mas que pertencem unicamente á comunidade perfeita, a quem Deus as concedeu como autor da sociedade».

PONTIFICE LEAO XIII — Encíclica Rerum Novarum: — «A natureza dispõe entre os homens differenças tão múltiplas quanto profundas: differenças de intelligência, de talento, de habilitade, de saúde, de força: differenças necessárias donde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Demais esta desigualdade reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos individuos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas; e, aquilo que conduz precisamente os homens a distribuir entre si estas funções, é principalmente a differença das suas respectivas condições. Quaisquer que sejam as vicissitudes pelas quais as formas de governo sejam chamadas a passar, haverá sempre, entre os cidadãos, umas desigualdades de condições sem as quais uma sociedade não pode existir, nem ser concebida.»

No próximo número:
AS MANOBRAS DE TANCOS

RECANTOS DO MINHO



Guimarães — Pencêlo — Nicho de Alminhas no lugar do Reguengo

(Desenho do Dr. LUÍS DE PINA)

(Ver notícia descritiva nos n.ºs 9 a 12 da 1.ª série desta Revista)

Canção do Telhal

Por JOÃO DE MINDE

Querem que eu me chame louco
Para bem não sei de quem;
— A tristeza assim me beija
Num abraço do além.

Cantam cisnes sons agudos,
Perfídias sempre a acordar;
— Perfídias que veem da terra
Sôbre as ondas lá do mar.

Um louco sente e não vê,
Acorda e logo adormece;
— Um louco é um ente alado
Que só se ergue e em Deus fenece.

— Sou louco?... Que importa ser?...
— Tanto louco vem do chão!... —
Se sou louco neste Mundo
Que será o Mundo então?...

Chovam árias, árias novas,
Orações sempre a crescer.
— Hinos de luz, quem os vê?...
O louco ao endoudecer.

Capitão Anibal de Azevedo

Pungiu-nos com dolorosa surpresa a noticia da morte do bravo e brioso militar que era o capitão Anibal de Azevedo.

As circunstâncias em que era referida a sua morte mais aumentavam ainda a nossa tristeza pelo lamentavel acontecimento.

Segundo nos informam no capitão Anibal de Azevedo, antes de morrer, declarou o Banco do Hospital de S. José ao comandante da policia que foi ali chamado pelos médicos de serviço, que tinha sido vítima de um desastre quando verificava se a sua pistola de ordenança estava carregada.

O capitão Anibal de Azevedo serviu na Flandres com um valor e uma galhardia verdadeiramente excepcionais. Havendo partido com a patente de alferes, em breve chegava a capitão e era agraciado com a «Military Crosse», «Legião de Honra», «Cruz de Guerra Francesa», «Cristo», «Cruz de Guerra Portuguesa», com duas citações, «Fourragère», «Medalha da Vitória», «Medalha da Grande Guerra», tendo ainda outras condecorações conquistadas em Timor, oude a sua obra, como administrador, lhe valeu mais uma notavel citação.

Deus tenha concedido ao desditoso official, a lucidês e a graça dos últimos instantes da sua vida.

Seja louco nêste Mundo,
Seja louco sem detença;
— Do louco é o Novo Mundo
De ninguém mais é pertença.

Pobre farrapo perdido
Que a vil matéria dissolve...
— Quem o procura?... — Ninguém.
Novo misterio o envolve.

E' meteoro que passa
Em sonho ignoto formado;
— Vê o Dia quando é Noute
E a dormir está acordado.

Lembra um cego, mas não é,
Mas do cego é gmeo irmão;
— Se o cego não tem a vista,
Ele não tem a Razão.

Velharias Guimarãesenses

Documentos & Efemérides

1826

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

JUNHO

Dia 25—Festeja-se a imagem de St.^a Barbara na capela dos 3.^{os} Dominicós (ha pouco retirada do culto público) e de tarde sai a procissão com figuras e coros de musica. Na vespera, à noite, houve uma maquina e fogo solto. (P. L.)

Dia 26—O Cabido passa alvará de propriedade vitalicia do officio de seu escrivão e tabellão privativo a Manuel Joaquim Soares Sarmento, desta vila, lugar que estava vago por obito de Paulo Pereira dos Guimarães, e em que já estava provido.

Dia 27—Provisão mandando que o partido de médico e cirurgião dos expostos, a requerimento da Misericordia, fosse pago pelo cabeção das cisas, e não pelas sobras destas, pois ha muito estava por pagar.

Dia 27—Festa da inauguração de um legado do Sagrado Lausperene, quinzenal, às 4.^{as} feiras, na basilica de S. Pedro, instituido por Cristovão José Rodrigues e mulher Maria Teresa, moradores na rua da Fonte Nova. Na vespera houve fogo do chão e do ar. (P. L.)

— Morreu uma filha de D. Maria, de Alem do Rio, que foi sepultada na igreja de S. Francisco, e tambem morreu Paulo da Marta sargento de milicias. (P. L.)

JULHO

Dia 1—Em sessão de câmara foi posto a lanços o concêrto das águas públicas, para o que houve pregão, ninguém lançando.

— Preços da feira: Trigo, 1\$500; centeio, 480; milho alvo, 700; milho, 520 réis.

— Em sessão de mesa da Misericórdia, o cônego João Baprista Gonçalves Sampaio, célebre constitucional, que, como escrivão da mesma, presidia por impedimento do provedor, propoz para serem riscados e expulsos da irmandade (os miguelistas) Fortunato Cardoso, Simão da Rocha, Francisco Filipe e António José de Souza Basto. A mesa, que era da feição do proponente, decidiu, por escrutínio secreto e unânime, que fôsem riscados e expulsos como incursos nas penas que lhes impõe o nosso compromisso, por serem individuos perturbadores

la boa ordem desta Casa; insultadores e escandalosos desta corporação, caluniadores contra a actual mesa, partidários que só procuram a desunião e desordem nesta Casa e asilo de Piedade, e demais por serem homens sem character, sem costumes, nem probidade, tornando-se como tais, indignos, tanto na opinião da mesa, como na de toda a irmandade e publico, de ser membros desta corporação, além de terem faltado sempre ao cumprimento das obrigações que lhes prescreve o mesmo compromisso, e serem até mesmo alguns acusados na opinião publica de prevaricações que por decência omitimos.» Esta acta, que foi exarada pelo mesmo cônego Baptista, foi assinada por êle e pelos seguintes mesários: Joaquim Pinto Teixeira, Jerónimo Vaz Vieira da Silva de Melo, José Coelho de Oliveira, Miguel José Pimenta, José António Mendes, Manuel José Nogueira, Manuel José Ferreira Guimarães, António José Lopes da Silva e José de Abreu Cardoso Teixeira.

— Também determinou «que o cirurgião José Correia, em atenção aos seus maiores conhecimentos e conhecidos princípios na sua Faculdade, ficasse de hoje em diante reconhecido como Primeiro Cirurgião do Hospital, e debaixo de cuja direcção seriam regulados e fiscalizados todos os medicamentos e receitaário de cirurgia».

E, assim, a Mesa terminou vingativa e odiosamente a sua gerência, pois no dia seguinte era eleita a sucessora, que logo principiava a funcionar.

Dia 2 — A eleição da mesa da Misericórdia é feita com bastantes barulhos e subornos. Ficou provedor Manuel Joaquim, da Caldeiroa, e escrivão João de Castro Sampaio, Cramarinhos. (P. L.)

Dia 6 — «Chega um suplemento do «Correio do Porto» que dava a noticia de ter o Imperador do Brazil, D. Pedro, abdicado da corôa de Portugal a favor de sua filha a sr.^a D. Maria da Gloria, ficando a governar, durante a sua menoridade seu tio o Infante de Portugal sr.

D. Miguel o qual casaria com ella em tendo a idade; houve alguns foguetes. Tal noticia foi falsa.» (P. L.)

Dia 7 — «A's 9 horas da tarde chegam aqui uns poucos de proprios que trouxeram um impresso com um decreto do sr. D. Pedro, Imperador do Brazil, pelo qual êle abdicava a corôa de Portugal em sua filha a sr.^a D. Maria da Gloria, dando ao mesmo tempo uma Carta Constitucional, com obrigação da mesma senhora casar com seu tio o sr. Infante D. Miguel e de jurar a Constituição quando chegasse á idade de governar, pois só tinha de idade 7 anos. Esta noticia foi festejada pelos constitucionais, dos quais alguns estavam comprometidos e mal vistos pelos realistas. No dia seguinte (8), ao meio dia e á noite, foram tantos e tão grandes os foguetes que causaram admiração a toda a população, assim como os morteiros que atroaram todo o Tournal; houve luminarias, mas não foram gerais.» (P. L.)

Dia 8 — Morreu a mulher do Miguel da Praça e sogra do Vilela da mesma. Foi sepultada na igreja da Misericórdia (P. L.)

— Preços da feira: Trigo 960; centeio, 600; milho alvo, 480; milho, 500 réis.

— Em sessão de camara, o mister Manuel José da Silva pediu providencias contra a continuação da travessia das galinheiras: «foi determinado que sendo alguma galinheira achada a comprar ou vender na feira publica, fóra do sitio demarcado, fosse capturada e metida na cadeia e pagasse mil reis por cada vez para as despesas do concelho, não sendo solta enquanto não pagasse, e a execução disto muito se recomenda aos juizes almotacés».

Dia 9 — Morreu uma senhora das Pindelas. Foi sepultada na igreja de S. Francisco. (P. L.)

Dia 15 — Preços da feira: Trigo, 1\$100; centeio, 460; milho alvo, 700; milho, 480 réis.

Dia 17 — «De tarde, deu-se principio

às Exéquias do nosso Imperador e Rei o sr. D. João VI, na Insigne e Real Collegiada desta vila, havendo matinas de música, a que assistiram as corporações religiosas, a nobreza e o corpo militar. (P. L.)

Dia 18 — De manhã houve laudes e missa, e no fim sermão, que prégou o abade de Santo Adrião, Evaristo, cuja oração foi do agrado de todos. No fim da oração cantaram-se os cinco responsórios que manda o cerimonial. O cabido assistiu a êste tão fúnebre acto com os seus mantos, assim como o Senado da Câmara que teve também parte nesta função. Nêste dia houve missas geraes de 480, e deu-se cêra ao cabido, à câmara, ao clero, às corporações religiosas e aos militares. Foram sem dúvida estas exéquias as melhores que se fizeram na província (segundo diziam os que tinham visto as mais), não só na música e oração, mas também na armação, da qual foi director António José Pinto d'Afonseca. P. L.) (a)

Dia 19 — Em sessão de Câmara foram eleitos por maioria; juiz do officio de barbeiro, Tomás José da Costa, da rua do Postigo; escrivão, Manuel José da Silva,

(a) A música foi composta de 2 flautas, 2 clarinetes, 2 trompas, clarim, 9 violinos, 2 violetas, 2 contrabassos, serpentão, 3 fagotes, 2 triples, 3 altos, 3 tenores, 3 bassos, mestre da capela e o padre João Varela. A despeza total foi de 1:451\$567, assim distribuida: pela câmara, 725\$783; cabido, 362\$892 e D. Prior, 362\$892. A urna devia ser trabalhosa, porque teve architecto director e trabalharam nela e na igreja 6 armadores, durante 29 dias alguns dêles.

As verbas de despeza que mais se destacam, são: Música, 220\$800; sermão, 48\$000; architecto, 48\$000; 152 missas, 72\$960; aluguer da liteira para os procuradores da Câmara e Cabido convidarem o D. Abade da Costa, 1\$500; cêra, 22 arrobas, 13 libras e 21 onças, 365\$690; aluguer de fazendas, 531\$612 e férias a armadores, 109\$560 (êstes e as fazendas vieram quasi todos de Braga); guarda militar, 19\$380 (era composta de 29 soldados, 2 sargentos, 3 cabos, 1 tambor e 1 pifano), comandada por um capitão que foi presenteado com 1 arratel de chá e 12 arrateis de açucar refinado que importou em 3\$200.

da rua de Traz-os-Oleiros e procurador, António Francisco Mendes, da Caldeirão, aos quais foi deferido «in solidum» o juramento. A acta está por assinar e seguem-se duas folhas, ambas em branco.

Dia 20 — Em sessão extraordinaria da camara, presentes os srs. desembargador corregedor, provedor juiz de fóra; os 3 vereadores e o procurador: pelo corregedor foi aberto um officio expedido pela Intendencia Geral da Policia da Côrte, de 14 do corrente, remetendo «um exemplar da Carta Constitucional concedida à Nação Portuguesa por S. M. F. o sr. D. Pedro IV, em cujo officio se lhe ordenava de que dando-lhe o apreço de que ella é digna, o inspire também nos povos desta comarca, convencendo-os da gratidão e respeito de que são devedores ao mesmo Augusto Senhor por tão sublime acto de sua legitima Soberania e Interêsse pela Prosperidade da Nação Portuguesa; igualmente apresentou os exemplares da Proclamação com que a Regência do Reino predispôs o espirito público para a recepção da dita Graça; cujo officio e exemplares êle, ministro, leu, e em seu cumprimento:—ordenaram que se fizesse pública a referida Proclamação por pregão em todos os sítios mais públicos desta Vila, e que se afixassem alguns exemplares da mesma Proclamação; tudo em satisfação e na forma do que no referido officio se ordena, e que se registre nos livros da Câmara a supradita proclamação.» O pregoeiro Manuel da Silva deu fé em como nêste mesmo dia 20 afixára nos sítios mais públicos os exemplares da Proclamação e a lêra com pregão pelas ruas públicas.

Dia 21 — Toma o comando do regimento de 15, o novo coronel Manuel José de Souza Leite. (P. L.)

Dia 22 — Morreu Ana Joaquina, «a Chapúa», da rua de Gatos, filha do falecido João das Freiras. Foi sepultada em S. Francisco. (P. L.)

— Posto a pregão o concerto das águas e tanques públicos da vila, por 1

ano; foi o de menor lanço o de Cosme José de Almeida, d'esta vila, que, por 15\$500 rs. em metal, pagos em 2 semestres, se obrigou a fazer todos os concertos e embetumar os tanques, sendo só por conta da camara o que esta mandar fazer de novo.

— Preços da feira: Trigo, 1\$000, centeio, 460; milho alvo, 700; milho, 460 reis.

Dia 23 — Morreu «um celebre doido», José Maria Vinagre, morador com sua mãe, na rua de St.^a Lusía. Foi sepultado na igreja do Campo da Feira.

Dia 25 — O D. Prior remete ao Cabido procuração sua com a formula do juramento que êle e cada um dos membros da Colegiada devem prestar no proximo dia 31, em cujo dia «deve haver solenissimo *Te-Deum*, concorrendo, com precedencia de participações da Camara todas as autoridades ecclesiasticas, civis e militares, devendo haver iluminação no dia do juramento e nos dois seguintes, e hão logar todos os mais festejos e demonstrações de público regosijo, que a lei autorisa, celebrando-se estes actos em grande gala e com demonstrações de jubilo que exige tão fausto motivo», tais eram as ordens de Sua Magestade. No dia 31 remeteu o Aviso e Programa que havia recebido no dia 30, apesar de lhe ter sido endereçado a 21.

Dia 27 — Em sessão extraordinaria da Camara: «Foi aberta uma Carta dirigida a Camara pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, de 22 do corrente, que manda jurar a Constituição dada a estes Reinos por El-Rei N. Sr. o snr. D. Pedro IV; assignaram, em cumprimento do mesmo Aviso, às 8 horas da manhã do dito dia 31 para nesta Camara se solenisar esse acto, e às 4 horas da tarde, com toda a pompa, o *Te-Deum laudamus*, em acção de graças, na Cole-

giada, lançando se para tudo pregão às 3 horas da tarde do dia 28 corrente, tambem com pompa, e se mandasse a todas as autoridades para assistirem aos ditos actos».

Dia 28 — Em sessão extraordinaria de Camara, «mandaram escrever que tendo oficiado ao coronel comandante do regimento de infantaria n.º 21 para prestar a música do seu regimento para acompanhar o bando público para o Juramento à Constituição, êle respondeu em officio — mandarei uma guarda para acompanhar o Bando, afim de que se mantenha o soçego público desta vila, pelo qual sou responsável, e mesmo para melhor solenidade desse acto respeitavel; porém, quanto à Musica, julgo não dever praticar outro tanto em razão de não ter recebido ordens do ex.^{mo} snr. General desta provincia para demonstrações públicas com a Tropa do meu comando. — Determinaram que o juramento que se ha-de prestar à Constituição, que se assinou a hora das 8 da manhã de 31 do corrente, destinam seja às 3 da tarde do mesmo dia.»

— Saíu o Bando, conforme a deliberação camaria, cujo cortejo o nosso cronista P. L. errou dando-o como saído no dia 27 e descrevendo-o assim: «adeante de tudo ia uma escolta de 4 soldados e um sargento, depois seguiam-se os tambores e bombo; atraz destes ia o pregoeiro, atraz iam os juizes almotacés e quási juntos a estes iam os misteres cada um com sua bandeira na mão, vestidos todos de grande gala e atraz de tudo ia uma guarda d'honra de 30 soldados do regimento 21 sob o comando d'um alferes; ao passar o bando pelo Toural deram-se foguetes e vivas.»



Das Ideias & dos Factos

Integralismo Lusitano

Na sua última reunião, a Junta Central do Integralismo Lusitano tomou as seguintes resoluções:

1.º — Manter, em face da actual situação politico-militar, a attitude já definida na sua nota de 15 de Junho último.

2.º — Prosseguir nos trabalhos de organização e activar a propaganda das suas doutrinas por meio de conferências em Lisboa e nas principais terras do País, em que serão versados os mais importantes aspectos do problema nacional.

3.º — Publicar um Boletim de estudos e informações.

4.º — Convidar todos os adeptos do Integralismo Lusitano a renovar a sua inscrição nos quadros das diversas organizações locais ou no secretariado da J. C. até ao fim do corrente ano.

5.º — A partir de 1 de Janeiro de 1927, só se considerarão válidas as inscrições que forem renovadas nos termos destas resoluções, sendo indispensavel para todos os integralistas a subscrição para o fundo da Bolsa de Propaganda, com a cota mínima estabelecida.

Tomaram-se ainda diversas resoluções de character reservado.

As conferências começarão nos primeiros dias de Novembro, iniciando a série de assunto livre, o sr. dr. João do Amaral que dissertará sobre «A Hora das Ditaduras».

A esta seguir-se-hão as conferências

dos srs. drs. Afonso Lopes Vieira, Martinho Nobre de Melo e outros oradores, em dias que serão oportunamente annunciados.

Finda a série de assunto livre, começarão as conferências sobre os principais aspectos da vida nacional que serão feitas na sua maior parte pelos dirigentes do Integralismo Lusitano.

Regosijamo-nos sinceramente com este facto. Regressa assim o Integralismo à sua actividade. Soou, pois, o grito de alerta! Que todos os nossos amigos correspondam entusiasticamente a esse grito. Nada de se permitirem enertos nos nossos princípios. Se elles são a única garantia de ressurgimento da nossa Pátria é, assim, integros, que os devemos sempre defender. Nada de contemporizar. Não se deve fazer transigir a Verdade, mas sim impô-la.

«Na Feira dos Mitos»

O novo livro do glorioso escritor nacionalista do «*Ao principio era o Verbo*» e do «*Ao ritmo da Ampulheta*» constituiu um grande acontecimento literário, encontrando-se já esgotada a edição.

«Na Feira dos Mitos», que a Livraria Universal editou cuidadosamente é composto duma série de estudos de história nacional, filosofia política e critica das ideias, e nele se acham vigorosamente vincadas as fortes qualidades de intelli-

gência, de análise e de sensibilidade comunicativa que aclamaram António Sardinha o preferido preceptor das novas gerações.

Damos a seguir os títulos dos ensaios que o volume encerra:

Eu, pecador, me confesso... — Alva da Páscoa—Do valor da Tradição—Monsieur Homais em Patmos—Jornada duma ideia—A «Lenda Negra»—O velho Teófilo—A voz dos Bispos—A neva Rússia—Na morte do Senhor—O espírito universitário—A Carta—O Brasil—Os Jesuítas e as Letras—Évora-Monte—Santo António—Pátria e Monarquia—24 de Julho—O «milagre» de Ourique—As «Linhas» de Elvas—Nun'Alvares—Juxta Crucem—Os Judeus e os Descobrimentos—Com João Coutinho—Ciência e Democracia—A estátua do Marquês—Aljubarrota—No Forte da Graça—Natal—Um Vereador—Mgr. Ragonesi—No Parlamento—E agora?—Sinal da Raça—A moral da derrota—Nôturno de S. Silvestre.

Em *Nota Final* os srs. drs. Hipólito Raposo e Rodrigues Cavalheiro que receberam o piedoso encargo de inventariar e ordenar o abundante espólio literário de António Sardinha, anunciam-nos que novos volumes de prosa e de verso se seguirão a este que agora apareceu. São êles: *Era uma vez um menino* (elegias); *Roubo da Europa* (poema); *Pequena Casa Lusitana* (sonetos); *Procisão de Cinzas & Outros Poemas*; *A Sombra dos Porticos* (novos ensaios); *Durante a Fogueira* (páginas da guerra); *De Vita et Moribus* (casos e almas); *Purgatório das Ideias*; *A prol do comum*; *Da herá nas colunas*; *O Processo dum Rei*; *A Lareira de Castela* (estudos peninsulares).

Ainda para além da vida o esforço de António Sardinha continua alentando a flama ardente do Nacionalismo a que se aquece o entusiasmo da mocidade portuguesa e que é o mais seguro penhor do nosso Resgate.

Instituto de António Sardinha

O *Instituto de António Sardinha* deve iniciar a sua actividade no corrente mês, com uma série de conferências e círculos de estudos regularmente realizados.

Todos os nacionalistas se devem inscrever como sócios subscritores, pagando a cota «mínima» mensal de 2\$50.

Também no presente mês deve começar a funcionar a «Secretaria Geral de Propaganda Nacionalista», onde se poderão obter todas as informações, subsídios bibliográficos, etc., que sejam necessários.

« D. Frei Tirso de Guimarães »

A propósito da novela *D. Frei Tirso de Guimarães* — editada pela nossa revista —, de que é autor o nosso prezado amigo e colaborador sr. Fernando da Costa Freitas, escreveu o distinto escritor sr. José Agostinho, no importante diário de Lisboa, *A Epoca*, o seguinte:

«Obra sã, obra tocante, obra portuguesa.

Um belo fundo histórico.

Estudo fluente. Mas talvez carecido de alguma sobriedade, de menos sinónimas.

Dizer demais é muito mais nocivo do que *dizer de menos*.

Gorgias vale, por isso, menos do que Leónidas que, afinal, não aspirou, nas Termópilas, a deixar-nos um modelo de linguagem.

A *cor do tempo* bem impressa.

Caracteres desenhados com bastante firmeza.

E um ideal lavado, alto, intemerato, e, intemorato.

Ah! a figura trágica e honrada de El Rei D. Miguei I! Quantos Peros Cidral lhe não estragaram a obra, falseando a *legitimidade*, e bandeando-se depois com os ódios pedristas que, por vários processos, deram o bambúrrio de 1910 *et reliquia!*

Costa Freitas deveria frizá-lo, ao tocar nas lutas políticas que a tristeza de Évora Monte encheu de horror, em homenagem ao espírito estrangeiro, o despotista de todo o ser.pre.

Tem talento e saber porá isso.»

Maurras e a Igreja

Transcrevemos da *Ordem Nova*:

— «O Santo Padre Pio XI, em carta dirigida ao Cardeal Arcebispo de Bordeaux, condenou em termos precisos e claros certas maneiras de pensar do publicista Charles Maurras.

Devem, portanto, os integralistas portugueses abster-se de seguirem o ensinamento do mesmo escritor francês em tudo aquilo que não fôr rigorosamente conforme à doutrina da Igreja, em especial, no que diz respeito à atitude filosófica, ao neo-paganismo, e ao neo-classicismo.

Note-se, porém, que esta condenação da doutrina filosófica e da escola literária de Maurras em nada influe nas suas teorias políticas, como nada tem que ver com as doutrinas da *Action Française*.

O *Integralismo Lusitano* que sempre foi católico e que nunca teve quaisquer relações que não fôsem as de mera analogia com a *Action Française*, considera-se inteiramente à parte na questão debatida».

«Romagem dos Séculos»

Por nos ter chegado um pouco tarde o respectivo original, só no próximo número iniciaremos a publicação deste valioso trabalho do distinto historiador vimaranense sr. dr. Eduardo de Almeida.

«A lenda de Quadrazais»

Na «Gazeta do Sabugal», um dos semanários portugueses mais brilhantes e mais honradamente dedicados á defeza dos interesses da Terra Lusa, publicou o nosso distinto colaborador Nuno de Montemor 3 artigos intitulados «Como se formou a lenda de Quadrazais».

Nossa Senhora da Assunção de Quadrazais é uma pitoresca aldeia raiana do distrito da Guarda, perto das margens do Côa.

Os seus habitantes, os honrados quadrazinhos, eram apodados de turbulentos e contrabandistas pelas gentes da região. «Nuno de Montemor» quadrazinho amante da sua terra, vindica-os do aleive imerecido em trez artigos vibrantes, publicados na «Gazeta do Sabugal», que são uma acção de justiça e uma bela obra literária e jornalística.

Os quadrazinhos vão dar a um largo da sua aldeia o nome de Nuno de Montemor.

Associamo-nos sinceramente a esta merecida homenagem ao nosso presado colaborador e denodado combatente nacionalista.

Vitrine dos Livreiros

Dos Livros & dos Autores

O Romance de Amadis (Reconstituição do **Amadis de Gaula** dos *Lobeiras* (sec. XIII e XIV, por Afonso Lopes Vieira.

Afonso Lopes Vieira — o Poeta Lusíada tão querido do meu espírito que o vem acompanhando desde o belo *Auto da Sebenta*, do *Marques*, do *Encoberto*, do *Poeta Saúde* e de tantas e tantas obras de reconhecido valor, fez publicar, em nova edição, a reconstituição do *Romance de Amadis* que a saúdosa D. Carolina Micaëlis prefaciou.

Muito se tem dissertado sôbre as origens e o sentido do *Amadis* «O Donzel do Mar» ou «Moysés da Cavalaria» — assim chamado, com muita propriedade, no *Paiz lilaz*.

D. Carolina Micaëlis procura, no Prefácio, restabelecer a verdade dos factos expondo com segurança os dados principais para a resolução do problema.

Nos tempos que vão correndo e em que um forte renascimento se vai operando nos espíritos, despojando-os das pedrarias falsas que os tornavam grotescos *arlequins de feira*, a reconstituição do *Amadis* torna-se, por assim dizer, num cadinho onde mais se irão purificando — como tanto é necessário — as almas moças de Portugal.

Nacionalisada tão brilhantemente esta novela por Afonso Lopes Vieira, dela brotaram as formas do sentimento tão genuinamente portuguez que se anda a cantar nesta trova de D. Diniz:

«... e o mui enamorado
Tristão sei ben que non amou Iseu
Quant'eu vos amo, esto certo sei eu!»

E, na verdade, o fundamento melódico do *donzel* — em que Afonso Lopes Vieira pôs tôdas as suas magníficas qualidades, e onde, a par de uma profunda penetração, vibra, enternecido, o coração generoso da nossa Raça, — consiste numa admiravel fusão da nostalgia lusa e da volúpia latina, sempre irmanadas e reflorendo da tradição étnica.

A reencarnação do *Amadis* era necessária, porque a novela andava transviada do amavel rumo da nossa linguagem. Que o *Amadis* seja o nosso *código de honra e de cortezia*, como o classificou Menendez y Pelayo.

E que a nova geração, seguindo o rumo dos antigos cavaleiros da Tavola Redonda, se lance com afan à conquista do novo Graal: — a restauração de Portugal pelas suas verdades eternas. E se nos servirem de exemplo as lições, os desvelos, os sofrimentos e a lealdade do *Moysés da Cavalaria*, venceremos a «selva escura em que Portugal parece perdido!»

«Verbo Ser e Verbo Amar, por
António Correia de Oliveira.

Com que vivo prazer se leem sempre os livros de Correia de Oliveira! Desde o *Elogio do Sentido*, *Ara*, *Auto das quatro estações*, *Pão Nosso*, *Alegre Vinho*, *Azeite da candeia* que se vem acen-

tuando aquele sabor místico do *Flor Scriptorum* a que Rénan chamou «romance do ceu».

No seu novo livro *Verbo Ser e Verbo Amar* mais se acentua ainda essa onda de misticismo, abrangendo mais largos e amplos horizontes: a história da criação do mundo e o sacrificio de Jesus, que Correia de Oliveira sabe fazer avultar dos seus versos impecáveis, grandiosos mesmo.

O *Verbo Ser* é um livro de orações. Como são belos os seus versos que ora teem toda a tristeza da semana da Paixão, ora se elevam em apoteoses maravilhosas de Aleluia! Em quatro cantos burilados em tercetos do melhor timbre, ergue-se todo o poema. Na sua obra, tão vasta e de tão alto valor fica a destacar-se o seu novo livro, impondo uma impressão consoladora para todos nós.

Nas horas amargas de dôr que Portugal tem atravessado, vão-se renascendo as nossas apagadas esperanças. A dôr é, inegavelmente, a genetriz da fé, que Correia de Oliveira soube cantar no *Verbo Ser e Verbo Amar* em páginas transparentes, exalando um perfume estranho e embalador, pela sua grandiosidade, por um alto sentido de Beleza e pela grande suavidade que as reveste.

M. ALVES DE OLIVEIRA.

*

Foram recebidos os seguintes livros a que nos referiremos nos próximos fascículos:

As falsas ideias claras em economia agrária, por José Pequito Rebelo, — edição da «Nação Portuguesa», de Lisboa; *Sol nascente e Alecrim de Festa*, por Luis de Pina; *O crime do Pai*, por M. Maryan, *A Ilha Azul*, por George Thierry, *A Misteriosa Bem-Amada*, por Guy Chatepleure; *O Erro de Izabel*, por Maryan, *A culpa alheia*, por Ardel, *Alma Angélica*, por Delly, *A arte de economisar e poupar*, por Marden, *Contos de*

Perrault n.º 15, edições da Casa Figueirinhas — rua das Oliveiras 71 — Pôrto; *Goya pintor de História*, por D. Anselmo Gascón de Gotor y Jiménez — Publicação da Junta Organizadora del Centenario de Goya, de Zaragoza; e os seguintes folhetos: *Um as alegações num processo em grau de apelação* e *Ultimas notas ao estudo da acção de esbulho*, por Leite Marinho; *A lei das Aguas Minerais*, por Armindo Peixoto.

Publicações recebidas

«**Ordem Nova**» — Revista anti-moderna, anti-liberal, anti-democrática, anti-bolchevista e anti-burguesa. Redactores fundadores: Albano Pereira Dias de Magalhães e Marcelo Caitano. Lisboa, 1926. Ano I, n.ºs 6 e 7, de Agosto e Setembro.

«**Revista de Guimarães**» — Publicação da Sociedade Martins Sarmento. Guimarães, 1926. Vol. XXXVI, n.º 3, de Julho—Setembro.

«**Brotéria**» — Série mensal — «Fé-Sciências-Letras»; Director: J. S. Tavares. Caminha, 1926, vol. III, fasc. II e III, de Agosto e Setembro.

«**Estudos**» — Revista mensal de cultura e formação católica. Orgão do C. A. D. C. Coimbra, 1926. Ano V., fasc. III, n.º 51, de Julho.

«**Gente Minhota**» — Arte e Regionalismo. Director: A. Teixeira Pinto. Braga, 1926, Série I, n.º 7, de Julho.

«**Vasco da Gama**» — Revista trimestral de pedagogia e cultura. Director: Fidelino de Figueiredo. Lisboa, 1926. Ano I, n.º 4, de Julho-Setembro.

«**Missões de Angola e Congo**» — Director: P.º Joaquim Alves Correia.

Braga, 1926. Ano VI, n.º 6 e 7, de Junho e Julho.

«**A Vinha Portuguesa**» — Revista mensal de agricultura. Director: Cândido Duarte. Lisboa, 1926. Ano XXXV, n.º 10 e 11, de Agosto e Setembro.

«**Neptuno**» — Revista de marinha mercante. Propriedade da Liga dos Officiais da Marinha Mercante Portuguesa. Lisboa, 1926. Ano I, n.º 10 e 11, de Agosto e Setembro.

«**Invicta-Cine**» — Revista ilustrada de cinematografia. Director: Roberto Magalhães Lino. Pôrto, 1926. Ano IV, n.º 25, de Agosto.

«**Europa**» — Quinzenário de informação e propaganda da Figueira da Foz. 1926, Ano II, 2.ª série, n.º 6, 7 e 8, de Agosto e Setembro.

«**Dominus Tecum!**» — Semanário para ensino alegre do latim. Director: Artur Bivar (*Frei Gil*). Braga, 1926. Ano I, n.º 1, 2 e 3, de Setembro.

«**Sol**» — Bi-semanário republicano. Director: Celestino Soares. Lisboa, 1926. Ano I, n.º 1, 2, 3, 4, 5 e 6, de Julho e Agosto.

«**O Tripeiro**» — Repositório de notícias portugalenses. Director: Alfredo Ferreira de Faria. Pôrto, 1926. III série, n.º 15, 16 e 18, de 1 e 15 de Agosto e 15 de Setembro.

«**O Caustico**» — Semanário de crítica a rir e a sério. Director: Alberto de Oliveira. Lisboa, 1926. Ano I, n.º 3 e 4 de 13 e 20 Setembro.

Revistas estrangeiras

«**Revista Internacional de los Estudios Vascos**» — Publicación da

Eusko-Ikaskuntza: Sociedad de Estudios Vascos. Director: D. Julio de Urquijo. San Sebastian, 1926. Ano 20, tomo XVII, n.º 2, de Junio.

«**Universidad**» — Revista de cultura y vida universitaria. Director: Dr. Domingo Miral Lopez. Zaragoza, 1926. Ano III, n.º 2, de Abril — Mayo — Junio.

«**Revista de las Españas**» — Publicada por La Union Ibero-Americana. Madrid, 1926. Ano I, 2.ª época, n.º 1 e 2, de Junio e Agosto.

«**Toledo**» — Revista de Arte. Director-Gerente: Santiago Camarasa. Toledo, 1926. Ano XII, n.º 231, 232, 233, e 235, de Mayo, Junio, Julio e Sbre.

«**Revista del Ateneo**» — Jerez de la Frontera, 1926. Ano III, n.º 23, 24, 25 e 26, de Junio, Julio, Agosto e Septiembre.

«**La Rabida**» — Revista Ibero-Americana. Director: José Marchena Colombo. Huelva, 1926. Ano XIII, 2.ª época, n.º 144, 145 e 146 de Julio, Agosto e Sbre.

«**Catalunya Franciscana**» — Portaveu del Tec. Orde Franciscà de Catalunya i Balears. Barcelona, 1926. Ano IV, n.º 7, 8 e 9 de Juliol, Agost e Setembre.

«**Espanya y Amèrica**» — Revista comercial ilustrada. Director: Eduardo de Ory. Cadiz, 1926. Ano XV, n.º 167, 168 e 169 de Julio, Agosto e Septiembre.

«**Nós**» — Boletim mensal de cultura galega. Directores: Vicente Risco e Alfonso R. Castelao. Ourense, 1926. Ano VIII, n.º 30, 31, 32 e 33, de Xunio, Xullo, Agosto e Setembro.

Na hora da reconstrução

Por PEDRO TEOTONIO PEREIRA

A tarefa de meter os ombros a um paiz no estado em que se encontra este pobre Portugal, fazê-lo criar sangue novo e pô-lo a caminho duma vida real, ordenada e fecunda, se é hoje possivelmente bastante mais acessível que já se afigurou, nem por isso ilude quem atravez do desenrolar dos factos fôr meditando na relatividade que resulta da diferença de meios e de recursos que os povos oferecem ao impulso salvador dos novos conceitos sociais.

Ninguem de bom senso, à excepção dos valôres negativos e daquelles inevitaveis cegos que hoje como sempre hão-de acabar a breve existência de relações cortadas com a Verdade, pode pôr em duvida esse horizonte claro que emfim se precisa nos destinos da humanidade e no qual se parecem ir desvanecer as nuvens pesadas que ha pouquissimos anos ameaçavam desencadear as trevas do cáos sôbre esta Europa cansada como o coração do mundo.

Abre-se ao longe a grande prespectiva dos tempos novos. E desta vez, Deus louvado, a mistica que leva para elles as almas môças, sacudiu com impeto os romantismos e as mentiras da escola de Rousseau, e antes a grande corrente humana que os procura atravez destes destroços duma epoca safada, traça na confusão e no desvario, um grande caminho branco, ordenado e firme, como uma via romana.

Por ele avançaremos nós um dia, de coração ao alto e confiante nos destinos da nossa raça, nós que com tanta ansiedade e tanto desespero o procuramos quando tudo era indeciso à nossa volta e só o acumular de ruinas continuo e maior. Mas para podermos levantar este pobre corpo prostrado da patria, que pezo imenso a remover!

Agora que nos encontramos com um governo militar no Terreiro do Paço e que o paiz está ainda sob a influencia do espirito que creou o movimento do general Gomes da Costa, desvanecido embora mas sem a vergonha duma assembleia de vadios no velho convento de São Bento e de um qualquer profissional da politica na presidencia do conselho, pode-

remos, numa meditação serena, compreender a nossa situação real e fazermos o inventário daquilo que nos resta. Conscienciosamente feito, esse trabalho conduz a conclusões severas. Faltam nos todos ou quasi todos os elementos praticos para uma verdadeira reconstrução do paiz. O constitucionalismo e a republica, afinal uma causa unica, anularam-nos os centros vivos da nação, destroçaram todo o nosso patrimonio moral, tentaram uma caricatura de civilização grosseiramente importada, desbarataram à doida sem crear, fizeram de nós um povo subalterno, sem élites, sem ideais, sem fé e sem direcção.

Urge formar nucleos sólidos em que se possa apoiar a grande obra definitiva de reconstrução. Sem eles tudo é baldado e edificar sobre essa areia mole e incerta que para ahí está, é obra vã e que não poderá prevalecer.

António Sardinha foi o nosso Mestre dos tempos modernos. A sua visão profética descobriu de longe os caminhos da salvação, e as suas palavras iluminadas hão-de viver no coração de todos aqueles que para lá nos levarem.

Ao seu ensinamento nos temos de acolher, nós que como êle somos homens de boa vontade e temos em nossas almas a ânsia sedenta de afirmar.

Criando-se em Lisboa o Instituto António Sardinha ⁽¹⁾ é forçoso que a êle pertençam quantos seguiram e admiraram o nosso Mestre morto, e quantos pelas veredas seguras da Ordem-Nova, que êle apontou, procuraram a regeneração da nossa Pátria.

O Instituto António Sardinha tem que ser o grande centro espiritual das doutrinas nacionalistas. Congregados em volta dêsse nome glorioso, todos os que confessam o verbo ao princípio das coisas e o espírito governando a acção, irão proporcionando os fundamentos sólidos, os elementos precisos para a reconstituição que não pode tardar dêste país moribundo. As novas gerações encontrarão nele uma ideia que as guie. A mocidade que todos os dias desponta como as espigas duma ceara eterna, não se perderá e tôda a colheita será salva do escalracho que hoje nos infesta os campos.

Que de Norte a Sul de Portugal se possa compreender a nobre missão do Instituto António Sardinha e que o saibam defender e ajudar quantos se obstinam em guardar a Fé!

(1) Sêde provisoria — Largo do Directorio, 8-3.º

Em Evora-Monte

Aos meus Antepassados miguelistas

Estava ali a velha fidalguia,
Ali, em Evora-Monte, bem fiel.
Partia para o exilio Dom Miguel,
— O último Rey da antiga Monarquia!

Tocam os sinos dobres de agonia...
Portugal chora, todo em dor cruel!
Vai partir para o exilio Dom Miguel,
— O Rey a quem o povo mais queria!...

E aquela fidelíssima Nobreza
Que O servira com fé d'alto ideal,
Vendo-O partir, saúdosa, chora e reza...

Dom Miguel leva dela a "Gratidão",!
E leva no seu triste coração
A "Alma", varonil de Portugal!...

RUY GALVÃO DE CARVALHO.

Romagem dos Séculos

I

O pão nosso de cada dia...

(SUBSÍDIOS PARA A HISTORIA ECONOMICA DE GUIMARÃES)

O livro das Vereações

A vila era fechada por muralhas. Ainda pelo escuro, os sinos tocavam á missa, os sinos da Colegiada, os sinos das igrejas paroquiais, os sinos de mosteiros e conventos. A gente acordava, saía para o agasalho iluminado da igreja, admirando a imponencia dos Cônegos, senhores fidalgos, vindo passar, agitadas e silenciosas, as sombras dos Frades, e ouvindo a doce voz tristissima das Noviças. Procurava recôr-se com Deus Criador — a eterna esperança num futuro melhor. Entretanto, no monótono dia, que vinha lentamente amanhecendo entre o nevoeiro espesso, era preciso viver. E a vida, a pequena vida quotidiana, já não é a data e o feito brilhante na História. Pelos campos o lavrador andava semeando o milho ou o centeio nas terras empapadas, dispunha na horta as couves para o seu caldo, e podava a vinha. O mercador abria tenda, o pedreiro britava a pedra, o mesteiral ocupava-se em seu officio. Dentro das casas, as donas cuidavam do arranjo. Iam as mulheres ás compras. Fiavam o linho. Acendiam o lar. Então, pela vila, acordavam os sons. Gemiam os carros na calçada e gemiam, nos corpos dos trabalhadores, os fortes musculos. As ruas eram escuras e apertadas. Andava no ar o fumo da lenha e o cheiro do azeite. Estridulavam os raios, apiquentações, e a imensa pequenada, sempre buliçosa, choramingava, renhia. Uma equipagem de fidalgo, com os lacaios bizzarrs, enchia a solenidade de um momento, fendia em respeito a algazarra turbulenta. Espreitavam pelas adufas cabeças curiosas. E o dia assim ia crescendo, passando, na forja em brasa, na humidade dos tanques em que se demolhavam os couros. Agora, eram as capas negras da justiça. Talvez houvesse algum condenado a caminho do pelourinho. Tangia a campa da Misericórdia. Na praça maior o pregoeiro afrontava o lanço, agitando o ramo. O mascôto batia na madeira e no cobre. A vida era pequenina, atarefada, monotona. Porque a

Romagem dos Séculos é o título de um primeiro volume de estudos sobre a historia economica de Guimarães, publicado em 1923, quando se realzou uma importante *Exposição Industrial e Agricola do Concelho*. O livro foi impresso na Tipografia Minerva, de Famalicão, e a edição pelo autor oferecida á illustre e benemerita *Sociedade Martins Sarmento*.

vida humana é assim um esforço lento, penoso e obscuro. Sua o ferreiro, sua o pedreiro, sua o cavador. E' preciso comer, é preciso trabalhar. Lá está na cosinha a mulher amanhando a comida. Com suas filhas agarradas ás saias. Os filhos... Outras bocas, outros corações. Também lhes sorrirá, um dia, terem a sua casa, o ninho e o lar de mais inocentes. Sim, na vida há, ainda, o amor. O descanso, a alegria e o sonho de um beijo reparador e profundo. Esta canseira anonima, sem nomes e sem factos, é afinal a única história verdadeira do homem. No céu alagado de sol encrespado de nuvens, o esforço humano. A uns o destino deu um destino farto e o poder. Outros encolhem-se tímidos em orações inquietas — elevam os olhos, e pedem, entre lágrimas, um fulgor de esperança, havendo sepultado o corpo na morte claustral. Tantos e muitos calejam as mãos. Por todos, uma hora passa em sorriso, longas horas anoitecem em dor. Hoje, como ha centos de anos. Assim ou assim — mas sempre.

Ao abrímos o primeiro *Livro das Vereações*, encontramos ingenuamente contada, em muitas das suas passagens, a vida anedoctica e pitoresca do antigo Burgo, apanhado em flagrante, nos seus enredos, dificuldades, embaraços e intrigas.

Tenho aqui apontamentos e cópias. Puderia resumi-los, alindá-los em romance, desenvolve-los em páginas de alguma pretensão histórica, em noites de insonia. Mas, fazendo um pouco de sacrificio á atenção de quem possa interessar-se, prefiro antes transcreve-los no tosco sabor, pelo menos durante algum espaço.

1531

Aos 13 dias de janeiro de 1531 annos na camara da villa Guimarães estando em vereação Duarte de Miranda juiz ordinario e João Anes e Nicolau Pires vereadores e João Alvares procurador do concelho acordaram.

É bem assim que as sardinhas de galisa não darão de tres a real e assim as da costa e as de sobre mar não darão de quatro a real e as peixeiras as trarão e terão na praça continuamente a vender sob pena de pagarem cada vez que as não tiverem cem reis e de portagem e a mesma pena haverão quando fizerem na sardinha *mostras* (?) porque fazem engano ao povo §

E cada vez que vier dias de pescado pr: sexta e sabado e outros de vespera das festas ordenados pela egreja que os peixeiros tragam o pescado fresco á villa sob pena de duzentos reis para o concelho e captives e não comprando o peixe trarão certidão que o não ha na marinha e o coudel terá cargo de ir repartir e ordenar que vão á marinha para trazerem o dito peixe o qual coudel terá nisso mister diligencia e não o fazendo pagarem a mesma pena e o dito coudel e os peixeiros outro tanto se o não quiseram.

... E que os almotacés farão dar as sardinhas cisa á villa porque se forem de barato mandarão dar de 3 e de 4 para cima segundo houverem e não darão de quatro e tres como dito é

E acordaram que os carniceiros cortem até á paschoa (paschoello) sem por isso ficarem obrigados por mais tempo sem cisa se se quiserem obrigar e mais que não paguem de cisa senão dez reis por cabeça até ao dito tempo e se se a cisa arrendar lha darão com a dita condição § João Vieira o fez e estes dez reis de peita pagarão quaesquer outras pessoas que possam cortar carne na dita villa no açougue della. E o mandaram assim escrever João Vieira o escrevi § sc até paschoello §

E foi logo apregoado por Pero Diz pregoeiro § na camara (fls. 9 v., 10 v., 11 e 11 v.)

Aos 16 - Janeiro compareceu em vereação «Pero Affonso Almocreve o coiro d'alcanha e por ser elegido para coudel dos almocreves lhe deram juramento dos evangelhos». (fls. 15)

Aos 23 - janeiro foi rematada a cisa do vinho em noventa e três mil reis e quinhentos reis por Palos Fernandes (fls. 19) e em 27 (?) - janeiro remataram o peixe a João Alvares o castelhano em mil reis («peixe e barcagem como se ve andar em arrendamento em salvo para o concelho»). (fls. 21 v.)

Aos 30 dias de janeiro de 531 annos na camara da villa de Guimarães estando em vereação Duarte de Miranda juiz ordinario e João Annes do Canto e Nicolau Pires vereadores e João Alvares procurador do concelho acordaram que por o impedimento de Gallisa da peste de que Deus nos guarde nenhum almocreve não vá à Gallisa buscar peixe nem sardinha sob pena de dois mil reis cada vez além da pena do mandado del-rei nosso Senhor e os que la foram não entrem sob a dita pena sem licença dos guardas mores e foi logo apregoado. São dois mil reis de pena § e isto por haverem por informação que morrem agora em muitos logares de Gallisa §.

(a) João Alvares. Nicolau Pires. Joanne Annes.

Foi apregoado por Pero Diz pregoeiro João Vieira que o escrevi. (fls. 22 e 22 v.)

Aos 30 dias de janeiro de 531 annos na camara da villa de Guimarães estando em vereação Duarte de Miranda juiz ordinario e João Annes do Canto e Bertholameu Gomes e Affonso Pires e Nicolau Pires vereadores e João Alvares procurador do concelho accordaram que nenhuma pessoa compre nenhum carro de lenha fora da villa e arrabaldes sob pena de 240 reis assim o que vender como o que comprar e toda virá ao Tournal e dali a comprarão ou dentro na villa e isto se entenderá na lenha que não vier logo determinadamente para os arrabaldes aos cestos a reales e que quem a tomar por fora assim fóra da villa como na villa e arrabaldes pagará quinhentos reis e dando-a para concelho e captivos e não se entenderá na lenha que vier já vendida de casa de seu dono para a villa e arrabaldes e a lenha que vier por o Castello ou por Santa Luzia e Campo da Feira que vier para a villa não virá ao Tournal e virá seu caminho direito para a villa e que depois de jantar vão tirar os paus a agua da villa se que vein ao chafariz §

(a) Duarte de Miranda. Joanne Annes. Nicolau Pires 1531. Bertholameu Gomes. Affonso Pires. João Alvares.

E foi apregoado por Pero Diz pregoeiro. (fls. 22 v., 23 e 23 v.)

Aos 6 - fevereiro a cisa do vinho foi arrematada em 101 mil reis por João Diz vinhateiro e Tristão Ribeiro, que se obrigaram a pagá-los «aos quartos e no tempo que o concelho é obrigado pagar a el-rei» e as coimas foram lançadas em 8 mil reis, aos quartos do anno, em salvo para o concelho, por Pero Alvares, pregoeiro. (fls. 29 e 29 v.)

Em vereação de 10 - fevereiro acordaram o que «nenhuma pessoa vá a guardar alguma cousa fora da villa de mantimentos que para a villa vierem sob pena de 240 reis... nem lenha»; e «que as tendas despejem a praça debaixo dos alpendres e terão os bancos e as cordas alevantem que não cheguem ás cabeças dos que passam sob pena de 240 reis para o coimeiro.» (fls. 31 v. e 32).

Aos 23 dias de fevereiro de 531 annos na camara da villa de Guimarães estando em vereação Antonio da Costa e Nicolau Pires vereadores e João Alvares procurador do concelho acordaram que por quanto os tendeiros da praça não querem alevantar as cordas como foi acordado e despejar a serventia dos alpendres da praça que foi feita para a serventia da villa e se acolherem os que andam na praça e tem a dita serventia occupada com cordas *sobrestas* (?) e soltas e outras cousas de tenda que logo recolham tudo ás boticas e ás suas custas e dentro vendam e não tenham nenhuma cousa de fora da porta e fora das boticas nos alpendres sob pena de quinhentos reis para o concelho e captivos álem da coima do outro acordo e o mandaram assim escrever e apregoar João Vieira o escrevi e que o procurador tenha cuidado de os demandar sob pena de os pagar e assim não terão ali fora sal nem fruta nem outra cousa de vender e tudo tenham e vendam de suas casas §

(a) João Alvares. Antonio da Costa. Nicolau Pires 1531.

E foi apregoado por Pero Alvares pregoeiro João Vieira o escrevi §. (fls. 32 v. e 33)

E bem assim vieram os peixeiros para lançarem se querem a cisa do peixe antre si no preço que lhes for repartida e vieram os seguintes § Pero Gonçalves § Gonçalo Annes § Genebra Alvares § Pero Lourenço § Bastião Affonso e a mulher de Duarte Gonçalves porque elle era de fora § Andre Affonso § outro Pero Gonçalves e disseram que a queren no preço que lhe for repartida e assim o disse a mulher de Rui Fernandes por elle ser fóra houveram-lhe por dada a dita cisa do pescado na repartição que lhe fosse lançada pelos lançadores e para outros peixeiros os quaes virão á primeira vereação assignar com elles e os que disserem que a não querem ficarão desavindos para lhe os outros peixeiros que a tomarem levarem a cisa como ciseiros e o mandaram assim escrever João Vieira o escrevi § os *vendedeiros* (?) - ou *vereadores* (?) - assignaram por as mulheres §

(a) Basti + on Affonso. Pero A. Gonçalves... Antonio da Costa. Nicolau Pires 1531.

(fls. 33 v. a 34).

Aos 17 - fevereiro «pareceu Pero Gonçalves almocreve e disse que os peixeiros eram na marinha que não podiam vir assignar a esta vereação que virão a primeira mandaram que para a primeira venham»... «estando em vereação e João Annes do Canto esto mesmo e acordaram que os vinhateiros escrevam o vinho no livro da imposição com o escrivão da camara sc: a imposição da meia canada sob pena de cada um pagar quinhentos reis de pena e a imposição em dobro».

(fls. 34 v. e 35).

... «e mais acordaram que os figos se não peze o arratel de vinte e oito *cartas* (?) sob pena de duzentos e quarenta reis para o coimeiro...»

(fls. 36).

Na vereação 20 - fevereiro «pareceram elles almotacés sc: Pero Gonçalves »

Gonçalo Annes e Luiz Fernandes e outro Pero Gonçalves e Amador Affonso e Bastião Affonso e Gonçalo Annes e outro da Garrida e todos disseram que querem a cisa e que a tomavam com condição que aos de fóra que vierem com pescado e sardinha á villa paguem segundo pagaram no anno passado e aos outros regatões da villa como se houverem com elles peixeiros. . . » «E assim acordaram que por que tem boa informação da Galiza que os guardas mores entendam nisto como lhes parecer razão e justiça. . . »

(fls. 37 v. e 38).

Aos 27 de fevereiro de 531 annos na camara da villa de Guimarães estando hi Duarte de Miranda juiz e João Annes e Nicolau Pires e Antonio da Costa e Nuno Alves vereadores e João Alves procurador do concelho acordaram fazendo verreação que quem quer que tirar pão da villa e termo sem licença da camara que pague o que o levar sc: o carreiro ou almocreve quinhentos reis cada um e o que o vender aos de fóra outros quinhentos reis para concelho e captivos e não faça duvida mil reis que se riscou por verdade e o mandaram assim escrever e apregoar e foi apregoado por Pero Alvares pregoeiro João Vieira o escrevi e que o acordo da lenha se não entenda nos forneiros e outro sim no pão cosido e que elles e hortelã que as mulheres compram quando vão ás romarias d'arredor da villa sc: Chamiço e Conceição e nossa senhora da Luz e outras semelhantes e de Silvares § § que comprarem para seu comer § § e isto se não entenderá aos que vem ás lenhas comprar por meudo o pão § § e que Gonçalo Machado sirva de almotacé este mez de março com Bertholameu Gomes vereador do anno passado porque Manuel Gonçalves que foi tambem vereador é ausente que é em Lisboa e os mandaram chamar para haverem juramento § João Vieira que o escrevi § e veio logo Bertholameu Gomes e lhe deram juramento dos avangelhos que bem e verdadeiramente o faça guardando o serviço de Deus e del-rei e do duque nossos senhores e ao povo seu direito e acordaram que sejam guardas os ditos almotacés e Anrique Carvalho e Gregorio Rebello § e o mandaram assim escrever João Vieira o escrevi § e na mesma maneira foi dado juramento dos avangelhos a Gonçalo Machado que tambem serve de almotacé João Vieira o escrevi §

(a) Miranda. Joanne Annes. Nicolau Pires 1531. Antonio da Costa. Nuno Alvres. João Alvres.

(fls. 38 v., 39, 30 v. e 40)

Aos 3-março: acordaram que os almocreves que não apresentarem o pescado no livro da cisa e da imposição as paguem no dobro.

(fls. 42 v.)

Aos 6-março: «que todo o pescado que se vender na vila ou seja na mão do almocreve ou regatão ou mercador ou outras quaesquer pessoas que o vendam na praça sob pena de 500 reis para concelho e captivos e o vendam por o regimento da villa sob a dita pena. . . » «ou nos arrabaldes quem quer que o tiver o venda na praça. . . »

(fls. 43).

Aos 10-março «pareceram Manuel Affonso e Pero Diz pregoeiro e disse que a imposição do vinho da meia canada andava em seu lanço que requeria que lha rematasseem porque se perdia ou lhe abrissem o lanço e logo deu sc: o dito Pero Diz pregoeiro e disse que andava um sou lanço do dito Manuel Afonso quaranta

e cinco mil reis e visto seu dizer lhe mandaram apregoar e por outrem não dar mais lhe mandaram rematar com o ramo na mão os ditos quarenta e cinco mil reis os quaes elle pagasse aos quartos do anno em salvo sc: da imposição do vinho da meia canada que d'antigamente a villa tem e elle se obrigou a pagar a dita renda em paz e salvo e trazer fiança á primeira vereação»...

(fls. 50 e 50 v.).

Aos 15 -março, em que os honrados da villa, elegeram «uma pessoa de sã condição e de tal qualidade como deve ser para Juiz na dita villa emquanto durar o impedimento do licenceado Fernão Delgado que se é o 1.º juiz e por ser impedido não serve», elegeram tambem por almotacé «por este mez de março que o era Bertholameu Gomes Duarte Vaz genro de Pero da Costilhães (?) a que deram logo juramento dos avangelhos que bem e verdadeiramente sirva este mez de março d'almotacé e guarda mor com os outros guardas guardando o serviço de Deus e del-rei nosso senhor e do duque nosso senhor e ao povo seu direito».....

(fls. 55 e 56).

Aos 2 (?) março: «acordaram que os moleiros que maquiarem mais do ordenado que paguem cem reis de pena pela primeira e pela segunda duzentos reis e pela terceira estarão na *picota* (?) (— «pertiga»?) e darão as suas ... ? ... sob a dita pena e *calados* (?) alem da coima»...

(fls. 61).

Aos 20 (?) março: «acordaram que Pero Francisco escreva no livro das cisas dos vinhos emquanto não vier Manuel da Silva por que Manuel Affonso é rendeiro da imposição dos vinhos e não deve ser rendeiro e escrivão ... e isto acordaram a requerimento dos vinhateiros que o houveram por razão e justiça».

(fls. 63 v.).

Em vereação de 23 -março: «acordaram que porquanto está por ordenança antigamente que a louça de barro que á villa em carros e cargas que ha de estar até haver pessoa na praça para a comprar quem quizer e porque hoje veio muita em carros até á dita praça e logo a enviaram por junto segundo disso fizeram queixumes e houveram notificar e requerer alguns dos honrados da villa acordaram que logo todas as pessoas que a dita louça comprem juntamente na praça para regatear que as tornem a dita praça logo sob pena de cem reis de pena para concelho e captivos e daqui por deante não seja ousado nenhuma pessoa que a dita louça compre sem primeiro estar na praça publicamente até *haver pessoa* (?) sob a dita pena e mais de coima quarenta reis e os regatões da villa não porão poderosos a comprar e mandar trazer posto que para elles venha de casa do oleiro nas vesperas de festa e antes oito dias a mandarão vir se a quizerem porque se a compraram ou mandaram trazer na vespera das festas ou depois dos oito dias outros cem reis e da coima duzentos e quarenta reis ... E assim acordaram que nenhuma pessoa tire pão da villa e termo d'aqui por deante sem licença da camara sob pena de pagar quinhentos reis para quem o acusar além dos outros quinhentos reis que se hão de partir para concelho e captivos»...

(fls. 64, 64 v. e 65).

Em vereação de 22 -março (Bertholameu Gomes, juiz ordinario, João Annes do Canto, Antonio da Costa, Nuno Alvres e Nicolau Pires, vereadores, e João

Alvres, procurador do concelho:) «acordaram que se chamem os carnicheiros para com elles se concertarem sobre a carne para a Paschoa e dahi por deante darem mantimento á villa em abastança...

E assim acordaram que qualquer moço que jogar cartas assim na egreja como em outras partes pela villa e arrabaldes e rocios da villa e arredor delles e assim negros e pedintes que paguem cada vez vinte reis para o alcaide e seus homens ou outro qualquer jogo que joguem a dinheiro ou para os pregoeiros que os demandarem e acharem ou coimeiros e rendeiros das penas quaes primeiro os acharem e demandarem...

E que os pregoeiros andem na egreja aos domingos e não leixem fazer rumor aos rapazes na crasta e na praça sob pena de elles pregoeiros pagarem vinte reis cada dia que hi não estiverem e os fizerem calar»...

(fls. 65, 66 e 66 v.).

No derradeiro de março, em vereação:

«acordaram que nenhuma pessoa lave nas fontes e chafarises da villa e arrabaldes e em todas as fontes de que a vila se serve porque cada vez que lavar hortaliça ou roupa ou couros ou outra qualquer coisa por cada vez duzentos e quarenta reis para o coimeiro . . . e que levem os burros cobertos e não os levem por antre o padrão e a egreja nem por baixo dos alpendres da praça. . .

E . . . pareceu Lopo d'Estremoz que serve de alcaide pequeno e disse que hoje se vendeu sabão na dita villa que era falso que requeria que o mandassem vir e examinassem a falsidade porque queria a pena e que façam justiça e logo protestou pela fazenda segundo forma da ordenação» . . .

(fls. 69).

O requerimento não teve despacho porque o juiz, Duarte de Miranda, furiôso esse dia, não quiz e teimou em não ir á Camara embora andasse na praça, a passear, desabridamente respondendo aos recados que lhe mandavam os da vereação.

(fls. 70 a 72).

Aos 3-abril: «acordaram que os vendedores d'azeite midam sobre o funil na envasilha dos que comprarem sob pena de cada vez que o midirem fora do funil e que não estiver sobre as envasilhas das partes que paguem cem reis de pena e 200 quarenta de coima e assim se entenderá na *venda* (?) do vinho que os taberneiros venderem e midirem» . . .

(fls. 72 v.).

Aos 14-abril mandam prender os que forem achados furtando nas devesas alheias ou sarros com lenha ou ceba ou outra qualquer coisa . . . pomares vinhas prados nabais § em os campos e devesas» . . .

(fls. 82 e 82 v.).

Em vereação de 17-abril: «acordaram que para sexta feira primeira que vem chamem o povo para ordenarem sobre a carne se dar em o ramo della aos carnicheiros ou a rendeiros e assim para se fazer o lançamento das cisas . . . que emquanto não arrendarem a carne que os carnicheiros não paguem senão dez reis por cabeça como está acordado de paschoa e paschoello» . . .

(fls. 83 e 83 v.).

Em 21 -abril — «que as cisas se recebam na tabolla que se hia de de—ser a qual está na praça junto da porta do açougue e que o procurador do concelho a faça fechar e entregar a chave ao recebedor para receber na dita tabolla»....

(fls. 84).

Em vereação de 28 -abril tratou-se da arrematação da cisa da carne, depois do jantar da vila (foi a hora marcada) e de facto se arrematou, lançando pregão pelas ruas Francisco Gonçalves. E' ilegivel a quantia, como a maior parte dos dizeres da segunda acta lavrada no mesmo dia.

No 1.º de maio ha uma sessão incidentada. Joanne Annes, vereador, protestou contra as diferenças que via e quiz sair. O Juiz Miranda «mandou que estivesse presente ao fazer dos almotacés sob pena de dez cruzados». Fica, torna a sentar-se, mas, no fim, recusou-se a assinar a acta. Ficou eleito almotacé, para o mez de maio, Duarte Vaz. Mas, quando prestou juramento, na sala estava apenas um vereador.

Aos 5 -maio é eleito coudel dos carnicheiros — Gonçalo Gonçalves.
(de fls. 89 a fls. 93 v.).

Aos 12 -maio, chamados por pregão os moradores da vila e arrabaldes para a eleição dos lançadores da cisa, deram as vozes os seguintes:

«João Gonçalves, Diogo Fernandes, Alvaro Peixoto e João do Valle e Rui Gomes, Gonçalo Rodrigues, Francisco Fernandes, Francisco Gonçalves, barbeiro, Ruy Gonçalves, sapateiro, Gonçallo Annes, sapateiro, João Gonçalves, cuteleiro, Gonçalo Martins, serralheiro, João Pires, serralheiro, Diogo Gonçalves, mercador, Francisco Pires, ataqueiro, João Pires, ferreiro, Gonçalo Affonso, torneiro, Francisco Pires, sapateiro, Manoel Fernandes, tendeiro, Gonçalo Pires, sapateiro, Vasco Affonso, cuteleiro, Bertholomeu Alvares, sapateiro, Nicolau Alvares, sapateiro, Pero Annes, barbeiro, João Vieira, ferreiro, Diogo Affonso, burzegueiro, Gonçalo Annes, ferreiro, Gonçalo Pires, sapateiro, Bastião Francisco, João Fernandes, sapateiro e outros muitos.

Sairam eleitos: sapateiros, banheiros, barbeiros, ferreiros, oleiros, maceiros, bésteiros, correeiros, alfaiates serralheiros, cutelheiros. A maior parte dos nomes não traz indicada a respectiva profissão.

(de fls. 108 a 117 v.).

(Continua).

EDUARDO DE ALMEIDA.

Sob a aza da melancolia

Por CESAR DE OLIVEIRA

I

Não. Não. Estas belas flores do Outono de apagados coloridos e cheiro a bafio, a necrotério e a cripta, que a saudade dos vivos leva em braços até à jazida dos mortos, não tem vida nem alma, ou se a tem, não servem de oferenda de ternura e de saúde para tôdas as almas.

Os crisântemos brancos, grandes, farfalhudos, podem ser a alma de alguma coisa agradável, de algum sentimento bom que se evolou, deixando a memória perfumada — e são-no.

São a algidez florida de saúde suave, de saúde-luar, de saúde-sêda que não turbam a alegria nem a felicidade, e são como a chuva que limpa e tonifica e dá mais brilho à vida.

São também a alma da podridão que foram, a alma do lixo que virão a ser quando os dias passarem e os anos roerem os jazigos da cárie sem remédio e cobrirem de relva as campas abandonadas.

Cheiram a mortos estas belas e grandes flores de ostentação, de piedade e de ternura.

Quando elas chegam, entre as derradeiras calmas do cansado Estio e os primeiros arrepios do Outono taciturno, os mortos lembram sempre. E' preciso acarinhá-los, lembrar-lhes o decorrer sempre monótono do tempo e da vida, como às creanças e aos velhos em dias de anos.

E em cada ramo vistoso de crisântemos brancos vai até ao campo da eterna paz, com a lembrança fúnebre do dia de Finados, uma neblina mais densa de esquecimento.

Quasi sempre chove neste dia triste.

E com a chuva os crisântemos tornam-se mais alvos, mais impertigados, mais crêspos. Vão como rígidos cadáveres de românticos noivos que morreram tísicos ao cair da folha.

De quem serão estas lágrimas que o Céu chora neste dia triste? Serão dos ser-fins ou da multidão dos santos e dos justos que rodeiam o trono de Deus? E por que choram? Choram talvez os almas que nunca conheceram descanso nem paz neste mundo e que se vão aferrar em esperança de os virarem a encontrar no outro... Ou será esta chuva miuda e teimosa o pranto desfeito dos orfãos da

saudade, árvores que não deixaram fruto, nem ramo, nem semente, nem raiz que os recorde e lhes leve uma esmola de ternura num braço de crisântemos?

Por tôdas as gerações que foram, pede a Igreja nas cerimónias litúrgicas dêste dia.

Pelas almas que estão no Purgatório esperando o prometido resgate e lá expiam seus pecados confiadas à divina misericórdia.

Pelos pobres de espírito que cerraram o coração ao orvalho da Fé e fecharam os olhos e a inteligência à luz da Graça e à lição do Evangelho.

Pelos vagabundos que correram as sete partidas da dúvida e se perderam nas encruzilhadas do pensamento.

Pelos poetas que não sabem fazer versos.

Pelos mendigos de felicidade que bateram a tôdas as portas do Palácio da Ventura sem que ao menos se lhes abrisse o postigo da Ilusão, e por aqueles que, tendo-lhes forçado os áureos pórticos, só encontraram lá dentro «vasio, escuridão e nada mais».

Pelos tristes, pelos fracos, pelos simples que se deixaram lograr e serviram de degrau para que os velhacos subissem.

Pelos que viveram sempre de boca aberta, pasmados de tudo e para tudo, e morreram pasmados, esmarridos para a Morte sem nunca terem compreendido a Vida.

Pelos que morreram em incêndios, em naufrágios, dum caco de metralha ou de desastre no trabalho, em catástrofes na terra, nos mares, e nos ares, nos mil acidentes da vida e nas trapaças que a morte inventa e os elementos armam e a fatalidade executa, e que caem da descuidada varanda do «agora» nas lages duras do «nunca mais», e se quebram para sempre sem terem tempo de dizerem «ai Jesus!» nem de rezarem um acto de contricção...

Por todos reza a Igreja e a comunidade dos seus fieis neste dia de Fieis defuntos.

Mas as lágrimas e as orações dos vivos podem servir e bastar à imensidade das almas que viveram ou morreram na esperança da celeste felicidade, mesmo áqueles que não deixaram memória nem descendência sôbre êste vale de misérias que é o mundo.

Será por estas almas que o Céu se desfaz em pranto? Quem chorará e por quem êste chôro desolado, silencioso, gelado e triste como as lágrimas da eterna desesperança, como êsses crisântemos brancos que ficarão a murchar a ternura dos vivos sôbre as frias sepulturas dos mortos?

Não tem alma, não, os crisântemos. As rosas, sim, que são rubras e tem aroma de vida.

Levar num molho de crisântemos a alma da morte aos mortos, é dar-lhes a aspirar o seu próprio espírito, é lançar sôbre os seus túmulos poeiras densas de esquecimento.

São os crisântemos a saudade e a ternura dos vivos. Pois são. São a saudade-sêda, a saudade-veludo de cinzas que dão mais magestade e mais realce ao tempo e à memória, doçura polvilhada de cristalino pranto que dá mais alegria à vida...

Mas ha vidas que passeiam almas já mortas. Algumas nunca se abriram à luz e à vida. Outras mal conheceram o esplendor do belo sol e as coisas belas que o mundo tem. Um pé de vento mau ou o dente babado dum reptil vieram e fanaram-nas, e danaram-nas.

Tem saudades de si-mesmas, a saudade vermelha da desfloração dolorosa,

da náusea que se não farta, da desgraça que se não cansa, do bem que se não fez, da vida que se não viveu.

São as almas dos aleijados do espírito ou estrepitados do corpo, olhudos ou insatisfeitos, estrábicos do entendimento ou tomados de misantrópica inapetência.

São todos êsses que querem atravessar o escuro corredor da vida em bicos de pés: o ranger das articulações e do soalho parece-lhes o estrondo dum mundo a desabar. Teem mêdo do seu semelhante ou tentam ocultar alguma remota malfeitoria?

Não são para essas almas, nem delas aproveitam, as fúnebres comemorações da Igreja em dia de finados.

Ofertar-lhes crisântemos, o mesmo seria que oferecer o espírito da morte à própria Morte-em-pé.

Talvez agradeçam o carinho quente das rosas, rosas bem abertas e vermelhas como a alegria, a embriaguez de viver que nunca tiveram.

Sondai os nos olhos e varai-lhes o peito até ao coração: Lá vereis uma saudade apunhalante cevando-se na inocência duma vida de que já não tem memória, uma saudade rubra de algum dia em que a maldade, o vício ou a desgraça empolgaram essas almas e as deixaram num charco de sangue sob as azas móles da melancolia...

II

Nascem engaranhidos e enfezados — camarõesinhos sêcos, só pele e ôsso a que as mães quasi que nem fôlego deram. Não choram, nem gritam, nem pedem, como os outros, aquela doce fonte de níveo alimento que a sua disformidade faz estancar. Tarda-lhes a fala; tarda-lhes no futuro a fala e o resto. Nunca deixam uma saudade, ninguém se recorda dêles. Vivem, como as enguias, rentes ao lôdo, sinuosos, silenciosos, de rastros.

Medram na sombra sem auxílio de ninguém, sem a ninguém fazerem sombra, e as suas almas, pingando tédio, debruçam-se sôbre o vasio trágico de si mesmas, como a ramaria triste dum chorão à margem dum pântano.

Ai daquelas alminhas, desamparadas e ingénuas, que a aragem cortante da vida vem anavalhar, nuasinhas e frágeis, pelas encruzilhadas tôrpes do mundo.

Não ha lama no mundo que se lhes não pegue, nem protérvia que as não macule.

A' sua volta se forma uma crosta compacta de servidão ou de infâmia, que as priva de tôda a luz e as isóla de todo o carinho. Para elas, o tempo não tem alvoradas, crepúsculos, sol, luar, meio-dia de combate ou de glória, manhãs de esperança, tardes límpidas de paz e de merecido repouso. Vivem entre uma noite de pesadelos e de agoiros e os dias pardos que se escorrem no lento arrastar duma lesma viscosa e sem fim.

Felizes daquelas que, surpresas e enleadas na vasa, não deixaram escapar de todo seu fundo pesadão de boçal ingenuidade.

Anos sôbre anos passam sem que uma ilusão se lhes gère cu desvanença, que é sina mesma destas almas sorvadas na torpeza e curtidas na dôr, rilharem a vida inteira, do cabo dos trabalhos ao rabo da morte, sem a lamparina duma anciedade mais alta, sem vêrem luzir o fátuo pirilampo dum nobre ideal.

A carcassa viscosa ou coriácea que as encerra, é refractaria ao ar, à luz, ao calor e à vida.

Reparai nos olhos dessas creanças de 12 ou 14 anos que as implacáveis contingencias da barbarie moderna constrangeu a um precoce contacto com a deshumana montureira onde os tristes párias duma sociedade dividida em castas e classes vão ganhar o rebotalho, as migalhas que sobram da patuscada proletaria e do banquete burguez.

Não são larvados, não são doentes, nem canalhas.

Parece que êles nos gritam o espanto dos nossos primeiros pais diante da espada expulsadora do Anjo da tristeza que os correu do Paraíso, a dolorida agonia que o primeiro inocente sentiu na hora em que foi brutalizado por Caim. Parece que êles nos revelam já o mistério dessas almas blindadas de lama, que mais tarde aparecem na vida como simples pedaços de argila.

O mundo esmaga-os e êles doem-se — blocos de lama calcinada que choram. O mundo passa e desfaz em poeira êsses grotescos monstrosinhos — e de cada um dêles se solta um grito, rola uma lágrima, rebenta uma queixa ou uma rebelião. A morrinha da vida fâ-os voltar à lama, e em tropel a lama esmagada vai seguindo o mundo, e ao mundo fica presa por um queixume surdo, pela ignorância, por um fio de sangue.

Felizes, disse eu, e em verdade bem felizes são aqueles a quem um choque mais brutal paralisou a inteligência numa boçalidade quasi cândida, numa ingenuidade semi-estúpida, na inconsciência animal dos que não tiveram tempo de conhecer o recto caminho da moral e do bem, nem avistaram os atalhos onde se perde a virtude mas se ganha a experiência.

Ficam presos apenas à roda tantálica, à engrenagem assassina das mesquinhas ambições materiais, dos baixos desejos da carne que se não farta.

Mas ha sempre nas suas acções, no seu modo de viver, na frieza baça e metálica dos seus olhos, o vestígio, o sinal remoto da primeira abordagem, do primeiro ar maléfico que os tolheu.

Mesmo quando triunfam na luta pela vida, há qualquer coisa de doloroso e de roedor que umas vezes não sentem e outras não revelam, mas que se adivinha.

Vejam êste banqueiro, êste armador, êste comerciante, êste industrial, êste advogado ou êste médico, já de nomeada ou de fortuna, que nasceram pobres e pobres foram atirados à voragem brutal do «struggle».

A sua riqueza, o seu poder, a expansão prodigiosa da sua actividade, são o reverso da catástrofe remota, com a diferença de que esta é sofrida pela vítima num estado de inconsciência, mas sentida sempre, embora só as almas já despertadas tenham a faculdade de revelar mais tarde, na câmara-escura da memória, a chapa impressionada da hedionda violação.

Podem esquecer os pormenores, a hora, o lugar da brutalidade que os feriu. E quando lembram, porque a luz se faz nas almas e nos cérebros, não surgem instantâneamente, mas de maneira tal e tão suave que aos olhos próprios e aos do vulgo passam despercebidos.

São tardos os seus movimentos, concentrados e mesquinhos de aspecto, tímidos de falas e acanhados ou desastrados de modos. Quando se revoltam tornam-se hediondos, quando não ridículos. As suas lágrimas são grotescas. Os seus risos são esgares. Arranham quando querem acariciar. Crescem na sombra, vivem na sombra, morrem na sombra, esquecidos, misantropos se resignados, chasqueados se rebeldes — como as enguias, rentes do lôdo, sinuosos, de rastos, vis.

III

Estes crimes contra a virginal pureza das almas, dão-se a todos os momentos. E o rebaixamento da moral familiar e social apresenta-nos todos os dias exemplos degradantes.

Há iniciações trágicas, verdadeiras lutas entre a inocência e a maldade, entre o pudôr e o relaxo.

Há bestas com figura humana que urram de gôso quando desfloram por palavras ou obras a inocência mais recatada --- tanto mais sem mácula, mais êles gosam.

São os homens, é a imprensa, são as instituições que presidem à ronda devassa da hora presente — todos os moles tentáculos do polvo tentador se distendem e encarniçam nesta satânica tarefa de aliciar as almas simples para as sacrificar ao Diabo, ou arrastá-las em espirais de infâmia aos «sabbats» furiosos da crápula.

Pouco importa ao sindicato demoníaco da luxúria e do oiro que a parte maior, a multidão desgraçada dos sacrificados neste festim carnívoro e macabro da luta-pela-vida, sucumba ou apodreça, se anule ou esperneie sob a crôsta compacta da lama em que a deixaram envolvida. A grande roda não descansa, nunca lhe pesa nem a atraza a lama que fica esmagada.

Triunfam os audaciosos, os velhacos e os maus, os que deixaram na bola de argila em que envolveram a alma, porosidades que bondam para que a alma de todo lhes escape? O sistema responde que triunfam os que a sociedade automaticamente selecciona: os mais fortes, os mais aptos para a vida intensa, febril, alucinante dos tempos modernos...

Os outros que vivam como a lesma, que vivam como os sapos, e êles assim fazem e assim vivem.

Os frustes, os abúlicos, os ingénuos, aqueles que a lama do mundo atingiu mas que guardam intacta nessa redoma de infâmia a alma quasi intacta e primitiva da infância, os pobresinhos sem energia nem força que um sôpro, um gesto ou um grito dos outros apavoram e esmagam, os covardes que fazem do corpo o sepulcro ambulante da vontade — essa é a legião esfarrapada e grotesca das vítimas sôbre cujo dorso, talhado para a canga ou para o chicote, cavalga e tripudia a besta que o Liberalismo engendrou no coito incestuoso do ouro e do vício. Vão de rastos, vão aos pulos, como o sapo e como a lesma. Vencidos, resignam se. Insultados, calam-se. Do banquete da vida, rilham só os ossos esburgados.

Cuspidos, mastigam o escarro infamante. Calcados, humilham se, rebaixam-se. Roubados, não se queixam.

Vendidos, escravizados, estendem os pulsos às algemas e lambem a mão do novo senhor.

Sacrificados, pisados, esmagados pela turba farta e carniceira dos que triunfam, êles não sabem sacrificar nada de si próprios para se libertarem e libertarem as almas da lama que as comprime — nem mesmo o que de mais miseravel tem o mundo: o ouro — nem mesmo o que de mais precário e mais incerto tem o homem: a vida.

Massa de lama e almas que o mundo machuca e achata no seu constante cilindrar através dos tempos, só um fio ligeiro e inutil de sangue e de lágrimas fica marcando nas gerações que dêles não guardam memória o seu voluntário esmagamento, só um vago queixume sem valor nem éco desmaia e se deixa sumir no bailado do desalento.

Sôbre êsse monstruoso cemitério da vontade pairam os abutres da velhacaria, grasnam os corvos da maldade.

E as azas moles da melancolia baixam-se e encurvam-se sôbre as gerações invertebradas.

Ah, não me julguem em desvario filosófico sôbre um paradoxo que é, no fim de contas, uma realidade social! Partidário das reacções violentas, dos revulsivos enérgicos, não me resigno a deixar o mundo, a sociedade em que vivo, no mesmo declive de abjecção em que os vim encontrar, tal como êles se escancaram, pôdres, nus e miseráveis, aos olhos de quem quer ou sabe ver.

Mesmo que a sociedade fôsse inteiramente mergulhada em lama, e talvez por isso mesmo, valeria ainda a pena dum esforço que a arrancasse à morte moral em tão sandecida cavalgada de perdição. Que dizer quando, por esmorecimento da caridade, falta de fervôr apostólico e deficiência de vontade, o mundo das almas joga à mercê das más leis que os homens fazem e das excrescências imundas que se lhes encrustam?

Deus sabe que não é pela violência que amamos a violência.

E' pela necessidade de pôr um fim ao êrro numa sociedade que se perdeu por errados caminhos, que amamos essa violência leal que se arma de fé e de sol, e se não aniquila na morte, porque ainda para além da morte fica iluminando e perfumando a vida, pois é pela força, pela força e pelo sangue, que o advento virá duma nova ordem sem sindicatos demoníacos e anónimos onde se tôçam, se explorem e se desvirilistem as aptidões normais e sãs, onde se não cuspa na virtude nem se exalte o impudôr e a ferocidade dos instintos.

Porque encontramos ruim êste mundo de enganos em que vivemos, não praza ao nosso egoismo abandonà-lo mais mau ainda. Tome cada qual a sua cruz e faça com ela a paz na consciência. E tomemos depois todos as armas e empregemos a violência. Cai um; cairão mil, que é sina das milenárias revoluções espirituais que solavancam os povos e mudam a face e o sentido das coisas e das Nações, o deixar à admiração e veneração dos vindouros uma longa fila de ossadas alvas de mártires e precursores.

Mil e um virão, e combaterão de novo. E a Hora chegará duma alvocrada de triunfo. Do limbo infamante da luta-pela-vida serão arrancadas, então, estas almas do seu triste purgatório, as almas párias que, ao darem com os olhos na luz da vida, não encontram, como as outras, o caminho largo duma profissão ou a dispensa farta duma herança, e erram pelas encruzilhadas do mundo, em precoce contacto com tôdas as torpezas, porque tôda a protérvia as arranha e tôda a lama se lhes pega!

Velharias Guimarãesenses

Documentos & Efemérides

1826

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

JULHO

Dia 28 — O provedor da Misericórdia propôs à mesa que no dia 1 do corrente a mesa preterita tinha riscado 4 irmãos de 1.ª, por causas que ficam referidas n'esse dia, e, «Que esta demissão trazendo consigo a infamia dos demitidos comprometia toda a corporação: Que não só se não tinham individuado factos de semelhante inquietação, mas que, pelo contrario, era bem constante a sensibilidade que na opinião pública, e na da maior parte da irmandade, causára um semelhante procedimento, que logo foi acusado como efeito de rancor particular nascido da representação, que, muito antes, tinha sido feita ao Dezembargo do Paço sobre a nulidade da eleição da mesma meza, a qual os quatro demitidos tinham assinado: Que esta representação não só tinha sido apoiada por grande parte da irmandade, mas de nenhuma forma podia colorar o procedimento, por isso que a todos era permitido o direito de petição ao Soberano, e até porque a nulidade tinha sido reconhecida na provisão que sobre ela se expediu: Que o

compromisso estabelecia as causas e o modo de chegar-se a êste fim, o que se não tinha observado, e que por isso propunha para que a meza deliberasse sobre a sua restituição.»

Lido o termo da demissão e o capítulo 3.º do compromisso, onde se trata das causas e modo porque isso se pode fazer, sendo tudo ponderado, se manifestou em opinião da meza, que nesta demissão se não tinha guardado o compromisso, pois que sendo os quatro demitidos ilesos na opinião pública no que respeita às qualidades que devem ter os irmãos da Santa irmandade da Misericórdia, cujos cargos tinham servido, não se apontavam factos particulares de prevaricação, e menos dêles se tinha tomado o conhecimento que o mesmo compromisso ordena, nem se apontavam omissões culpaveis de que já tivessem sido advertidos e admoestadas; sómente houve divergência em ser ou não da atribuição da mesa a sua restituição, e procedendo-se a votação por escrutínio secreto se venceu por pluridade de votos que fôsem os ditos quatro irmãos restituídos, e outra vez se lhes desse

alta no catálogo a que pertencem. Assinaram o termo: Manuel Joaquim Pereira Soares de Azevedo, provedor; João António de Castro Sampaio, escrivão da meza; João Baptista Carneiro de Carvalho, António Vaz Vieira de Melo Nápoles, Manuel Duarte da Silva Pinto Leal, Domingos António da Silva (cónego arce-diago), José Martins Gonçalves, Bento José Ferreira Guimarães, Manuel José Fernandes de Matos e Manuel José Leite.

Dia 31 — «Solene juramento da Carta Constitucional. Ao romper do dia deram-se no Toural 21 tiros de morteiro, no fim dos quais principiou a música do 21 a tocar o hino de D. Pedro, seguindo por quasi tôdas as ruas com o mesmo hino, acompanhada por muito povo dando vivas ao Senhor D. Pedro, Carta e à Senhora Infanta regente D. Izabel Maria. A's 10 horas da manhã jurou o cabido na sua casa capitular a Carta Constitucional, deferindo-lhe o juramento o Chantre, seu presidente. A's 3 horas da tarde, na casa da Câmara, seguiu-se igual juramento por parte de tôdas as autoridades civis e militares e empregados públicos. Acabado o juramento, foi a Câmara, todos os magistrados e empregados para a igreja da Colegiada, onde se cantou um solene «Te-Deum» a expensas da Câmara e cabido, a que também assistiram as comunidades da vila e o real mosteiro da Costa por um seu representante; coronel e oficiais do regimento n.º 21, nobres, clero e povo da vila. Concluido o acto, estando, enquanto êle durou, postado o dito regimento na praça da Senhora da Oliveira, aí deu três descargas de fogo, proferindo o dito coronel vivas ao Senhor D. Pedro, à Carta por êle ordenada e à família real, acrescentando que êle e o seu regimento a fariam cumprir até à última gota de sangue. O regimento seguiu para o Campo da Feira aonde repetiu os mesmos vivas, assim como depois fez no Campo do Toural. Daí marchou para o quartel. A' noite houve iluminação

geral e vivas, andando a música do 21 a tocar o hino de D. Pedro.»

O auto do juramento acha-se transcrito no n.º 93 do jornal vimaranense «O Independente».

AGOSTO

Dia 1 — «A's 6 horas da tarde sai um luzido Bando assim organizado: primeiramente duas azemolas carregadas de foguetes, cobertas com cobertores de damasco; atraz das azemolas duas figuras muito aceadas e bem montadas tocando cada uma o seu clarim, no meio destas ia outra que segnificava Guimarães, mais atraz outra que recitava o pregão em verso convidando nêle todos os portugueses a festejarem no dia seguinte uma brilhante função que haviam preparado os constitucionais; acompanhava-o muita gente dando vivas ao sr. D. Pedro, Constituição e Família real; os foguetes e vivas em tôdas as ruas foram imensos, e à noite houve iluminação geral. (P. L.).

Dia 2 — «A's 5 horas da tarde solenissimo *Te Deum* na basílica de S. Pedro pela outorga da Carta Constitucional, saindo no fim dêle o SS.º Sacramento em procissão pelo campo do Toural, indo atraz a música do regimento n.º 21 a tocar o hino de D. Pedro. A imensa gente de tôdas as classes que assistiu ao *Te Deum* acompanhou com tochas acêsas a procissão.

A' noite houve grande iluminação no campo do Toural, constando de um templo a fingir marmore com a figura da Constituição no meio; a figura estava ricamente aceada e o templo iluminado a cêra. No escadorio do templo estavam 4 anjos a cantar o hino constitucional ao som duma bem concertada música. De frente da igreja de S. Pedro estavam sobre duas colunas iluminadas as figuras da Religião e Guimarães com seus disticos. Em uma das janelas da casa do Toural estava muito bem iluminada a Real effigie de S. M. I. o sr. D. Pedro dando a Constituição a sua filha sr.ª D.

Maria. Nos 4 cantos do Toural estavam as 4 partes do mundo. No chafariz do Toural estava a figura da Fama tocando trombeta e tendo na mão direita um dístico que dizia Constituição. As grades das janelas das casas do passeio (lado nascente) estavam iluminadas por simetria com festões de murta, laranjas e grisetas, que faziam uma agradável vista. Foi certamente esta função uma das mais brilhantes que se tinha visto em Guimarães, segundo o que diziam os velhos».

Dia 3—A's 11 da manhã foi conduzido pelos constitucionais desta vila um farto jantar aos presos das cadeias da mesma, indo adiante a tocar o hino constitucional a musica do 21, e no fim repartiram pelos pobres o que sobejou dos presos. Alguns constitucionais deitaram de algumas janelas do Toural dinheiro em cobre aos pobres. (P. L.)

— O Visconde de St. Marta escreve do seu quartel general em Braga ao coronel de milicias de Guimarães, Antonio Cardoso de Menezes Ataíde Sousa e Vasconcelos, mandando-lhe que, tendo de levantar o regimento n.º 21 o seu acantonamento desta vila amanhã 4 da tarde, faça reunir 30 praças do corpo do seu comando, e delas forme uma guarda que colocará na casa que a camara lhe destinar, e a quem nesta data expedia as ordens necessarias; esta guarda seria rendida diariamente por igual força do mesmo corpo, comandada por um capitão, com tendo um subalterno. «V. S.ª fica na consideração de Governador Militar dessa vila, e por isso responsavel pelo socego e tranquillidade que nela devem reinar».

Dia 4 — Em sessão extraordinária da Câmara, o Juiz de fóra, presidente, apresentou um officio do General da provincia, Visconde de Santa Marta, de 3 do corrente, pelo qual, e saída do Regimento 21, requisitava à Câmara a prontificação de uma casa no lugar central e mais público da vila, para colocar uma guarda do Regimento de Milicias, da mesma vila, e prontificada, para as 4 horas da tarde do dia de hoje, em execu-

ção do que, a Câmara indicou as casas de n.º 1, 2 e 3 do largo de S. Domingos, desta mesma vila, e a cuja comunidade as mesmas casas pertencem». — Presentes, por convite, a Câmara, autoridades civis, Desembargador, Corregedor, Provedor e o Coronel comandante do Regimento de Milicias desta vila, encarregado do Governador Militar da mesma vila, António Cardoso de Menezes Ataíde de Souza e Vasconcelos, foi ponderado e decidido, «que segundo as circunstâncias actuais, e para a melhor segurança pública, se fazia urgente uma força maior de cem praças do regimento de milicias desta mesma vila», e que esta ponderação fôsse levada ao conhecimento do General da provincia por êle coronel comandante encarregado do governo militar da vila.

— A' uma hora da tarde tira-se a figura da Constituição do templo que se lhe tinha armado no meio do Toural; ao tempo que se tirou deram-se muitos foguetes do ar e morteiros.—(P. L.)

— A's 3 horas da tarde saiu o regimento 21 e foi pernoitar à Póvoa de Lanhoso para daí ir a Traz-os-Montes. Também marcharam, doutras partes, para a mesma provincia, os regimentos 3, 6 e 15, por se ter revoltado o regimento 24, de Bragança. (P. L.)

— Preços da feira: Trigo, 1\$00; centeio, 450; milho alvo, 700; milho, 470.

Dia 6 — Em sessão extraordinária da Câmara, presentes os drs. Desembargador Corregedor, Provedor e o Juiz de fóra: o Corregedor apresentou a Proclamação da infanta D. Izabel Maria, de 1 de Agosto, que, depois de lida em Câmara, mandaram se publicasse por pregação pelas ruas públicas da vila, pelo pregoeiro, registando-se no livro da Câmara, e afixando-se no lugar mais público.

Dia 12 — Preços da feira: Trigo, 1\$00; centeio, 480; milho alvo, 700, milho, 480.

Dia 17 — Foi sepultada na igreja das Capuchas Ana Joaquina, mulher de

António José de Almeida Bravo, da rua Sapateira.

— A's 11 horas da noite houve grande barulho no Campo da Feira, causado por alguns realistas que deram algumas lapadas em alguns constitucionais que estavam a cantar o hino constitucional, dispersando alguns que não tardaram em chamar a guarda, que acudiu logo com alguns constitucionais armados, fazendo logo desaparecer tudo, ficando somente o porteiro do Cabido com uma perna quebrada na ocasião em que ia a fugir. (P. L.)

Dia 19 — Foi arrematada por António Francisco, de Creixomil, a construção da calçada da Cruz da Pedra até Santo André, na extensão de 60 braças, a 1\$760 réis a braça, sendo o quebrar da pedra por sua conta e apenas os carros pagos pela Câmara.

— Preços da feira: Trigo, 1\$000, centeio, 500; milho alvo, 700; milho, 500.

— O Visconde de Santa Marta escreve do seu quartel general em Braga, ao coronel de milicias de Guimarães dizendo-lhe ficar certo das providencias que deu sobre a desordem da noite (de 17) anterior nesta vila e o ter sido preso o motivador José da Costa; confia da actividade, intelligencia e zelo com que se emprega no serviço de S. Magestade, está bem certo porá todos os meios ao seu alcance para coibir excessos e impedir que os habitantes se insultem uns aos outros; e certo nesta opinião, é a razão porque não vem estabelecer o seu quartel, alguns dias, nesta vila, contudo se julgar a sua presença necessária lh'o participe; o informe exacto se houve vozes ou aclamações subversivas contra Soberanas determinações de D. Pedro IV ou contra a Carta.

Dia 26 — Preços da feira: Trigo, 1\$020; centeio, 500; milho alvo, 650; milho, 500.

Dia 28 — A Camara dirige á Infante regente uma felicitação do teor seguinte:

«Serenissima Senhora — A Camara da leal antiga villa de Guimarães berço

da Monarchia Portuguesa, tendo prestado com a maior satisfação e respeito o Juramento á Carta Constitucional decretada pela Senhor Dom Pedro quarto, Rey destes Reynos de Portugal, Algarves e seus Dominios, vae tambem apresentar a Vossa Alteza, como Regente d'estes Reynos a sua obediencia e intento da Sua Lealdade felicitando-a ao mesmo tempo pela descoberta da conspiração que a perversidade da guarda da policia projectava. A Camara e o Povo que ella representa agradece mui vivamente a Vossa Alteza as acertadas e providentes medidas com que estorvou tão grande mal, e não menos a promptidão com que fez convocar os Deputados da Nação. os quaes farão com a presidencia de Vossa Alteza as leis mais justas á felicidade dos Povos que Vossa Alteza tão dignamente Rege. Queira Deus conservar por dilatados annos a preciosa vida de Vossa Alteza como muito lhe deseja esta Notavel villa. Guimarães em Camara de 28 de Agosto de 1826 O Juis de fora Presidente, Antonio de Vasconcellos Carvalho Meneses d'Albuquerque. O vereador Francisco José Gonçalves de Oliveira. O vereador Jose Maria de Sousa da Silveira. O vereador Domingos Cardoso de Macedo. O procurador José Joaquim da Silva Pinheiro.

Nota — Desconhece-se quem foi o intermediario para a apresentar, porque na cópia do respectivo officio se não diz o nome da pessoa a quem encarregaram de tal.

Dia 30 — A's 9 horas da noite chega de Braga um destacamento do regimento de infantaria n.º 9, que lá estava. commandado por um major; veio para manter o socego desta vila. (P. L.)

SETEMBRO

Dia 1 — Vem o general da provincia, Visconde de St.ª Marta, conferenciar com as autoridades da vila, sobre o modo de se manter o socego da mesma. (P. L.)

Dia 2 — Em cumprimento das Ré-

gias Instruções de 7 de Agosto a Câmara fez a divisão dos circulos da vila e termo, e 10 igrejas para cabeças das assembleias eleitorais. Também ordenou fosse feito reembolso ao cônego procurador do Cabido da quantia de 725\$783 réis que pertencia a camara pagar, como mieira com a Colegiada, na despesa com as exéquias de el rei D. João VI, cuja totalidade foi de 1.451\$565 reis.

Dia 7 — Provisão, por despacho do Desembargo do Paço, de 6 deste, encarregando ao Corregedor de Penafiel de vir immediatamente a Guimarães, tirar residência ao corregedor José Caitano Peixoto Martins Bairoso, ao Provedor, Francisco Luiz Teixeira da Mota, e ao Juiz de fóra Antonio de Vasconcelos Carvalho e Menezes, para que nomeie escrivão e meirinho. A estes 3 magistrados, por decreto de 30 de Agosto de 1826, fôra dado por acabado o lugar que serviam; Nos capítulos geraes foi lhes perguntado pela parte que cada um dêles «tem tido nas desordens acontecidas na mesma vila, e nos desvarios da opposição politica de seus habitantes», e remetessem os autos do resultado ao Desembargo do Paço. O syndicante, Luiz Tavares Carvalho e Costa, no dia 19, em officio ao Juiz pela ordenação, diz: Havendo S. A. a Infante Regente dado por acabado o lugar do Juiz de fóra de Guimarães e tendo sido êle, corregedor de Penafiel, encarregado de immediatamente tirar a residência, «o primeiro passo que tinha a dar era suspendê-lo mas como o não encontrasse e V. S.^a em officio de hoje me participou que êle se retirara passando-lhe a jurisdição a título de licença que deixara registrada, porisso remeto a V. S.^a a cópia da provisão pela qual fui encarregado da mencionada residencia, para que V. S.^a a faça registrar nos livros da câmara e constar à mesma que o dito bacharel A. de V. C. e M. deixou de ser juiz de fóra desta vila e seu termo, e para que V. S.^a não torne a passar a jurisdição e só àquêle a quem S. A. ordenar».

Dia 9 — Em sessão de câmara de

hoje, sómente houve despacho e nada foi deliberado; e na sessão do dia 13 succedeu o mesmo.

Dia 11 — Chega a notícia de terem sido apeados os 3 ministros da vila: José Caitano Peixoto Martins, corregedor, Luiz da Mota, provedor e Antonio d'Albuquerque, juiz de fóra, pelo mal que se haviam comportado depois de imposta a Carta Constitucional. Foram nomeados outros ministros. (P. L.)

Dia 12 — O visconde de St.^a Marta, escreve do seu quartel general em Braga, ao coronel de melícias de Guimarães, dizendo «que constando lhe em Braga que alguns individuos d'esta vila e suas vizinhanças, aqui faltavam, deixando dito no momento em que saíam d'ela que se evadiam para a Galiza: o informo pelo mesmo portador se nesta vila se nota a falta de alguns individuos, quem são e para onde se dirigiram».

Dia 16 — O mesmo general ordena ao dito coronel, que forme uma lista dos emigrados, «o que não é difficil saber n'uma terra pequena».

— Em sessão de câmara: o dr. Juiz de fóra apresentou a licença régia, já registrada em 7 de Setembro de 1825, de 2 menses, tendo-se aproveitado d'ela só por um mês, para gosar o resto de hoje em diante; mais apresentou para se abrir um officio dirigido a esta Câmara pelo Corregedor de Penafiel, em que se ordenava a apresentação de aposentadoria para êle e seus officiais: ordenaram se officiasse aos almotacés para a apresentarem logo.

— Preços da feira: trigo 1\$00, centeio 480, milho alvo 680, milho 460.

Dia 17 — Eleição dos eleitores das paróquias, saindo na da Oliveira, José Fortunato Ferreira de Castro, e na de S. Sebastião, Bento Ferreira Cabral, ambos a pluralidade de votos. (P. L.)

— Em sessão extraordinaria da câmara, foi aberto o officio do ministro secretario d'estado, encarregado interino dos negocios ecclesiasticos e de justiça, para se proceder à nomeação de pessoas

para a commissão das cadeiras públicas: a Câmara nomeou João Manuel de Passos, Manuel Joaquim Pereira Soares d'Azevedo, João Batista Carneiro, José Antonio Ribeiro dos Santos, e José de Castro Sampaio, ordenando que se lhes officie participando a nomeação.

Dia 18 — Chega o Corregedor de Penafiel para tirar a residencia aos 3 ministros desta vila, a quem a sr.^a infanta D. Isabel Maria tinha dado os lugares por acabados. (P. L.)

Nota — Não teria chegado no dia de ontem?

Dia 20 — Em câmara, sendo posto a pregão o arrendamento da casa da alfandega, por 1 ano, desde o proximo dia 29, lançou Manuel José de Sousa, da rua Nova das Oliveiras, em 34\$000 reis metal. Ficou esperado para na 1.^a sessão de câmara se lhe entregar o arrendamento caso não haja quem dê mais.

Dia 21 — O Visconde de St.^a Marta, do seu quartel general de Braga, ordena ao coronel de milícias de Guimarães que, devendo o batalhão de caçadores n.º 11 entrar nesta vila no dia 23, faça reunir ao regimento de infantaria n.º 9 o destacamento d'este corpo que aqui se achava a fazer serviço, a cujo comandante entregaria o itinerario para a marcha do mesmo destacamento.

Dia 22 — E' eleito D. Abade da Costa, fr. Joaquim Mendes de Vasconcelos.

— Tomou posse da vara de Corregedor d'esta comarca o bacharel José Antonio Ferreira Braklami, provido por Decreto de 30 de Agosto e Provisão régia da meza do Desembargo do Paço de 11 de Setembro mandando que a Câmara lh.^a desse posse.

Dia 23. — Chega aqui o batalhão de caçadores n.º 11, vindo de Penafiel. (P. L.)

— Em câmara; posto a pregão 2.^a vez o arrendamento da casa da alfandega: não houve lança que excedesse o da 1.^a, ficando ainda para a seguinte sessão; e posto tambem a pregão o arrendamento do banco do peixe que fica à entrada de porta da alfandega, por

1 ano, desde 1 de Janeiro de 1827, lançou José Antonio Fernandes, da rua de S. Domingos, 4\$800 reis metal, e Domingos José d'Aguiar, da rua de Relho 20\$000 reis metal. Mandaram continuar na seguinte sessão. Nomearam almotacés para o trimestre de Outubro a Dezembro os bachareis Manuel Antonio de Lima Peixoto e Lourenço Leite de Castro Sampaio, aos quais o juiz, pela ordenação, em 27 deste mês e em sua casa, deferiu o juramento.

Dia 25 — A Câmara, em sessão, despachou, mas não deliberou cousa alguma.

Dia 27 — Posto em 3.^a arrematação o arrendamento da casa da alfandega, foi entregue ao lançador da 1.^a; e para os lugares d'ela não houve lançador.

OUTUBRO

Dia 1 -- Toma posse do governo das armas da provincia do Minho e faz o seu quartel general em Braga o Marquez de Angeja. (P. L.)

Dia 3 — Morreu o abade (da casa) do Arco. Foi sepultado na igreja de S. Pedro. (P. L.)

Dia 8 — Marcha para Cavez o batalhão n.º 11 que aqui estava desde 28 de Setembro, e para aqui voltará a 13 deste mez. (P. L.)

Dia 11 — Carta da infante regente, nomeando, por decreto de 27 de Setembro de 1826, o bacharel João Batista Felgueiras para o lugar de Corregedor da comarca de Viana por um trienio, com predicamento do 1.^o banco.

— A's 9 horas da noite, alguns realistas deram vivas na ponte do Campo da Feira ao sr. infante D. Miguel como rei absoluto de Portugal e morras á Constituição; acodindo alguns milicianos sómente poderam prender um por suspeito. (P. L.)

Dia 12 — As milícias comandadas pelo coronel Lameiras, Antonio Cardoso d. Menezes Ataíde e Vasconcelos, formam, ao meio dia, em parada, no Campo

do Toural, durante a qual houve morteiros e foguetes do ar. O coronel levantou vivas ao sr. D. Pedro, à sr.^a D. Maria II, à Infante regente e à Religião. A' noite saiu da casa do Toural, de Jerónimo Vaz Vieira de Melo Alvim, um carro com a Real effigie do sr. D. Pedro, puxado por homens. Era acompanhado dum côro musical cantando o hino constitucional. Atraz do carro ia uma guarda d'honra de Milicias, com uma bandeira, e muito povo que acompanhava resoando os seus vivas no meio de muitos foguetes; as casas estavam iluminadas. Isto tudo era por ser o dia d'anos do sr. D. Pedro IV. (P. L.)

Dia 13 — Chega o batalhão de caçadores 11, vindo de Cavez, para onde tinha ido a 8 d'este mez; tambem chega um contingente do regimento n.º 21 que marcha para Valença para a instrução das suas recrutas. (P. L.)

Dia 14 — Para satisfazer o decreto de 13 de Setembro de 1826 a Câmara nomeou os bachareis José Leite Duarte Junior, Inácio Ferreira Alves Costa, Francisco Leite Pereira da Costa e Francisco Luiz de Macedo, ordenando se officie a cada um, com a cópia do decreto, e se participe esta nomeação à Regente.

— A Câmara, satisfazendo ao officio de 2 d'este mês, do Corregedor, deliberou que o procurador mande concertar o selo da correição, e tambem o encarregou de mandar fazer os reparos de que a casa da alfandega carecia.

Dia 15 — Os constitucionais deram um jantar ao batalhão de caçadores n.º 11 e ao destacamento de Milicias, por ser o dia em que era esperado pela 1.^a vez, o general da provincia, Marquez d'Angeja, que só veio no dia seguinte. (P. L.)

Dia 16 — Chega aqui o general da provincia, Marquez d'Angeja. Era esperado à ponte de St.^a Lusia pelo batalhão de caçadores n.º 11 que o acompanhou até à casa do Raivoso, no terreiro da Misericórdia. Algumas milicias da guarnição da vila esperavam-no em Mata

Diabos e acompanharam-no até à dita casa, assim como bastantes constitucionais que conduziam archotes acêsos. Depois de dar uma volta no Toural o Marquez entrou pela Porta da Vila, onde os mesmos constitucionais lhe haviam levantado um arco, dirigindo-se para a habitação que lhe estava destinada, sempre acompanhado de povo que lhe dava vivas (aos quais o general correspondia com entusiasmo) e cantava o hino constitucional. As ruas por onde passou estavam iluminadas. (P. L.)

Dia 17 — A's 3 horas da tarde o batalhão n.º 11 forma em parada no Campo do Toural, onde comparece o General, Marquez de Anzeja (com a esposa, uma filha e o seu estado maior). No fim da parada fez uma fala vulgar ao batalhão e ao povo esforçando-se em mostrar que o sr. D. Pedro IV era o nosso rei legitimo, e por isso todos lhe deviam obedecer. A' noite foram os constitucionais com o retrato do sr. D. Pedro à porta do General cantando o hino e dando vivas; o General mandou-os subir para a sala, e junto com êles deu vivas e cantou o hino constitucional. (P. L.)

Dia 18 — Em sessão de Câmara, sómente houve despacho.

— Chega noticia de que no Algarve se sublevaram, aclamando rei absoluto de Portugal o sr. D. Miguel I, o batalhão de caçadores 4 e o regimento de infantaria 14. Marchou de Lisboa o ministro da guerra Saldanha com uma divisão de 4 brigadas, que fez retirar para a Espanha os sublevados.

Dia 20 — Carta régia nomeando, por decreto de 30 de Agosto de 1826, provedor, o bacharel Manuel Inácio Pereira de Moraes Cabral, e mandando à câmara lhe dê posse.

— Faleceu o celebre medico e poeta, João Evangelista de Moraes Sarmiento, «homem grande não só por sua profissão como tambem em tôdas as sciencias». (P. L.)

Dia 21 — Em sessão de camara foi acordado tirar do cofre dos depósitos públicos 60 \$000 reis de emprestimo para pagar a terça que a Câmara estava devendo a S. Magestade, em razão de o tesoureiro não ter dinheiro do conceelho, porque foi gasto com as exequias a D. João VI, e que o 1.º dinheiro do conceelho, que o tesoureiro receber, seja para pagar o dito emprestimo.

Dia 23 — Morreu José Soares, genro de D. Luisa do Cruzeiro (?). Foi sepultado na aldeia onde morreu. (P. L.).

Dia 24 — Emigra para Espanha o 1.º visconde de Azenha, Martinho Correia de Moraes Lacerda. (P. L.).

Dia 25 — Chega noticia de se terem revoltado em Vila Pouca de Aguiar, a favor do sr. D. Miguel e contra o sr. D. Pedro, os soldados do batalhão de caçadores n.º 7, chegando a ferir alguns officiais por não quererem seguir o seu partido, e depois emigraram para Espanha. (P. L.).

— Falece frei João de N. Sr.ª das Dores Venade, prégador jubilado e guardião do convento de S. Francisco, de que havia sido sacristão-mór, e nêle foi sepultado; era muito considerado pela sua boa vida e costumes (P. L.).

Dia 26 — Tendo o capitão da 1.ª companhia das ordenanças, Custodio José Sampaio Guimarães, nomeado o cabo da 3.ª esquadra da sua companhia, Francisco Joaquim da Costa Carvalho, para o posto de 2.º sargento, que estava vago, porque Manuel Antonio da Silva estava preso por crimes, há mais de 3 meses, nomeação esta aprovada pelo capitão-mor Domingos Cardoso de Macedo, foi neste dia, e em Braga, confirmada pelo general da provincia Marquez de Angeja.

Dia 28 — Em sessão de câmara, sómente houve despacho.

Dia 30 — Entrou em Guimarães Martinho Correia e seus filhos e o Barão de Vila Pouca com alguns officiais e 40 a 50 soldados da divisão do Marquez de Chaves. (P. L.).

Dia 31 — Carta de mercê, por decreto de 30 de Agosto de 1826, nomeando o bacharel José Antonio Ferreira Br. klamy para o cargo de Corregedor de Guimarães, fazendo neste lugar o de desembargador da Relação do Porto. Em 28 de Novembro de 1826 tomou posse na Relação do Porto do lugar de Desembargador da mesma.

JOÃO LOPES DE FARIA.

Parente de Figueiredo

Temos o prazer de informar os nossos leitores, de que êste distinto Poeta, nosso amigo e colaborador, tem a sair breve do prelo um novo livro de contos para crianças, intitulado— «SEMENTEIRA DE OIRO». A edição pertence à importante Litographia Luctana, de Vila Nova de Gaia, de que é proprietário António Menêres de Araujo, espirito invulgar de commerciante moderno, culto e illustrado, propenso a arrojadas iniciativas.

Certos ficamos de que a nova publicação de Parente de Figueiredo será recebida com o máximo entusiasmo e agrado, não só pelo público infantil a que se destina, mas também no seio de tôdas aquellas familias, que, nesta época de duvidosa moralidade, anseiam o aparecimento de obras sãs e moralizadoras, e mo são, afinal, tôlas as saídas da pena daquele nosso intelligente colaborador. «SEMENTEIRA DE OIRO», é um livro que há-de impôr-se ao nos o público, quer pelo valor intrínseco da obra, quer pela parte gráfica que é excelente e cuidada, profuamente illustrada com várias litographias coloridas, em separata, a e maissem o texto. Será um livro que, honrando o seu autor, enaltece ao mesmo tempo os progressos da indústria portugueza do livro, pois é uma preciosa edição como raras vezes aparece em Portugal.

Cordas partidas...

Para o cantor que as queira : — estas trovas.

Não sei qual seja pior,
ou custe mais a fazer :
— se esquecer, para cantar,
se cantar, para esquecer ! —

Quadras de amor, a mais linda
sábe-la tu, sei a eu :
— quatro lábios, quatro versos,
num beijo que a gente deu ! —

Muitas Marias da Graça
eu vejo todos os dias :
mas tu sem seres da Graça
és a graça das Marias !

Choro a rir, rio a chorar,
— que tonteira do sentir ! —
Deus me livre dessas coisas
que não são chorar, nem rir.

S. João p'ra ver as moças
fez uma fonte de encanto.
Se quem é santo faz isso,
que fará quem não é santo ? !

E's branquinha como o leite,
mas não serves para bôda:
pois mesmo em seres branquinha
tu sujas-me a vida tôda !

Atraz dum desgosto, um gôsto...
— Louvado seja o Senhor —
Depois da água salgada
a doce tem mais sabor !

Entre um beijo que te dei,
e um beijo que tu me deste,
perdi a vida que tinha
na vida que tu perdeste !

Bendita a fala dos olhos
que é melhor fala de amor :
— no mais profundo silêncio
é que a gente ouve melhor !

Nunca te iludas com modos
de certa gente do mundo :
— um poço de água limpinha
tem muito lôdo no fundo ! —

Menina, tenha cautela
se da virtude se esquece :
— quanto mais branca a toalha,
mais a nódoa se conhece ! —

Fazes troça dos meus olhos,
por eu tanto assim te olhar :
— se troças pouco me importo,
se me importo, é por troçar ! —

“O Anátoma da Flandres,,

As Manobras de Tancos

ANTONIO CANDIDO: — A imaginação rasteja, não vôa no azul; a propria razão parece que perdeu as suas plumas d'aguia. Vêde-me a arte de hoje... Não deslumbra e não consola.

Envolto na tenue claridade, ainda indecisa, de uma manhã que se anuncia amena e linda, entre alias simples de curiosos madrugadores a olharem-no, illusoriamente, já na apeteçida largada, uns, na crúa despedida, outros, caminha garbosamente a passo-de-marcha, na formação de coluna-de-batalhão, o batalhão (1) mobilizado do 34 d'infantaria, ainda ignorante do seu destino verdadeiro num futuro que não conhecia proximo ou distante, marchando pela estrada que do seu aquartelamento se estende à estação dos caminhos de ferro de Santarem onde detem a marcha para ir formar em linha por companhias, sôbre a gare, com a frente para um comboio especial que o aguardava.

O embarque efectua-se em rápidos momentos. Uns sinais de apito e uns silvos de máquina, e o comboio, que durante a noite esteve recebendo o variado material e solípedes, rola sôbre os *rail*; em direcção a Tancos onde desembarca o batalhão já sob os amplexos mornos do sol matutino que o envolve e desentorpece.

Mais uns instantes de demora na estação de Tancos, o suficiente para se desembarcar o variado material e solípedes, e, de novo, o batalhão retoma a marcha até ao seu acampamento frágil, no Acampamento de Tancos, sôbre a Ribeira do Seival, ao norte da Barquinha, para tomar parte nas chamadas—Manobras de Tancos.

Um repouso efémero se lhe segue, para logo se iniciar a limpeza, por companhias, às áreas respectivamente occupadas, e outros trabalhos de instalação, ficando a frente volvida à estrada Tancos-Tomar e prolongando-se o batalhão, em «coluna-dobrada» (2), em profundidade para a Ribeira do Seival.

Para o sul, no flanco direito do 34 d'infantaria, imediata e sucessivamente

(1) O batalhão do 34 d'infantaria marchou de Santarem para Tancos com três companhias, tendo sido formada na Guarda a quarta companhia que só se lhe reuniu em Tancos.

(2) Divertimentos da república, que tambem se entrevee a substituir a posição de braço-armado pelo impossivel perfilar-armas que não poucas espingardas quebrou, etc.

ficavam os acampamentos dos batalhões do 21 e 22 (1) d'infantaria, formando, com o 34, o 2.º regimento da 1.ª brigada da Divisão de Tancos.

Sôbre o norte, no flanco esquerdo do 34, via-se o acampamento do 1.º regimento da 1.ª brigada, constituído pelos batalhões do 7, 15 e 28 d'infantaria, com dispositivo igual ao do 2.º regimento de que se encontrava separado por um largo campo de matagal rasteiro.

Na rectaguarda, na Ribeira de Seival, junto a um moinho a água, estavam os bebedouros improvisados para o gado da 1.ª brigada e artilharia.

Na frente do 1.º regimento acampavam os batalhões do 23, 24 e 35 de infantaria, compondo o 3.º regimento da 1.ª brigada, a que se seguiam os hospitais, artilharia e a 2.ª brigada a dois regimentos, faltando-lhe o terceiro regimento que só em outubro pisou Tancos com os batalhões do 10, 13 e 19 de infantaria, também chamado a 3.ª brigada, reforço da Divisão de Tancos e brigada independente, comandada pelo coronel Gomes da Costa.

Descendo para o lugar da Praia, entre a Barquinha e Castelo de Almourol, encontravam-se baterias de artilharia, Cruz Vermelha, Quartel General e os serviços de engenharia e administração militar, esquadrões de cavalaria, serviços postal e telegráfico, pagadoria, G. N. R. de cavalaria exercendo as funções de prebostado, etc.

O «acampamento de pau e lona», como ficou sendo conhecida a Divisão de Tancos, por ser abrigada em camisas de lona e panos de tenda abrigo vestindo uma fácil armação de madeira (que não raras vezes tombava com a ventania vulgar), sob que se viam lençóis de lona (camas) atados nas extremidades a grossos varais, tomava por tãta a parte o dispositivo da «coluna-dobrada», ficando cada pelotão em seis barracas, a doze homens cada uma, obedecendo ao traçado da coluna-de-companhia.

Para a rectaguarda das várias unidades e fracções tinham lugar as cavaliariças cobertas de ramagens e desguarnecidas de abrigos laterais, causa principal, senão única, da morte de imensos solípedes assim tão expostos ao sol abrazador e ventanias agrestes, e às temperaturas frigidíssimas que à route descem sôbre Tancos. A seguir eram cavadas as latrinas-de-campanha, simples valas que nunca foi preciso aterrar, por o soldado, quasi de principio, as ter abandonado por completo, para se acocorar pelas dobras do terreno, entre as moiteiras, espalhando assim os dejectos por um campo vasto, sujeitos à directa acção constante da ardência solar, e que foram pasto de largos enxames de moscas e moscardos que se accumularam ameaçadoramente e bastantemente haviam de vir a incomodar o acampamento da Divisão.

Cada batalhão mobilizado fôra constituído a quatro companhias com o efectivo (2) de 250 homens cada uma, o que se conseguiu a muito custo, com o auxilio das várias classes mobilizadas dêste batalhão a que os dois restantes batalhões não mobilizados, do respectivo regimento, tiveram de ceder os seus soldados de iguais classes mobilizadas, exaurindo se quasi a falsa unidade-regimento, de molde a não poder encontrar os recursos necessários para um dos seus três batalhões — as reservas.

(1) O sector do 22 já estava occupado, encontrando-se vago o do 21.

(2) Muitos dêses soldados sargentos e officiais, tendo regressado de Africa, nem tempo tiveram para descansar e fortalecerem, sendo mobilizados para Tancos e depois arremessados para as temperaturas frigidãs da inverno franceza. Tudo devido ao grande... «voluntariado».



CRISTO nas trincheiras

Nada mais seria necessário, se houvesse intelligencia... positiva, para se repudiar a organização do Exército que ainda vigora, e estabelecer-se a unidade-batalhão como unidade militar, em substituição do fictício «regimento» que só se poderia organizar incompletissimo lançando mão de tôdas as classes de uma vez só, e nunca, conseqüentemente, poderá esperar reservas do seu pseudo-batalhão-de-depósito que por acaso se tenha a veledade atrevida de querer instituir... extra-papel. Como nem sequer os batalhões mobilizados, desfalcados pelas clareiras inevitáveis que a guerra impiedosa e infalivelmente lhes abria, as não vieram a obter das mentidas companhias-de-depósito, mas sim, como verificaremos, de batalhões da futura 2.ª divisão do C. E. P., e ainda de novos batalhões mobilizados como batalhões de-depósito!...

Incompreensível se torna esta especie novissima de batalhões-de-depósito flôr híbrida, incolôr, impossivel, que tão facilmente brotou no cerebro virgem das cousas militares, lá dentro da cabeça castiça de Norton de Matos que a formigaria-alvar-democrata-bolchevista, etc., içou gloriosa, radiante da estupidez infinda, à 'categoria de... «Jofre portuguez», e o soldado (1), menos mãos-largas e mais justiciero, havia de fazer descer intelligentemente à especie de... hipopotamo...

Azares da sorte que... uma fecunda ingratidão (?) gerou na alma desses desprezados e humilhados soldados que ainda haviam de ter vida, a bem dêles e da Pátria, para voltarem do degredo, em França, a crivar de remorsos torturantes a vida restante, que é concedida para maior martírio, a quem sómente os soube fardar e matar longe da Pátria... ainda sem necessidade, sem incentivo e sem proveito! (2).

Mas se repudio, por completo, em face do que exponho e doutras razões de ordem vária, «a unidade regimento», e apenas considero como verdadeira unidade militar portugüesa «o batalhão», desnecessário será afirmar que três divisões reais, em Portugal, já seria demasiado luxo, mas já seria organização militar, desde que se tomasse em linha de conta as regiões em que houvessem de operar. Senão... acabe-se com o exército.

Mas, regressando a Tancos, e sua interessante divisão, encontra-se, à chegada do batalhão do 34 de infantaria, o sector do 21 d'infantaria ainda vago, o que o jornal-da-caserna (3), mais veloz que o andar a chouto do correio preto no sertão, veio a justificar claramente, sôbre a tarde, pela sua fiel reportagem.

E assim afirmava que o 21 d'infantaria, em virtude de uma insubordinação em que se lançara, depois de receber a ordem de marchar para Tancos, ficara «muito voluntariamente» pela Covilhã sob o pretexto de não terem sido mobilizados determinados soldados, impedidos em serviços de secretarias, o que servia, apenas,

(1) O soldado, divertido a princípio, entretinha-se a alcunhar entidades militares, como por exemplo o general Tamagnini que dizia «está no primeiro tempo de entrar para a tenda» (tenda de campanha), por não ser apumado; o chefe dos correios que tratava por «major estampilha», por que sendo graduado em major vendia selos; etc.

(2) LUIZ DE ALMEIDA BRAGA: — «Só debruçando-nos sôbre os túmulos aprenderemos as realidades misteriosas da vida. O culto dos mortos ensina-nos a pensar e a sentir. E' a sua alma que forma a nossa alma, e é nas energias por ela transmitidas que os sonhos seculares da raça ganham raizes novas para reflorir. Quando os nossos actos contrariam o Passado e o negam, ou são estéreis, ou envolvem-nos então naquela tristeza apagada e vil que precede o aniquilamento das nações.»

(3) O «jornal-da-caserna» não é, como se possa depreender, um jornal impresso ou escrito à mão, etc, mas tão sómente os boatos, por vezes disparatados, que correm entre os soldados, e se propalam, rápidamente, de caserna em caserna, de quartel em quartel.

para velar as intenções verdadeiras de procurarem não permitir que, ao iniciarem as marchas, se viessem encontrar em regiões mais distantes que Tancos ou barra do Tejo.

De facto, alguma cousa de anormal se havia passado para que o batalhão do 21 ainda não tivesse chegado. Ao anoutecer, confirma-se totalmente esta manifestação do tão anunciado voluntariado... pró-guerra, que não chegou a ter o carácter de uma «revolta activa», mas que já ia além, pela primeira vez, da «revolta surda» que então vivia em larga escala nas almas não vendidas.

Por este motivo, sai precipitadamente de Tancos o general Tamagnini d'Abreu, comandante em chefe da Divisão de Tancos, que, tendo préviamente nomeado de prevenção algumas forças, facilmente domina a indisciplina — revolta passiva — que apenas lavrava à rédea solta no quartel da Covilhã.

No dia seguinte chega a Tancos, desarmada, uma companhia do 21 — o fóco da infecção — para, pouco depois, subrepticamente, misteriosamente, desaparecer, no rumo de África, a incorporar-se nas colunas que ali operaram contra os alemães. Só então tomam conta do sector as companhias restantes do batalhão insubordinado e tão... voluntario, formando-se assim o 2.º regimento, desfalcado de uma companhia, e que nova dificuldade vem crear — à formação do seu batalhão — de depósito?!...

Como se pensaria organizá-lo, é que nunca se soube (1), tão bem guardados estavam «os importantíssimos planos de invenção», ignorados em absoluto da própria incompetência abundante do forçado involuntário criador, não fôsem êles cair em poder da *horriovel* e formidável espionagem alemã... Dêste modo, nunca o «monstro boche», por mais perspicaz que fôsse, os conseguiria haver, nem poderia desorganizar a desorganização-kolossal que tão proficientemente se organizava e, por isso, por unanimidade ignota, se adoptou êste novo sistema de «invulneravel cofre-forte», mais resistente e impenetravel que a bruta rocha, escondida, cautelosamente, nas profundidades ignotas.

Assim o novo e extravagante regimento-heterogéneo... de Tancos, constituído a três batalhões, pertencentes, cada um, a um regimento da Organização do Exército, ficava com um «batalhão-de-depósito»... anónimo! Por sua vez, os batalhões, mobilizados para êstes heterogéneos regimentos, eram constituídos a quatro companhias e deixavam, cada um, nas suas sédes, uma esquisita «quinta companhia» — a sua companhia-de-depósito!... Inédito!...

Seguindo esta emaranhada cadeia de fusis, descendo do estéril regimento de Tancos ao seu batalhão e dêste batalhão até à sua companhia-de-depósito, pode-se

(1) RAMALHO: — «A orientação mental da mocidade contemporanea comparada á orientação dos rapazes do meu tempo estabelece entre as nossas respectivas cerebrações uma diferença de nível que desloca o eixo do respeito na sociedade em que vivemos obrigando a elite dos velhos a inclinar-se rendidamente perante a elite dos novos.

«Em face da batalha de sentimentos e de ideias no conflito português dos nossos dias entendo que à ala dos veteranos cabe o dever marcial de apresentar as suas armas a essa nova ala dos namorados, que se não batem já pelo precioso prestigio da sua dama mas pela beleza imortal da sua convicção, e batem-se não em combate fortuito, de torneio de gala, mas em pugnas regulares e successivas em que quotidianamente arriscam os seus interesses, a sua liberdade e a sua vida os redactores dos modernos jornais monarchicos e os de publicações periodicas de tão consideravel importancia filosofica e educativa como a *Lusitania*, a *Juizão Portuguesca*, *Aqui d'El-Rei*, os *Cadernos de Marioite*, a *Alma Portuguesa*, a *Cronica Panica*, a *Entr'acte*, etc.

«A incontestavel superioridade d'essa pleiade de estudiosa consiste em ter admiravelmente presentido a necessidade culminante da redução integral do povo português.»

encontrar um funambulesco batalhão-de-depósito a três companhias, tantos são os batalhões deste regimento. Será assim? Mistério, enfim.

Por êste ultra-sinuoso fio de lógica, pode-se chegar ao magno sumatório de conclusões:—Cada regimento heterogêneo ficou com um batalhão-de-depósito a três companhias; e cada um dos seus (1) batalhões mobilizados, com quatro companhias de linha e uma de depósito!!!????...

Eureka!...

Ou estas deduções seguem um curso de lógica e *ipso-facto* é desvendado o segredo ou então a lógica passa a ter a materialidade de uma batata.

E segundo esta «brilhantíssima organização nortoneana», a desorganizada e ignorante Divisão de Tancos via as suas brigadas de infantaria constituídas a três regimentos!...

Da incompetência absoluta que uma ignorância esmerada cultivava, decididamente se passava a garotar com a tropa. Não havia que duvidar ante tão flagrante documentação estulta a mostrar-se impudicamente.

Não era a primeira desorganização que se encetava, mas era o estudo profundo e acrisolado da inteligência negativa, esforçando-se apressada para atinar rapidamente com a primo-kolossal-desorganização que com tão bons ventos se efectuava, assembrando os estarrecidos espectadores sensatos, enlouquecendo de gôso animal os filhos das democracias (2), foragidos aos «deveres da honra» (como êles designavam o voluntariado pió...guerra... para os outros), criando o espírito da revolta nos humedecidos comparsas mártires desta tragédia-grotesca com que um estado maior, *in nomine*, se divertia indignamente na vida fácil que entretinha, e sempre entreteve depois.

Com tão incapaz organização não se tornava difícil vaticinar um efeito negativo, ou antes contraproducente, da instrução... «belicosa» que se ia agora iniciar com o esmero proporcional por parte das absolutas vãs consciências dirigentes..., contra que o triste comparsa instructor erguia o escudo protector em que crescia a desolada esperança de mais rudes golpes receber.

(1) LUIZ DE ALMEIDA BRAGA: — Ia uma grande tristeza pelo mundo. Não se ouviam senão melancólicos lamentos. Dir-se-ia que tóla a fé estava morta. Viviam-se de negações. A maior elegância mental consistia em negar tudo, sorrindo tristemente, negar até a própria negação! Mas já ha quem ousa afirmar com seriedade. Voltam os moços de hoje às coisas simples e normais. O que mais claramente os separa dos seus predecessores, é a manifesta aversão pelo diletantismo egoísta e pela ironia pessimista. Uma poderosa necessidade de construção e lógica, eis o que melhor caracteriza a feição do seu pensamento. Fugindo da confusão, do sentimentalismo vago, as modernas camadas intelectuais desejam e proclamam a superioridade da ordem, da clareza e do equilibrio. A nova geração queimou os ídolos falsos que seus pais adoraram, e a chama dêsse brasileiro imenso tornou-se para ela um fogo de Pentecostes..»

(2) LUIZ DE ALMEIDA BRAGA: — «... na nora breve que passa não sômos senão os usufructuários das energias que nos criaram.

«E' nos mortos que a nossa sensibilidade e a nossa inteligência encontram a sua origem; é aceitando as condições de vida proclamadas por êles que poderemos tomar consciência da formação da nossa terra e das modalidades do seu espirito».



Passados alguns dias, acto contínuo aos trabalhos de instalação, sabe-se que os sábados são destinados à limpeza de armamento, barracas, etc., devendo tôdas as semanas irem ao banho, no rio, em dias diferentes, as companhias de cada batalhão, ordem que nem sempre se executa com a regularidade determinada, por quem a manda não cumprir, de quando em quando, para serem observados outros serviços indicados.

Simultâneamente, apparece o vasto programa de instrução, todo ramilhetado dia a dia, semana a semana, para entreter algum tempo na sua leitura, sempre demorada pela crítica humorística-mordaz que distraía grandemente a nova feira-daladra.

As marchas de dez kilometros estavam no art.º 1.º da instrução-Roberto Batista, (1) com a mochila repleta de artigos de fardamento e as cartucheiras transbordantes de cartuchos de pólvora sêca, e foram-se alongando até vinte e cinco, e trinta kilometros, por dia, tendo como... entremez um exerciciosinho de escola de pelotão, de companhia ou de batalhão, avanços na ordem unida, extensa ou dispersa, e finalmente a aplicação destrambelhada do restante serviço de campanha, essencialmente na prática dos postos avançados, em que o soldado, fatigado pelas marchas longas, encontrava uma justa sêsta, após o devorar da ração fria.

Com uma rápida aprendizagem de alguns trabalhos de fortificação, em que se inutilisaram imensas pás-picaretas «de lata» e machadinhas martelos «de ferro fundido», entra-se nos exercicios de regimento, de entre os quais se salienta um que teve logar na Charneca da Chamusca.

O 2.º regimento, comandado pelo coronel «Trigode» ou «Pêra-lateral», (como era alcunhado por ter um tufo de cabelos juntos ao bigode), prepara as ondas de assalto, com suas reservas, no vale mais fundo da Charneca, onde instala os postos de socorros, etc. E para favorecer o porta bandeira, do 22, indica-lhe um ponto X, em que deve esperar a primeira onda de assalto e nela incorporar-se até à tomada da posição inimiga que, sendo avançada e muito saliente, apresentava três faces distintas a atacar, estando as duas faces laterais — os flancos — apoiados na eventual 1.ª linha inimiga.

A primeira onda de assalto forma em linha, com as suas reservas:—um pelotão por companhia. E... nada mais.

A' sua rectaguarda, com um intervalo aproximado de 100 metros, organiza-se a segunda onda de assalto, sem reservas e outras missões.

Preparadas as fôrças para o assalto, iniciam-se os avanços, por lances à distancia superior de kilometro e meio, pelo menos, num avanço de frente!

Quando ainda se marchava, cautelosamente, à distancia de um kilometro, eis que a segunda onda de assalto cai sôbre as reservas (da primeira) que cocorouel «Trigode», do 22, manda avançar para a linha da frente, para em seguida as mandar retirar e novamente as mandar avançar. (2)

(1) Chefe do Estado Maior, muito conhecido pelo seu extremo amor às brutais marchas de estenuamento.

(2) MARQUÊS DE PENALVA: — «Primeiro é uma nação vencida pela mudança de costumes, do que pela espada dos inimigos.

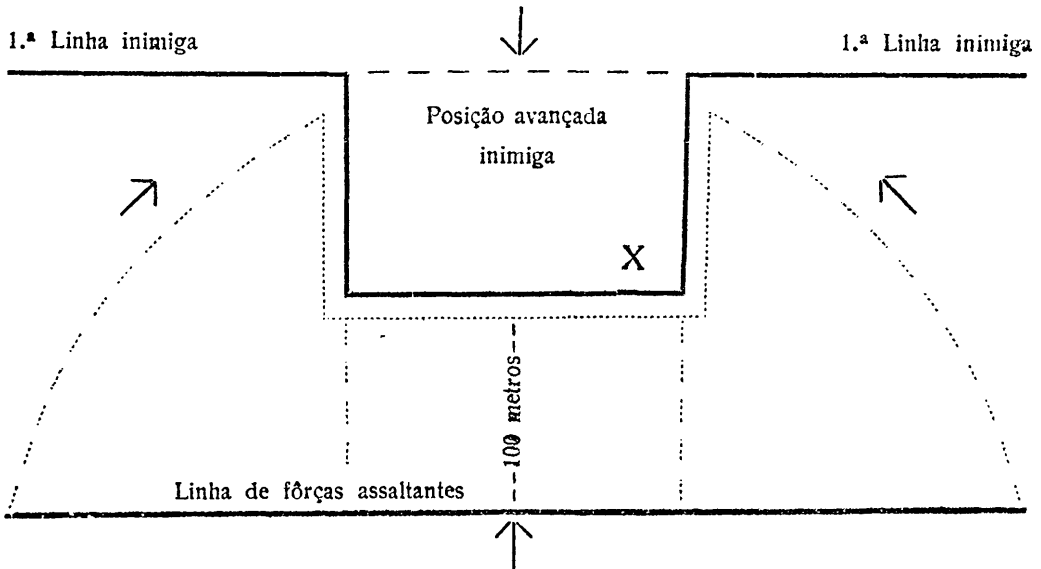
«Nada influe tanto no coração de uma Nação, como a educação civil, e esta insensivelmente se molda pela forma de governo que a sociedade tem admittido.»

Então a segunda onda mantem apenas o intervalo de cinco a dez metros, e estamos ainda à distancia de 900 metros.

Mais 100 metros percorridos, e já desorientada a primeira onda de assalto, pelas ordens e contra-ordens, berros e gestos vários do coronel «Pêra-lateral», vê-se a segunda onda de assalto cair sôbre a primeira que se desorienta por completo e se sente esmagada.

Ninguém percebe esta confusão inexplicavel (como as tantas «confusões» anteriores) e todos os officiaes barafustam, indignados, contra tal atropelo que repudiam, quando o coronel «Pêra-lateral», já apeado do cavallo de Napoleão, corre de lado a lado gritando — Em acelerado! Em acelerado! — ao mesmo tempo que o seu official ajudante ia dizendo que o ponto X, em que o porta-bandeira esperava... a primeira onda de assalto, era — ó céus!... — a posição avançada inimiga que se tinha de assaltar.

ESQUÊMA DA ÚLTIMA FASE DÊSTE ASSALTO.



DESENVOLVIMENTO DO ASSALTO DO 1.º REGIMENTO NA CHARNECA DA CHAMUSCA

Começa então uma corrida louca, com as duas ondas de assalto amalgamadas numa linha, sem mais missões, sem mais nada, enfim, que não fôsse esmurrar-se de encontro às três faces do saliente. E quando se defronta a posição avançada inimiga, a estrangulada linha de assalto, até aí correndo como para um ataque de frente (supondo que ainda havia qualquer sombra de cousas militares), envolve a posição inimiga num abraço em que as forças assaltantes se atropelam, esbaforidas e estenuadas... para carregarem à baioneta (as que tiveram espaço e cabeça para se desenvolverem) e... para as forças assaltantes dos flancos voltarem as costas, na mais pacata confiança, à eventual 1.ª linha inimiga.

(Continua).

JOÃO DE OURIQUE.

Os profetas de um falso escutismo ou os falsos profetas do escutismo

Por EUGÊNIO DE BELONOR

E' curioso e não deixa de revestir grande interêsse o episódio a que se refere êste artigo.

Há tempo, encontrei-me, ocasionalmente, com um propagandista do escutismo neutro, e, pela conversa que travamos, pude com facilidade avaliar a desorientação que lavrava nas suas ideias, encharcadas do veneno que destilam os falsos dogmas revolucionários.

Principiou por dissertar longamente sôbre a finalidade do movimento escutista, e manifestou uma grande fé de que êle tivesse aparecido providencialmente para realizar a tão decantada fraternidade universal. Inteiramente desordenado era o raciocinio em que se fundava.

Segundo êle, o mundo marcha irresistivelmente para um estado de fraternidade universal, sem que a multiplicação dos obstáculos seja capaz de o fazer parar nessa marcha de glória.

Essa marcha é lenta, tornando-se mais saliente em diversas épocas em que aparece um grande homem, uma espécie de Messias, que realiza conquistas mais brilhantes e avançadas no caminho a percorrer.

Esse estado entressonhado de paz e amor não pôde ser realizado até hoje. Os grandes filósofos gentios alguma coisa trabalharam para êsse fim, mas os seus resultados foram nulos, talvez porque nem mesmo êles crêsem na eficácia dos seus esforços. Veio depois Jesus Cristo prégar o Evangelho. A sua palavra arrebatadora arrastou as multidões, criou Apóstolos, criou fanáticos. O seu preceito: *amai-vos uns aos outros* ficou como um facho a iluminar as incertezas do futuro e a apontar à Humanidade deslumbrada o caminho da sua felicidade e do seu descanso. O Evangelho é o Código da fraternidade universal. E, no entanto, há dois mil anos que êle foi prégado e a fraternidade ainda hoje é uma aspiração, um estado a conquistar.

Porquê?... E' que para realizar a fraternidade são precisos meios, não bastam doutrinas. O Cristianismo foi impotente para uma tarefa de tal magnitude, como, aliás, qualquer outra religião ou sistema filosófico. A Igreja não era o meio adequado (*anticlericalismo no caso*). Em vez de gerar a união só à desunião deu vida.

A Revolução Francesa foi também um movimento cheio de vistas largas e generosas. Nos seus homens geniais todos devemos venerar o esforço titânico empregue na mira de estabelecer o reinado do amor universal. Mas os seus ousados empreendimentos fracassaram. Um equívoco levou tais homens a basearem tôda a sua actividade na política e a política, em vez de produzir a amizade, só provoca o ódio, o rancor, só serve para cavar abismos entre as melhores boas-vontades e energias e para as inutilizar.

Hoje o problema da fraternidade universal pode dizer-se solucionado. Um novo Messias se ergueu, que encontrou o meio de estreitar os homens de todo o mundo nos laços sagrados de um mútuo respeito, de uma veneração mútua, de um mútuo amor e acabar de uma vez para todo sempre com tôdas as ambições desordenadas, que só provocam guerras e catástrofes sociais que são um estôrvo sério à ventura da Humanidade. Êsse meio é o escutismo. Êsse Messias é *Baden Powell*.

As filosofias fracassaram. As religiões fracassaram. O Cristianismo fracassou. Fracassou a política. Mas o escutismo vencerá, e a fraternidade universal vai ser um facto, talvez já em nossos dias.

Para isso precisa o escutismo de pôr de parte o que desune. Ora a História demonstra que a filosofia, a religião e a política são outros tantos focos de desunião. Por consequência, o escutismo precisa de se colocar acima de todo e qualquer sistema filosófico, de prescindir da religião e de se afastar inteiramente da política.

Eis tanto quanto possivel retratado o pensamento (?) dêsse propagandista do escutismo neutro a que me referi. Diante de tal desarranjo de ideias, é de lastimar que quem gasta o tempo a bolsar tantos e quejandos disparates se diga católico e se proclame filho obediente e respeitoso da Igreja.

Evidentemente que eu não vou agora refutar tôda essa série de absurdos, onde só quasi por milagre sobrevive uma ou outra verdade à asfixia que o isolamento na atmosfera da asneira lhe deveria ocasionar. Há, porém, coisas que é conveniente esclarecer.

Quer-se exaltar o valor do Escutismo? Muito bem. E' uma «Boa-Acção». Mas atente-se bem, não se vá bolsar opiniões, que, por serem o absurdo, nada de bom podem acarretar ao movimento escutista. Exagerar dá sempre péssimos resultados. *Nihil probat quod nimis probat*.

São estas defezas inconsideradas e extravagantes de um escutismo

completamente desnaturado, falso como Judas, que até certo ponto justificam a atmosfera de desconfiança, a hostilidade surda que nos persegue, constituindo o maior dos obstáculos à nossa acção.

Uma vez que se cale a voz destes profetas do absurdo, desaparecerão para sempre as barreiras que a cada passo nos obstruem o caminho e, com a graça do Alto, o Escutismo católico poderá livremente preparar almas sãs para Deus em corpos sãos que bem possam e saibam servir a Pátria.

EM RESPOSTA...

Há uma fraternidade — chame-se-lhe universal, se assim se quizer, não obstante o descrédito do qualificativo — que foi prégado há dois mil anos, na Judeia, por Nosso Senhor Jesus Cristo.

O farisaísmo judaico julgava um absurdo que se amasse os inimigos. A sua máxima predilecta neste assunto era: — *ama os teus amigos e odeia os teus inimigos*. Mas Jesus Cristo, que, por seu amor aos homens, desce-
ra do céu à terra a abrir-lhes as portas da vida por meio do seu sacrifício na Cruz, abre também novas perspectivas à affectividade humana, cria um novo mundo de belos sentimentos para alimentar a sêde de expansão comunicativa que o coração do homem experimenta.

Disse êle: — *"Dou-vos um novo mandamento: e é que vos ameis uns aos outros assim como eu vos amei.*

Amai-vos uns aos outros, tal é o preceito do Filho Unigénito de Deus feito Homem. Amai a todos os homens indistintamente. Amai os vossos inimigos, fazei bem àqueles que vos odeiam e orai pelos que vos perseguem e caluniam.

Que mérito há em amar aqueles que nos amam? Amai, pois, os vossos inimigos... e será grande a vossa recompensa e sereis filhos do Altíssimo, que também faz nascer o sol sôbre os bons e os maus e faz cair a chuva sôbre os justos e os injustos.

Esta é que é a verdadeira fraternidade, a única fraternidade, que leva o homem a amar o seu semelhante, mesmo na ocasião em que dêle recebe agravos.

Implantar êste sentimento de abnegação no coração da juventude é o que se propõe o Escutismo com o artigo quarto da Lei que resa assim: — *"o scout é amigo de todos e irmão de todos os scouts."*

Mas não é esta fraternidade cristã que têm em mira os profetas do escutismo laico, do escutismo falsificado. Estes sonham com um estado em que os homens, esquecidos das fronteiras da sua Pátria, se abracem

todos numa comunhão de amor, realizando a aspiração da Nação-Humanidade. (Podem não afirmar isto assim rigidamente. Mas dos seus princípios só esta conclusão se pode tirar.) Não haverá mais guerras, porque as Nações calarão a voz sagrada dos seus interesses e das suas necessidades, talvez até dos seus deveres, da sua honra e do seu pundonor para deixar que somente se ouça a voz da Humanidade, entoando em cântico de hossanas o hino da sua felicidade finalmente conquistada.

Êste *nihilismo* suicida que leva logicamente à negação da ideia da Pátria, êste internacionalismo, de pura origem romântico-revolucionária, é a contradição flagrante do verdadeiro espírito do Escutismo "porque um dos primeiros efeitos do Escutismo, diz-nos a indiscutível autoridade do P.º Tiago Sevim, é desenvolver no jovem o sentimento nacional e, por meio de uma formação social e cívica necessariamente diversa nos diversos países, tornar êste sentimento mais eficaz,,.

O desnaturamento do conceito cristianíssimo da fraternidade—*scout* assenta na aspiração pacifista "sacudida nos guisos de prata das rimas de Victor Hugo,,", aspiração que é um veu assassino a cegar hoje os dirigentes das nações ocidentais e a impedi-los de precaver-se contra o perigo orientalista que a Rússia vermelha e a Turquia de Mustapha Kemal preparam contra a Europa.

Nós, católicos, também aspiramos à paz. Mas desejamo-la ordenadamente, sem deixar as leis da justiça a sangrar. A divisa do actual Chefe da Igreja proclama a *paz de Cristo no Reino de Cristo*.

Mas deve atender-se (o que os pacifistas não fazem), a que a guerra nem sempre é um mal e que muitas vezes as circunstâncias a reclamam imperiosamente. Muitas vezes a voz da Justiça vilipendiada e calcada aos pés e a voz da honra infamemente ultrajada, erguem-se, clamorosas, a pedir uma reparação. Nêste caso a guerra é justa. E, sendo justa, «é bela, porque tem em si uma alta virtude moralizadora.»

Os defensores do escutismo degenerado e romântico-pacifista converteram-se em apóstolos de uma doutrina perigosa, porque é anti-patriótica. Em vez de inspirarem à juventude o sentimento nacional, abafam-no, se acaso êste já existia.

Que vale levar o jovem a *prometer* guardar fidelidade à Pátria, se por outro lado lhe prégam continuamente que sacrifique tudo, todos os seus mais belos sentimentos nas aras do humanitarismo para a efectivação da fraternidade universal?...

O Escutismo deve prégar e gravar fundo na alma da juventude a Lei cristã do Amor — o unico internacionalismo verdadeiro e exequível,— a Lei que manda amar o próximo e tratá-lo como irmão ainda que êle seja um estrangeiro inimigo.

Foi perante êste belo amor fraternal manifestado entre 500.000

scouts de tôdas as nações do mundo no *Jamborec* internacional de 1920, que alguém dizia, entusiasmado, a *Baden Powell*: — *eis a Liga das Nações*. Realmente o Escutismo, ao mesmo tempo que fortalece em cada coração o sentimento nacionalista, ao mesmo tempo que mais e mais robustece o amor pátrio, converte-se também num instrumento de bom entendimento entre as nações, num instrumento de ressurreição daquela unidade espiritual que reinava entre os povos da Cristandade medieva e que a política vêsugamente egoísta de alguns estados, bem como o estuar da rebelião herética vieram quebrar e pulverisar. Tôda a acção internacionalista do Escutismo é abrangida por êstes limites. Tudo o que fôr a mais, é falsificação, é anarquia.

Uma conclusão que já está implicitamente contida em tudo o que tenho exposto e que vou agora explanar é a seguinte: — *bem ao contrário do que se proclama, a Religião não pode ser posta de parte pelo Escutismo*. O homem tem necessidades morais que só a religião pode satisfazer. Como é, então, que os profetas de um falso escutismo ou os falsos profetas do Escutismo querem prescindir da Religião? Como é que pretendem educar integralmente, sem atender a essas necessidades morais?...

Como é que o jovem virá a ser um bom cumpridor dos seus deveres, se começa por desconhecer aquêle de quem tudo recebeu e de quem depende até na sua existência? Quem lhe impõe êsses deveres? Os homens? Não, porque o seu poder limita-se ao exterior sòmente. A consciência? Mas, raciocinará com acêrto aquêle que foi educado no desconhecimento de Deus? Não será a consciência um preconceito que me inculcaram para eu me curvar servilmente perante o interesse dos outros?...

As mais anárquicas e perniciosas consequências são sempre o resultado prático do desconhecimento de Deus na educação.

Para quê, pois, pretender educar o jovem, começando antecipadamente por matar nele a verdadeira fonte da vida moral?...

Baden Powell, cuja intuição psicológica os escutistas laicos tanto exaltam, a ponto de fazer dêle um Messias, ter-se-ia enganado, quando estabeleceu como base sólida da educação escutista uma boa educação religiosa? Ter-se-ia enganado, quando atribuiu à religião uma tão capital importância a ponto de afirmar categòricamente ao Jesuita belga P.^o Jacobs que "o *scout* é antes de tudo um crente," e que "repudia todo o Escutismo que não tenha por base a Religião?,"

E' necessárso deitar as máscaras abaixo, custe o que custar. Vai sendo tempo e muito tempo de não mais nos preocuparmos com entretenimentos que nos podem ser fatais. O laicismo deu as suas provas. A falência é franca. Para que teimar em lhe abrir os braços? Porque é preciso recorrer a êle para pôr uma barreira à acção civilizadora da Igreja?... Loucura rematada!...

Há vinte séculos que ela vem sendo perseguida, com poucos momentos de trégua. E, entretanto, morrem os tiranos, apagam-se os seus nomes da memória dos homens, e a Igreja prossegue, cada vez mais firme e disciplinada, cada vez mais pronta para a luta, defendendo-se contra tôdas as prepotências e vexames, contra tôdas as ciladas e traições com a poderosa arma do amor cristão e deixando na sua esteira um sem-número de instituições, que atestam a maneira inquebrantável com que ela continua a obra *d'Aquêlê que passou fazendo o bem*.

Loucura rematada! repito. Os perseguidores da Igreja esquecem lamentavelmente que ela tem promessas de vida eterna. . .

Se é para esmagar o alto poder moral do Padre que se recorre ao laicismo, se é porque o Padre é tido na conta de um inimigo potente que é preciso vencer, seja porque meio for, então porque se prèga a fraternidade ao *scout*, *que deve ser amigo de todos*, se se cava um abismo entre êle e o Padre, como se êste fôra um animal peçonhento? se, por causa do exemplo que arrasta, o *scout* é levado a ver no Padre alguém de quem é preciso desconfiar, um adversário perigoso que se elimina pelo desprezo? . . . Lá se vai por água abaixo a fraternidade para dar lugar a uma guerra surda e hipócrita contra uma classe de homens, quando não a uma hostilidade franca e odiosa.

Haja então coragem e, já que se iliminou a Religião, mutilando assim o Escutismo no que êle tem de mais fundamental, acabe-se também com a Lei do *scout*. Dêste modo o nome de escutismo não voltará a iludir ninguém. Restarão algumas dezenas de rapazes transviados e envenenados por uma educação falsa, que se entregam ao satânico ofício de arrancar a Fé dos corações juvenis.

CONCLUINDO...

Muito haveria ainda que dizer, se se fôsse a examinar aquela tremenda série de dislates sôbre os *génios* da Revolução Francesa e as suas intenções generosas, sôbre a marcha fatal do mundo para a realização da tal fraternidade quimérica, sôbre o Evangelho — código de tal utopia, etc., etc., mas é forçoso concluir.

Em Portugal, onde a quasi totalidade da população é católica, só é possível e só dará bons resultados o Escutismo Católico. Tudo o mais que aventar se possa em nome da *liberdade de consciência* e quejandos palavras de retórica romântica não passa de grosseiro sofisma com que se pretende iludir e amordaçar a consciência católica da Nação.

E' preciso evitar a armadilha. Para isso é necessário começar por

não prestar ouvidos fáceis a afirmações de deslumbrantes destinos (que não passam de quimeras) reservados a um escutismo tão degenerado que chega a ser irreconhecível.

Urge que, para bem da juventude e para bem de Portugal, a expansão do Escutismo Católico seja auxiliada por todos aqueles a quem incumbe tal dever.

Urge que nos identifiquemos no sentir do Romano Pontífice. Ele diz-nos que «os *scouts* são a esperança da Religião e da Igreja, bem como da Família e da Pátria».

Acatemos esta palavra que de tão alto vem. Não é conveniente, mais do que isso é irrasoavel e anárquico, pretenderem as ovelhas ver mais e julgar melhor que o Pastor.

Só harmonizando o nosso proceder com os desejos do Sumo Pontífice manifesta e claramente expressos no seu sentir, é que nós nos precaverêmos contra as armadilhas em que nos pretendem prender os profetas de um falso escutismo, tornados assim em falsos profetas do Escutismo.

6 de Novembro.

Festa do Bemaventurado Nuno de Santa Maria,
patrono dos «Scouts» Católicos de Portugal.

Portugal é um templo da Santissima Trindade. A graça de Deus esteve connosco no princípio da Pátria. A graça de Deus não nos abandonará. Acorremos as ruínas: façamos falar as catedrais; perguntemos às próprias ondas pelas glórias de Portugal!

Se o mundo inteiro, remido por Cristo, se o mundo inteiro, Império de Cristo, deve dizer «Glória!» — Portugal ha-de bradar sempre estas palavras, que os pequeninos balbuciam e que os velhos choram.»

BISPO DE ANGRA.